

Região e Geografia

Sandra Lencioni

JHJ-3

edusp

*Região e Geografia
Sandra Lencioni*

JHJ

Região e Geografia

Sandra Lencioni



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



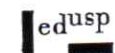
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente José Mindlin
Vice-presidente Oswaldo Paulo Forattini
Brasílio João Sallum Júnior
Carlos Alberto Barbosa Dantas
Guilherme Leite da Silva Dias
Laura de Mello e Souza
Murillo Marx
Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral
Diretora Comercial Eliana Urabayashi
Diretora Administrativa Angela Maria Conceição Torres
Editora-assistente Marilena Vizentin



SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	15
1. As Origens do Conhecimento Geográfico	31
2. A Geografia como Ciência e a Região como Objeto de Estudo	73
3. A Influência do Neokantismo e do Positivismo Lógico no Estudo Regional	119
4. A Incorporação da Fenomenologia e do Marxismo no Estudo Regional	147
5. Perspectivas Contemporâneas da Geografia Regional	175
Considerações Finais	197
Bibliografia	207

A geógrafa Sandra Lencioni, na sua ânsia de oferecer uma visão global da geografia e da reflexão regional, passou a fazer uma análise das várias correntes que procuram propagar e firmar o conhecimento geográfico, ligando essas correntes a bases filosóficas anteriormente aceitas. Daí a utilização de estudos e reflexões de textos de Lefebvre, de Claval, de Capel, de Milton Santos e de muitos outros geógrafos.

É muito oportuna a publicação deste livro, a fim de divulgar e contribuir para promover o debate sobre a natureza da geografia e o conceito de região, fortalecendo os fundamentos do pensamento geográfico e possibilitando maior atualização desse conhecimento científico, numa tentativa de solução dos grandes problemas que afligem o país, no momento histórico em que vivemos. Assim, até que ponto a globalização opõe-se frontalmente à regionalização? Até que ponto o internacional necessita, para consolidar-se, asfixiar o nacional? Até que ponto os extremos contrapõem-se e excluem-se ou, ao contrário, completam-se e dão origem a novas unidades até certo ponto libertas das partes que as compõem?

O grande valor deste livro, tanto para os que concordam integralmente com os seus ensinamentos quanto para os que os aceitam, pondo em dúvida algumas das suas proposições, é que ele, a um só tempo, informa, contribui para a acumulação de conhecimentos e estimula a reflexão, semeia dúvidas e leva o autor a procurar os seus próprios caminhos. Trata-se de um livro marcante que, ao mesmo tempo, honra a autora e a editora.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

INTRODUÇÃO

*O todo sem a parte não é todo,
a parte sem o todo não é parte,
mas se a parte o faz todo, sendo parte,
não se diga, que é parte, sendo todo.*

GREGÓRIO DE MATOS

Na tradição dos estudos sobre a história do pensamento geográfico que procuram discutir a constituição e o desenvolvimento da Geografia, este trabalho se particulariza porque tem como foco central a idéia de região. Apresenta uma visão retrospectiva e abrangente de como se formou e se desenvolveu esta noção em Geografia, procurando mostrar a região sempre foi pertinente à perspectiva geográfica, apesar de se constituir, ainda hoje, em uma noção problemática.

A opção por elaborar um trabalho com essa visão só poderia se realizar como uma exposição introdutória ao tema, porque a proposta é ampla em relação ao período analisado, que se estende da Antigüidade até os dias atuais, contendo um número enorme de pensadores que, direta ou indiretamente, preocuparam-se com a análise geográfica.

Este caráter introdutório não implica perda de rigor na sistematização e nem prejuízo da discussão da problemática que a proposta suscita. Esta pretende, como introdução, estabelecer um quadro de referência histórico para se discutir o caráter dinâmico da noção de região, daí a sua abrangência retrospectiva. Não intenciona ser exaustiva, mas se propõe a ser uma primeira contribuição ao conhecimento histórico da noção geográfica de região discutindo, crítica e seletivamente, como a idéia de região se constitui e vem se desenvolvendo no pensamento geográfico¹.

Esta escolha, mesmo com risco de omissões e injustiças com alguns autores, tem como motivação a consciência da falta de estudos históricos sistemáticos sobre a noção de região. Em termos mais precisos, ela procura responder à necessidade de sistematização do conhecimento de como a noção de região emerge e se enriquece no pensamento geográfico. Pretende, ainda, motivar interessados em Geografia e contribuir para o debate teórico, não apenas circunscrito ao círculo restrito dos especialistas voltados aos estudos epistemológicos dessa disciplina. Por isso, este trabalho tem a preocupação de apresentar e discutir, de forma simples e didática, aspectos que consideramos significativos para que se possa compreender a noção de região na Geografia.

Assim, com simplicidade e buscando clareza, examinemos de início a palavra região. Diferente de outras palavras correntes em Geografia, como conurbação e pediplano, que exprimem um conceito científico e não se fazem presentes na linguagem comum, a palavra região é de uso fluido e tem dificuldades em se estabelecer como um conceito. Quem já não ouviu falar destas expressões: região em que eu nasci, região perigosa ou região de fulano e de sicrano, disso ou daquilo? Essa idéia de região que aparece na linguagem corrente indica recortes do espaço que os indivíduos ou grupos sociais elaboram e passam a ser reconhecidos, ou não, socialmente. Esses recortes se multiplicam à medida que a percepção do espaço de cada um se amplia, fazendo-os perceber o homogêneo e o diferente acerca do

1. Nesta formulação pretendemos nos aproximar da discussão de ser, conceito e idéia conforme o sentido proposto por Henri Lefebvre em sua obra, *Lógica Formal, Lógica Dialética*, 1979.

mundo. A percepção do outro está acompanhada da percepção do espaço do outro. A idéia de região se vê presente, portanto, na construção da realidade e faz parte do senso comum. Por isso, como veremos, ao longo desta exposição, há um sentido dialético simultaneamente real e racional².

Nas conversas comuns do dia-a-dia são freqüentes as referências à região. Podemos notá-las tanto em relatos de viagens como no roteiro a ser percorrido pelo vendedor ambulante ou em um carteiro falando de suas entregas. Andarilhos, peregrinos, viajantes, exploradores, até o turista moderno, contam suas aventuras e descrevem regiões. Desde a mais remota Antigüidade, relatar regiões desconhecidas, com aspectos bizarros e peculiares do mundo, narrando os desafios inesperados, tem público certo.

Não é por acaso o sucesso dos filmes de aventura nos quais os cenários do mundo são magnificamente representados, em que o desconhecido se torna conhecido e os desafios e surpresas vividos pelos personagens emocionam. Quem não se lembra de *Tarzan* ou não conhece *Indiana Jones*? As aventuras de Tarzan ainda despertam curiosidade, mesmo ambientadas numa África, todos sabemos, mais hollywoodiana do que real. As peripécias de Indiana Jones – desenvolvidas num cenário onde a natureza parece plena de obstáculos que protegem ou se constituem em desafios a serem enfrentados pelo herói – trazem cenas cujos hábitos e costumes exóticos de uma região surpreendem olhos acostumados a uma diversidade extravagante de imagens.

A aventura do futuro, a ficção científica, despertam a imaginação pelo que virá, pelo que o mundo poderá ser. Dos seriados de *Flash Gordon* ao filme *Blade Runner*, os espectadores se vêem diante da representação de um mundo que não se restringe mais ao planeta em que

2. Essa consideração permite adiantar a conjectura de uma aproximação comparativa entre região e idéia. "A idéia existe 'na natureza'. E isso porque ela nada mais é que a natureza considerada como determinada, como cognoscível, ou seja, como objeto de um conhecimento humano que começou, aprofundou-se e tende para o seu 'fim', para sua meta; que, portanto em sua definição e em sua consciência de si, envolve essa meta, e a coloca como possível, embora infinitamente longínqua e suscetível de ser alcançada tão-somente na seqüência indefinida das gerações humanas" (*idem*, p. 163).

vivemos, lugar de nossa morada que, visto do espaço, é de um azul belíssimo, revelado há tão pouco tempo. No cenário futurista de *Blade Runner*, com sua metrópole chuvosa e triste, a desumanização é apresentada através da carência de comunicação e da solidão dos homens, em contraste com a humanização dos replicantes e dos laços estreitos de solidariedade que esses estabelecem entre si. Isto traz-nos a consciência de uma possibilidade social cada vez mais aterrorizadora.

Todas essas aventuras, de *Tarzan* a *Blade Runner*, apresentam o inaudito, o incrível, o surpreendente, satisfazendo a curiosidade frente ao desconhecido, frente ao mundo e à vida. Mas nenhuma aventura apresentada nas telas do cinema conheceu tanto sucesso quanto as que tiveram como cenário a saga do oeste americano. Foi com esse gênero cinematográfico que o cinema americano se tornou espetáculo maior, uma indústria do entretenimento em que tanto a natureza quanto os homens passaram a protagonizar uma representação mistificadora da sua história.

Os filmes de *cowboy*, os *westerns*, retratam uma luta de duplo sentido: a do homem contra uma natureza hostil, com seus desertos, desfiladeiros e relevos ruiformes; e a do colono, na figura dos rancheiros ou "mocinhos", contra o índio ou contra os bandidos. Os "mocinhos" parecem não temer nem a natureza nem os índios nem os fora da lei.

Os filmes mais famosos desse gênero retratam uma região de cenário magnífico. Uma região em que o grande protagonista é a natureza; o Grand Canyon, por exemplo, cuja travessia representa um enorme desafio. Assim, a conquista do oeste americano aparece como conquista de terras além das Montanhas Rochosas. Na verdade, as terras dessa região, por serem em sua grande maioria áridas, eram evitadas pelos colonos. Esses assentaram-se principalmente a leste das Rochosas e no Texas. Ultrapassando as Rochosas, situaram-se, sobretudo, mais ao norte, nas terras úmidas de Idaho e do Oregon. Na Califórnia, fixaram-se nos vales que embora fossem semi-áridos contavam com rios perenes.

Todavia, o gênero cinematográfico *farwest* não produziu equívocos apenas em relação aos locais dos acontecimentos da conquista do oeste. Produziu, também, a idéia enganosa de que os grandes protagonistas dessa saga americana tenham sido os "mocinhos" de gati-

lho rápido, homens errantes. Esses mais vagavam em seus cavalos do que se dedicavam ao trabalho com a terra ou com o gado. A história dos colonos que desenvolveram atividades produtivas integrando essa região à economia do país foi muito pouco contada. Todo desenrolar da trama dos personagens cinematográficos continha mais o sentido de movimento do que o de fixação, mesmo que essa não fosse permanente. Enfim, Hollywood produziu uma história do oeste americano na qual a natureza e a ação dos homens conformam uma região muito mais imaginária do que real³.

A conquista do oeste, em termos hollywoodianos, situa-se, assim, fora da região na qual se adensaram os eventos ocorridos, diminuindo a expressiva importância da atividade dos colonos voltados para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. No cinema, contou-se uma história em que menos as terras férteis e mais o deserto, sobretudo o Grand Canyon, constituem-se nos elementos naturais mais relevantes. Nessa história, é mais o movimento constante, ininterrupto, que dá o sentido da colonização.

Milhões de espectadores entendem a região de expansão e assentamento dos colonos, a veiculada por Hollywood. Por isso tomamos esse equívoco como exemplo para indicar o quanto a idéia de região é passível de mistificação. Partindo de um fato real — a conquista do oeste americano —, produziu-se uma idéia equivocada tanto em relação à sua localização geográfica quanto aos acontecimentos. Produziu-se, assim, o que poderíamos chamar de mistificação geográfica. Como bem expressou Henri Lefebvre, "as mistificações são fundadas sobre a vida real e ao mesmo tempo elas mascaram ou transpõem essa vida real"⁴.

3. Em especial gostaríamos de lembrar os filmes dirigidos por John Ford, que filmou os *canyons* de San Gabriel Mountain e Chatsworth, situados a cerca de vinte quilômetros de Hollywood, como cenário importante da conquista do oeste. As paisagens áridas do Monument Valley, entre Utah e Arizona, foram utilizadas como cenário no momento em que a Columbia instalou-se na cidade de Kanab, no Estado de Utah. Um outro elemento importante para os filmes desse gênero foi a presença da reserva dos índios Navajos, nesse Estado, que passaram a protagonizar, na maioria das vezes, os apaches. Sobre a paisagem do *western*, ver Foucher, 1987, pp. 67-79.

4. Cf. Henri Lefebvre, 1958, p. 159 (grifo nosso). Gostaria de registrar que ao longo deste trabalho todas as citações foram traduzidas e são de responsabilidade da autora.

A mistificação geográfica, no caso em que comentamos, não está no fato de a representação cinematográfica produzir uma idéia equivocada do local dos acontecimentos; ou seja, de produzir uma idéia de região descaracterizada em seu conteúdo real. Não há por que exigir o contrário de um espetáculo produzido para a indústria do entretenimento. Além disso, trata-se de arte e não de ciência. O problema ocorre quando o equívoco aparece como verdade e torna-se consenso; mais precisamente, quando se mascara a dinâmica social do real e se naturaliza a sua história.

Contudo, a mistificação não se constitui o único problema quando o tema é região. A idéia de região serve facilmente como forma de manipulação política. Por exemplo, o discurso político pode mistificar e utilizar a idéia de região como instrumento de manipulação social. Quem não conhece um político que busca sensibilizar eleitores por meio de apelos ao regionalismo? Um político que disputa recursos orçamentários em nome da defesa de interesses regionais?

O apelo ao discurso regionalista pode, assim, servir como uma estratégia para criar uma identidade entre o político e seus eleitores. Tal identidade é fundada na idéia de que por serem todos de um mesmo lugar haveria o mesmo interesse, e as necessidades e projetos não dependeriam da posição social ou inserção de cada um na sociedade. Essa estratégia de unificação de carências e esforços procura usar ou construir uma identidade regional, veiculando a idéia de não haver qualquer distinção social entre as pessoas de uma determinada região. É claro que pode haver interesses comuns, de base territorial, que aglutinem estratos sociais diferentes, em que o uso da identidade regional corresponde à realidade e é utilizado para garantir objetivos relativos às questões territoriais. Porém, quando essa identidade é forjada ou utilizada para garantir alguns privilégios, ocorre uma manipulação política da identidade regional. Tão logo acaba a eleição, o político vitorioso esquece toda identidade regional sobre a qual havia fundado a base de sua plataforma política.

A idéia de região, como vimos, faz parte da linguagem comum, é passível de mistificação social e manipulação política. Ela se constitui na construção da própria sociabilidade dos homens, denunciando o quanto a Geografia está presente em suas vidas. Por isso,

a geografia não pode ser datada a partir de uma certa época pois não dá para se conceber a possibilidade da vida humana na superfície da terra, sem a elaboração de conhecimentos geográficos... A geografia, antes de ser um saber científico, acadêmico, é um saber popular⁵.

Qualquer sociedade elabora conhecimentos geográficos e, explicitamente ou não, tem uma idéia de região como parte de um todo. É importante verificar que até mesmo na mitologia grega, quando se pronuncia sobre a Criação, podemos encontrar a idéia de região como parte de uma totalidade:

Alguns dizem que o Deus de Todas as Coisas, seja ele quem for, e que uns chamam de Natureza, apareceu bruscamente no Caos, separou a Terra dos céus, a água da terra e o ar superior do inferior. Após ter desembaraçado os elementos, ele os colocou em boa ordem, tal como são hoje em dia, e separou a terra em regiões, algumas quentes, algumas frias, outras temperadas, e ele fez as planícies e as montanhas e as vestiu de ervas e árvores. Em baixo dela, ele instalou o firmamento movente que ele constelou de estrelas e assinalou suas direções aos quatro ventos. Ele povoou, também, as águas de peixes; a terra, de animais, e colocou no céu o sol, a lua e os cinco planetas. Enfim, ele criou o homem, o único de todos os animais que ergue a face ao céu e contempla o sol, a lua e as estrelas...⁶

Desta importante constatação decorre a necessidade de distinguir conhecimento geográfico de Geografia. Tal distinção tem como fundamento a preocupação com a organização do conhecimento e com a explicação da realidade. Portanto, pensar em região simplesmente como parte, ou como categoria geográfica de análise, ou como conceito, ou como noção, significa utilizar procedimentos completamente distintos. Isso não quer dizer que apenas a Geografia trata da região no âmbito de parâmetros científicos. Em outros termos, a Geografia não se constitui na única ciência social a refletir sobre a região e o regionalismo. Algumas disciplinas, como a História Regional e a Economia Regional, trazem para seu escopo de preocupação a idéia

5. Cf. Philippe & Geneviève Pinchemel. "Reflexions sur l'Histoire de la Géographie", (CTHS, 1981), *apud* Scheibling, 1994, p. 118.

6. Cf. Graves, 1967, pp. 42-43.

de região; enquanto a Antropologia, a Política e a Sociologia tratam desse tema apesar da palavra regional não se fazer presente na denominação dos sub-ramos dessas disciplinas.

Embora várias disciplinas se debruçem sobre o tema região, é no âmbito da Geografia que se encontram as bases e o desenvolvimento de conceitos ou noções relativos à região. É no âmbito da Geografia que se constrói e se discute o que seria a região e a Geografia Regional. Nossa discussão assume a perspectiva geográfica para discutir a região. Por meio de uma revisão do pensamento geográfico a respeito dessa noção, pretendemos resgatar seu sentido ao longo do tempo, com o objetivo de contribuir para o debate teórico sobre região. É um debate importante hoje em dia em face da necessidade de repensarmos essa noção num momento de crescente globalização e constituição de blocos regionais que apontam para um rearranjo espacial do mundo.

Em outros termos, a proposta de se fazer uma revisão da noção de região em Geografia tem como objetivo situar, entre as principais correntes do pensamento geográfico, como a idéia de região e a formulação de uma Geografia Regional se constituíram e como as principais diretrizes do pensamento geográfico têm tratado a questão. Em resumo, propomo-nos a pensar a região a partir de um quadro referencial histórico e conceptual. Assim, as questões referentes ao como regionalizar, ao como elaborar a divisão regional, ao como proceder à análise regional estão relacionadas aos momentos de desenvolvimento da Geografia.

Dessa forma, vale repetir que é importante distinguir, logo de início, Geografia e conhecimento geográfico. O conhecimento geográfico não pode ser reduzido ao momento de institucionalização da Geografia. Esse momento, ocorrido no século XIX, significou a sistematização científica do conhecimento geográfico que se desenvolveu no transcurso do processo civilizatório. Portanto, é necessário não confundir Geografia com conhecimento geográfico, pois este último não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX. O conhecimento geográfico no que se refere ao conhecimento acerca do mundo está presente em qualquer civilização. E está presente porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências.

Se consideramos que a curiosidade pelo mundo é intrínseca à natureza humana e que, à medida que a percepção do mundo se amplia e que as diferenças emergem, são elaborados recortes sobre esse mundo, atermo-nos ao momento da institucionalização da Geografia, no século passado, seria limitar a reflexão. Esse limite não nos permitiria resgatar como o conhecimento geográfico, em suas origens e ao longo do tempo, referiu-se à região — antes mesmo de existir uma Geografia Regional. Conhecimento geográfico que se desenvolveu mesmo sem a preocupação de formulação conceptual e teórica a respeito da região.

Podemos dizer que a noção de região, da forma mais genérica possível, contém a idéia de parte de um todo. Esse todo poderia ser considerado o mundo conhecido que, por ser um conhecimento socialmente produzido, varia de limite segundo as civilizações. Por exemplo, a idéia que os portugueses tinham do mundo, na época dos descobrimentos, compreendia uma extensão bem mais ampla que a idéia de mundo dos romanos no momento de expansão do seu Império. Por isso, para nos referirmos à idéia de mundo, nos diversos momentos que analisamos, procuramos perceber qual o limite do mundo conhecido em cada momento determinado e, para exprimi-lo, utilizamos o termo horizonte geográfico. Em resumo, a noção de região como parte de um todo impõe que se compreenda o quê em cada momento, segundo cada cultura ou civilização, era entendido como mundo.

Nesse sentido, concordamos com a idéia de que o desenvolvimento da Geografia, como conhecimento geográfico, tem três milênios de existência. Como bem observou Yves Lacoste, os

universitários sustentam tenazmente que a geografia data do século XIX. Eu digo que ela data de 3 000 anos, desde a aparição das primeiras cartas e das primeiras descrições geográficas que apareceram na China⁷.

Essa posição que distingue, mas não cria uma ruptura entre o desenvolvimento do conhecimento geográfico e o da institucionali-

7. Cf. Yves Lacoste *apud* Scheibling, *op. cit.*, p. 118.

zação da Geografia, remete, necessariamente, à questão: por onde começar? Onde encontrar o fio da meada no complexo e longo emaranhado de percepções, de descrições e de interpretações acerca do mundo e de suas partes? Optamos por tomar como referência a cultura ocidental, pois foi em seu âmbito que ocorreu a institucionalização da Geografia e a proposta de uma Geografia Regional. Nessa cultura, com todas as suas heranças e seqüelas, é que se desenvolveu uma Geografia com preocupação e perspectiva científicas.

Nosso ponto de partida situa-se na Antigüidade, sendo o primeiro capítulo intitulado "As Origens do Conhecimento Geográfico". Em seguida discutimos como o conhecimento geográfico se consubstanciou na disciplina Geografia, momento em que examinamos a institucionalização da Geografia como ciência e o desenvolvimento de uma Geografia Regional. Este capítulo é denominado "A Geografia como Ciência e a Região como Objeto de Estudo".

O terceiro momento da análise diz respeito àquele em que a Geografia Regional deixa de se constituir num campo específico da Geografia para se colocar como método. Essa discussão faz parte do terceiro capítulo: "A Influência do Neokantismo e do Positivismo Lógico no Estudo Regional".

No quarto capítulo discutimos a perspectiva fenomenológica e marxista no estudo regional, sendo o capítulo intitulado "A Incorporação da Fenomenologia e do Marxismo no Estudo Regional".

Por último, procurando atualizar o debate sobre região e Geografia Regional, esboçamos algumas considerações acerca de como vêm sendo elaborados estudos que têm uma perspectiva regional. Perspectiva que, nos dias atuais, reforça e revela a tensão entre globalização, como processo mundial, e a formação de blocos regionais de caráter supranacionais, bem como os questionamentos acerca do papel do Estado-nação e a emergência de regionalismos. Estas são questões que se colocam na agenda do dia, tornando imperioso repensar a noção de região. Tais considerações compõem o quinto capítulo, denominado "Perspectivas Contemporâneas da Geografia Regional".

Discutir as perspectivas contemporâneas da Geografia Regional, tendo como ponto de partida a Antigüidade, implicou opções que já expusemos; agora, devemos acrescentar algo especificamente sobre as fontes. Não foi um problema fácil de ser resolvido. As obras

de interesse eram muitas e a maioria de difícil acesso e mesmo nos limitando às que foram mencionadas nesse trabalho, tendo em vista os motivos didáticos que nos levaram a este estudo, deve ser ressaltado que nem sempre, na bibliografia que consultamos, encontramos consenso quanto às informações. Isso decorre do fato de as fontes consultadas não serem, em geral, de primeira mão, sobretudo as relativas à Antigüidade. Quanto ao título das obras citadas, nem sempre os autores que consultamos mantiveram as informações originais, traduzindo-as para sua própria língua. Todavia, nas obras não tão antigas, optamos, sempre que possível, por informar o título original e o ano da primeira publicação. Especificamente, mantivemos os títulos originais das obras publicadas após a invenção da imprensa, com exceção das obras em alemão, que por ser uma língua menos acessível, além de mencionar o nome original, traduzimos os títulos para maior clareza.

Embora o texto apresente uma análise em seqüência cronológica, é importante esclarecer que o conhecimento não tem uma evolução linear. Não podemos esquecer que no processo de conhecimento há avanços e retrocessos. Afinal, não é sabido que os gregos tinham uma concepção esférica da Terra, sendo que só no Renascimento essa concepção foi retomada, tendo durante séculos se acreditado ser a Terra plana?

Além disso, embora no texto se dê relevância para algumas correntes de pensamento, isso não significa que tenha havido uma homogeneização na forma de pensar de uma época, apenas que tomamos aquelas que melhor exprimem o ponto de vista da Geografia. Importante é que fique bem claro que para cada momento determinado ocorre uma multiplicidade de formas de conceber o mundo e de regionalizá-lo. As divergências na percepção, na descrição e na interpretação do mundo sempre estão presentes e são muito mais férteis do que à primeira vista possam parecer, pois é na diversidade de concepções teóricas, nas polêmicas em curso, que o conhecimento científico se desenvolve.

Ainda, em relação à apresentação das correntes de pensamento, convém observar que o fato de as arrolarmos numa seqüência cronológica não significa que haja supostamente uma seqüência linear de linhas de pensamento em que uma supera a outra. É importante

ficar claro que o conhecimento, como já indicamos, convive com uma série de posicionamentos distintos. Tanto isso é verdade que conhecemos geógrafos hoje em dia que produzem uma Geografia Regional ainda nos moldes do século XIX, ao passo que outros buscam construir novos referenciais analíticos para poder interpretar um mundo às vésperas do terceiro milênio.

Como bem observou Jacques Scheibling:

[todas] as ciências, físicas e humanas conhecem momentos de reorganização fundamentais e, não somente, um momento de revolução teórica ao longo do qual o edifício é demolido e um outro se reconstrói a partir de uma tábua rasa. Nas ciências humanas, em particular, as rupturas epistemológicas se apresentam sobre a forma de processos de reorganização que se relacionam uns aos outros e se desdobram em ritmos variados⁸.

Esses momentos de reorganização foram captados a partir de alguns exemplos selecionados, muitas vezes, a partir da importância de uma determinada obra de um pensador. Ora, tomar uma obra para se falar de um autor que escreveu vários trabalhos, como se aquela obra fosse única, é proceder, no mínimo, a uma ingenuidade descabida. Não estamos pretendendo fazer uma análise de autores. Se assim fizéssemos, seria necessário analisarmos toda a obra de um autor; não seria válido nem mesmo examinarmos um conjunto de obras, pois as interpretações das incoerências e das rupturas passariam a ter um outro significado e elas mesmas seriam explicativas da evolução do pensamento do autor em exame.

As referências que utilizamos, às vezes consideradas a partir de outros autores, tiveram como objetivo captar a posição dos autores em discussão, até mesmo para mostrar o quanto carece de rigor uma noção como a de região.

Nossa proposta foi a de atermo-nos às questões que para a nossa discussão são as mais significativas. Além do mais, por acreditarmos que não há neutralidade na ciência, posição que nos distancia do positivismo, procuramos ser cautelosos todo o tempo para vigiarmos nossos próprios preconceitos. Com isso, tornou-se possível superar a es-

treiteza de visão daqueles que constroem uma relação direta entre a posição ante a ciência e a posição política dos pensadores da Geografia. Limitação que leva, em muitos casos, a corroborar ou a negar idéias científicas baseadas em simpatias ou em divergências políticas.

Em relação à preocupação com a perspectiva histórica, é necessário acrescentar que esta pode se constituir numa faca de dois gumes. De um lado, permite compreender que as questões atuais da Geografia são fruto de um processo histórico; ou seja, há uma dinâmica na história que produz sociedades diferentes, como há uma dinâmica própria na forma dessas sociedades interpretarem o real. De outro, o gume cego da faca pode levar a julgamentos indevidos se não se compreender o contexto em que essas interpretações surgiram e por que determinada época produziu determinadas interpretações.

Esse contexto deve ser compreendido a partir de duas referências importantes para pensarmos o tema região. A primeira diz respeito a como o homem se coloca diante da natureza e a segunda se refere à dimensão do mundo que é percebida pelo homem de determinada época; ou seja, qual o seu horizonte geográfico.

Quanto à primeira referência, procuramos não construir uma polarização entre o homem e a natureza. Isso porque se pensarmos em termos de dominação da natureza sobre o homem e, posteriormente, de dominação do homem sobre a natureza, estaremos conduzindo a discussão a um beco sem saída. Pois, na primeira formulação, o homem aparece naturalizado; na segunda, é a natureza que aparece humanizada. Não se trata de uma coisa nem de outra. Trata-se de dois termos não polarizadores e em permanente relação. A idéia de pólos opostos tem contribuído muito para a cisão entre Geografia Física e Geografia Humana, mais obscurecendo que esclarecendo o debate sobre a unidade da Geografia. Talvez resida em idéias como essa, que mais obscurecem que esclarecem, a permanente crise de identidade da Geografia.

Como dissemos, o conceito de região está vinculado à idéia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à idéia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; conside-

8. *Op. cit.*, p. 120.

rando-a como uma totalidade aberta e em movimento. Discutindo a noção de totalidade, Henri Lefebvre diz que essa noção filosófica pode ser apreendida de duas maneiras: como totalidade fechada, um sistema, ou como totalidade aberta. No primeiro caso, uma totalidade exclui outras totalidades ou elas se colocam umas exteriores às outras. No segundo caso, uma totalidade pode envolver outras totalidades, igualmente abertas⁹.

A compreensão de que a totalidade se constitui de forma aberta permite superar a equivocada idéia de que o todo é formado pela soma das partes, ou que o todo existe antes das partes. Essa formulação separa uma unidade, fazendo crer que, ora existem as partes e, depois, o todo; ou, inversamente, que existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, a concepção de totalidade fechada é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o todo e as partes, concepção que não leva em conta o movimento proveniente da ação recíproca entre o todo e as partes, que permitiria esclarecê-los.

No primeiro caso, em que a totalidade é proveniente da soma das partes, cada parte se constitui numa totalidade fechada que se esgota em si mesma. Como as partes são simples somas do todo, o todo não poderia ter qualidades diferentes das partes. Um exemplo simples pode exprimir melhor o que estamos pretendendo dizer: a soma do número 7 e do número 5 é 12. O número 7, como sabemos, não é divisível por 3 ou 4, tampouco o 5 o é, mas a soma de 7 e 5, que é 12, é divisível por 3 e por 4. A soma tem, portanto, uma qualidade diferente das partes que a compôs. Constitui um todo que é mais que uma simples soma das partes.

No segundo caso, em que a totalidade parece preceder as partes, cabe "a indagação de como nasce a totalidade e quais são as fontes internas de seu desenvolvimento e movimento. A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo[...]".¹⁰ Enfim,

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo!¹¹.

Enquanto parte de um todo, a região traz em si uma outra questão: a da escala. O recorte regional contém, em si, uma questão de escala e exprime diretamente a particularidade da Geografia no seio das ciências humanas, que é de conter uma problemática espacial. Por isso é que os mapas, enquanto instrumentos de representação do espaço, estão intimamente ligados ao saber geográfico. E, acima de tudo, são eles que realizam a escala, quer como proporção, quer como representação de conteúdos.

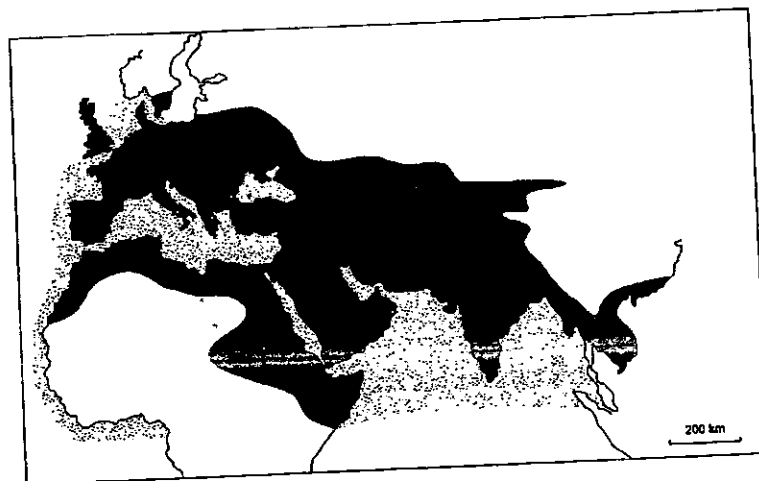
No entanto, como bem observou Iná Elias de Castro, a escala não se reduz a um problema matemático, mas se constitui num problema epistemológico, por ser indutora de conteúdos para a análise. Nesse sentido, "cada recorte espacial é pertinente, porque contém relações de unidades de concepção, que colocam em evidências fenômenos, fatos, como um modo de aproximação do real"¹².

Gostaríamos de finalizar essas primeiras observações reafirmando que a idéia de região que, por um lado, é considerada clara na linguagem comum; por outro, é ambígua enquanto noção. Esse conteúdo ambíguo e problemático se coloca como ponto de partida ao propósito dessa discussão, que pretende ser uma contribuição para o debate e para o estudo da noção de região em Geografia.

9. Cf. Lefebvre, 1955, pp. 55-77.
10. Kosik, 1976, p. 50.

11. Gregório de Matos, 1981, p. 78.
12. Castro, 1992, p. 8.

AS ORIGENS DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO



■ Terras conhecidas ■ Mares percorridos

MUNDO ANTIGO

Fonte: René Clozier, *As Etapas da Geografia*, 1950.

A geografia [...] nos parece ser, como algumas outras ciências, do domínio da filosofia [...] a variedade de aplicações que é susceptível à geografia, que pode servir, por sua vez, às necessidades dos povos e aos interesses dos chefes... implica que o geógrafo tenha esse mesmo espírito filosófico habituado a meditar sobre a grande arte de viver e de ser feliz.

ESTRABÃO

O Mediterrâneo é mais que um mar interior de um azul profundo e águas cristalinas, semeado de ilhas, com cerca de 4000 quilômetros de extensão e com uma largura que não excede a 1500 quilômetros. É a referência geográfica da cultura ocidental.

Da civilização sumeriana, que floresceu e se desenvolveu no século XXI anterior à era cristã na Baixa Mesopotâmia até a civilização greco-romana, séculos de experiência social envolvendo cretenses, hebreus, assírios, babilônios, egípcios, cartagineses e fenícios, determinaram as bases históricas da civilização ocidental¹.

1. A Baixa Mesopotâmia corresponde à região irrigada pelos rios Tigre e Eufrates, entre o deserto de Al Hijarah e as montanhas Zagros, na Ásia Menor. Em termos geopolíticos, corresponde atualmente ao sudeste do Iraque.

Nas experiências dessas civilizações podemos encontrar o fio condutor da formação e desenvolvimento da sociedade ocidental atual. Foram os fenícios que conceberam o alfabeto, permitindo, assim, o desenvolvimento da escrita fonética, bem mais simples e acessível que a de ideogramas, e a base de todas as escritas modernas européias².

Nas experiências dessas nações e povos podemos encontrar a criação das formas de vida que nos distingue da vida em condições primitivas. As experiências das civilizações antigas "serviram como base cultural e permitiram que os povos da Europa dessem início à sua civilização criadora...". Tanto que se poderia dizer que a Antigüidade "ainda vive, como base de todas as principais manifestações da vida moderna"³.

Aos poucos o processo civilizatório foi subvertendo a experiência de sujeição dessas sociedades aos imperativos naturais. Técnicas agrícolas foram desenvolvidas, como a utilização do arado e da irrigação, possibilitando alterar as condições de plantio e obter maiores colheitas. Aquedutos foram construídos, disciplinando e aproveitando os fluxos d'água. Nesse processo, tempo e espaço conheceram concepções que persistem como válidas até hoje. Os babilônios dividiram o zodíaco em doze signos e a circunferência em 360 graus. Os egípcios, cuja civilização era dependente das variações do nível d'água do rio Nilo, desenvolveram o calendário em 365 dias, tornando possível a previsão e melhor utilização das sazonalidades fluviais.

Os sumerianos nos deixaram como legado, o que podemos considerar como a primeira representação cartográfica do mundo, um mapa de 2700 anos antes da era cristã. A interpretação desse mapa é bastante polêmica, mas apresenta uma divisão do todo, uma repartição no interior do círculo maior rodeado de água, representando cidades e regiões. Fora do círculo aparecem triângulos que, também recortes do todo, são, em geral, interpretados como representando regiões escuras, onde o sol não iluminaria.

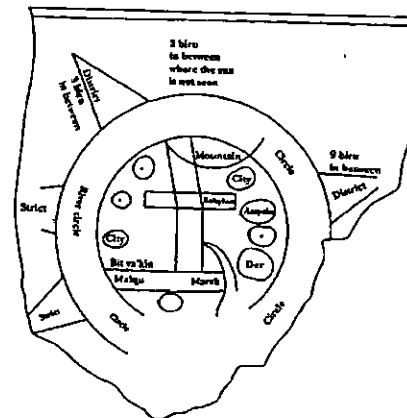
2. O alfabeto foi concebido em Biblos, antiga cidade da Fenícia - atual Líbano. Era composto de 22 letras consoantes e sua criação possibilitou o desenvolvimento e generalização da escrita. Af reside a relação entre as palavras Biblos e bibliografia, tendo esta última o sentido de indicar um registro de publicações.

3. Rostovtzeff, 1986, p. 31.

Mapa dos Sumerios



Fonte: J. O. Thomson, *History of Ancient Geography*, 1948.



Fonte: R. E. Dickington e O. J. R. Howarth, *The making of Geography*, 1933.

Uma outra divisão do mundo pode ser encontrada no capítulo X do Gênesis. Aí está descrita uma divisão relacionada ao povoamento do mundo pelos descendentes dos filhos de Noé:

3. Os filhos de Cômér são: Asquenaz, Rifa e Torgama.
4. Os de Javã são: Elisá, Társis, Quitim e Dodanium.
5. Estes repartiram entre si as ilhas das nações nas suas terras, cada qual segundo a sua língua, segundo as suas famílias, em suas nações.
15. Canaã gerou a Sidom, seu primogênito, e a Hete.
18. Aos arvadeus, aos zemareus, e aos hamateus; e depois se espalharam as famílias dos cananeus.
19. E o limite dos cananeus foi desde Sidom, indo para Gerar, até Gaza, indo para Sodoma, Gomorra, Admá e Zeboim, até Lasa⁴.

Dentre os povos da Antigüidade, que formaram o que poderia ser chamado de civilização mediterrânea, foram os fenícios que, primeiro, ampliaram o horizonte do mundo. Orientados pelo Sol e pela Ursa Menor, eles fizeram com que o horizonte desse mundo mediterrâneo se expandisse para além do noroeste da África e da Ásia ocidental. Confinados entre as montanhas do Líbano e o mar Mediterrâneo, mas dispoñdo de bons portos naturais e de madeira para a construção de embarcações — o famoso cedro do Líbano —, os fenícios se aventuraram pelos mares e desenvolveram o comércio⁵. Escravos e âmbar eram trazidos do Oriente. Estanho, para a fabricação do bronze, das ilhas Cassitérides e do sul da Inglaterra⁶.

Os fenícios navegaram pela costa da África, entre os anos de 610-595 a.C., chegando até Afortunados, atualmente, ilhas Caná-

4. *Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, 1968, 10, 3-5.15.18-19.
5. O templo e o palácio de Salomão, rei de Jerusalém, foram construídos de cedro fornecidos pelos fenícios, no primeiro milênio antes de Cristo. O palácio de Khorsabad, construído pelo rei Sargom, da Assíria, no VIII século a.C., também foi construído com cedros fornecidos pelos fenícios. Nos dias atuais, próximo às cidades de Tiro e Sidon, ao sul de Beirute, no litoral libanês, sítios arqueológicos testemunham a civilização fenícia.
6. Essas ilhas, para alguns, seriam as situadas nas proximidades do Cabo de Santa Marta e das rias da Galícia, no extremo ocidental da península Ibérica; para outros, seriam as que compõem o arquipélago das Sorlingas na costa inglesa, mais precisamente, próximo à Cornúália. A primeira posição é de Kretschmer, 1930, p. 23. A segunda é de Azavedo, 1965, p. 23.

rias⁷. Mais tarde, durante os anos de 470 e 450 a.C., guiados por Hanon, partiram em expedição de reconhecimento da costa africana, com uma frota de 60 navios com 50 remos cada um, tendo chegado mais além das Canárias, provavelmente até Camarões⁸. Sob a direção de Himilco, dirigiram-se para o oeste até a Península Ibérica e adentraram o interior da Europa, indo até a Ásia Menor.

No entanto, o maior legado da Antigüidade é, sem dúvida, o proporcionado pelos gregos⁹. Tanto quanto, foi para os fenícios, a referência dos gregos também foi o mar. Primeiramente, reconheceram o litoral mediterrâneo e, posteriormente, com Alexandre Magno, penetraram no interior da Europa e Ásia, ampliaram o conhecimento dos lugares e, sobretudo, aprofundaram o conhecimento acerca dos homens e do mundo.

Aos gregos pode ser creditada a primeira regionalização, por ter sido concebida com algum método. As descrições passaram a ter forma ordenada, sugerindo comparações. Sínteses e explicações foram elaboradas acerca dos lugares e itinerários. Foram eles que criaram a palavra Geografia, em que *geo* significa Terra e *graphia*, descrever. Concebiam uma Geografia em que cada ponto era considerado em relação ao mundo habitado e denominavam de corografia as descrições das diferenças e contrastes da Terra¹⁰.

A expansão geográfica dos gregos, conhecida como Diáspora, deu-se entre os anos de 1200 a 600 a.C. Essa expansão teve como referência a Grécia itálica e como centro a cidade de Siracusa, que chegou a ter um milhão de habitantes¹¹. Do extremo Oriente do Mar

7. Cabe observar que não se trata de uma circunavegação no sentido preciso do termo, pois circunavegar quer dizer "navegar em volta de". Somente no século XVI que efetivamente podemos falar em circunavegação da África, realizada por Francisco de Magalhães.
8. Dessa expedição resultou o documento "Périplo de Hanon". A palavra périplo significa circunavegação.
9. Chamamos de gregos os povos que se faziam presentes na Ásia Menor e Balcãs, muito embora seja uma simplificação, pois os gregos se formaram a partir de um conjunto de povos, como os egeus, jônios, aqueus e dórios.
10. Os registros das informações eram feitos em tabuletas de barro ou em pedra e rolos. Até o século II a.C., os rolos eram escritos em papíros vindos do Egito, mas com a proibição de sua exportação por Filometor, que viveu no período de 181-145 a.C., os pergaminhos substituíram o papiro, sendo utilizados até o início da Idade Moderna.
11. A cidade de Siracusa situa-se na porção sudeste da Sicília.

Negro, que era então chamado de Ponto Euxino, até o sul da Espanha, foram fundadas colônias agrícolas que se transformaram em entrepostos comerciais, aproximando o Oriente do Ocidente. A ampliação do conhecimento geográfico do mundo se colocou como uma necessidade prática em face das atividades de comércio e de colonização que desenvolviam.

Os gregos pertencentes à escola jônica de filosofia podem ser considerados como os primeiros geógrafos, num sentido figurativo, por terem sido pioneiros na construção de um conhecimento metódico. A transitoriedade das coisas fascinava-os¹². Construíram uma explicação do Universo, das diferenciações do mundo, das influências climáticas, das marés, dos rios e da superfície da Terra, e elaboraram divisões do mundo¹³.

Tales de Mileto, nascido em meados do século VII a.C., em viagem ao Egito, surpreendeu a todos quando calculou a altura das pirâmides a partir da comparação da sombra de seu bastão com a das pirâmides¹⁴. Considerado o mais importante sábio de seu tempo, Tales de Mileto concebia a Terra como um cilindro; tendo daí derivado a concepção da Terra como um círculo, representando a parte superior do cilindro. A partir das contribuições de Tales, o conhecimento matemático e astronômico conheceu grande impulso.

12. "As coisas frias tornam-se quentes e o que é quente se esfria; o que é úmido se seca, e o ressequido se umedece." *Fragmentos de Heráclito*, R.P.40, apud Burnet, 1994, p. 115.

13. Eram pensadores que não se colocavam alheios à política, pelo contrário, estavam intimamente comprometidos com ela. Jean Burnet exemplifica essa relação entre os pensadores e a política. Mais detalhadamente, refere-se a pensadores que muito contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento geográfico, como Hecateu que teve um importante papel na sublevação jônica, e Anaximandro que atuou na condução de colonizadores para a Apolônia. Salienta, ainda, a importância que tiveram para os empreendimentos milésios, as cartas e os conhecimentos elaborados nesse período. *Op. cit.*

14. Em relação às datas de nascimento e de morte dos pensadores em discussão, algumas vezes as fontes consultadas não apresentam a mesma informação. O mesmo pode ser dito em relação ao local de nascimento. Em muitas obras a discussão das datas e do local de nascimento tomam páginas de discussão, pois as informações aparecem muito controversas. Muitas vezes, é a alteração de um ano na data de nascimento; outras, é a informação de que o pensador parece ter nascido em tal lugar, mas apenas parece ter vivido lá, tendo nascido em outras paragens. Utilizamos as informações mais comuns, mais recorrentes, sem entrar na polêmica de datas e lugares de nascimento que, no nosso caso, não modificam em nada o assunto que estamos tratando.

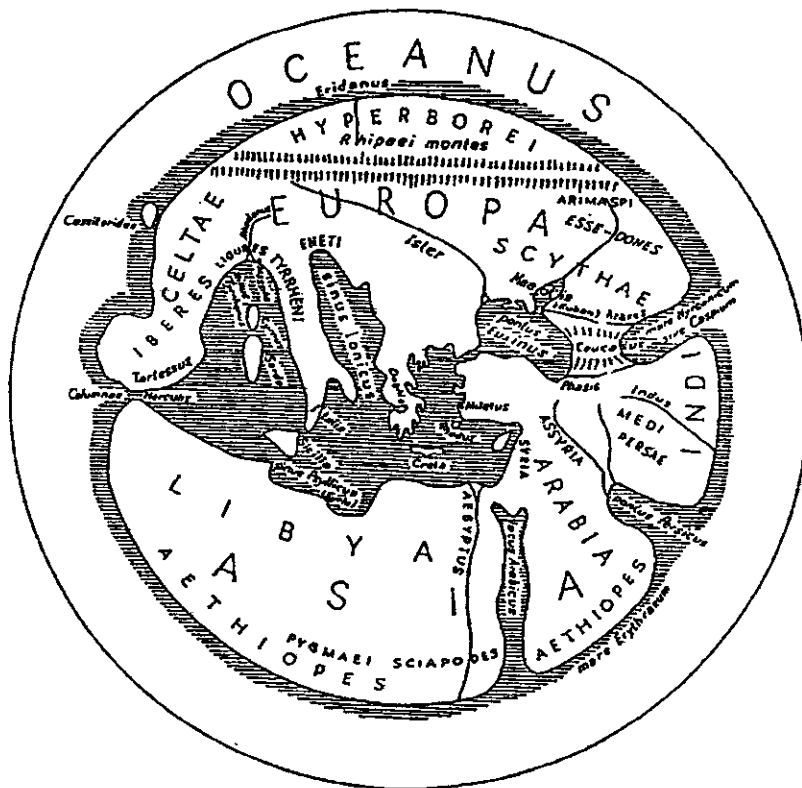
Também da cidade de Mileto, Anaximandro, entre 610 e 546 a.C., iniciou uma obra descrevendo a Terra, que foi continuada por Hecateu, discípulo de Tales, intitulada *Períodos ou Descrição da Terra*, a qual se dividia em dois volumes, um dedicado à Europa e o outro, à Ásia, tendo chegado até nós apenas fragmentos. É conhecido que, embora alguns autores gregos apontem ter sido Anaximandro – também um discípulo de Tales – o primeiro a fazer um mapa-mundi, Eratóstenes considera que na verdade quem o teria elaborado foi Hecateu.

Hecateu de Mileto escreveu, entre os anos de 550-475 a.C., várias obras, entre as quais *Inquéritos e Circuito da Terra*, que interessam particularmente à Geografia. A Índia, a Ásia Menor, a Síria e a Arábia aparecem descritas, mas, salvo as descrições da Ásia Menor, as demais se situam no âmbito da imaginação. Hecateu de Mileto, ainda lembrando a conhecida opinião de Eratóstenes, traçou o que pode ser considerado o primeiro mapa-mundi e procedeu a uma regionalização da Terra, conforme pode ser percebido pelo mapa a seguir.

Com uma concepção diferente dos pensadores da escola jônica, os pitagóricos interpretaram a Terra como sendo esférica. A cidade de Taras era o centro do pensamento pitagórico. O mestre Pitágoras, natural de Samos, parece ter nascido por volta de 582 a.C., tendo percorrido o Egito e, provavelmente, a Síria, a Fenícia, a Arábia, a Caldeia e a Índia. Denominava o universo de Cosmo, que teria sido formado por quatro elementos: água, ar, fogo e terra. A Terra, imóvel, seria o centro do Cosmo, com uma rotação no seu próprio eixo de oeste para leste.

A concepção esférica da Terra é que permitiu aos gregos a elaboração da divisão da Terra em zonas, segundo o critério de temperatura¹⁵. Parmênides, discípulo de Pitágoras, observou que a Lua em seu movimento mantinha uma face sempre voltada para o Sol, a única iluminada. Divulgou a regionalização de Pitágoras, na qual as cinco zonas climáticas da Terra corresponderiam a uma zona tórrida, a uma temperada e a duas frias e, ainda, a uma zona tropical. As zonas frias não seriam habitadas. Quanto à zona tropical, as opiniões diver-

15. A concepção esférica da Terra é creditada a Pitágoras, mas há polêmicas a respeito: alguns autores indicam ter sido concebida por seu discípulo Filolau.



A TERRA SECUNDO HECATERUS

Fonte: Cf. Atlas of Ancient and Classical Geography, 1952.

giam acerca da sua habitabilidade¹⁶. Essa divisão da Terra em zonas tem origem em Xenófanes de Cólofon, que dividiu a Terra em cinco zonas: zona ártica, zona do verão, zona dos dias e das noites iguais, zona do inverno e zona antártica, considerando a zona dos dias e das noites iguais como uma zona tórrida e inabitável.

Aristóteles, ao demonstrar que durante os eclipses a sombra projetada da Terra é arredondada, procurou comprovar a esfericidade desta. Ele compartilhou da regionalização de Pitágoras e introduziu a idéia de ecúmeno. A Terra teria duas regiões: a habitada pelo homem, o ecúmeno; e a não habitada, o anecúmeno, situando-se aí a zona tropical.

Na Antigüidade, os grandes nomes relacionados ao conhecimento geográfico são os de Heródoto e Eratóstenes. Sem estar vinculado à escola jônica ou pitagórica, Heródoto elaborou o conhecimento das terras e mares de forma nova. Para Paul Claval, sua descrição de mundo supera a de itinerários feitos na época; é apresentada a partir de conjuntos territoriais, com elaboração de sínteses em que a noção de escala está claramente intuída¹⁷.

Nascido em Halicarnasso, por volta de 484 a.C., no seio de uma família nobre e rica, Heródoto realizou viagens pela Babilônia, Egito, Fenícia, pelas costas do Mar Negro, Pérsia e pelo norte da África, e considerou a Índia a última porção do mundo que seria habitada a leste. Suas observações resultaram em correções dos mapas até então produzidos. De sua obra, *História*, que na época significava investigação, composta de nove livros, interessam particularmente à Geografia os volumes: *Clio*, *Euterpe*, *Tália* e *Melpômene* – nomes inspirados na mitologia grega.

Sua concepção do mundo não era esférica e dividia a Terra em quatro regiões: Europa, Ásia, Líbia e Delta do Nilo¹⁸. No livro *Melpô-*

16. Para Posidônio, as condições de inabitabilidade situavam-se mais próximas aos trópicos; enquanto que para Políbio, toda zona intertropical poderia ser passível de ser habitada.

17. Claval, 1995, p. 11. O nome da importante e atual revista francesa de Geografia, *Heródoto*, confirma o reconhecimento da importância de Heródoto para a Geografia. O título desse periódico procura exprimir a idéia de que a Geografia Moderna está inserida na tradição política e estratégica que remonta aos tempos de Heródoto.

18. Essa regionalização de Heródoto se inspira em algumas outras elaboradas pelos jônicos que dividiam a Terra em três regiões: Europa, Ásia e Líbia.

mente, denomina a floresta da Cítia, coberta inteiramente de árvores de toda espécie, de Hiléia. Como bem observou Aroldo de Azevedo, em Heródoto, "vamos encontrar a fonte em que se inspirou Alexander von Humboldt, decorridos mais de 2200 anos, ao escolher o nome pelo qual designou a floresta Amazônica"¹⁹.

A diversidade de tipos humanos e as variações climáticas inspiraram a reflexão de Hipócrates, mais conhecido como o pai da Medicina, que viveu de 460 a 377 a.C. Sua obra que interessa à Geografia é o *Tratado dos Ares, das Águas e dos Lugares*, na qual discute as influências que o homem sofre do meio ambiente. Hipócrates acreditava que a diversidade de tipos humanos era decorrente das condições naturais dos lugares. Para ele, a fertilidade do solo estaria relacionada diretamente à indolência dos homens percebida nas regiões mais férteis, tendo em vista a facilidade em se obter os meios de vida; enquanto que, sob condições naturais mais adversas, os homens seriam mais dispostos ao trabalho, como exigência da própria sobrevivência.

Um marco fundamental na história do desenvolvimento do saber geográfico na Grécia se deu durante o século IV a.C. Foi com a expedição de Alexandre, em direção ao Oriente, nos anos compreendidos entre 334 e 324 a.C., quando a Pérsia foi conquistada, que o conhecimento das terras mais do interior se efetivou. Denominado o Magno, Alexandre da Macedônia, que viveu entre 356 e 323 a.C., foi discípulo de Aristóteles e duplicou o conhecimento que os gregos tinham até então do mundo. Acompanhado de sábios, igualmente discípulos de Aristóteles, entre eles Calistenes de Olinto e Anaxímenes de Lampsaco, chegou à Caldéia, ao Irã e à Índia. Foram esses pensadores os responsáveis por grande parte do conhecimento que o mundo ocidental teve acerca dessas regiões até o século XVIII. Enquanto essa expedição terrestre de Alexandre adentrava o interior, Nearco, em viagem marítima, fez o reconhecimento das costas do oceano Índico e do golfo Pérsico.

Em 331 a.C. Alexandre fundou Alexandria nas cercanias do Mediterrâneo e do delta do rio Nilo. Ali construiu a maior biblioteca da Antiguidade, fazendo de Alexandria um centro cultural até o sé-

19. Azevedo, 1965, p. 111.

culo II a.C., período de decadência de Atenas²⁰. A ciência era utilizada como instrumento de poder e fonte de crescimento econômico.

Na efervescência do conhecimento em Alexandria, o astrolábio foi inventado por Hiparco, que também estabeleceu a relação entre latitude e longitude e precisou a noção de clima. Elaborou um mapa celeste com cerca de 850 estrelas – um registro para que gerações futuras acompanhassem o movimento delas, expressando, assim, a produção do conhecimento não só como produto de um passado, mas também relacionado ao futuro.

Após um século da morte de Alexandre, a biblioteca de Alexandria esteve sob a direção de Eratóstenes. Ser diretor da biblioteca significava, a princípio, duas coisas: uma deferência do imperador e a responsabilidade pela educação do herdeiro do Império. Nascido em Cirene, Eratóstenes viveu por volta de 275 a 194 a.C. A importância de Eratóstenes se deve à construção de um pensamento que, ao contrário de Homero, procurava se desvencilhar de toda mitologia²¹. Sua grande contribuição foi a de ter calculado a circunferência da superfície da Terra em 42 000 quilômetros, muito próxima da atualmente considerada correta. O conhecimento da Antiguidade sistematizado por Eratóstenes chegou até nossos dias graças à obra de Estrabão, que fez uma ampla discussão de suas idéias.

Eratóstenes dividiu a Terra habitada em cinco partes, denominadas de esféricas, que tinham como parâmetro dois eixos perpendiculares: norte-sul e leste-oeste; ou seja, as coordenadas geográficas que constituem a base do pensamento geográfico. Seu mapa-múndi é o primeiro registro cartográfico que evidentemente tem as coordenadas geográficas como referência. Considerava como ecúmeno ape-

20. A biblioteca de Alexandria era, na verdade, um complexo de salas de leitura, museu, parque zoológico, jardim botânico, salas de dissecação, observatório astronômico; enfim, toda a sorte de meios necessários ao desenvolvimento do conhecimento. Euclides, Arquimedes e Apolônio, três grandes matemáticos, realizaram aí suas obras. Para se ter uma idéia do volume dessas obras, a biblioteca possuía 532 000 rolos de papiros, que equivaleriam a 100 000 livros.

21. Em Homero reside a gênese da concepção da Terra como "unidade" – a Terra considerada como um todo, em forma de disco, sob a abóboda celeste. O homem aparece como senhor de seu próprio destino, não apenas respondendo aos desígnios dos deuses.

nas um terço da Terra, muito embora tenha se referido várias vezes à possibilidade de vida nas outras regiões.

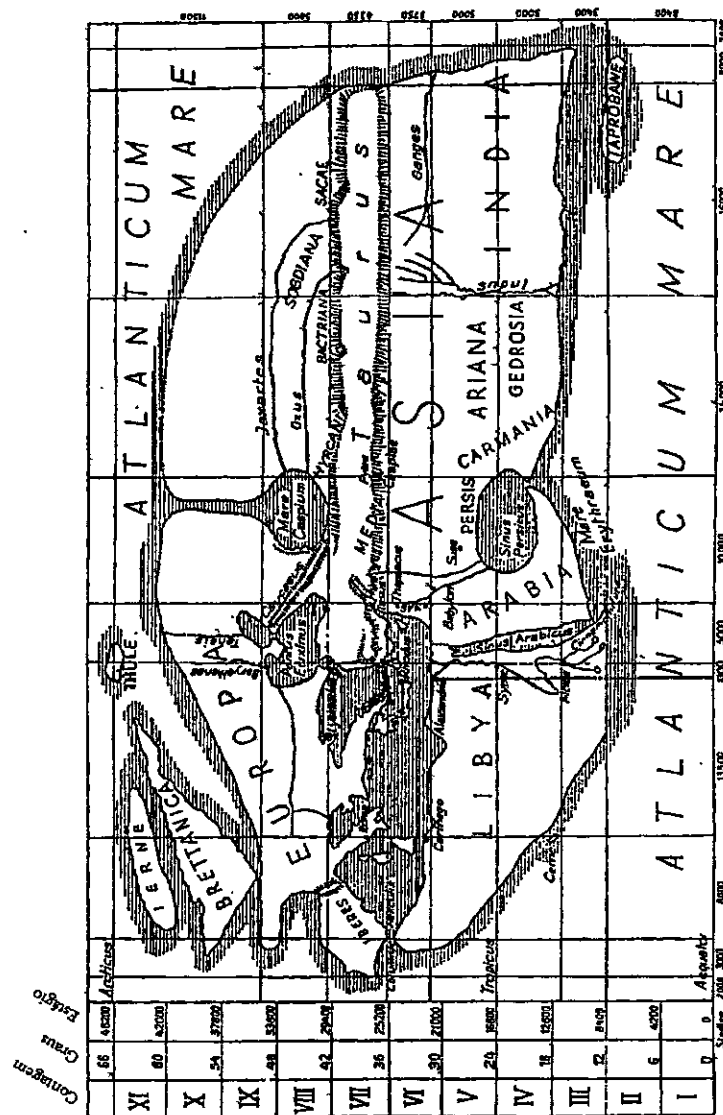
Eratóstenes escreveu duas sínteses, uma relativa à descrição geométrica da Terra e outra contendo a descrição do mundo de então; ou seja, da Terra habitada. Seus cálculos acerca da superfície da Terra foram corrigidos por Posidônio que encurtou suas distâncias, afirmando que a distância do Mediterrâneo até as Índias, pelo Ocidente, não deveria exceder a 20 000 quilômetros.

Em 79 a.C. ocorreu a erupção do vulcão Vesúvio que destruiu as cidades de Pompéia e Herculano. Nessa erupção, morreu Plínio, o Velho, que produziu uma obra de 37 volumes com conhecimentos de cosmografia, de vegetação, de recursos naturais, bem como realizou a descrição das províncias do Império Romano. Essa erupção vulcânica inspirou reflexões de caráter geográfico ao jovem Ptolomeu, que havia nascido por volta dos anos 100 d.C.

A partir da influência de Eratóstenes e de Hiparco, que construiu um mapa do mundo com meridianos e paralelos, Ptolomeu fixou a linha do meridiano e desenvolveu com precisão a localização dos lugares, considerando graus e minutos. Ptolomeu concebeu a Terra como imóvel e centro do Universo, ignorando a posição de Aristarco de Samos, que concebia o Sol como centro do Universo²².

Ptolomeu fez uma síntese de todo conhecimento grego e distinguiu Cosmografia de Geografia e Corografia. A primeira volta-se para o estudo do Universo, a segunda, para o estudo da Terra como um todo e a terceira diz respeito ao estudo das suas partes. Sua grande obra, *Síntaxis Matemática*, em 13 volumes, foi traduzida pelos árabes em 827 d.C. e denominada *Almagesto*. Essa versão árabe foi traduzida para o latim, em 1405 d.C., e se constituiu na maior fonte de conhecimento da Antigüidade durante o Renascimento²³. Entre outros trabalhos, escreveu Geografia, obra composta de 8 volumes.

22. Beroso, um babilônio, parece ter sido o único pensador da Antigüidade que compartilhava da mesma posição de Aristarco.
23. O primeiro volume dedica-se ao que poderíamos chamar de Geografia Matemática; o segundo volume, além de discutir a influência do clima nos homens, faz um inventário dos lugares, procedimento que se repete nos demais volumes. Esse inventário registra a posição (latitude e longitude) de todas as localidades, tomando como referência da latitude, o norte do Equador, e da longitude, o leste das Ilhas Afortunadas (Canárias).



A TERRA, SEGUNDO ERATÓSTENES
Fonte: Cf. Atlas of Ancient and Classical Geography, 1953.

A importância do conhecimento grego se refletiu na adoção da língua grega como meio de expressão do saber, mesmo entre outros povos. Quando a Grécia começou a entrar em decadência, a escrita em grego perdurou ainda por um bom tempo. Babilônios, egípcios, judeus alexandrinos, romanos, entre outros, escreviam em grego. O *Antigo Testamento* conheceu uma versão em grego, o que significou maior facilidade na propagação da religião cristã, uma das bases da cultura ocidental.

O transcorrer do apogeu grego para o romano, iniciado no século II d.C., significou um declínio no desenvolvimento do conhecimento científico na Grécia e, paulatinamente, a adoção do latim como meio de comunicação²⁴. A primeira obra de interesse à Geografia, escrita em latim, foi a de Pompônio Mela que, embora fosse de origem grega e nascido na Espanha, tinha um espírito verdadeiramente romano. Nessa obra, Pompônio descreveu parte da Europa, a região mediterrânea e as regiões banhadas pelo mar Báltico²⁵.

Sob o Império Romano de expansão terrestre, assim como sob o de Alexandre, porém com uma duração muito maior, de quatro séculos de expansão em contraposição aos quase dez anos de Império daquele, a prática de compilações, de inventários e de descrições dos lugares percorridos e dominados se desenvolveu. Praticamente, no século II d.C., Roma já dominava toda a região do Mediterrâneo. O século I d.C., que com suas legiões conquistava terras e povos para o Império, tornava-se o governador dessas terras; o reconhecimento da vitória militar tornava-o um administrador para a grandeza do Império. Para esse vencedor iriam as terras conquistadas. Repetindo, usando expressão latina, para o *provincere* as terras. Aí reside a origem da palavra província – presente nas línguas de origem latina – para designar uma porção administrativa de terras.

No entanto, não bastava vencer nem apenas romanizar os lugares, para administrá-los era necessário, também, inventariá-los e

24. Para René Cloizier, é ao pensamento grego que se deve creditar os conhecimentos geográficos do período romano, cujos maiores pensadores são Hiparco e Posidônio, no século II a.C., e Estrabão e Ptolomeu, no século I a.C. (1942).

25. Sua obra *Chorographia* ou *De Situ Orbis* teria sido publicada, provavelmente, no ano de 42 d.C.

conhecê-los como instrumento de dominação e poderio imperial. E sempre novos arrolamentos eram feitos, dentre eles cabe destacar o elaborado por Tácito, que trouxe novos conhecimentos sobre a Europa ao inventariar a região compreendida entre o Reno e a Ucrânia, que está relatada em sua obra *Germânia*, publicada em 98 d.C.

A gigantesca expansão terrestre do Império Romano não excluiu a marítima, como geralmente é dado a entender. Por volta dos anos 200 a.C., Políbio navegou a costa africana com suas sete galeras, chegando até a Mauritânia. Compartilhou da concepção da Terra como plana, tendo o Mediterrâneo como divisor central das regiões. A Terra foi dividida por ele em seis zonas climáticas. Divergindo da opinião geral, considerou possível a vida na zona equatorial.

A partir do século II a.C. até a queda do Império Romano no século V de nossa era, a figura de Estrabão pode ser considerada a de maior relevância no tocante ao conhecimento geográfico antigo.

Nascido na Amásia, na Ásia Menor, em 63 a.C. e falecido em 25 d.C., Estrabão recebeu uma educação helenística primorosa. Sua obra, denominada *Geografia*, escrita num grego fluente, composta de 17 volumes, chegou até nossos dias quase que completa, pois apenas o sétimo volume está incompleto. No *Livro Primeiro*, faz uma revisão crítica dos conhecimentos geográficos, como era prática dos pensadores daquela época. Eratóstenes e Hiparco são largamente discutidos. No *Livro Segundo*, discute o que poderíamos chamar de Geografia Matemática; nos demais, mostra-se a vida do ecúmeno, dividido em regiões, com suas histórias, costumes, economia e instituições²⁶.

Estrabão inicia sua obra afirmando:

A geografia, que nós nos propomos a estudar na presente obra, nos parece ser, como algumas outras ciências, do domínio da filosofia, e mais de um fato nos autoriza a pensar assim: de início, os primeiros autores que ousaram tratar da geografia eram precisamente os filósofos: Homero, Anaximandro de Mileto, seu compatriota Hecateu, Eratóstenes – a quem faremos observação em seguida – depois

26. O terceiro livro tem o nome *Ibéria*; o quarto, *Europa Centro-Oriental*; o quinto e sexto, *Itália*; o sétimo e oitavo, *Europa Oriental*; o nono, *Grécia*; o décimo, *Creta*; do décimo primeiro até o décimo quarto, *Índia*; o décimo quinto, *Pérsia*; o décimo sexto, *Mesopotâmia* e o décimo sétimo, *Egito e Líbia*.

Demócrito, Eudóxio, Dicaarque, Éfora e muitos outros, enfim, mais recentemente, Eratóstenes, Políbio, Posidônio, filósofos também os três. Em segundo lugar, a multiplicidade de conhecimentos indispensáveis que conduz à semelhança é o compartilhar, unicamente, no que diz respeito à contemplação das coisas divinas e humanas, quer dizer, do objeto mesmo da filosofia. Enfim, a variedade de aplicações que é susceptível à geografia, que pode servir, por sua vez, às necessidades dos povos e aos interesses dos chefes e que tende a nos fazer melhor conhecer o céu, de início; depois, todas as riquezas da terra e dos mares, tanto quanto dos animais e das plantas, os frutos e os outros produtos próprios a cada lugar, essa variedade, dizemos nós, implica que o geógrafo tenha esse mesmo espírito filosófico habituado a meditar sobre a grande arte de viver e de ser feliz²⁷.

Nessa longa transcrição, Estrabão indica a tradição filosófica da Geografia e denomina geógrafos aqueles que se voltam ao conhecimento da Terra. Além disso, assinala o conhecimento geográfico como um saber que permite, de um lado, conhecer o mundo, criando maiores possibilidades de responder às necessidades humanas, e, de outro, colocar-se como um saber estratégico do homem.

Consideramos Estrabão o marco inaugural da Geografia Regional, pois os recortes analíticos que elabora não são feitos a partir de parâmetros geométricos, embora considerasse a Geometria o fundamento da Geografia. Seus recortes são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações. Nesse sentido, é um continuador de Homero, tanto é que sua revisão crítica do conhecimento geográfico parte da obra desse autor; mas, como Eratóstenes, seus textos estão despidos de mitologia, centrando-se mais em fatos concretos.

A vida de Estrabão transcorreu no âmbito do domínio romano, em que Roma se colocou como o centro de um vasto Império. Não deixa de ser significativo que a Índia, longe da alçada de Roma, é objeto de uma descrição muito genérica em sua obra. A partir do século V d.C., o trabalho de Estrabão se tornou obra de referência fundamental.

O Império Romano, no qual as especiarias da Índia eram levadas à Roma, como também o ouro e o marfim do Egito, a prata das terras circundantes do Mar Negro, a seda da China e o âmbar da Germânia, conheceu abalos por volta de 270 d.C., devido às incur-

sões dos bárbaros que prenunciaram o começo do seu fim. A sociedade romana imergiu numa adoração de deuses que tinham poderes naturais. Em Roma, o Sol foi proclamado Deus no ano de 274 d.C. Sacralizou-se a natureza, tornando desnecessário qualquer outro esforço explicativo. Tudo ocorria devido às obras e vontades dos deuses. Grande parte dos textos, herdados da tradição antiga, desapareceram. Em 410 e 455 d.C., a grande Roma foi saqueada e conquistada. O poder do maior Império do mundo foi aniquilado em 467 d.C.

Séculos de domínio transcorreram. O horizonte geográfico ampliou-se: um quarto da África, um terço da Ásia e metade da Europa foram conhecidos. Mas a ampliação do horizonte geográfico para o Oriente não se deveu nem aos gregos nem aos romanos, vindo a ocorrer bem depois. Foi obra, sobretudo, dos árabes que, conquistando terras e povos entre os séculos VI e XII, difundiram a religião muçulmana desde o extremo Ocidente, na Espanha, até o Oriente, na China, tendo como centro a cidade de Bagdá²⁸.

Esse domínio árabe tem duas características importantes: de um lado, o conhecimento geográfico e, de outro, a peregrinação; ambas características referenciadas na mobilidade territorial. A primeira diz respeito ao caráter de uma civilização com presença de povos nômade que, necessariamente, precisam desenvolver o sentido de orientação e o conhecimento dos lugares. A segunda vincula-se diretamente à religião muçulmana, que sugere que todo muçulmano deve proceder, ao menos uma vez na vida, à peregrinação até a cidade sagrada de Meca.

Orar, voltando-se sempre para Meca, exigia orientação constante. Estendendo o tapete sob o solo, os muçulmanos sacralizavam o lugar e se orientavam para entrar em comunhão com Alá. Orientados pela Lua e estrelas, percorriam distâncias; conhecer o céu não se constituía numa simples curiosidade; antes de tudo era preciso observá-lo para se orientarem nos desertos. Assim, antes de qualquer cartografia dos terrenos, foi a cartografia celeste que primeiro se de-

28. Tendo Meca como centro difusor do islamismo, na península arábica, o Islão se expandiu conquistando vários povos, como os sírios, os persas, os berberes e os bizantinos. Durante 200 anos, conformou-se como uma unidade política com fortes laços, devido ao substrato cultural fundado nos preceitos de Maomé e na língua árabe.

27. Cf. Estrabão, 1909.

senvolveu. Instrumentos foram concebidos ou assimilados de outras civilizações para permitir melhor orientação²⁹.

O domínio intelectual dos árabes estava nas mãos dos sírios e bizantinos, que traduziram muitas obras do grego para o árabe³⁰. Foi entre os anos de 800 a 1050 que o conhecimento dos árabes alcançou maior apogeu. A importância desse conhecimento para o desenvolvimento da expansão árabe era clara para os califas; tanto que o califa Al-Mamun acabou por fundar, em Bagdá, uma biblioteca, um observatório e uma academia científica. Foi por sua ordem que a obra de Ptolomeu foi traduzida, transformando-se, ao lado das obras de Aristóteles, na principal referência intelectual dos árabes. O sentido de observação permanente da abóboda celeste permitiu aos árabes elaborar correções aos conhecimentos herdados dos gregos e obter maior precisão nas medidas dos meridianos. Preservaram, contudo, a idéia de imobilidade da Terra.

Quanto ao conhecimento das terras, tanto as viagens comerciais e de peregrinos como as invasões expansionistas dos árabes concorreram para o conhecimento dos lugares. Acima de tudo, esse conhecimento era fundamental para os árabes na preservação da unidade do seu Império; tanto quanto tinha sido para os romanos. Inventários foram elaborados, descrevendo os recursos naturais, os povos e os costumes. As rotas comerciais, assinaladas. Guias para os viajantes foram concebidos com indicação dos lugares sagrados a serem visitados nas peregrinações, qualquer que fosse a origem recôndita do peregrino. Além do conhecimento dos céus, o conhecimento dos lugares se desenvolveu intensamente durante o período de apogeu dessa civilização. Produziu-se um conhecimento geográfico, acima de tudo, descritivo.

Como dissemos, os árabes conheciam mais o Oriente do que o Ocidente. Talvez aí resida, em parte, a explicação por terem incorporado tantas especulações fantásticas nos relatos de viagens e nas descrições dos lugares. É conhecido que no Oriente, em particular na

29. Aos árabes se deve a difusão da bússula no Ocidente. Conheceram esse instrumento quando se colocaram em contato com a China, onde foi inventado no ano de 271 d.C.

30. Bizâncio, às margens do mar Negro, foi uma cidade fundada pelos gregos no século VII a.C. e se tornou a capital do Império Romano do Oriente, já denominada, então, de Constantinopla, atual Istambul.

Índia, a fronteira entre o real e o irreal era mais tênue do que no Ocidente.

Mas-Udi, utilizando as observações de suas próprias viagens — da Galícia à China, e de Madagascar à Rússia —, compilando relatos de outros viajantes e estudando as teorias de Ptolomeu, afirmou que todos os mares eram conectados uns com os outros. Ibn Fosslian, no século IX, descreveu o império russo e Haukal os países maometanos. Cada vez mais o Oriente passou a ser conhecido e o conhecimento sobre o mundo se ampliou.

Al-Idrisi, nascido em Ceuta, por volta do ano 1100, é, sem sombra de dúvida, um dos grandes geógrafos do mundo árabe (se é que podemos nos referir a ele desse modo), tendo empreendido várias viagens pelo mundo: Europa, África e China. Foi persuadido pelo rei Rogério II, da Sicília, a se fixar na corte, em Palermo, centro importante de mercadores, o que lhe possibilitou aproximação freqüente com viajantes. Reuniu conhecimentos produzidos pelos muçulmanos e pelos cristãos, o que lhe permitiu realizar uma obra bastante ampla e rica em detalhes. Escreveu *Entretenimento para Aquele que Deseja Viajar ao Redor do Mundo*, descrevendo regiões, populações, mares, cidades e os mais diferentes costumes. A pedido do rei, construiu uma esfera celeste e um mapa-múndi de prata contendo todas as informações que pôde registrar.

Seguindo a divisão do mundo de Ptolomeu, elaborada com parâmetro no clima, Al-Idrisi procedeu a uma divisão mais detalhada da Terra, dividindo cada região em 10 seções longitudinais. Assim, dividiu o mundo em 70 seções e procedeu à descrição de cada uma delas, ilustrando-as com um mapa³¹.

As maiores descrições dos lugares devem-se, sem dúvida, a Ibn Batutah, maior viajante do século XIV, nascido provavelmente em 1368, em Tânger. Suas viagens excederam às dimensões das de Marco Polo; durante trinta e dois anos viajou pela Europa, pela costa da África, pela Síria, pela Arábia, pela Ásia Menor, pela região do mar

31. Segundo George Kimble, é praticamente inexplicável como a obra de Al-Idrisi tenha permanecido tão desconhecida da civilização cristã, pois é expressão do contato de duas civilizações. Quando foi traduzida, em 1619, em Roma, o tradutor registrou que não sabia quem era o autor da obra (1938, pp. 59-60).

Negro e do mar Cáspio, chegando até a Malásia, na Ásia. Ibn Batutah foi um rico comerciante e chegou a ser embaixador na China.

Ibn Khaldoun contribuiu para a elaboração de um conhecimento geográfico que continha uma visão cíclica da história. Nascido na Espanha, passou a maior parte de sua vida na Tunísia. Tendo vivido entre 1332 e 1406, já na fase de decadência do Islão, Ibn Khaldoun dizia que todas as civilizações teriam os estágios de crescimento, de maturidade e de morte. Essa visão traduziu-se numa preocupação histórica, na qual procurou explicar a formação dos estados, sem contudo deixar de tratar dos aspectos da natureza³².

Khaldoun, continuador das idéias de Al-Idrisi e de Ptolomeu, dividiu o mundo em sete regiões, como ambos já haviam feito. As regiões, embora mantivessem como norteador o clima, eram relacionadas também à agricultura. Segundo sua opinião, o clima seria o grande responsável pela distribuição das civilizações no mundo. Considerava as regiões setentrionais e meridionais pouco povoadas e civilizadas devido ao clima muito frio ou muito quente. Para ele, o clima tinha uma forte influência no caráter das pessoas. Dizia serem mais afáveis as pessoas de regiões mais quentes, enquanto as que viviam em montanhas ou em regiões frias, mais melancólicas.

Enquanto os árabes faziam suas incursões pela Europa e Oriente, do extremo norte da Europa, bem como da sua porção mais central, outros povos invadiam a Europa Ocidental, como os magiares e os viquingues. Os primeiros, por incursões em direção à península Itálica, simplesmente pilhavam as riquezas; enquanto que os segundos, pelos mares, procuravam estabelecer pontos de colonização.

Os viquingues lançaram-se em viagens marítimas, atravessando os mares gelados e enfrentando as agruras de um clima extremamente frio, rompendo as banquisas que lhes obstruíam a passagem; chegaram à Islândia, à Groenlândia e à América. Em suas embarcações – as imponentes *drakkars* –, os viquingues, orientados de dia pelo ângulo do sol e, de noite, pela constelação da Ursa Menor, que tem na extremidade de sua cauda a estrela Polar, chegaram à Islândia em 867, que já havia sido alcançada em 795 pelos irlandeses. Foi precisamen-

te um islandês, de cognome Eric, o Vermelho, que chegou à Groenlândia em 982, a meio caminho do continente americano.

No ano 1000, seu filho, Leif Erickssönn, recebeu a missão de cristianizar a Groenlândia. Nessa viagem, uma tempestade tenebrosa o desviou da rota, conduzindo-o para o oeste, levando-o a aportar em terras que seriam denominadas, mais tarde, de Novo Mundo. Algumas viagens e tentativas de colonização foram empreendidas para essas paragens, onde as terras mais verdejantes e com vinhas foram denominadas de Vinland. No entanto, as dificuldades encontradas os fizeram desistir de colonizar essas terras. De um lado, teriam que desafiar os empecilhos provenientes da longa e difícil travessia; de outro, enfrentar, com inferioridade numérica e sem conhecimento de armas de fogo, os povos ancestrais dos esquimós. Na verdade, os viquingues haviam chegado muito cedo ao Novo Mundo.

Cristianizar ou islamizar eram objetivos inseparáveis da expansão territorial. A formação de reinos e impérios marcava o cenário de uma Europa Medieval constituída a partir da queda do Império Romano. O embate entre esses dois mundos – cristão e muçulmano – traduziu-se na Reconquista dos povos ibéricos de suas terras dominadas pelos árabes, nas expedições feudais – as cruzadas – que, do século XI ao XIII, lutaram pela dominação da Terra Santa.

Nessa época, a Europa Medieval tinha no poder da Igreja a compulsão que ritmava a vida. As terras eram divididas em feudos, onde senhores exerciam seu domínio sobre os servos da gleba. O saber era apanágio, sobretudo da Igreja, para a qual o conhecimento adquirido com algum método, quando não recusado, era praticamente indiferente. Do ponto de vista da Igreja, o estudo sistemático da natureza não conduziria a realizar seu objetivo supremo que era o de conhecer Deus, considerando legítimo e acabado o conhecimento advindo do estudo da Sagrada Escritura.

Por meio da Bíblia, o mundo se explicava e se tornava compreensível. Foi assim que a Igreja Medieval respondeu a várias questões como, por exemplo, a origem e idade do nosso planeta. A criação do mundo por obra de Deus em seis dias teve uma interpretação na qual, por mil raciocínios, concluía-se que da Criação ao nascimento de Cristo haviam transcorrido 5550 anos. Formulações como essas, consagradas na época como verdades, deitavam por terra muitas ex-

32. Suas obras principais são: *Os Prolegômenos e História dos Berbers*.

plicações geográficas como, por exemplo, a de Heródoto acerca da formação do delta do Nilo. Ele considerava que o processo de formação do delta do Nilo teria ocorrido a partir de depósitos aluviais, num período que poderia retroceder até a vinte mil anos; raciocínio que deixou de ser considerado.

Mais curiosas foram as especulações de alguns padres que "cientificamente" estimaram o tamanho da arca de Noé. Esta, que deveria conter toda a criação divina da Terra, teria 54000 metros de comprimento, 1500 de largura e 500 metros de altura. Na verdade, com tal especulação, nada mais fizeram do que consagrar Noé como o maior construtor naval de todos os tempos.

Durante o período medieval, o conhecimento de novos lugares deveu-se, sobretudo, à experiência dos mercadores, visto que o pensamento eclesiástico não valorizava tal conhecimento. Tanto que foi um mercador, chamado Cosmas Indicopleutes, no século VI, tornado mais tarde monge, que escreveu, num convento alexandrino, uma obra ampla, em 12 volumes, de interesse da Geografia, denominada *Topografia Cristalina*.

O comércio, em direção ao Oriente, alcançou o vasto império mongol que, excetuando a Índia e a Ásia Menor, estendia-se por toda Ásia. Ao flamengo Guillaume de Rubrouck, que percorreu a Criméia e as estepes do sul da Rússia, credita-se o conhecimento desses lugares, descritos por ele quando regressa em 1255.

A grande obra da Idade Média sobre o conhecimento dos lugares foi a de Hayton de Corigos, filho do rei Hayton I, da Armênia. Abade armênio, em 1307, Hayton percorreu o interior da Ásia, em particular o mar Negro e as estepes e as vizinhanças do lago Baikal, chegando à capital do Império mongol, Karakorum. Escreveu suas observações dando a conhecer ao Ocidente o modo de vida dos nômades mongóis.

Mas o mais famoso viajante desse período foi, sem dúvida, Marco Polo. Ele empreendeu sua primeira viagem, em 1271, acompanhado por seu pai e tio, que já haviam feito viagens anteriores ao Oriente. Chegou até Cambalik, centro do império mongol, e recebeu a missão do grande Khan de estabelecer contato com o papa³³. Empreendeu

33. A localização de Cambalik é próxima a Pequim atual.

várias viagens e esteve a serviço do grande Khan por dezessete anos, tornando-se, inclusive, governador de Kinsay que, com uma população de cerca de três milhões de habitantes e que teria doze mil pontes construídas, fazia a grande Veneza de Marco Polo parecer insignificante. Marco Polo, que retornou definitivamente à Europa em 1295, deixou uma obra conhecida, *O Livro das Maravilhas*, em que descreve as várias regiões que percorreu.

Excluído os relatos de viagens, pouco se produziu sobre o conhecimento geográfico durante a Idade Média. Nesse período, a Igreja era quem "recolhia no seu asilo sagrado a ciência desprezada no mundo profano, e tomava a seu soldo, como auxiliar das lutas teológicas com que mantinha a fé e a autoridade do seu gládio espiritual"³⁴.

Desafiando a ordem vigente e com espírito audacioso, houve pensadores que, a par da teologia e do pseudo-conhecimento, anteciparam o iluminismo, colocando a razão acima da fé, mesmo no interior da própria Igreja, local privilegiado do conhecimento, onde alguns de seus redutos eclesiásticos se constituíram nos núcleos das primeiras universidades.

Entre os pensadores mais eminentes da Idade Média, cabe mencionar São Tomás de Aquino (1225-1274). Ele relacionou a filosofia aristotélica ao pensamento cristão, afirmando que, por emanarem de Deus, tanto a fé como a razão não podiam ser opostas. Dessa mesma época, gostaríamos de destacar, ainda, a figura do franciscano inglês, Francis Bacon, que viveu entre os anos de 1214 e 1294.

Francis Bacon criticou o pensamento dominante e inquestionável de Aristóteles. Para ele, o conhecimento deveria se livrar de toda sorte de representações; para tanto, propôs o método experimental que, fundado em observações e comparações, permitiria chegar às formas universais e às generalizações. Dizia que a partir de um trabalho ordenado e sistematizado – não por procedimentos acidentais – a indução se realizaria, conduzindo ao conhecimento.

Adiantando-se à ciência experimental e acreditando na infinita possibilidade do homem em utilizar e subjugar as condições naturais, Bacon escreveu:

34. Coelho, 1988, p. 16.

Fabricar-se-ão instrumentos para navegar sem o auxílio de remadores para que os maiores navios possam vogar tendo um só homem de tripulação, e movendo-se com maior velocidade do que se levassem mareantes. Haverá carros que, sem cavalos, correrão com uma rapidez impossível de imaginar. Não de construir-se aparelhos para voar, e no meio deles indo o homem sentado, movendo um certo maquinismo (*ingenium*), despregará as suas asas fictícias, e cortará os ares, como o fazem as aves com as suas asas naturais... Um outro instrumento servirá para tirar qualquer objeto resistente por cima de um terreno liso, e permitirá a um só homem o puxar mil pessoas contra sua vontade. Haverá um mecanismo para descer ao fundo do mar e dos rios sem o mínimo acidente; aparelhos para nadar e aspirar debaixo da água. Sobre os rios se erigirão pontes sem colunas nem pagãos³⁵.

Aos poucos, o pensamento livre foi deixando de ser condenado e considerado heresia, processando-se uma renovação intelectual; processo em que príncipes e senhores feudais passaram a apoiar o desenvolvimento do conhecimento, inclusive desafiando o poder da Igreja.

Não há dúvida alguma de que foi a partir da Itália que se revolucionou o modo de pensar, ocasionando uma profunda renovação do conhecimento. O movimento intelectual denominado de Humanismo recuperou o pensamento da Antigüidade Clássica, propondo um *renascer* do homem³⁶. Na pintura, a figura humana passou a ser objeto de representação. O retrato se impôs e a figura do homem passou a ser objeto de estudo. Revolucionou-se a forma de vestir: as calças compridas justas dos homens passaram a revelar a anatomia do seu corpo, a cintura justa dos trajes das mulheres marcava a silhueta feminina. Valorizou-se a figura humana. Em virtude justamente desse "renascimento" da preocupação com o homem, entende-se a força da nomeação desse período, denominado Renascimento.

35. *Apud* Coelho, *op. cit.*, p. 29.

36. Em 1409, aparece a tradução, do grego para o latim, de 8 volumes da Geografia de Ptolomeu feita pelo florentino Giacomo d'Angelo. Porém, nessa tradução não estão presentes os mapas, os quais parecem, na verdade, não terem sido elaborados por Ptolomeu, mas por Agathodemon, no século III, conforme interpretação de Numa Broc. Em 1475, esta obra teve sua primeira impressão. Nessa edição de 1475, também não estão presentes os mapas que só aparecem na edição feita em Bolonha no ano de 1478. Com relação a esses mapas, é controversa a autoria de Ptolomeu. Por esses refletirem fielmente o pensamento de Ptolomeu e estarem presentes em muitas traduções, ficaram conhecidos como mapas de Ptolomeu. Para L. Bagrow, esses mapas teriam sido feitos por Maximo Planudes, um monge grego, aproximadamente em 1300. Cf. Randles, 1994, p. 27; e Broc, 1986, p. 9.

Os temas centrais do pensamento nesse momento eram a natureza, a história e a palavra. Podemos citar como expressões maiores do novo modo de pensar: Petrarca, Giordano Bruno, Erasmo de Roterdã e Thomas More. Foi nesse contexto que se originou a maneira de pensar da ciência moderna que, retomando o conceito grego de razão e se fundamentando na experiência, inaugurou um novo conceito de ciência. A observação, a quantificação, a mensuração, a descrição, o conceito de função e a preocupação com a elaboração de leis gerais passaram a ser os novos referenciais do pensamento.

A grande figura que pode simbolizar esse momento de inflexão, como originador de um mundo moderno, foi sem dúvida Nicolau Copérnico (1473-1543). Opondo-se à posição consagrada de Ptolomeu de que a Terra é imóvel e centro do universo, Copérnico desenvolveu a teoria heliocêntrica do Universo, na qual o Sol se constitui no centro, tendo ao seu redor a Terra e os outros planetas em movimento. Nascido em Torun, na Polônia, tendo estudado os autores gregos, bem como a matemática e a medicina na Itália, superou a concepção de um mundo fechado em si mesmo, construindo uma concepção aberta e dinâmica do mundo em movimento; registrou suas principais observações em *Das Revoluções dos Corpos Celestes*.

No entanto, a aceitação de idéias que renovavam o pensamento não se fez sem resistências³⁷. Cerca de 150 anos após a morte de Nicolau Copérnico, ainda se afirmavam as teses de Ptolomeu.

Quando el Autor de todo lo Criado
El Caos desferro del Universo
Por certo* colocò de las Esferas
En la elthera región el mundo immenso
Es redonda fu forma y es immobil,
Aunque movable a algunos** le crieron,
Fundando fe en erradas opiniones
Con aparentes pruebas e argumentos.³⁸

37. A afirmação de que Deus não está fora do mundo, mas dentro do mundo, e que existe uma infinidade de mundos, conduziu Giordano Bruno à condenação à morte pela Inquisição, em 1600.

38. * Los Copernicos creieron por centro el sol.

** Los Copernicos tuvieron opinion de que era movable, y que está en el lugar que creemos el sol; lo que por heregia reprueva la S. Iglesia. (Cf. Medrado, 1703, p. 10).

Ao lado de Copérnico, devemos lembrar Johannes Kepler e Galileu Galilei na afirmação de um método de investigação baseado no conhecimento quantitativo da natureza. Galileu (1564-1642) foi o primeiro a usar a luneta como instrumento para estudos, comprovando a teoria heliocêntrica. Johannes Kepler (1571-1630) foi quem mostrou que as órbitas dos planetas são elípticas e não circulares. Ainda, dentre esses pensadores, cabe lembrar Nicolas Machiavel, que tornou transparente a clivagem entre moral e política, e Michel de Montaigne que, com seu ceticismo, questionou as falsas aparências. Leon Battista Alberti, ao descobrir os princípios da perspectiva, possibilitou uma visão nova do mundo, uma visão aberta ao infinito que teve como decorrência, pela primeira vez, na arte de pintar, a paisagem como tema. Martin Lutero, com o movimento da Reforma da Igreja Católica, criou uma grande ruptura na ordem estabelecida e João Calvino, com a idéia de que o sucesso econômico e social é um desígnio da vontade de Deus, produziu uma ética do trabalho que passou a caracterizar a sociedade moderna.

A cidade de Florença era o centro intelectual do Renascimento. Desde 1406, os florentinos haviam conquistado Pisa e Livorno, alcançando, assim, saída para o mar e se afirmando como potência política e mercantil. Para aí convergiram os sábios bizantinos, trazendo a tradição do conhecimento grego e tornando-se os impulsores do florescimento do conhecimento intelectual.

Outros centros importantes eram Gênova, Veneza e Constantinopla. As duas primeiras cidades haviam sido importantes portos até 1290, quando perderam o monopólio do comércio com o Oriente. Devido à prática do comércio marítimo, os genoveses e venezianos tinham grande experiência na arte de navegar. Tanto que foi um genovês, dirigindo caravelas portuguesas, que, no século XIII, mais precisamente em 1341, chegou às ilhas dos Afortunados na costa africana. No início do século XV, Portugal intensificou suas viagens marítimas, alcançando vários pontos da costa da África e estabelecendo colônias. Mas o grande desafio era a viagem às Índias por um caminho que não fosse pela cidade de Constantinopla, já que esta porta comercial do Oriente estava ocupada e controlada pelos turcos.

Na corte de Florença e de Veneza, no ano de 1428, o príncipe regente de Portugal, Dom Pedro, irmão mais velho do infante Dom

Henrique, o Navegador, procurou mapas e documentos para levar a Portugal. Mais precisamente, buscava informações para compor os acervos da Academia de Sagres, que teria sido organizada no princípio do século XV, composta de palácio, observatório, capela e edificações para os que ali trabalhavam. Nessa Academia, cristãos, judeus e muçumanos se debruçavam sobre os portulanos, livros e documentos e, sobretudo, experimentavam a arte de navegar, tendo como inquietação permanente a possibilidade de vida nas regiões intertropicais, quase desconhecidas.

Os descobrimentos marítimos, ao menos em parte, tornaram-se possíveis porque, para auxiliar as grandes navegações, redescobriu-se o conhecimento da Antigüidade Clássica, abalando-se assim as concepções características do conhecimento geográfico da Idade Média. Estrabão e Plínio, o Velho, foram traduzidos e voltaram a ser conhecidos. A obra do primeiro, *Geografia*, conheceu uma tradução latina, em 1470, e a do segundo, *História Natural*, já havia sido divulgada no ano anterior.

Várias traduções das obras de Ptolomeu, do grego para o latim, foram feitas no século XIV³⁹. Muitas dessas continham equívocos e não vinham acompanhadas dos mapas – cuja autoria é controversa, como observamos anteriormente. Uma das mais importantes, pela sua correção e precisão, publicada em 1535, foi a tradução do espanhol Miguel Servet, professor da Universidade de Salamanca, admirador da cultura grega, que elaborou um trabalho precioso de comparação das várias versões existentes com o texto publicado em grego, dois anos antes, por Erasmo de Roterdã, na Basileia⁴⁰.

Os trabalhos de Ptolomeu, bem como os de Marino de Tiro, foram analisados pelo melhor cosmógrafo florentino, Pablo del Pozzo Toscanelli, e serviram como fonte de inspiração a Cristóvão Colombo⁴¹. Esse florentino, que viveu entre 1378 e 1482, sistematizou o co-

39. Uma das primeiras traduções de Ptolomeu, em italiano, data de 1482, tendo sido feita a partir, não do original grego, mas da versão em latim, elaborada por Jacopo d'Angelo em 1421.

40. Dentre as obras de Miguel Servet, cabe destacar *Geografia*, publicada em 1541 em latim.

41. Marino de Tiro viveu no século II da era Cristã. Reduziu a projeção cônica de Ptolomeu a linhas retas, fazendo com que os meridianos e paralelos se cortassem em linhas retas

nhecimento geográfico de seu tempo e elaborou um mapa e uma carta náutica admiráveis. A partir do trabalho de Marino de Tiro, Toscanelli calculou a circunferência terrestre numa dimensão menor do que realmente ela é. Pode-se atribuir a isso, em grande parte, a ousadia da viagem de Colombo que, conhecendo os trabalhos de Toscanelli, pensava atingir as Índias pelo Ocidente, percorrendo assim um trajeto menor do que se se propusesse a contornar a África.

O primeiro globo representando o mundo, no entanto, foi elaborado em Portugal. Nele, a Ásia é localizada justamente onde está a América, a uma distância bem menor da Europa, seguindo os preceitos de Marino de Tiro, reafirmados por Toscanelli⁴².

Esse período de transição do mundo medieval para o moderno é marcado pelo notável desenvolvimento do comércio, assinalando um novo tempo fundado nas trocas mercantis. Ao comércio associavam-se as viagens que expandiram o horizonte geográfico a leste e a oeste do Mediterrâneo. As novas terras conhecidas foram chamadas de Novo Mundo, denominação que posteriormente passou a ser referida apenas à porção a oeste, ou seja, apenas à América e associada às grandes navegações.

Com os reinos recém-formados de Portugal e da Espanha, é a partir da península Ibérica que a navegação avança para o Novo Mundo. Portugal, numa estreita e extrema faixa litorânea a oeste, "alevanta-se", como bem expressou Camões:

Cessem do sabio Grego e do Troiano
As navegações grandes que fizerão,
Calle-se de Alexandre e de Trajano
A fama das victorias que tiverão,

perpendiculares; e reduziu a medida da circunferência da Terra para que esta pudesse se ajustar mais perfeitamente à região do ecúmeno, região em que se pensava ser possível a vida humana.

42. Esse globo terrestre foi elaborado por Martin Behaim, natural de Nuremberg, que se instalou em Portugal em 1484; nele também trabalhou o pintor Jorge Glockendon. Somente em 1507 surgiu um globo terrestre em que a América aparece como continente distinto da Ásia, elaborado por Martin Waldseemüller que usou pela primeira vez o nome América para denominar as terras do Novo Mundo que ficavam a oeste.

Que eu canto o peito illustre Lusitano
A quem Neptuno e Marte obedecerão;
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta⁴³.

Desde o movimento da Reconquista, no século XIII, que Portugal se liberou do domínio árabe, os portugueses se colocaram como os primeiros a desenvolverem uma consciência de unidade, construindo as bases para a formação de um Estado-nação. Em 1385, na batalha de Aljubarrota, a dinastia de Avis subiu ao poder. Foi quando essa incipiente nação se lançou num longo projeto de expansão marítima.

Essa expansão fundou-se no uso e aperfeiçoamento da caravela e das técnicas de orientação marítima, que provocaram uma verdadeira revolução na arte de navegar, permitindo uma navegação mais rápida e em alto-mar. Com a difusão do astrolábio – instrumento que permite calcular as latitudes – e com o aperfeiçoamento da bússola – instrumento que indica o norte magnético –, estavam dadas as condições que permitiriam uma navegação mais distante e orientada com segurança⁴⁴. Caravelas, naus – estas de maior porte e capacidade de transporte que aquelas –, astrolábio, quadrante e bússola constituíram as bases técnicas para as incursões mar adentro, livres da restrição de ficarem bordejando as costas litorâneas; estavam criadas as condições para a realização de viagens de circunavegação da Terra.

Utilizando o poder da Igreja, como juiz supremo, o papa Alexandre VI editou uma bula na qual as novas terras descobertas por Espanha e Portugal seriam divididas segundo uma linha imaginária que passava a 100 léguas a oeste de Açores. Cabe observar que as regras papais implicitamente colocavam restrições a todas as nações não ibéricas de procederem às navegações de exploração, ao comércio e à conquista, nos moldes em que eram feitos por Portugal e Espanha com o apoio da Igreja. Isso foi em 1493. No ano anterior, Cristóvão Colombo havia tido sucesso em sua viagem. Era evidente a disputa

43. Camões, s.d., p. 6.

44. A bússola era conhecida dos chineses já no século II, mas só a partir do século XII é que começa a ter uso generalizado entre os europeus e a ser usada na navegação.

entre Portugal e Espanha sobre as terras a serem descobertas. Em 1494, foi estabelecido um tratado, na cidade de Tordesilhas, em território espanhol, que redefiniu a divisão dessas terras. As novas terras seriam ou de Portugal ou da Espanha, dependendo de sua localização. Seriam espanholas se se situassem a 270 léguas a oeste de Açores ou a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, e seriam portuguesas se estivessem localizadas a leste dessas referências.

O Tratado de Tordesilhas baseava-se numa linha imaginária longitudinal que supunha conhecimentos técnicos e geográficos precisos. Mas a questão da longitude teria que esperar ainda 166 anos para ser equacionada, para que as linhas longitudinais pudessem ser demarcadas com o rigor necessário. Essa linha imaginária não era ainda precisa. Isso porque a longitude é medida pelo relógio, que indica a diferença horária entre dois pontos. No entanto, nessa época, a precisão técnica dos mecanismos de marcação do relógio não estava perfeitamente desenvolvida. Apenas eram precisos os relógios em terra firme; no balanço do mar, eles variavam e se mostravam imprecisos. Por isso, por onde passaria essa linha imaginária, proposta pelo Tratado de Tordesilhas, ninguém sabia realmente com exatidão.

Patrocinando as viagens de Cristóvão Colombo, a Espanha chegou às Antilhas, quando, em 1492, Colombo procurou chegar às Índias navegando para o oeste. Ainda não havia provas da esfericidade da Terra, embora já fosse uma idéia em discussão. Os portugueses já tinham, com a viagem de Bartolomeu de Gusmão nos anos de 1487 e 1488, confirmado a comunicabilidade dos oceanos Atlântico e Índico; fato de fundamental importância, já que o oceano Índico era tido como um mar interior, um oceano fechado. Com a viagem de Vasco da Gama, nos anos de 1497 e 1498, os portugueses chegaram às Índias contornando o continente africano. Com Pedro Álvares Cabral, que se desviou da rota prevista, chegaram ao Brasil em 1500.

Prevalecia a disputa pela posse e pela exploração com finalidades comerciais das novas terras. A colonização não era o objetivo principal, mas foi utilizada para a expansão do capital mercantil, cujas atividades mudaram a história e revolucionaram o conhecimento do mundo.

O desenvolvimento do comércio colocou em contato locais distantes e sociedades diferentes. Do Novo Mundo até o extremo Oriente

a diversidade do mundo era revelada. Mais do que a natureza, era a diferenciação na organização social dos homens o que mais atraía a curiosidade dos viajantes e favorecia a consolidação da expansão comercial. Que lugares mais úmidos ou mais áridos, planos ou montanhosos, com florestas densas e luxuriantes ou com vegetação rastejante se revelassem enfim diferentes não era tão imprevisível. O que surpreendia é que os homens pudessem ser tão diferentes e estarem organizados cultural e socialmente com hábitos tão diversos. Surpreendidos, muitos escreviam mais sobre a vida dos homens do que sobre a natureza, tal como ocorreu nos relatos de Colombo, de Vespúcio e de Caminha:

Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas... A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos... Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobrepena, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas... E o Capitão mandou aquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fôsem meter-se entre eles... E segundo depois diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais diziam que eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitânia. E eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoável altura; e todas de um só espaço, sem repartição alguma, tinham de dentro muitos esteios; e de esteio a esteio uma rede atada com cabos em cada esteio, altas, em que dormiam. E debaixo, para se aquecerem, faziam seus fogos⁴⁵.

Com a descoberta do Brasil, a administração portuguesa procedeu a uma divisão do território em capitâncias hereditárias, divisão que perdurou até o século XVIII, quando duas outras capitâncias foram criadas: Minas Gerais e Goiás e a capitania de Mato Grosso, decorrentes das incursões de paulistas pelo oeste.

A vida nos trópicos ficou conhecida e a antiga idéia de que nas regiões de dias e noites iguais, ou de calor abrasador, não haveria possibilidade de existir vida humana caiu definitivamente por terra. Tal idéia vinha em franca descrença, como disse Diogo Gomes, em

45. Carta de Pero Vaz de Caminha escrita em Porto Seguro de Vera Cruz, em 1 de maio de 1500, a El-Rei D. Manuel, *apud* Calmon, 1963, pp. 66-78, v. 1.

1460, "o grande ilustre Ptolomeu nos transmitiu muito dos bons ensinamentos sobre a geografia, mas falhou nesse ponto. Assim, lá onde ele supunha uma região equinocial inabitada pelo excesso de calor, os navegadores portugueses encontraram uma região extremamente povoada, rica em árvores e em produções vegetais"⁴⁶. As diferenças das civilizações foram imediatamente creditadas ao clima. Acreditamos que por dois motivos: primeiro porque é o aspecto básico mais aparente e sensivelmente reconhecido; segundo porque, até então, as concepções de mundo e a compreensão das diferenças haviam sido pensadas em termos de zoneamento climático.

Nas viagens, atravessando mares, conquistando terras e comercializando produtos, as observações e experiências dos viajantes eram registradas. Em muitos casos, homens sábios participavam do empreendimento, registrando e desenvolvendo as interpretações do que viam. Por não haver ainda se desenvolvido a especialização dos ramos do saber, esses homens dominavam um espectro muito amplo de conhecimentos: das matemáticas e da filosofia à história e às ciências naturais. Por isso é que podemos encontrar num mesmo pensador contribuições ao conhecimento de naturezas bastante distintas. Exemplificando, quem primeiro estabeleceu uma análise de mortalidade, incluindo procedimentos matemáticos, e quem primeiro elaborou um mapa de ventos do Atlântico foi Edmond Halley, que viveu no século XVII, mais conhecido por seus estudos de astronomia, particularmente pelo estudo do cometa que recebeu seu nome.

A valorização, recuperação e atualização do conhecimento geográfico foram decorrência dessa nova época, fundada nas trocas mercantis. Ao mesmo tempo, esse conhecimento foi o impulsionador da navegação e do desenvolvimento das trocas comerciais que expandiram o capital mercantil. Nessa época, as publicações de cunho geográfico se tornaram importantes e se intensificaram. Entre os anos de 1550 e 1559, foi publicada a obra, em 3 volumes, de Gian Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, que incorporava o relatório de viagens português, de 1535, *Todos os Reinos, Cidades e Nações do Mar Vermelho da China*, dizendo respeito à África Meridional e à Ásia.

46. Texto de Diogo Gomes *apud* Broc, 1986, p. 75.

Em 1507, foi publicada em 6 volumes, em Vincence, a compilação feita por Montalbano, denominada de *Mondo Novo e Paesi Novamente Ritrovati da Alberico Vespuzio Fiorentino*. Nesse texto, o Brasil é tratado no livro quinto, denominado *Mundus Novus*, em que é relatada a viagem de Américo Vespúcio, e a presença portuguesa no Brasil é discutida no último livro.

Na Inglaterra, Richard Hakluyt, que ensinava cosmografia em Oxford, relatou a história das viagens e dos viajantes ingleses que se lançaram, posteriormente aos espanhóis e portugueses, às viagens marítimas. Sua obra, em 3 volumes, de 1589, é denominada *Principal Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation, Made by Sea or over Land to the Most Remote and Farthest Distant Quarters of the Earth With the Compass of these 1500 Years*. Os documentos portugueses acerca dos descobrimentos não eram, contudo, divulgados. A prática portuguesa era de tão somente enviá-los ao papa para garantir a posse das terras. É na literatura portuguesa, sobretudo em *Os Lusíadas*, que vamos encontrar o registro dos grandes feitos portugueses. Escrito por Camões, em 1572, no seu capítulo X, *Os Lusíadas* ilustram claramente o conhecimento geográfico dos portugueses no século XVI.

Semelhante era a posição da Espanha. A obra do Padre José Acost, *Historia Natural y Moral de las Indias*, de 1590, constituía-se numa verdadeira enciclopédia da América Latina, mas acabou sendo queimada para que os segredos fossem preservados. Isso explica por que os países que mais haviam feito descobertas no século XVI foram os que, contraditoriamente, menos divulgaram relatórios de viagens. A exceção a essa regra é o trabalho de Martín Fernández de Enciso, de 1519, denominado de *Suma de Geographia*. Reunindo a tradição de Estrabão e de Ptolomeu, ou seja, incorporando uma perspectiva histórica, descritiva e servindo-se também da matemática, Martín Fernández de Enciso descreve, com mais detalhe, o Novo Mundo. A importância de sua contribuição para o presente estudo não advém dessa descrição, mas da divisão regional que faz da Espanha, dividindo-a em seis regiões, divisão essa fundada nas bacias fluviais⁴⁷.

47. Felipe II, rei de Castilha, entre 1575-1580, mandou fazer um grande levantamento do seu reino. Foram inventariados e descritos aspectos naturais, como hidrografia, clima e

Embora muito tenha sido feito para preservar em "segredo" as descobertas, as informações, mesmo guardadas como segredo de Estado, acabaram vindo à tona e se tornaram conhecimento disputado por outras nações; quer relativos aos lugares, quer dizendo respeito à arte de navegar.

Aqueles que mais relataram viagens foram, sobretudo, os italianos, ingleses, holandeses e alemães. Segundo Numa Broc, a passagem da liderança da navegação da Espanha e Portugal para os países setentrionais da Europa modificou o intuito das obras sobre viagens, não se tratando mais de obras destinadas a preencher a curiosidade dos homens, mas voltadas a instrumentalizar conquistas e dominações⁴⁸.

A mais importante coleção de viagens do Renascimento foi a elaborada por Theodore de Bry, natural de Liège, que fugindo à perseguição da Contra-Reforma acabou por se instalar, em 1570, em Frankfurt, maior centro da imprensa européia. Sua obra, com 25 volumes, foi publicada entre 1590 e 1634. No volume que trata do Novo Mundo, referido como Índias Ocidentais, está relatada a viagem que o alemão Hans Staden fez ao Brasil em meados do século XVI⁴⁹.

Cabe mencionar que muitos dos relatos de viajantes se constituem em obras em que a preocupação com o rigor da informação, a elaboração de comparações e a incorporação de dados contribuem para que o texto tenha um caráter mais metodológico do que um simples arrolar de informações. Em certa medida, é o caso do trabalho de Thévet e Jean de Léry, *Histoire d'une voyage fait en la terre de Brésil*,

vegetação, e, também, aspectos sociais e econômicos, como população, agricultura e situação das cidades. O resultado foi a obra *Relaciones Topográficas*, não publicada, que se constituiu em material de uso exclusivo das autoridades.

48. Cf. Broc, 1986, p. 42.

49. As viagens de Hans Staden foram publicadas, primeiramente, em 1557, em Marburgo, em Hesse. Várias edições em diversos idiomas foram feitas. No Brasil, a primeira edição data de 1892, publicada a partir da versão francesa, com alguns equívocos e ausência de notas, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 55, Rio de Janeiro. Outras publicações foram feitas, cabendo destacar a de Alberto Löfgreen diretamente do alemão, com notas de Teodoro Sampaio, em 1900. A de Monteiro Lobato é apenas parcial, constituindo-se num texto livre, tendo uma versão para o público infantil. Em 1941, foi publicada a obra de Hans Staden pela "Sociedade Hans Staden" de São Paulo. Em 1974, a Edusp, juntamente com a Livraria Editora Itatiaia de Belo Horizonte, republicou a edição de 1941 na coleção "Reconquista do Brasil".

publicado em 1578, após viagem que fizeram ao Brasil, realizando levantamento das plantas e dos costumes dos Tupinambás, por ocasião da invasão francesa no Brasil.

Além dos relatos de viagens, obras fundamentais sobre temas geográficos foram elaboradas, como a do teólogo alemão Sebastian Münster (1489-1552), em 6 volumes, publicada em 1544, com tradução para o latim seis anos depois. Essa obra, *Cosmographia*, trata, no primeiro volume, de aspectos gerais, como a criação do mundo, as zonas da Terra, a matemática e a física, e, nos demais, de descrições de conjuntos territoriais. A Europa é tema dos livros segundo, terceiro e quarto; a Ásia, do quinto; e a África e as Terras Novas, do sexto⁵⁰. Por apresentar essa idéia de conjuntos territoriais, como havia feito Estrabão, Münster foi chamado de "Estrabão Germânico". A matemática, de um lado; a descrição, de outro, situam a obra de Münster nos cânones do Renascimento, sendo por mais de um século considerada uma obra fundamental na Alemanha — uma verdadeira "biblia laica"⁵¹.

Em 1629, foi publicada, postumamente, na Alemanha, a principal obra de Philippe Cluvier, ou Cluverius, *Introductionis in Universam Geographiam, tam Veteram quam Novam Libri VI*, em 6 volumes. É uma verdadeira Geografia comparada, tendo sido utilizada nas escolas jesuítas até o século XVIII. Publicada 79 anos após a de Copérnico, essa obra mantém a visão geocêntrica, ou seja, considera a Terra o centro do Universo. O interessante nesse trabalho de Cluverius é a apresentação de uma divisão regional da Europa central fundada na história e na política e não nos aspectos naturais. Nesse sentido, deu seguimento às obras de Münster e de Estrabão e foi o anunciador da Geografia Regional sistematizada no século XIX.

Na França, produziram-se vários trabalhos, mas foi no reinado de Catarina de Médicis, na segunda metade do século XVI, que se fez a primeira investigação oficial do território francês, a cargo do cosmógrafo do rei, Nicolas de Nicolai. Esse cosmógrafo dividiu a província do Berry em três regiões, relacionando tipo de solo com produção agrícola.

50. Cerca de 120 escritores e artistas participaram desse trabalho que durou dezoito anos.

51. Segundo expressão de Numa Broc, *op. cit.*, p. 83.

A obra de Pierre Davit, de 1614, *Les etats et empires du monde*, distingue a Geografia da Cosmografia e da Corografia. A primeira interessa ao estudo da Terra; a segunda, do mundo e a terceira, das províncias. André Duchese criou uma divisão regional do território francês fundada nas circunscrições das dioceses, as quais haviam sido delimitadas há séculos. Seu trabalho é de 1610, denominado de *Antiquité des villes, châteaux et places plus remarquables de toute la France*.

Digno de menção, ainda, são os trabalhos do alemão Barthel Stein sobre a Silésia e o Breslau, nos quais os aspectos naturais e humanos, incluindo a história, faziam-se presentes. Igualmente, o de Conrad Celtes, de 1491, discorrendo sobre a Europa Central. O de Tschudi, de 1538, e o de J. Stumpf, de 1548, que escreveram, cada qual o seu, trabalhos sobre a Suíça.

Muitos outros trabalhos poderiam ser citados, como o de Paul Jove, de 1548, ou mesmo o de Leandro Alberti, de 1550, ambos sobre a Itália, ou de L. Guicardin, de 1567, sobre a Holanda, ou ainda o de William Camden, de 1587, sobre a Grã-Bretanha. Porém, mais importante do que um arrolamento de trabalhos é chamar a atenção para dois fatos: o primeiro se refere às questões que os homens dedicados ao conhecimento enfrentavam; ou seja, o que deveria ser observado, como fazê-lo e como deveriam ser explanados, tanto em relação à natureza quanto em relação à organização social, aos hábitos e aos costumes dos povos, às cidades, às atividades econômicas, à história e à política; o segundo se refere ao fato de que esses estudos acabavam por colocar a questão entre o geral e o particular.

As obras que citamos, embora possa não parecer, são extremamente sucintas e apenas indicativas dos trabalhos de cunho geográfico do Renascimento, exemplificando a preocupação intelectual do período. As publicações, em grande número, haviam se tornado possíveis graças à invenção da imprensa por Johann Gutenberg, em 1450. A impressão das obras, o acesso a elas, a circulação e o intercâmbio crescentes divulgaram os estudos parciais e a produção de diversos lugares. A partir da divulgação desses conhecimentos particulares, um novo desafio surgiu: a formulação de generalizações. Afinal, quais princípios ou explicações poderiam ser aplicáveis ao estudo de todos os lugares?

Desse ponto de vista, quem, nesse período, melhor desenvolveu a relação entre o geral e o particular em relação ao conhecimen-

to geográfico foi Bernard Varenius. A partir da obra do alemão Bartholomew Keckermann, Varenius desenvolveu a distinção entre Geografia Geral e Geografia Especial, esboçada por Keckermann, e a idéia de interdependência entre essas duas abordagens⁵². Nascido em Hamburgo, em 1622, Varenius teve uma formação típica dos homens ilustres de seu tempo. Educação que refletia o estágio do conhecimento da época que, como já dissemos, não apresentava segmentos desenvolvidos de ramos particulares do saber. Em sua terra natal, estudou filosofia, matemática e física; em Königsberg, medicina. Em 1647, com 25 anos, tornou-se tutor de uma família em Amsterdã, que era um importante centro de intelectuais e de mercadores. E com 28 anos veio a falecer.

Sua obra, *Descriptio Regni Japoniae et Siam*, foi publicada em 1649 e se constituía num estudo regional, no qual a ênfase era dada aos aspectos políticos e às descrições regionais. Nesse trabalho, Varenius procurou superar a mera descrição dos lugares, incorporando conceitos gerais com o intuito de construir um texto de caráter científico. Dois anos depois, publicou sua grande obra, *Geographia Generalis*, que marcou o pensamento de todo o século XVII e XVIII. Essa obra teve uma influência tão significativa em Isaac Newton que ele a editou, na Inglaterra, em 1672⁵³. Podemos afirmar que a obra de Varenius foi a primeira tentativa de incorporar os parâmetros empiristas e racionalistas de Francis Bacon, Galileu Galilei e René Descartes ao conhecimento geográfico.

Na secção primeira do livro *Geographia Generalis*, denominada por Varenius de "Parte Absoluta", no primeiro capítulo, "Sobre a definição, divisão, método e outros prolegômenos", no item "Definição", diz:

Geografia se chama a ciência matemática mista que explica as propriedades da Terra e suas partes relativas à quantidade, isto é, à figura, à situação, a dimensões, a movimentos, a fenômenos celestes e a outras propriedades similares.

52. Bartholomew Keckermann foi professor em Danzig e em sua publicação de 1617 criou a distinção entre Geografia Geral e Geografia Especial.

53. Essa publicação era em latim, como a de 1681. A edição em língua inglesa só ocorreu em 1693.

Para uns se considera estritamente como apenas descrição e distribuição das regiões da Terra. Para outros, por outro lado, abarca um campo muito amplo, posto que acrescenta a descrição política de cada uma das regiões⁵⁴.

No item "Divisão", podemos perceber semelhanças com Ptolomeu quanto à distinção que elabora entre Geografia Geral e Geografia Particular, dizendo que:

Dividimos a Geografia em Geral e Especial ou em Universal e Particular.. Geografia Geral ou Universal é chamada a que explica suas propriedades sem ter em conta as particularidades de cada região. Se chama Especial ou Particular a que estuda a constituição de cada uma das regiões e tem, por sua vez, dois ramos: a Corografia e a Topografia. A Corografia expõe a descrição de alguma região que tenha uma extensão maior e a Topografia descreve com detalhe um lugar ou extensão pequena da Terra⁵⁵.

Foi em Königsberg que o conhecimento geográfico apareceu como uma disciplina particular de ensino, denominada de Geografia Física, tendo sido inaugurada por Emmanuel Kant, que, entre 1756 e 1796, dedicou-se ao seu ensino. Para Kant, dedicado à filosofia, cuja grande obra é *Kritik der Reiner Vernunft* (Crítica à Razão Pura), de 1781, a preocupação com a Geografia surge de sua inquietação em entender a Terra como morada do homem e de refletir sobre a relação entre o homem e a natureza.

É em Emmanuel Kant que vamos encontrar a raiz da idéia de que o fundamento da Geografia é o espaço. Para ele, todo conhecimento poderia ser classificado em termos de sua similaridade ou, quando divergentes e originalmente distintos, em termos da sua ocorrência num mesmo lugar. Kant denominou a primeira classificação de lógica, a segunda, de física. Daí, a Geografia aparecer na sua formulação como Geografia Física, não tendo o sentido que atribuímos hoje à Geografia Física, que tem como primeira referência, os processos naturais. Em sua obra, *Physische Geographie* (Geografia Física), relaciona a Geografia ao espaço e a História ao tempo, considerando a primeira, a base da segunda, porque, como disse, a "história é um processo

54. Varenius, 1974, p. 134.

55. *Idem*, pp. 134 e 135.

incessante, mas as coisas também mudam e, às vezes, dão como resultado uma geografia totalmente distinta. A Geografia é pois, o substrato⁵⁶.

No século XVIII, gostaríamos de lembrar a contribuição do alemão Anton Friedrich Büsching, que publicou, em 1792, uma obra em 11 volumes, denominada *Neue Erdbeschreibung* (Nova Geografia), que apresenta o estudo de conjuntos territoriais segundo a divisão política ou as características naturais.

Embora tenha havido trabalhos como o de Enciso e o de Büsching que procedem a uma divisão regional, não só segundo as unidades políticas, mas também segundo as características naturais, é o trabalho do francês Philippe Buache que provocou uma grande revolução nos recortes e análises de conjuntos territoriais.

O trabalho de Buache, de 1752, apresenta de uma forma sistematizada conjuntos territoriais que não se baseiam na evidência das divisões políticas. Elaborou uma divisão fundada nas bacias hidrográficas, depreendendo de sua proposta a idéia de região e o conceito regional com nova fundamentação dos recortes espaciais.

Em outros termos, somente com os trabalhos de Buache é que podemos nos referir à gênese de uma Geografia Regional liberta das fronteiras políticas, inaugurando uma trajetória nova na determinação dos recortes regionais. É a partir do seu trabalho que se lançam os alicerces para uma multiplicidade de propostas de compartimentação do espaço, abrindo um sentido novo das divisões do todo que construirá o desenvolvimento de uma Geografia Regional. Entre as influências de Philippe Buache, vale lembrar os trabalhos do alemão Johann Christoph Gatterer que foram traduzidos para o inglês e acabaram influenciando vários pesquisadores ingleses, fazendo com que se produzisse, na Inglaterra, uma série de obras segundo os procedimentos propostos pelo francês Buache. Como decorrência dessa mudança; ou seja, ainda com o sentido de divisão regional fundada em outros parâmetros que não o político, vale mencionar o trabalho de Dufrenoy e De Beaumont, que propõe uma divisão baseada em critério geológico e o de Josias Simler cuja divisão é baseada na história.

56. Apud Unwin, 1995, p. 108.

Gostaríamos de chamar atenção para o fato de que o final do século XVIII se caracteriza pela afirmação do Estado Absolutista, fundado numa monarquia centralizadora em que a administração territorial passa a ser de interesse primordial do rei. Isso significa a elaboração de um conhecimento geográfico sobre os lugares de forma mais rigorosa em que se fazem presentes as estatísticas de aspectos econômicos e demográficos. Essa relação entre conhecimento geográfico e inventários precisos é que faz com que, nesse período, a fronteira entre Geografia e estatística seja bem estreita. Mas, essa busca de precisão e esse esforço de exatidão não significam a superação da presença de lendas em muitos dos textos elaborados. Ainda se fazem presentes nos textos, lendas e mitos da Antiguidade, como a Atlântida – continente desaparecido – e a das Amazonas – mulheres guerreiras –, acrescido dos mitos medievais, como o do Eldorado e o da Fonte da Juventude.

No início do século XIX, vale mencionar a contribuição de Conrad Malte-Brun e John Reinhold Foster e seu filho George Foster. Conrad Malte-Brun, dinamarquês, que devido a sua simpatia pela Revolução Francesa teve de se exilar na França, produziu, entre 1810 e 1829, uma obra em 8 volumes que contém uma perspectiva, ao mesmo tempo, geral e particular⁵⁷. Mas, diferente de Kant e Varenius, Conrad Malte-Brun não propõe análises comparativas. Além disso, a distinção entre Geografia geral e particular se situa apenas em relação à escala de estudo. Em sua obra discute a história da Geografia, os conceitos, as projeções, a astronomia e a descrição dos países. Já John Reinhold Foster e seu filho George F. Foster são os pioneiros da Geografia Moderna na Inglaterra, tendo questionado as explicações baseadas no clima como elucidativas das diferenças entre as sociedades humanas, posição que foi compartilhada por Conrad Malte-Brun⁵⁸.

Da chegada ao Novo Mundo até as navegações nos confins do Pacífico, séculos se sucederam e civilizações diferentes entraram em contato umas com as outras. O conhecimento geográfico se expan-

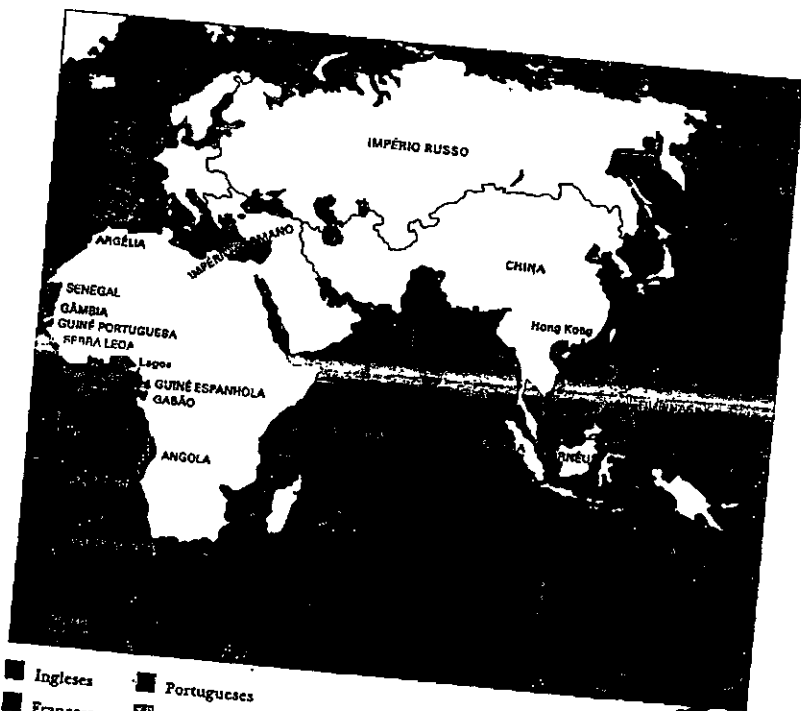
57. Conrad Malte-Brun é também conhecido por Malte Conrad Brun, seu nome original foi por ele invertido quando se estabeleceu em Paris.

58. Durante os anos de 1772-1775, os Fosters acompanharam Thomas Cook em sua segunda viagem aos mares do Sul. Convém lembrar que Thomas Cook é considerado por vários autores o maior explorador desses mares.

diu correlato à ampliação do horizonte geográfico produzido pela aventura humana. Já estava certa a capacidade do homem suplantar em muito os obstáculos naturais, tanto quanto viajar pelos mares. As interpretações sobre as diferenças na totalidade, quer interessando à natureza, quer interessando à sociedade, revelaram necessidades teórico-metodológicas que se apresentariam como o grande desafio. Essa era a grande aventura, a de construir um instrumental cada vez mais capaz de compreender o todo e as partes desse todo: o mundo em que vivemos.

Quadro Sinótico de Referências Mencionadas no Capítulo

2.700 a.C.	Sumérios	Primeira representação do mundo
640-646 a.C.	Tales de Mileto	Medida da circunferência da terra
610-546 a.C.	Anaximandro	Obra: <i>Descrição da Terra</i>
582 a.C.	Pitágoras	Denominação do Universo: Cosmos Regionalização da terra em 5 zonas climáticas
550-475 a.C.	Hecateu	Obra: <i>Inquéritos e Círculos da Terra</i> Primeiro mapa-múndi
460-377 a.C.	Hipócrates	Obra: <i>Tratado dos Ares, das Águas e dos Lugares</i> As influências do meio ambiente sobre o homem
484 a.C.	Heródoto – História	Denominação da floresta da Cínua: Hiléia
384-324 a.C.	Aristóteles	O conceito de ecúmeno
334-324 a.C.	Expedição de Alexandre	Conhecimento do interior da Ásia
331 a.C.	Alexandria	Centro cultural da Antiguidade
Séc. II d.C.	Ptolomeu	Obra: <i>Síntaxis Matemática</i> Fixação da linha do meridiano
275-194	Eratóstenes	Cálculo da superfície terrestre Coordenadas geográficas
Séc. II-I d.C.	Transição do Apogeu Grego para o Romano	Difusão do latim
63-25 d.C.	Estrabão	Obra: <i>Geografia</i>



EXPANSÃO COLONIAL 1815-1870

Fonte: Atlas da História do Mundo, Folha de S. Paulo/New York Times, São Paulo, 1993.

A GEOGRAFIA COMO CIÊNCIA E A REGIÃO COMO OBJETO DE ESTUDO

É necessário que nossas experiências não sejam simplesmente um agregado, mas que sejam organizadas num todo sistemático. Tal como antes de construir-se uma casa, é preciso um conceito do todo, do qual as várias partes poderão mais tarde derivar, também é necessário, antes de estudar o mundo, ter-se um conceito do todo...

EMMANUEL KANT

A criação dos impérios coloniais da Época Moderna deu novo impulso ao reconhecimento das novas terras. As necessidades impostas pela grande indústria, nascida da Revolução Industrial, a crescente busca por matérias-primas e a urgência de se conhecer os recursos naturais e econômicos nos quatro cantos do mundo valorizaram os estudos sobre os lugares. Europeus, principalmente ingleses, franceses e alemães, os grandes senhores imperiais de então, foram impulsionados a singrar mares, a embrenhar-se pelas florestas tropicais, a cruzar desertos e a adentrar geleiras, numa rapidez marcada pelo ritmo dos novos tempos¹.

1. A navegação a vapor, que se aperfeiçoou na primeira metade do século XIX, se constituiu numa grande revolução dos transportes. Velozes navios transatlânticos passaram a cruzar

O conhecimento dos lugares não se constituía, assim, em motivação apenas para viajantes, exploradores e cientistas. Era de interesse prioritário para o poder político e econômico do Estado-nação. Os interesses hegemônicos deveriam estar garantidos não apenas pelo domínio dos povos subjugados, mas também, no âmbito interno das nações dominantes, pela construção ideológica de que aqueles interesses seriam de proveito de todos. Foi nesse contexto que a cátedra de Geografia foi instituída nas escolas, com o objetivo da construção e afirmação da nacionalidade.

Com o apoio do Estado, das companhias de navegação, das câmaras de comércio e de outras associações de capitais, minuciosas expedições científicas e militares foram preparadas. Essas expedições também tiveram apoio das sociedades geográficas que se multiplicaram nos anos oitocentos e que, cedo ou tarde, se engajaram no projeto de expansão colonial ou territorial de seus países².

A multiplicidade das expedições científicas e militares traduzia a aventura dos tempos modernos. As associações científicas davam apoio às expedições, nos moldes da Associação Africana, fundada em Londres em 1788, com duplo objetivo: o de explorar a África, com a finalidade de descobrir e de revelar esse continente à cultura ocidental, e abrir novos domínios comerciais britânicos naquele continente. Até então, a África era praticamente um continente desconhecido. Apenas o Egito — devido à expedição de Napoleão Bonaparte —, a região do Cabo, no extremo sul — colonizada pelos holandeses —, e o Senegal haviam sido explorados. Somente na segunda metade do século XIX, o deserto do Saara, de grande interesse estratégico para as rotas comerciais por possibilitar uma ligação terrestre mais rápida entre a África branca e a África negra, antes feita através da navegação, foi conquistado pelas potências colonizadoras européias³. As savanas, a região dos grandes rios e lagos, de atividade agrícola e pas-

os mares. O envio de mensagens à distância entre continentes tornou-se possível com a inauguração, em 1867, do primeiro cabo transatlântico.

2. A sociedade geográfica de Paris data de 1821, a de Berlim, de 1828 e a de Londres, de 1890. No final do século XIX havia cerca de 100 sociedades geográficas no mundo.
3. A expedição do alemão Barth, de 1850 a 1855 e a do francês Duveyrier, de 1859 a 1863, constituem-se nas primeiras incursões européias pelo deserto do Saara. Cf. Clotzier, 1942, p. 63.

toril, tornaram-se objetos de rápida exploração⁴. Por último, a densa floresta tropical foi explorada⁵.

As terras altas da Ásia foram reconhecidas com maior precisão igualmente na segunda metade do século XIX⁶. Na Austrália, foram os ingleses Stuart e Eyre que, ao explorarem a bacia do Murray-Darling, revelaram o interior desse continente que até então tinha apenas a sua costa conhecida pelos europeus. O alemão Alexander von Humboldt, em expedição científica à América, bem como em outras missões, revelou o interior sul-americano⁷. Na América do Norte, o reconhecimento se dirigiu, sobretudo, para o oeste.

No entanto, o desafio não era só enfrentar mares e desbravar continentes, era, também, o de sistematizar o conhecimento acerca

4. O francês René Caillé, um dos mais importantes exploradores do continente africano, percorreu em 1827 cerca de 6 600 km a pé na região das savanas, dos lagos e dos grandes vales fluviais africanos. Os militares ingleses Denham e Clapperton, durante os anos de 1822 a 1824, fizeram o levantamento do rio Níger, do Chade e do Sudão central. Os ingleses Burton e Speke, pela Royal Geographical Society, realizaram a missão de exploração do lago Tanganica, chegando ao lago em 1858; ainda tentaram descobrir as cabeceiras do rio Nilo, descoberto em 1860 pelo mesmo Speke, porém acompanhado de Grant. Ao Chade chegaram os franceses Barth, em 1852, e, posteriormente, Nachtigal, em 1870. O escocês, médico e missionário, David Livingstone chegou à África em 1840 e, em 1849, partiu para as savanas desconhecidas do Norte do continente; durante vinte e cinco anos percorreu 26.000 quilômetros, fazendo reconhecimentos e realizando sua obra de filantropia. *Idem*, p. 73-75.
5. O italiano Brazza, a serviço da França, completou o reconhecimento da região equatorial africana, que havia sido iniciado pelo francês Stanley, numa expedição que desceu por três anos, de 1874 a 1877, o rio Congo em pleno centro do continente. A Associação Internacional do Congo, fundada pelo rei da Bélgica, contratou Stanley para estabelecer postos militares ao longo do rio Congo, o que foi executado durante o período de 1879 a 1883. *Idem*, p. 76.
6. Os missionários franceses Huc e Cabet, entre 1844 e 1846, percorreram a Mongólia e o Tibet. Mas, só na segunda metade do século XIX, com as viagens do explorador russo Prjevalsky pelo Turquestão e Mongólia, inauguraram-se, verdadeiramente, as explorações da época moderna no continente asiático. *Idem*, p. 78.
7. Cabe destacar as expedições do francês d'Orbigny, entre os anos de 1826 e 1833, ao sul do Brasil, ao Uruguai e à Argentina; a dos ingleses Wallace e Bates na Amazônia, em 1848; e do francês Crevaux na Guiana e na bacia do Orenoco, entre 1877 e 1882. A Argentina e o Brasil também procediam ao reconhecimento de seus territórios com expedições, como as do argentino Moreno à Patagônia, realizada entre 1873 e 1880, e as inúmeras expedições de Rondon pelo interior do Brasil. *Idem*, p. 79.

dos lugares. Já no Renascimento, havia críticas às explicações baseadas na ordem divina. Outras formas de pensamento se desenvolveram, conduzindo-as à filosofia iluminista, ao idealismo alemão e ao pensamento científico moderno que revolucionaram a forma de analisar e de interpretar a natureza e a sociedade.

A crença na razão, no progresso e na capacidade do indivíduo pensar de maneira autônoma, constituíram-se nas bases do pensamento iluminista amadurecido no bojo do desenvolvimento da burguesia e do comércio. Tal pensamento desenvolveu-se ao ritmo da valsa, na intimidade dos corpos, junto à liberdade dos volteios e da criação dos salões de baile, suplantando o minueto, dançado nas cortes, em que o distanciamento físico entre as pessoas é uma regra para o desenvolvimento de uma coreografia complexa.

Inspirado nas idéias de liberdade e de igualdade dos homens, o Iluminismo afirmou o primado da autoridade do argumento sobre a autoridade advinda da hierarquia social. Colocou em xeque a hierarquia social da nobreza e destacou a capacidade humana de encontrar soluções racionais para todas as questões.

Para o Iluminismo, o conhecimento deve ser racional e pleno de argumentos e comprovações, sendo a descrição e a demonstração das hipóteses partes integrantes do processo do saber. O Iluminismo considera a crítica permanente como parte do procedimento científico, por permitir um constante aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento.

Assim, a busca de princípios gerais tornou-se prioridade, conduzindo o homem a pensar a sociedade humana não em suas particularidades, mas em sua perspectiva geral. Todo esforço era dirigido para a formulação de teorias e conceitos gerais que possibilitassem a construção de generalizações e abstrações. Aquela preocupação com as análises particulares, que remontava aos gregos, foi colocada em segundo plano.

As raízes do Iluminismo estão no racionalismo de Descartes, Leibniz e Spinoza, como também no empirismo de Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume, entre outros⁸. O racionalismo considera

8. René Descartes, natural do norte da França, viveu entre 1596 e 1650, tendo desenvolvido os princípios metodológicos da filosofia moderna fundados na razão; Gottfried Wilhelm

que, por intermédio do pensamento, é possível conhecer a realidade; enquanto o empirismo postula que na experiência sensível é que se encontram os fundamentos do conhecimento. O racionalismo e o empirismo clássico constituem visões de mundo que consideram ser por meio da razão ou da experiência que a realidade pode ser conhecida.

A crítica da razão foi desenvolvida pelo idealismo alemão, que tem em Johann Fichte, Friedrich Schelling e Friedrich Hegel seus principais representantes⁹. A razão, percebida com limites, o espírito, a consciência ou a idéia, constituem-se nos elementos fundamentais dessa filosofia. A influência do idealismo na literatura e na arte se traduziu na superação do classicismo, com sua visão objetiva do

Leibniz, 1646-1716, nascido na Alemanha, concebeu o conceito de mônada, permitindo responder a inúmeros problemas metafísicos. Baruch de Spinoza, filho de judeus portugueses, natural da Holanda, viveu entre 1632 e 1677, fortemente influenciado por Descartes, buscou expor suas idéias segundo uma ordem geométrica, segundo a qual as deduções são decorrentes de definições de axiomas e de postulados. Quanto aos empiristas, Thomas Hobbes, inglês que viveu entre 1588 e 1679, com sua teoria do contrato social, desenvolveu a filosofia política; John Locke, 1632-1704, constituiu-se num dos principais representantes do empirismo inglês, postulando que todo conhecimento é dependente e submetido à experiência; o bispo irlandês George Berkeley, que viveu entre 1685 e 1753, desenvolveu a teoria do imaterialismo, considerando que só existem as idéias e o espírito; e o escocês David Hume, que viveu entre 1711 e 1776, procurou desenvolver o método de investigação empírica na ciência do homem, chegando a uma posição cética quanto às possibilidades humanas de conhecimento.

9. Fichte, Schelling e Hegel viveram uma conjuntura histórica que conduziu à unificação e à emergência da consciência nacional alemã. Johann Gottlieb Fichte viveu entre 1762 e 1814 e viu a ocupação, pelas tropas napoleônicas, de Berlim, criticou os franceses pelo abandono dos ideais da Revolução Francesa e exaltou o nacionalismo alemão; considerou a filosofia como ciência do saber em geral e distinguiu o direito da moral, sendo o direito exterior à consciência e a moral interior a ela. No pensamento de Friedrich Wilhelm Joseph Schelling, 1775-1854, vamos encontrar a unidade das oposições: sujeito e objeto, espírito e natureza, ideal e real. Quanto a Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831, compartilha com Aristóteles e Tomás de Aquino a posição de ser um dos maiores pensadores sistemáticos de todos os tempos; inspirado no pensamento de Joachim de Fiore, que viveu por volta de 1135 e 1202 e que interpretou a história a partir de um pensamento tríplice - que diz respeito à trindade cristã -, Hegel concebeu a dialética como um movimento racional superior, no qual toda tese contém no seu interior a antítese, ambas, no seu movimento, são resolvidas - ou seja, suprimidas - na síntese. Uma dialética, portanto, que não tem como referência dois termos, mas sim três em movimento.

mundo, pela valorização do lirismo, da subjetividade, da sensibilidade e da imaginação sobre a razão. Tendo recebido, nas artes, o nome de romantismo. Daí o uso corrente de se contrapor o iluminismo ao romantismo, não ao idealismo.

As bases do idealismo alemão estão no pensamento de Emmanuel Kant (1772-1804) que, influenciado pela leitura de Rousseau, desenvolveu um pensamento que se propôs colocar claramente os limites da razão. Como dissemos no capítulo anterior, Kant foi o inaugurador da disciplina Geografia, quando lecionava em Königsberg. Por ser em Kant que se situa a idéia de que o fundamento da Geografia é o espaço, é importante tecer mais algumas considerações.

Em primeiro lugar, cabe observar que uma reflexão permanente de Kant em sua obra discorre sobre a relação entre as condições naturais e a história dos homens. Para ele, esta relação é fundamental porque permite criar a unidade do saber, superando o conhecimento parcial. Dizia que não se pode conhecer o homem se se ignorar o meio, e que a diversidade da realidade empírica pode ser objeto de conhecimento.

Em segundo, cabe lembrar o sentido de espaço para Kant¹⁰. Para ele, o espaço é condição de toda experiência dos objetos. Esses objetos são objetos da natureza, bem como do homem, mas também, são objetos astronômicos e geométricos. Portanto, nada pode ser representado sem espaço, que conteria o fundamento de toda a percepção sensível.

Em terceiro, vale chamar atenção para o fato de que em sua obra, *Physische Geographie* (Geografia Física), editada em 1803, aparecem outros ramos da Geografia; portanto, o nome Geografia Física, em Kant, não tem nada a ver com o que pensamos hoje em dia como Geografia Física. Para Kant, a Geografia Física comportava vários ramos, por exemplo: uma Geografia Moral dizendo respeito aos diferentes costumes e características dos homens, uma Geografia Política

10. Não é o caso, e seria uma audácia indevida, apresentar alguns aspectos do pensamento de Kant, pois facilmente cairíamos num simplismo grosseiro. Por isso, buscamos estabelecer a relação entre a sua reflexão acerca do espaço com sua concepção de relações espaciais. Apenas buscamos tecer algumas observações que consideramos importantes para a nossa discussão.

voltada para o estudo das unidades políticas e das localizações destas unidades, uma Geografia Comercial, uma Geografia Teológica etc.

Kant afirma que o espaço geográfico é de natureza diferente do espaço matemático, porque se divide em *regiões* que se constituem no substrato da história dos homens. Diz que uma grande imperfeição da história era não se preocupar em saber onde os fatos haviam ocorrido.

Para Kant, a idéia de espaço geográfico vinha acompanhada da idéia de região. Em uma de suas observações afirmou:

[...] é necessário que nossas experiências não sejam simplesmente um agregado, mas que sejam organizadas num todo sistemático. Tal como antes de construir-se uma casa, é preciso um conceito (*Idea*) do todo, do qual as várias partes poderão, mais tarde, derivar; também é necessário, antes de estudar o mundo, ter-se um conceito do todo, uma moldura arquitetônica da qual se poderão extrair os múltiplos detalhes. A geografia física proporciona tal arcabouço para o estudo da natureza¹¹.

Kant advertiu sobre a impropriedade de se considerar cada parte da totalidade como uma parte em si e para a importância de se ter uma idéia do todo. Além disso, chamou atenção para o fato de que a descrição geográfica deveria levar em conta o tempo e o espaço; não simplesmente o conceito.

O exemplo que utiliza para afirmar a importância do espaço é muito interessante. Dizia que se classificarmos o gado segundo a referência quadrúpede e, depois, como um quadrúpede de patas fendidas, estaremos elaborando uma classificação segundo uma determinada lógica que concebemos. Em outros termos, elaborando uma classificação segundo um conceito: o de quadrúpede. No caso de uma classificação, considerando o espaço, o procedimento seria diverso. Toma como exemplo os répteis, crocodilos e jacarés para expor sua consideração. Crocodilos e jacarés compõem uma mesma classificação, pois basicamente são o mesmo animal. Segundo o conceito, estariam numa mesma classificação. No entanto, considerando o espaço geográfico, a classificação seria diversa, pois estão diferen-

11. Kant *apud* Tatham, 1959, p. 358.

temente distribuídos no planeta: o crocodilo é original da África e o jacaré, das Américas. Consideramos esse exemplo muito elucidativo, pois além de mostrar que para se elaborar uma descrição geográfica é necessário levar em consideração o espaço, demonstra que uma análise da perspectiva do espaço revela outras dimensões da realidade. Portanto, o espaço geográfico, a relação entre o homem e a natureza, a relação entre o geral e o particular, temas tão caros à Geografia, já aparecem sistematizados no pensamento kantiano.

Se a inspiração iluminista conduz à valorização do geral, a idealista leva à valorização do particular, colocando em segundo plano a idéia de universalidade. O idealismo entende que considerar que apenas o conhecimento deve ser racional pode construir uma barreira à plena expressão do homem, pois a essência do indivíduo concreto estaria, sobretudo, na sua espontaneidade.

Devido ao volume de conhecimentos científicos e de procedimentos para alcançá-los, a necessidade de uma divisão do trabalho científico se impôs. As disciplinas específicas procuraram aperfeiçoar os princípios da ciência moderna e adaptá-los aos objetos de estudos particulares. Foi Augusto Comte (1789-1857) quem elaborou uma discussão importante sobre a divisão do trabalho científico¹². Em sua obra, *Cours de Philosophie Positive*, de 1844, expôs sua proposta filosófica denominada positivismo, reafirmando a crença ilimitada na racionalidade do mundo e no poder do método científico, consagrando o positivismo como a forma de pensamento dominante nas ciências.

Para Comte, o estágio científico caracteriza-se pelo abandono da procura da causa última dos fenômenos, para se situar na busca do conhecimento dos fatos pela observação, o que permite chegar às leis gerais. O positivismo, portanto, nega a investigação de outra coisa que não seja as relações entre os fatos. Pergunta como os fatos se dão e como se dá a relação entre eles, mas não se centra na discussão do porquê nem do para quê se dão.

12. No transcurso do século XIX e início do XX, o conhecimento passou por um processo que procurou compartimentar o saber, delimitando o objeto científico de cada disciplina. Das múltiplas relações que o conhecimento geográfico vinha refletindo desde a mais remota Antiguidade, a relação mais central e abrangente - entre o homem e o meio - se tornou a definidora do objeto de estudo da Geografia.

Três referências são fundamentais na construção do pensamento científico na perspectiva positivista. A primeira é a de que o único fundamento do conhecimento é a observação estrita, devendo-se, portanto, observar os fatos, não indagando acerca de sua origem ou de sua finalidade. Nesta observação, o pesquisador deve repudiar qualquer juízo de valor que se tenha sobre os fatos observados, bem como as interferências das faculdades humanas de sentir, intuir, imaginar etc. A segunda é da afirmação radicalizada do empirismo; ou seja, os fatos observados na experiência devem passar por uma experimentação. A terceira é a de que a explicação advém de deduções elaboradas a partir da observação e da experimentação em busca da construção de leis gerais. Em termos da linguagem positivista, em busca da construção de leis naturais. Em suma, observação, experimentação e deduções formam o tripé do procedimento positivista.

Contemporâneo de Augusto Comte, Charles Darwin (1809-1882) teve grande influência no pensamento científico do século XIX¹³. Sua obra, *The Origin of Species By Means of Natural Selection*, de 1859, modificou o curso da história e foi fundamental na construção da Geografia moderna. Afirmava que o homem, como todos os outros seres vivos, evoluiu de formas simples e que nesta evolução havia uma seleção natural baseada na capacidade de adaptação ao meio natural em constante mudança.

Darwin considerava que o que ocorre na realidade é derivado de causas determinadas e as causas que devem ser levadas em consideração são, necessariamente, as que obtiveram um certo grau de eficiência e, por isso, se afirmaram. Os elementos de análise considerados são, portanto, objetivos; ou seja, materiais e passíveis de experimentação. Como decorrência afirmava que as condições naturais condicionam as formas de vida, são determinantes e têm um valor absoluto. Nessa idéia de determinação é que reside a origem

13. Marx reconhecia a importância científica da teoria evolucionista, tendo, inclusive, escrito a Darwin, expressando sua intenção de lhe dedicar *O Capital*. Isso acabou não ocorrendo devido à sugestão de Engels ao observar que a idéia de Marx de que a sociedade humana produz *socialmente* suas próprias condições de vida, estabelecendo, portanto, "determinadas" relações sociais, poderia perder força se *O Capital* tivesse essa dedicatória.

do termo determinismo para expressar os postulados evolucionistas fundados no pensamento darwinista.

Em sua obra de 1871, *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*, Darwin observou que nas espécies mais evoluídas o desenvolvimento dos chamados instintos sociais eram mais pertinentes do que os biológicos, fazendo a cooperação se impor em relação aos instintos egoístas do homem. Esta observação, entretanto, não foi levada em consideração por alguns seguidores de seu pensamento ao transporerem sua teoria para a análise social. Foi o que fez Herbert Spencer, (1820-1903) que, da idéia de seleção natural, deduziu a idéia de evolução da humanidade, na qual o liberalismo – com sua idéia de livre comércio e competição – se coloca como o aspecto social da seleção natural. Assim, para Spencer, qualquer interferência na dinâmica social, assentada no liberalismo, comprometeria o progresso humano.

Na Alemanha, Friedrich Ratzel (1844-1904), doutor em Geologia, Anatomia e Zoologia, imbuído do objetivo de construir a identidade da Geografia, foi grandemente influenciado pela teoria evolucionista, tendo tomado contato com ela a partir da tradução, do inglês para o alemão, feita por Moritz Wagner, que difundiu o pensamento de Darwin naquele país. Wagner também exerceu influência no pensamento de Ratzel, que incorporou a idéia de movimento da qual Wagner dizia ser uma das características centrais do mundo orgânico, sobretudo do homem. Nessa idéia tem origem o interesse de Ratzel pelo movimento dos homens na superfície terrestre e de sua afirmação de que a Geografia deveria se voltar para o estudo da distribuição da população e das regiões do ecúmeno.

Ratzel considerava que o homem, como uma espécie entre os seres vivos, procura ampliar seu território à custa dos vizinhos. Partindo da idéia de que as condições naturais condicionam as formas de vida, chegou à conclusão de que os agrupamentos humanos, quando se vêem face a um território limitado, buscam ampliar seu espaço de vida, mesmo em detrimento dos seus vizinhos.

Vivendo o momento de unificação de seu próprio país, em 1871, Ratzel entendia que a garantia do grupo social que vive num determinado território depende do Estado. Com ele se desenvolve a vertente política na Geografia. Em 1887, é publicada sua obra *Politische Geographie* (Geografia Política), na qual afirmava que as regiões coe-

sas e densamente povoadas tinham natural tendência para formar unidades fortes, reunidas por afinidades culturais e históricas. Chegou a elaborar uma hierarquia dos Estados e a justificar o expansionismo político como a essência do progresso de um povo.

Desconsiderando a observação do próprio Darwin, de que nas espécies mais evoluídas o desenvolvimento dos chamados instintos sociais seriam os mais pertinentes, acabou construindo uma Geografia em que o peso das condições naturais era bastante significativo na organização social dos homens. Isto o levou a afirmar, no primeiro volume de sua *Anthropogeographie* (Antropogeografia), de 1882, que as formas culturais são fortemente associadas às condições naturais. Neste volume, desenvolve a argumentação de que a distribuição do homem na terra é, de certa maneira, controlada pelas suas necessidades e condições naturais.

Todavia, já no segundo volume dessa obra, de 1891, a argumentação desenvolvida no primeiro volume perde força. A influência da história emerge como sendo, igualmente, fundamental. Sua frase: "Pode-se talvez compreender a Nova Inglaterra sem conhecer o país, mas não sem conhecer os imigrantes puritanos", exprime bem a relatividade de sua posição determinista em função de um outro condicionante: a história cultural¹⁴.

Tendo como referência o aspecto técnico das sociedades, Ratzel distingue dois tipos de povos: aqueles que para sobreviver têm que se adaptar ao meio em função do seu estágio de desenvolvimento, e aqueles que, por terem um estágio maior de desenvolvimento técnico, podem neutralizar o meio natural na sua organização social e política. A visão de que a forma com que o homem organiza sua vida é estreitamente determinada pelas condições naturais permitiu a Ratzel estabelecer a relação entre as diferentes formas de adaptação do homem ao meio e a diversidade de organização social e política no mundo. Permitiu perceber na totalidade suas partes. Todavia, essa perspectiva não respondia à contradição: se os impasses sociais eram determinados pela natureza, como poderia o homem resolvê-los se ele mesmo era condicionado por ela?

14. Ratzel *apud* Estébanez, 1983, p. 49.

A influência do pensamento de Ratzel não se deu apenas na Alemanha e nos demais países da Europa, alcançou, também, os Estados Unidos, uma vez que Ratzel viveu naquele país onde exerceu a função de jornalista. Influenciou grandemente o pensamento de Ellen Churchill Semple, que em seu trabalho de 1911, intitulado *The Influences of Geographic Environment: On the Basis of Ratzel's System of Anthropogeography*, considerava que das influências do meio derivavam as atividades econômicas e, até mesmo, o temperamento dos homens.

A perspectiva determinista significou que aspectos sociais passaram a ser subordinados aos naturais; conseqüentemente, naturalizando-se a compreensão da sociedade¹⁵. A idéia de seleção natural transposta para a sociedade conduziu a implicações políticas seríssimas, servindo para justificar um mundo de dominação e opressão, num cenário em que os impérios coloniais da época moderna buscavam retalhar o mundo.

Havia quem afirmasse ser a guerra um exemplo supremo da luta darwiniana pela sobrevivência, na qual vence o mais forte. Esta posição se traduziu na idéia de que as nações européias eram as mais capazes em relação aos "povos inferiores". Em suma, a idéia de seleção natural serviu como justificativa para as estratégias de dominação territorial. A hegemonia capitalista encontrara sua justificativa. Seu ponto de vista sobre o mundo rompeu o círculo da burguesia para ser encampado por homens de todas as classes como uma verdade universal.

Na literatura, como nas artes, revelava-se um mundo em luta permanente. A obra de Charles Dickens é contundente ao descrever a sociedade e a condição dos trabalhadores industriais, numa Inglaterra que desde 1840 havia se constituído no primeiro país a ter maior população nas cidades que no campo. As conseqüências da Revolu-

15. Convém lembrar que a formulação da relação entre a causa dos acontecimentos sociais como decorrente da natureza não é particular a esse momento histórico. Aristóteles considerava que o clima determinava o caráter nacional de um povo, Hipócrates relacionou várias doenças às estações climáticas e Santo Tomás de Aquino também considerou o clima como determinante, só que o considerou em relação às diversidades culturais. A diferença é que, no final do século XIX, o determinismo se colocou como um paradigma científico, orientando o desenvolvimento da ciência moderna, da literatura e das artes.

ção Industrial apresentavam sua face árdua. Anos de desenvolvimento econômico haviam se realizado sob condições de grande exploração do trabalho nas fábricas. As condições de vida urbana, a violência e a criminalidade faziam da cidade um lugar inóspito. Sonhava-se com o que se havia perdido nas engrenagens das máquinas e no ritmo desenfreado da produção industrial. O campo era lembrado como um paraíso perdido, fazendo todos suspirarem pela natureza que havia sido subtraída da vida cotidiana. Os temas da natureza, da vida campestre e da harmonia comprometida se faziam presentes nas artes plásticas, como um antídoto contra as mazelas da sociedade industrial e como recondução às sensações e emoções humanas que sempre emergem quando o homem se depara com a natureza.

Não foi só com os parâmetros do determinismo e do positivismo que a Geografia se afirmou como um ramo específico de conhecimento. Contrapondo-se ao determinismo, a idéia do possível; ou seja, de cursos alternativos possíveis de transformação, e a idéia de liberdade como possibilidade do homem substanciaram-se no pensamento possibilista¹⁶. Como antípoda do positivismo, o historicismo, inspirado no romantismo, questionou a idéia de razão iluminista, incorporando a subjetividade no pensamento científico.

Em aberto confronto com a idéia de que as atividades humanas eram determinadas pela natureza, o pensamento possibilista dizia que o meio físico oferecia possibilidades ao homem para o exercício das atividades humanas e que o homem teria liberdade de escolha na sua relação com a natureza. Em outros termos, as relações estabelecidas entre o meio físico e a organização social são complexas e inúmeras, havendo várias possibilidades, várias alternativas e várias escolhas¹⁷.

16. A idéia de possibilidade e de liberdade aparecem na mais tenra idade da filosofia. Por exemplo, Epicuro, filósofo grego que viveu entre os anos de 342 e 271 a. C. coloca que o homem tem a possibilidade de se libertar de toda a alienação e de toda necessidade não natural, contrapondo-se, com essa afirmação, às concepções de destino e fatalidade. Foi essa idéia de possível, ao lado da crítica que Epicuro faz às representações e ao pensamento especulativo, que motivou Marx a estudar o pensamento desse filósofo grego, resultando na sua tese de doutorado intitulada: *Diferença da Filosofia da Natureza Segundo Demócrito e Epicuro*.

17. Foi Émile Levasseur (1828-1911) que, em 1889, contrapôs claramente o determinismo físico à liberdade do homem.

A idéia de possível se incorporou à literatura e às artes. Se as condições de vida haviam se tornado inóspitas, se a cisão entre o campo e a cidade fazia os homens suspirarem pela natureza ausente, havia possibilidades de recuperá-la. No final do século XX, a idéia de cidades-jardins foi discutida, procurando-se conciliar as vantagens da vida urbana com a beleza do campo. Nelas, os aspectos contraditórios da relação cidade-campo, segundo proposta de Ebenezer Howard (1850-1928), deveriam integrar-se para a formação de uma nova civilização.

A natureza poderia ser produzida e a possibilidade do domínio do homem sobre a natureza necessitava ser registrada. Muitos jardins públicos na Inglaterra, na França e na Alemanha passaram a ter várias espécies de plantas de diferentes lugares do mundo, significando que não só a natureza poderia ser produzida, mas que ela não se constituía num dado irreversível e absoluto. Se as plantas morressem, poderiam ser substituídas¹⁸. Além disso, esses jardins atestavam o poder sobre outras terras e a conquista de lugares e povos. Plantas tipicamente tropicais se faziam presente em clima temperado¹⁹.

Ao mesmo tempo que a natureza era vista como sendo composta de vários elementos físicos, também surgiu a idéia de que ela possuía não apenas uma constituição física, mas, também, tinha uma história. Essa perspectiva inspirada no romantismo e na valorização do caráter histórico é denominada de historicismo.

Para o historicismo, a realidade é resultado de uma evolução histórica, derivando aí a valorização das tradições. O historicismo não considera a ciência como uma, mas procura sublinhar a especificidade das ciências do espírito em relação às ciências naturais. Considera que, diferentemente das ciências naturais, em que se busca leis gerais, as ciências humanas (ciências do espírito) devem ater-se à descrição das

18. No Brasil, um dos primeiros atos de D. João VI, quando de sua instalação no Brasil, em 1808, foi a criação do Horto Real, no Rio de Janeiro, mais tarde denominado de Real Jardim Botânico, e, atualmente, de Jardim Botânico. O Horto recebia plantas de todo mundo por onde os portugueses passavam, testemunhando a tradição de grandes navegadores.

19. O trabalho de Gold (1984) procura mostrar como se alterou ao longo dos séculos a visão do homem ocidental sobre a natureza e como estas alterações se relacionam com a história.

individualidades históricas, com a finalidade de apreender o singular como produto de circunstâncias únicas no tempo e no espaço.

Nesse sentido, as explicações gerais perdem a primazia, tanto quanto as rígidas relações causais. Para o historicismo, as ciências humanas, em vez de tentarem explicar a realidade sócio-cultural à luz de princípios gerais, deveriam compreendê-la²⁰. Para tanto, é necessário um contato íntimo com o objeto, tornando-se imprescindível, nesta tarefa, fazer uso das faculdades subjetivas do homem, como a sensibilidade e a intuição. Fazer uso apenas do raciocínio lógico se torna limitante, pois se constitui em barreira à espontaneidade, à essência do indivíduo. Por isso, o historicismo procurou recuperar as sensações e as emoções que no discurso positivista haviam desaparecido.

Essa preocupação com a história se fez presente no fato de a própria história do pensamento geográfico tornar-se objeto de investigações. Houve uma grande preocupação em se recuperar os trabalhos que poderíamos chamar de geográficos. O trabalho de Camena D'Almeida, de 1891, por exemplo, procura resgatar o conhecimento sobre os Pireneus desde a Antiguidade Clássica²¹.

Positivismo e historicismo, determinismo e possibilismo, inspirados na filosofia iluminista, no idealismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas de desenvolvimento da Geografia moderna. É preciso que fique bem claro, em primeiro lugar, que qualquer idéia de precedência nessas maneiras de pensar conduz a um grave equívoco, pois elas compartilham o mesmo tempo histórico. Em segundo, que as posições dominantes de cada pensador não significam formas puras, pois podemos encontrar na posição possibilista conduções e raciocínios próprios do determinismo e vice-versa. Por último, como muito bem observou Paulo César da Costa Gomes, o fato de as propostas determinista e possibilista terem signi-

20. A origem da distinção entre ciências naturais e ciências humanas remonta a Wilhelm Dilthey, tendo sido desenvolvida pelos filósofos neokantianos. Max Weber distingue as disciplinas em duas ordens: um primeiro conjunto dizendo respeito à natureza, composto por disciplinas que têm como proposta a explicação, e um segundo referente ao mundo dos homens e da sociedade, composto por disciplinas que enfatizam a compreensão.

21. Camena D'Almeida escreveu *Les pyrénées: développement de la connaissance géographique de la chaîne*. Claval, 1972. p. 82, nota 17.

ficado estratégias espaciais diversas e de terem sido identificadas com projetos nacionais, alemão e francês, respectivamente, podem conduzir a um simplismo indevido. Esclarece indicando que as pretensões dominadoras e expansionistas presentes na Geopolítica desse período foram uma combinação híbrida das propostas determinista e possibilista²².

O pensamento científico moderno, desenvolvendo uma forma nova de analisar e interpretar a natureza e a sociedade, teve como consequência o desenvolvimento da Geografia como um ramo específico do conhecimento. Nessa trajetória, as filosofias da natureza, peculiares ao pensamento alemão, foram fundamentais na constituição da disciplina geográfica²³.

Dez anos separam o nascimento dos dois pensadores alemães que impulsionaram o desenvolvimento da Geografia moderna. Em 1769, nasceu Alexander von Humboldt; em 1779, Carl Ritter. Viveram um período de importantes transformações do conhecimento geográfico e ambos faleceram em 1859, ano em que veio a público, como já indicamos, a obra *The Origin of Species*.

Com Humboldt e Ritter, o estudo da superfície da Terra como um todo coerente e harmônico se realizou por meio de múltiplas relações, incluindo as estabelecidas entre os aspectos da natureza e os aspectos humanos. Eles superaram os estudos particulares, despidos de referências a princípios gerais; superaram o conhecimento geográfico restrito à descrição dos lugares, entendido apenas como elaboração de mapas. Num e noutro, a referência básica residiu na busca da unidade e causalidade dos fenômenos. Com ambos, a Geografia caminhou para se constituir em um ramo particular do conhecimento, que procura relacionar o homem à natureza, base da compreensão da realidade.

22. Gomes, 1987, pp. 92-93.

23. O raciocínio mecanicista, baseado na idéia de que o espírito humano poderia ser analisado como uma matéria em movimento dependente dos fatores externos – visão tão cara aos franceses e ingleses –, não era dominante entre os pensadores historicistas alemães. Para estes, os processos da natureza não deveriam ser analisados como pura exterioridade da matéria em movimento, pois havia uma força diretora, que envolvia o Universo, autônoma e autoderminada.

Alexander von Humboldt teve uma formação enciclopedista, como era próprio de sua época, tendo se voltado, particularmente, para os estudos de botânica, física e geologia²⁴. Como conhecimento aplicado, estudou engenharia de minas e, como um homem de seu tempo, foi indispensável na sua formação o estudo da filosofia, tendo sido influenciado pelo idealismo alemão e pelas idéias de Rousseau.

A Hegel, a Fichte e a Schelling se deve à idéia de natureza concebida por Humboldt como unidade viva. Como Ritter, compartilhava da idéia da Terra como um todo orgânico, ou seja, em que todas as partes tinham conexão umas com as outras. Como consequência, Humboldt procurou mostrar a conexão entre os fenômenos, distanciando-se daqueles preocupados apenas com arrolamentos e inventários, sem a construção de relações entre os fenômenos. É em Humboldt que está a origem da noção de meio, uma das mais fundamentais do pensamento geográfico. Humboldt entende meio como produto de relações estabelecidas, mas, dado ao amplo desenvolvimento das conexões entre clima e vegetação que desenvolve em sua obra, a idéia de meio acabou se restringindo ao meio físico.

Na sua obra *Kosmos* (Cosmo), em cinco volumes, sendo o último inacabado, publicada entre os anos de 1845 e 1858, Humboldt afirma que é necessário investigar as relações entre a vida orgânica, incluindo aí o homem, e a superfície inorgânica da Terra. Observa que o homem depende em menor grau do solo e das condições climáticas do que animais e vegetais, graças às suas atividades do espírito e do intelecto, mas que, nem por isso, ele deixa de estar relacionado à natureza, sendo inclusive parte dela. Considera possível descobrir os vínculos entre os seres vivos e a natureza inorgânica, bem como estudar as relações entre os fenômenos e sua distribuição no globo, construindo uma visão integradora²⁵.

24. Humboldt era um nobre prussiano conhecedor da cultura francesa. Na companhia de C. Foster, filho de Reinhold Foster, naturalista que havia acompanhado Thomas Cook na segunda viagem ao redor do mundo (1722-1725), Humboldt empreendeu suas primeiras viagens na Europa Ocidental.

25. Para facilitar seus estudos sobre o clima, Humboldt concebeu as isotermas – linhas traçadas numa carta meteorológica que ligam os pontos de uma mesma temperatura ocorrida numa determinada hora.

Humboldt coloca como tarefa construir uma ciência que possa reconhecer e interpretar a unidade da natureza. Num de seus primeiros trabalhos estabelece três distinções para o estudo da Terra: fisiografia, história natural e geognosia – nome latino de *Erkunde*, que tem o sentido de Geografia. A fisiografia se enquadra no ramo das ciências naturais; a história natural, no ramo que estuda o desenvolvimento das coisas no tempo; e a geognosia, no ramo que estuda a distribuição espacial dos elementos. Essas distinções, é preciso dizer, não criam três geografias, constituem-se apenas em temas. Para Humboldt, só há uma Geografia, que tem como objetivo "reconhecer a unidade na vasta diversidade dos fenômenos; e, pelo exercício do pensamento e a combinação de observações, discernir a constância dos fenômenos no meio das alterações aparentes"²⁶. Essa Geografia é denominada de Geografia Física, relacionada à filosofia da natureza, tendo como objetivo a determinação das relações entre o homem e a natureza.

Advogando as posturas empiristas de sua época no domínio das ciências naturais, observou, todavia, que muitas vezes o conhecimento fica no âmbito das leis empíricas, mas que o objetivo permanente da ciência, que nunca deve ser esquecido, é o de procurar se alçar além das experimentações e construir conexões causais entre os fenômenos. Tanto que, por ocasião de

[...] sua viagem à Rússia, escreveu a um membro do governo russo: 'Os Montes Urais são um verdadeiro Eldorado e, da analogia que apresentam com a conformação geológica do Brasil, estou certo que serão descobertos diamantes nos garimpos de ouro e platina dos montes Urais'. Poucos dias depois, foram encontrados diamantes nos garimpos de ouro e platina²⁷.

Esta posição o conduziu à formulação de comparações, contribuindo para a construção de um pensamento que procurou evidenciar as semelhanças e as diversidades que compõem a totalidade. Totalidade que, não nos seus primeiros trabalhos, mas na sua obra *Kosmos*, não se restringia apenas à superfície da Terra, mas que se estendia, também, a todo universo, a todo o Cosmo.

26. Humboldt *apud* Tatham, 1959, p. 567.

27. *Idem*, p. 569.

A discussão da diversidade, nessa totalidade, também se fez presente no pensamento de Ritter que teve uma vida muito distinta da de Humboldt. Humboldt tinha estreitos laços com o poder, tendo sido conselheiro do rei da Prússia. O alcance do seu poder político pode ser exemplificado pelo seguinte fato, apesar de pouco nobilitador: Humboldt agiu diretamente para que Marx, exilado político na França, fosse expulso desse país. Da Prússia, Humboldt induziu Guizot, ministro francês, a proceder à expulsão de Marx. O motivo foi uma série de artigos contra o governo prussiano que Marx havia escrito no periódico dos refugiados alemães, *Vorwaert*. Em 11 de janeiro de 1845 Marx deixou Paris²⁸.

Enquanto Humboldt era um homem rico, viajante e naturalista, utilizando-se de observações diretas nas suas reflexões, Ritter foi, acima de tudo, um professor, um homem de gabinete. Lecionou, durante um ano, no ginásio de Frankfurt e, durante vinte anos, foi preceptor dos filhos de um rico banqueiro dessa cidade. Quando se instalou em Berlim, em 1827, entrou em contato com Humboldt, tendo sido influenciado por suas idéias, tendo se tornado o primeiro professor de Geografia da Universidade de Berlim e o primeiro presidente da Associação Geográfica de Berlim²⁹.

Ritter estudou numa escola que preconizava as posições de Rousseau e Pestalozzi³⁰. De Rousseau vem seu amor à natureza. De Pestalozzi, sua preocupação metodológica de partir do mais simples ao mais complexo. A valorização da natureza, a observação dos caminhos e lugares e a construção do conhecimento a partir dos elementos mais simples foram passos percorridos pelo jovem Ritter, que influen-

28. Cf. Lefebvre & Norbert Guterman, "Préface", 1934, p. 14.

29. Na Universidade de Berlim, em 1838, entre aquelas que assistiam às aulas de Ritter estava um jovem chamado Karl Marx, que revolucionou a compreensão do mundo. No fim do século, a cátedra de Geografia existia praticamente em todas as universidades da Alemanha e, também, fazia parte do currículo do ensino primário e secundário. O ensino da Geografia se constituía num dos instrumentos de afirmação da nacionalidade.

30. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) transita do iluminismo ao romantismo à medida que antecipa as questões acerca da liberdade. Para ele, deve-se evitar que o educando caia sob a influência negativa da sociedade. Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), educador suíço, concebe um método de educação que deve ser iniciado a partir da observação até alcançar a consciência e o discurso.

ciaram sua forma de pensar. Muito embora tenha cursado ciências naturais e matemática na Universidade de Hall, estas tiveram um peso menor na sua formação do que as disciplinas de história e filosofia.

Com uma visão cristã e científica do mundo, na melhor das tradições da escolástica, Ritter considerava Deus a razão suprema e todo seu pensamento era imbuído de um enfoque teológico. Essa perspectiva o conduziu à idéia de que a Terra não passava de um palco onde se desenrolava a atividade do homem em sua trajetória em direção a Deus. Formulação que, necessariamente, conduz à dicotomia entre o natural e o humano, presentes nos textos da *Bíblia*. Sob tal perspectiva, enxergava o mundo formado por um complexo de cadeias vinculadas a Deus. Segundo Ritter, a Geografia deveria ter uma visão completa e universal da Terra, reunindo todo o conhecimento do globo, apresentando uma conexão desse todo tanto em relação ao homem quanto a Deus.

Para Ritter, a Terra constitui um todo orgânico e a região, uma parte deste organismo. Esta visão do todo e suas partes o inspirou na proposta de uma Geografia Geral Comparada, afirmando que o procedimento da comparação das partes desse todo pode ajudar na compreensão do todo. Em seu livro, *Europa. Ein geographisches, historisches, statistisches Gemälde für Freunde und Lehrer der Geographie* (Um Quadro Geográfico, Histórico e Estatístico para os Amigos e Professores da Geografia), de 1804, Ritter indica que o que se deve fazer é:

Apresentar um retrato vivo de todas as terras, com seus produtos naturais e cultivados, seus aspectos naturais e humanos... e apresentar tudo isto como um todo coerente, de modo que as inferências mais significativas sobre o homem e a natureza se evidenciarão por si, especialmente se comparadas lado a lado³¹.

Procurando elaborar comparações das relações causais, Ritter procedeu aos estudos regionais com o objetivo de identificar as individualidades na totalidade. Diríamos: as individualidades regionais. Dizia que cada continente continha numerosas totalidades e, também, constituía-se numa totalidade. Por exemplo, ao estudar a África, divide-a em quatro unidades e cada uma em outras unidades menores.

31. Ritter, *apud* Tatham, 1959, p. 561.

No final, reúne todas as partes e o continente inteiro se apresenta como uma totalidade. Para ele, as divisões do todo podem ser múltiplas e a totalidade não se constitui numa totalidade fechada, pois pode engendrar múltiplas totalidades.

As relações entre a superfície terrestre e a atividade humana são seu objeto de estudo. Na obra *Erdkunde* (Geografia), cujo primeiro volume é de 1817, e que trata da África, Ritter procurou relacionar a natureza com as atividades desenvolvidas pelos homens³². Esta obra – que no total tem vinte e um volumes e 23.000 páginas –, tem um longo subtítulo *Die Erdkunde im Verhältnis zur Natur und Geschichte des Menschen oder und vergleichende Erdkunde als sichere Grundlage des Studiums und Unterrichts in physikalischen und Historischen Wissenschaften* (A Geografia de Acordo com a Natureza e a História do Homem, ou Geografia Geral Comparada, como Fundamento Seguro para o Estudo e Conhecimento das Ciências Físicas e Históricas), que indica claramente sua preocupação com a unidade entre os aspectos físicos e humanos. Tanto que dizia: "A Terra e seus habitantes estão na mais íntima relação recíproca e sem estes, aquela não pode ser apresentada em todas suas correlações. Daí a história e a geografia terem de permanecer sempre inseparáveis"³³.

Seu estudo das regiões baseou-se na comparação das relações causais e na afirmação da importância dos métodos empíricos. Sua visão contribui para o desenvolvimento das divisões regionais fundadas em critérios naturais, em vez de divisões regionais baseadas nos limites administrativos e políticos. Sem dúvida, é com Ritter que os fundamentos dos estudos regionais, ou de uma Geografia Regional, se estabelecem.

Dada sua formação e ao seu exercício profissional, sua preocupação com o ensino era permanente, propondo como procedi-

32. Sua obra *Erdkunde* é composta de dezenove volumes, tendo sido publicada entre 1817 e 1859. *Erdkunde* é o nome proposto por Ritter para a geografia em substituição à palavra alemã *Erdbeschreibung*, que queria dizer geografia. Essa proposta busca afirmar, até mesmo utilizando-se de outra denominação, uma geografia científica e não descritiva. Em sua obra *Erdkunde*, as divisões em unidades não são feitas segundo os países, mas segundo as regiões, de acordo com os critérios que estabelece.

33. Tatham, *op. cit.*, p. 561.

mento de estudo geográfico o seguinte caminho: começar pela análise do relevo, do clima, da população e das atividades humanas para se chegar a uma síntese geral. Propondo, portanto, o caminho da indução. Este esquema inspirou muitos geógrafos, inclusive Vidal de La Blache, em como proceder à análise regional. E persiste até hoje em muitos estudos de Geografia Regional³⁴.

A influência do pensamento de Ritter significou o desenvolvimento de estudos comparativos, fazendo desenvolver a Geografia Regional. Lüdde, inspirado nas idéias de Ritter, desenvolveu a idéia de três tipos de comparação em Geografia. Uma que estabelece a comparação entre elementos de uma determinada região, como por exemplo o clima e a vegetação das savanas; outra, que estabelece comparações entre as condições atuais de uma região com o seu passado, como o traçado urbano de dois momentos históricos de uma cidade; e uma terceira, que estabelece comparações entre diferentes regiões.

Ritter e Humboldt, por diferentes caminhos, concebiam a Terra como um todo harmônico com múltiplas relações. Porém, enquanto Humboldt buscava a unidade da natureza por seus aspectos físicos, não fundamentando sua posição numa perspectiva antropocêntrica, Ritter centrava-se na história e na idéia de que o sentido da vida estava em Deus. Uma outra distinção digna de nota é a de que a ênfase dada nos estudos de Ritter se concentra muito mais no particular do que no geral – ou, mais regional do que geral –, enquanto que no de Humboldt, mais no geral ou, em outros termos, mais sistemática. Por isso, é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral. Contudo, isso não significa que Ritter não tenha se voltado a estudos gerais nem que Humboldt, a estudos regionais.

O pensamento de Ritter, devido à sua tradição escolástica e à importância que dava à história, não se tornou dominante, tendo recebido severas críticas, sobretudo daqueles que eram guiados pelos rígidos parâmetros positivistas e que tinham uma postura materialis-

34. O caminho do conhecimento que parte da observação da sala de aula, para a observação da escola, do bairro, da região... até a observação do país e do mundo, presentes nos atuais procedimentos didáticos da Geografia, tem origem nas propostas de Ritter, inspirado em Pestalozzi.

ta. Estes argumentavam que seu pensamento carecia de *status* científico. O de Humboldt teve influência, sobretudo, entre os naturalistas e botânicos e, em menor grau, entre aqueles que se dedicavam aos estudos geográficos. Em síntese, tanto o pensamento de Ritter como o de Humboldt não se consagraram de imediato, embora neles residia a concepção na formulação da ciência geográfica moderna.

A Geografia, mesmo tendo como parâmetro o pensamento científico moderno, não sepultou as antigas formas de conhecimento geográfico. A Geografia, nos moldes clássicos, continuava a ser elaborada e era reconhecida como saber inquestionável.

No Brasil, não tendo contato com os escritos de Humboldt e Ritter, o padre Manuel Aires de Casal, português de nascimento, escreveu o importante trabalho de Geografia, denominado de *Corografia Brasileira*, nos moldes de uma Geografia clássica, fundamentada, basicamente, em descrições e inventários que foram publicados pela Imprensa Régia em 1817³⁵.

Aires de Casal difere de seus contemporâneos Humboldt e Ritter como a água do vinho, pois, enquanto estes últimos eram verdadeiros homens de ciência, Casal desconhecia os princípios científicos de seu tempo. Na verdade, aproximava-se da posição de um simples compilador de documentos em arquivos e relator de acontecimentos sem crítica, preferindo a autoridade do texto à observação. Como significativamente observou Caio Prado Júnior, Aires de Casal, para falar dos indígenas, utilizou-se de um texto de 1571, escrito por Jerônimo Osório e que nunca havia estado no Brasil. Para descrever o maracujá e o abacaxi referiu-se ao texto de Santa Rita Durão. Considerou o peixe-boi um peixe e, o morcego, ave. Colocou os indígenas entre os animais. Também preferiu usar o latim para designar os nomes das cidades. *Alacriportus*, para Porto Alegre, *Soteropolis*, para Salvador e *Christophoropolis*, para Sergipe³⁶.

35. Pouco se sabe sobre a vida de Manuel Aires de Casal. Em 1796 exerceu o cargo de capelão no Rio de Janeiro, tendo retornado com o Imperador a Portugal, em 1821. Pouco tempo depois faleceu.

36. Caio Prado Júnior considera que a *Géographie universelle* de Conrad Malte-Brun, publicada entre 1812 e 1829, tida como referência no início do século XIX, embora seja mais completa e pretensiosa que a *Corografia Brasileira* quanto ao modo de tratar os fatos geográficos, não é muito superior a ela. Prado Jr., 1955, pp. 52-66.

Dominando várias línguas e inerso em papéis, documentos, mapas e livros, os mais variados que conseguiu ter à mão, Aires de Casal desenvolveu seu trabalho. Certamente, beneficiou-se dos documentos reunidos para os tratados de limites dos século XVIII e, também, do acervo transferido de Portugal, em 1808, que contava cerca de 60.000 obras e grande número de mapas. Assim, Aires de Casal produziu sua *Corografia Brazilica* sem, conforme tudo indica, ter realizado nenhuma viagem de estudo e observação. Isso numa época em que os naturalistas percorriam o país. Auguste de Sainte-Hilaire, naturalista francês, percorreu o estado de Goiás, o sul e o sudeste do país entre 1816 e 1822 e utilizou-se da *Corografia Brazilica*, muitas vezes, inclusive, questionando informações de Aires de Casal, que considerava ousadas e passíveis de contestação. Mesmo assim, considerou-o "pai da Geografia brasileira" e reputou a sua obra como excelente³⁷.

A obra de Aires de Casal contém noções de história, descrição de alguns aspectos da natureza, incluindo, aí, os acidentes geográficos. Mas trata, como dissemos, de arrolamento e descrição nos moldes dos trabalhos clássicos de Geografia. Se seu procedimento nos parece anacrônico, o que parecerá então, nos dias de hoje, a solicitação para que aqueles que lidam com o saber geográfico saibam enumerar os principais afluentes da margem direita de um determinado rio, os países de um continente e os municípios que compõem uma região metropolitana?

Na *Corografia Brazilica*, o Brasil, ainda colônia de Portugal, aparece como uma unidade dividida em territórios de duas ordens. Uma diz respeito aos territórios sob o domínio do rei; ou seja, territórios sob o jugo da Coroa portuguesa. Outra é relativa ao que ele denomina de Brasil natural, que exclui algumas parcelas do território pertencentes à Coroa portuguesa e inclui terras não pertencentes a Portugal, como o Uruguai, parte do Paraguai e Argentina. Inclusão essa que tem nas bacias hidrográficas referência dos limites territoriais.

Aires de Casal considerava que, dada a extensão do território brasileiro, uma divisão se fazia necessária. Mantendo, na maioria das

37. Sainte-Hilaire, 1974, p. 218, nota 3: "O abade Manoel Aires de Casal, o pai da geografia brasileira, morreu em Lisboa na indigência, sem poder publicar a 2ª edição de sua excelente obra sobre o Brasil".

vezes, o critério fundado nas bacias fluviais, utilizava-se do curso dos rios para dividir o território; em outros termos, para criar uma regionalização. Divide o Ceará em dois em sentido longitudinal. Divide Goiás com vistas a equalizar melhor a relação entre população e área. Sergipe é também dividido em dois, mas segundo a vegetação: matas e agreste. Ao discutir essa província, Aires de Casal estabelece a associação entre clima, vegetação, relevo e ocupação.

Sete anos após o lançamento da *Corografia Brazilica*, em 1824, surgiu o primeiro livro de Geografia escrito por um brasileiro: *Compendio de Geografia Universal*, de autoria de Basílio Quaresma Torreão. Basílio utilizou o trabalho de Aires de Casal e as experiências das viagens que empreendeu. Escreveu sua obra no cárcere, procurando ocupar o tempo "ocioso" nas masmorras baianas, por ocasião de sua prisão por ter participado de revoltas nativistas no início do século XIX.

Outros trabalhos geográficos foram escritos por brasileiros sem contudo romper com o modelo clássico difundido por Aires de Casal, que inaugurou a consciência geográfica do Império. Como exemplo, podemos citar o trabalho de Monteiro Baena, denominada de *Ensaio Corográfico do Pará*, de 1839³⁸.

A ruptura com esse modelo ocorreu com o projeto de construção política e ideológica da nação brasileira. Essa construção assentou-se na exaltação das riquezas naturais, na promoção de campanhas de povoamento e de comissões científicas de exploração com o intuito de realizar o projeto de unidade nacional. Em 1838 fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico, pautado pela íntima relação entre Geografia e História, na qual a relação homem-natureza forjava o escopo da ideologia de construção da nacionalidade brasileira. Em 1840, o Instituto Histórico e Geográfico expõe claramente em sua revista a posição de que:

[...] o objetivo da Geografia é o estudo da superfície da terra; mas não merecera o nome de ciência se se contentasse de estudar somente as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna. As emigrações, dos povos; as descobertas, que abreviam os espaços mais distantes; as

38. Cf. Calmon, 1968, p. 1907.

mento de estudo geográfico o seguinte caminho: começar pela análise do relevo, do clima, da população e das atividades humanas para se chegar a uma síntese geral. Propondo, portanto, o caminho da indução. Este esquema inspirou muitos geógrafos, inclusive Vidal de La Blache, em como proceder à análise regional. E persiste até hoje em muitos estudos de Geografia Regional³⁴.

A influência do pensamento de Ritter significou o desenvolvimento de estudos comparativos, fazendo desenvolver a Geografia Regional. Lüdde, inspirado nas idéias de Ritter, desenvolveu a idéia de três tipos de comparação em Geografia. Uma que estabelece a comparação entre elementos de uma determinada região, como por exemplo o clima e a vegetação das savanas; outra, que estabelece comparações entre as condições atuais de uma região com o seu passado, como o traçado urbano de dois momentos históricos de uma cidade; e uma terceira, que estabelece comparações entre diferentes regiões.

Ritter e Humboldt, por diferentes caminhos, concebiam a Terra como um todo harmônico com múltiplas relações. Porém, enquanto Humboldt buscava a unidade da natureza por seus aspectos físicos, não fundamentando sua posição numa perspectiva antropocêntrica, Ritter centrava-se na história e na idéia de que o sentido da vida estava em Deus. Uma outra distinção digna de nota é a de que a ênfase dada nos estudos de Ritter se concentra muito mais no particular do que no geral – ou, mais regional do que geral –, enquanto que no de Humboldt, mais no geral ou, em outros termos, mais sistemática. Por isso, é comum a referência a Ritter como fundador da Geografia Regional e a Humboldt, da Geografia Geral. Contudo, isso não significa que Ritter não tenha se voltado a estudos gerais nem que Humboldt, a estudos regionais.

O pensamento de Ritter, devido à sua tradição escolástica e à importância que dava à história, não se tornou dominante, tendo recebido severas críticas, sobretudo daqueles que eram guiados pelos rígidos parâmetros positivistas e que tinham uma postura materialis-

34. O caminho do conhecimento que parte da observação da sala de aula, para a observação da escola, do bairro, da região... até a observação do país e do mundo, presentes nos atuais procedimentos didáticos da Geografia, tem origem nas propostas de Ritter, inspirado em Pestalozzi.

ta. Estes argumentavam que seu pensamento carecia de *status* científico. O de Humboldt teve influência, sobretudo, entre os naturalistas e botânicos e, em menor grau, entre aqueles que se dedicavam aos estudos geográficos. Em síntese, tanto o pensamento de Ritter como o de Humboldt não se consagraram de imediato, embora neles residisse a concepção na formulação da ciência geográfica moderna.

A Geografia, mesmo tendo como parâmetro o pensamento científico moderno, não sepultou as antigas formas de conhecimento geográfico. A Geografia, nos moldes clássicos, continuava a ser elaborada e era reconhecida como saber inquestionável.

No Brasil, não tendo contato com os escritos de Humboldt e Ritter, o padre Manuel Aires de Casal, português de nascimento, escreveu o importante trabalho de Geografia, denominado de *Corografia Brasileira*, nos moldes de uma Geografia clássica, fundamentada, basicamente, em descrições e inventários que foram publicados pela Imprensa Régia em 1817³⁵.

Aires de Casal difere de seus contemporâneos Humboldt e Ritter como a água do vinho, pois, enquanto estes últimos eram verdadeiros homens de ciência, Casal desconhecia os princípios científicos de seu tempo. Na verdade, aproximava-se da posição de um simples compilador de documentos em arquivos e relator de acontecimentos sem crítica, preferindo a autoridade do texto à observação. Como significativamente observou Caio Prado Júnior, Aires de Casal, para falar dos indígenas, utilizou-se de um texto de 1571, escrito por Jerônimo Osório e que nunca havia estado no Brasil. Para descrever o maracujá e o abacaxi referiu-se ao texto de Santa Rita Durão. Considerou o peixe-boi um peixe e, o morcego, ave. Colocou os indígenas entre os animais. Também preferiu usar o latim para designar os nomes das cidades. *Alacriportus*, para Porto Alegre, *Soteropolis*, para Salvador e *Christophoropolis*, para Sergipe³⁶.

35. Pouco se sabe sobre a vida de Manuel Aires de Casal. Em 1796 exerceu o cargo de capelão no Rio de Janeiro, tendo retornado com o Imperador a Portugal, em 1821. Pouco tempo depois faleceu.

36. Caio Prado Júnior considera que a *Géographie universelle* de Conrad Malte-Brun, publicada entre 1812 e 1829, tida como referência no início do século XIX, embora seja mais completa e pretensiosa que a *Corografia Brasileira* quanto ao modo de tratar os fatos geográficos, não é muito superior a ela. Prado Jr., 1955, pp. 52-66.

plantas e animais que servem à vida do homem, por ele transportados de um país a outro [...] a terra cobrindo-se de cidades [...] tudo isso pertence à História, mas pertence também à Geografia, porque estes fenômenos tem uma imediata relação com o espaço, e sobre ele exercem uma bem clara influência³⁹.

Com o objetivo de atualizar o estudo da Geografia no Brasil, o professor Candido Mendes de Almeida organizou um *Atlas do Império do Brasil* destinado à instrução pública do Império, publicado no ano de 1868. Acima de tudo, Candido Mendes de Almeida afirmou a importância do estudo geográfico na construção da consciência nacional.

Em seu Atlas está expresso, na "Introdução", o atraso em que se encontrava o estudo da Geografia e a importância do conhecimento geográfico. "Nós que até hoje temos sido um povo *anti-geográfico*, não só não conhecemos bem o Atlântico que beija nossas praias, como a mór parte dos nossos rios"⁴⁰.

Almeida, considerando a importância da Estatística e da História, observa que sem a Geografia essas ciências não passam de saberes inúteis.

Esta sciencia tão indispensavel ao politico como ao adminstrador sem a Geographia, ficaria sem base: tornar-se-ia senão inteiramente inutil, incompleta.

Em idênticas condições se acha a Historia, outra sciencia, ou melhor outra Estatistica sob differente e mais amena formula, por que he a exposição dos resultados da marcha e vida de um povo na terra, e por tanto de seus triume de seus desacertos. He ella a lição da experiencia para guiar no presente, e resguardar o futuro...

Como se sabe tem essa sciencia dous luminares, a Geografia e a Chronologia. O mais importante he por sem duvida o primeiro. Exclui-o, e a viva photographia dos factos perderá o seu relevo, sua cardeal importancia⁴¹.

No *Atlas do Império*, o Brasil aparece dividido, segundo expressão empregada, sob quatro pontos de vista. O primeiro dizendo respeito ao aspecto administrativo, apresentando as províncias do Império, que por sua vez são organizadas em quatro classes: Setentrionais,

39. Barbosa *apud* Domingues, 1996, p. 43.

40. Candido Mendes de Almeida (org.) *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

41. *Idem*.

Meridionais, Orientais e Ocidentais. O segundo, relativo ao poder eclesiástico, com a divisão territorial segundo as dioceses. O terceiro, corresponde ao poder judiciário (comarcas); e, por último, segundo os distritos eleitorais.

Esses "quatro pontos de vista" indicam que as divisões concebidas se constituem em esferas do poder sobre o território brasileiro. Do Império e da Igreja. Nesse sentido, as divisões do Império não têm nada de novo, pois a divisão do Brasil desde os tempos do descobrimento fundou-se no poder metropolitano – capitânias hereditárias e governos gerais – e no poder eclesiástico.

O conhecimento geográfico nos moldes clássicos, face ao desenvolvimento da Geografia fundada nos parâmetros da ciência moderna, foi sendo superado, no Brasil, mais lentamente. Na Europa, a contribuição de Humboldt e Ritter foi, aos poucos, sendo assimilada, mas a Geografia oficial francesa permaneceu por mais tempo atada ao modelo clássico de descrições e inventários. Nesse quadro, o debate entre o determinismo e o possibilismo e entre positivismo e historicismo promoveram a multiplicação dos estudos geográficos e fizeram avançar, teórica e metodologicamente, a disciplina Geografia.

Alguns tomavam como referência a busca das relações causais e de leis gerais centrando-se na investigação dos aspectos da natureza. Por exemplo, procurando relacionar clima à vegetação na busca de leis gerais da natureza. Outros, procurando compreender os aspectos da vida social e cultural, incorporaram a dimensão histórica, elaborando análises particulares em vez de construir explicações generalizadoras. Por exemplo, procurando compreender por que se dá de forma diferenciada a disposição do casario em determinados bairros rurais: ora ao longo de um caminho, ora disposto segundo um centro, que podia ser uma praça ou uma igreja. Ou seja, compreender o porquê de algumas localidades terem o casario disposto de uma certa maneira, mais do que se preocupar em construir leis gerais acerca da disposição do casario nos bairros rurais.

Visões tão distintas, do ponto de vista teórico e metodológico, colocaram em xeque a Geografia, num momento em que esses parâmetros pareciam inconciliáveis. A tendência à separação entre ciência da natureza e ciência do homem comprometia o próprio sentido da ciência geográfica que, na unidade dos aspectos físicos e huma-

nos da realidade, vinha se conformando como um campo específico do conhecimento⁴².

A solução veio por meio do estudo regional, visto que este possibilitava combinar as duas perspectivas. As relações causais e as leis gerais, mais pertinentes ao estudo dos fenômenos naturais, combinadas à compreensão dos aspectos da vida social e cultural não tinham o objetivo de construir generalizações. A relação entre os fenômenos físicos e humanos de uma dada área aparecia como solução para o impasse teórico-metodológico. Neste momento, consagraram-se os estudos regionais como a alternativa para a manutenção da unidade da disciplina Geografia.

O objeto essencial de estudo da Geografia passou a ser a região, um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contíguos.

O ponto de vista é o de que a região pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais. Portanto, a região, nessa perspectiva, possui uma realidade objetiva e cabe ao pesquisador distinguir as homogeneidades existentes na superfície terrestre e reconhecer as individualidades regionais.

Integração e síntese passaram a se constituir na nova motivação do pensamento geográfico. Integração de vários elementos, tanto naturais como sociais, e síntese dos aspectos da natureza com os elementos socioculturais de uma dada superfície terrestre construíram o novo arcabouço do conhecimento geográfico. Posto assim, a Geografia passou a ter como referência maior a região.

A solução do impasse teórico-metodológico da Geografia, com o estabelecimento da região como objeto de estudo, ocorreu, sobretudo, na França. Estava claro para a sociedade francesa que a moder-

42. Sem dúvida nenhuma, aí reside a questão da dualidade da Geografia, entre Geografia Física e Geografia Humana; questão presente e, infelizmente, pouco discutida. O fato de não vir explicitamente à tona nos debates atuais, demonstra que a questão não está resolvida e o pouco esforço em enfrentá-la. Posição tão enganadora como se ao ignorarmos a possibilidade de ocorrerem enchentes e terremotos, estes deixassem de existir.

nidade, fundada na indústria e no urbano, dissolvia os lugares, esgarçava os laços entre as pessoas e enfraquecia a idéia de comunidade local. Havia uma necessidade do discurso regional para constituir a unidade da nação.

A recuperação da relação das pessoas com o lugar passava pela valorização da memória social e da identidade regional, que se vinculava a uma forma de consciente territorial. A literatura nacional francesa se voltou para a diversidade das paisagens, descrevendo lugares, falando do tipo físico dos habitantes, dos seus sentimentos, dos seus costumes e da forma das cidades⁴³. Nesses textos, a região foi vista e mostrada como sujeito, daí surgindo a concepção da região como personagem⁴⁴.

A França, com suas fronteiras consolidadas, diferentemente da Alemanha, ainda sob os efeitos da recente unificação (1871), deparava-se com dois problemas marcantes nesse período. Um, relativo à ocupação prussiana da Alsácia e Lorena e outro, dizendo respeito à relação entre as classes sociais. Nesse último caso, tratava-se de reestruturar as forças sociais internas, aproximando a população urbana de Paris, alinhada aos interesses do capital industrial e financeiro, com a população das outras regiões, vinculada à classe agrária e conservadora. Tratava-se, também, de minar o movimento operário que se manifestou na Comuna de Paris.

A Geografia, nesse momento, cumpre o papel de elaborar ideologicamente a construção da nacionalidade francesa⁴⁵. Segundo expressão de Marcelo Escolar:

43. Ver a este respeito o belo trabalho de Paul Claval, "Le thème régional dans la littérature française", 1987.

44. Segundo Edmund Wilson, em 1831 o historiador Michelet se colocou a tarefa de precisar a personalidade de cada região da França e de como cada uma delas se uniam num todo, formando uma nação cheia de diversidades. Wilson ressaltou a importância das diversas comunidades francesas terem jurado devoção à Revolução Francesa. Assim se expressou: "O clímax da história é o momento das Federações, no ano que se seguiu à tomada da Bastilha, quando comunidades de toda a França vieram jurar fraternidade e devoção à Revolução" (Wilson, 1986, p. 22).

45. A cátedra de Geografia na Sorbonne é de 1809 e tinha como objetivo fazer conhecer aos historiadores os geógrafos. Essa cátedra difere, em muito, da estabelecida na década

[A] Geografia contribui organicamente para a constituição da consciência nacional ensinando as bases territoriais da identidade entre solo e povo, e caracterizando a unidade da Nação em sua diversidade regional. Resumindo, o "amor à Pátria" passou a ser objeto de construção educativa e de fundamentação teórica⁴⁶.

Face à diversidade do território francês, afirmar o regional era, também, afirmar a identidade nacional. O sentimento de pertencer a um local, a uma região, significava, também, a consciência de pertencer a um pedaço de um todo harmônico sob a direção do Estado. "Harmonia territorial, que refletia a 'harmonia' e a natureza do regime social dominante. 'Harmonia' rompida apenas pela perda da Alsácia e Lorena"⁴⁷.

A maior expressão da Geografia Regional foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918), sendo imprescindível para se compreender a força do paradigma regional na Geografia conhecer algumas de suas idéias.

Até Vidal de La Blache, a Geografia, na França, não se constituía num ramo autônomo do conhecimento que fizesse parte da História. Com ele é que a Geografia atinge um *status* independente e se consagra como um ramo específico da ciência. Com ele, o termo Geografia Humana se sobrepõe ao de Antropogeografia. Desenvolvendo uma perspectiva possibilista, este autor se coloca claramente em oposição ao determinismo. Acima de tudo, Paul Vidal de La Blache foi um pensador do possível, das inúmeras possibilidades que o homem tem diante da vida⁴⁸.

Mas isso não significa dizer que, face a essa perspectiva, haja um divórcio teórico entre Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, muito

de 70 do século XIX, difundida em várias universidades francesas como também no ensino primário e médio, como instrumento de construção da identidade nacional. Na época, Michelet declarou: "Al daquele que tenta isolar um ramo do saber de outro... Toda ciência é uma: linguagem, literatura e história, física, matemática e filosofia; assuntos que parecem os mais distantes um do outro são na realidade interligados; ou melhor, todos formam um único sistema". *Idem*, p. 11.

46. Escolar, 1996, p. 51.

47. *Idem*, p. 68.

48. Foi o discípulo de Vidal de La Blache, Lucien Febvre que, em 1922, qualificou a relação entre o homem e a natureza, presente nos trabalhos de La Blache, de possibilismo.

embora seja freqüente dizer que em Ratzel se situe a raiz do determinismo geográfico, que se contrapõe ao possibilismo de Vidal de La Blache. Cabe dizer que eles compartilham da mesma visão de homem e de natureza como constituintes de uma unidade, não como opostos⁴⁹. Se para Vidal de La Blache, o homem depende da natureza para sobreviver, utilizando-se da sua engenhosidade para tirar partido das possibilidades que ela oferece, para Ratzel não é muito diferente. Ratzel diz com outras palavras coisa semelhante. Afirma que o homem depende da natureza para extrair os meios necessários à sua existência, considerando que a relação entre o homem e a natureza depende do grau de desenvolvimento social. Moraes afirma que:

Para Ratzel não seria possível pensar a sociedade sem pensar a natureza que a envolve, e que lhe imprime traços específicos, não numa causalidade que as condições singulares de cada lugar atuam na particularização da parcela da humanidade que ali habita. A terra aparecendo como o substrato material das sociedades, condição insubstituível de suas existência⁵⁰.

Afirmando a unidade dos aspectos físicos e humanos por meio do estudo regional, Vidal de La Blache incorpora à Geografia o conceito de gênero de vida, que se define como o resultado das influências físicas, históricas e sociais, presentes na relação do homem com o meio. Mas, é importante que se diga, que esse conceito não é exclusivo da Geografia; ao contrário, na segunda metade do século XIX, foi de uso corrente e utilizado no estudo da evolução da humanidade por todos aqueles que se interessavam pelas sociedades primitivas.

Somente em 1890 o conceito de gênero de vida passou a ser corrente entre os geógrafos modernos. De uso corrente, sim, mas não considerado como central na pesquisa geográfica. O conceito de gênero de vida foi mais empregado nos trabalhos que se voltavam para

49. "O nome de Friedrich Ratzel aparece nos manuais, geralmente associado à gênese do 'determinismo geográfico'... Essa avaliação, apesar de criticada por vários historiadores do pensamento geográfico, foi a que se difundiu e se popularizou, gerando mesmo a escamoteação de uma moderna discussão das idéias ratzelianas e de seu papel no desenvolvimento da Geografia." Moraes, 1983, p. 349.

50. *Idem*, p. 382.

o estudo das sociedades primitivas. Nessa utilização ressaltou-se mais o primeiro nível da análise de gênero de vida, o viés ecológico, que sublinha como o homem tira partido do meio, do que o segundo aspecto, aquele que considera as relações que os homens tecem entre si. Esse último aspecto foi, relativamente, negligenciado.

Em sua obra póstuma, *Principes de géographie humaine*, de 1922, Paul Vidal de La Blache procurou afirmar mais claramente a idéia de região como integração e síntese dos aspectos humanos e naturais, realizando a unidade homem e natureza. Segundo La Blache:

O que Ulisses reteve das suas viagens foi o conhecimento das cidades e dos costumes de muitos homens; e para a maioria dos autores antigos, aos quais a Geografia deve os primeiros pergaminhos, a idéia de região é inseparável da idéia dos seus habitantes; o exotismo tanto se traduz pelos meios de nutrição e aspecto físico dos indígenas, como pelos montes, desertos ou rios que formam o cenário⁵¹.

Ele procurou salientar a importância de se buscar construir nos estudos particulares a vinculação com o conjunto terrestre. Tanto que afirmou: "Os fatos da Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas"⁵².

Considerava importante a análise da diferenciação da superfície da terra, das sociedades existentes e a compreensão de como as unidades elementares se articulam com o todo. Enfim, como as diversidades dos lugares se traduzem numa determinada organização do espaço.

Vidal de La Blache considera, da mesma maneira que Ratzel, que os grupos sociais tendem a se circunscrever a uma região natural nos estágios primitivos da evolução humana. Já com o desenvolvimento

51. Vidal de La Blache, 1954, p. 23. Esta obra foi publicada após sua morte. Seus discípulos, entre eles Emmanuel De Martonne, se empenharam na organização dos originais tendo, inclusive, incorporado alguns textos que já haviam sido publicados no *Annales de géographie*.

52. *Idem*, p. 26.

da civilização, os diversos grupos, por meio de trocas, cuja intensidade é decorrente diretamente da complementaridade entre as regiões, tendem a uma maior aproximação. Para ele, o crescimento da circulação desenvolve a divisão regional do trabalho, tornando as regiões dependentes umas das outras.

Tomando como referência os aspectos da natureza, como o geológico, o climático e as formas do relevo, bem como a história, Vidal de La Blache procurou extrair as diversas particularidades emanadas da relação entre o homem e o meio, que conformaram as distintas paisagens na França. Descrevendo minuciosamente as regiões e recuperando a história dos lugares, este geógrafo construiu uma divisão regional fecunda. Esse é o conteúdo de sua famosa obra *Tableau de la géographie de la France*, publicada em 1903. Ela contém, inclusive, uma reflexão sobre pretéritas divisões do território francês.

Vidal de La Blache propôs, para a França, uma divisão composta de quinze regiões, contendo cada uma uma capital regional. Esta regionalização veio substituir a de 1790, que se constituía numa divisão administrativa, baseada no critério de distância a um centro. A delimitação regional era produto da distância que se podia percorrer em um dia, em um cavalo, para alcançar esse centro. Critério que a revolução dos transportes enterrou.

Uma monografia regional deveria, na perspectiva lablachiana, conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região.

Com a publicação do seu *Atlas historique et géographique*, em 1894, que contém vários mapas temáticos possíveis de serem justapostos, permitindo facilmente relacionar os fenômenos, a possibilidade da síntese geográfica ficou evidenciada. Esse atlas difere de todos os atlas precedentes. Não se trata apenas de localizar os topônimos, isto é, os nomes dos lugares, rios etc., mas de apresentar uma série de cartas – física, política e econômica – justapostas para os lugares representados, dando idéia de um conjunto com várias relações, fazendo com que o mapa seja um elemento revelador da realidade.

Na obra de Vidal de La Blache, os termos 'paisagem' e 'fisionomia' estão bastante presentes, porém não se constituem sinônimos. Ele utiliza a palavra "paisagem" segundo o senso comum, enquanto a palavra "fisionomia" aparece com um sentido preciso, utilizado para se referir às características dos lugares, como instrumento para a elaboração das distinções regionais. Assim, por exemplo, ao analisar os Alpes, a Champanha, a Bretanha: regiões da França, Vidal de La Blache utiliza o termo "fisionomia" e não "paisagem". Em suma, refere-se à fisionomia dos Alpes, da Champanha e da Bretanha.

Vidal de la Blache privilegia o termo fisionomia porque se coloca como continuador da tradição do historiador Michelet, que havia, segundo observação de Vincent Berdoulay, relacionado a idéia de mais desenvolvidas "às grandes entidades sociais e políticas cujas formas duz a seguinte observação de Michelet:

[...] a França é o país do mundo onde a nacionalidade, ou a personalidade nacional, se aproxima mais da personalidade individual... Você não encontrará, como na Alemanha e na Itália, vinte centros de ciência e arte, só há um de vida social. A Inglaterra é um Império, a Alemanha, um país, a França é uma pessoa⁵³.

Não é o caso de se buscar na obra de Vidal de La Blache um trabalho específico que trata da exposição do objeto e do método da Geografia. Isso porque sua obra é composta por um conjunto de artigos e textos sem a preocupação de encadamentos e de sistematização dos procedimentos da disciplina geográfica. Suas reflexões teórico-metodológicas estão dispersas. Nos escritos de Lucien Gallois (1857-1941), um de seus discípulos, que publicou *Régions naturelles et Nom de Pays, Étude sur la Région Parisienne*, de 1910, a idéia de região, nos moldes lablachianos, aparece com maior clareza⁵⁴. Nos textos de Vidal de La Blache, em diversas passagens, pode-se perceber

53. Cf. Berdoulay, 1982, p. 583.

54. *Idem*, *ibidem*.

55. A referência a *Pays*, não se acha apenas na obra de Gallois, mas em muitos outros trabalhos, consagrando-se como um termo de uso corrente. *Pays* é uma palavra da língua francesa derivada da palavra latina *pagus* e significa um território determinado.

que as relações causais entre os fenômenos, tanto quanto as diretrizes que regem a relação homem-meio, não se constituem no objetivo da Geografia. Esse reside principalmente na compreensão dessa relação, e não na elaboração de leis gerais.

No seu texto *Les caractères distinctifs de la géographie*, de 1913, é que Vidal de La Blache expõe mais claramente sua posição em relação ao método da Geografia. Para ele, o método deve ser indutivo, devendo ser estabelecidas, sem deixar de ter como referência a totalidade desses na superfície terrestre.

Afirma que: "A síntese regional [...] é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele se encontra a todo esforço deve ser o de observar e explicar a lógica interna de um fragmento dos lugares; enfim, de procurar compreender o único, mais do que indagar por um conceito que o defina.

Paul Claval sintetizou o sentido que a região toma no pensamento lablachiano. A primeira consideração é a de que as regiões se evidenciam na superfície terrestre; a segunda, é a de que as regiões se traduzem em agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, e a de que os agrupamentos humanos tomam consciência da divisão, e nomeiam e a utilizam na criação dos quadros administrativos⁵⁶.

Consideramos que as críticas de Yves Lacoste a Vidal de La Blache, relativas ao fato desse ter tratado muito pouco das cidades, é exagerada, ao afirmar que Vidal de La Blache "excluiu de suas descrições tudo o que diz respeito à evolução econômica, social recente, efeitos da *revolução industrial*"⁵⁷. A nosso ver, o caráter rural da sociedade francesa não era uma miragem, mas uma realidade vivida pelos homens do século XIX. Além disso, a busca de relações entre aquilo que podemos chamar de fenômenos físicos e humanos, como por

56. Vidal de La Blache apud Estébanez, 1985, p. 58.

57. Claval, 1987, p. 183.

58. Lacoste, 1977, p. 35.

exemplo, a relação entre clima, morfologia e atividade econômica, é muito visível quando os olhos estão voltados para o campo. No caso das cidades, a relação entre os aspectos da natureza e as atividades humanas não é direta nem mesmo muito clara. Como a preocupação de Vidal de La Blache era a de buscar construir a unidade da Geografia, fundada na relação homem-meio para se chegar à síntese geográfica, é compreensível a valorização dos estudos agrários.

Acrescente-se que na sua obra *La France de l'Est*, de 1917, Vidal de La Blache já chamava atenção para o fato de algumas cidades se constituírem em "formadoras de unidade", organizando regiões. Denominou este tipo de região de região nodal, influenciado pelo trabalho do inglês Halford John Mackinder (1861-1947)⁵⁹. Nessa obra, o geógrafo francês enfatiza a relação entre o homem e o meio, transitando para a relação entre a cidade e a região. Considera que é a cidade que cria a região, observando que elas são dinâmicas; ou seja, se formam e se dissolvem. Mais do que definir uma região, tomando como referência a cidade, Vidal de La Blache salientou que não é fundamental procurar os limites da região, mas concebê-la como uma espécie de auréola, cujos limites não são bem determinados. No entanto, essas idéias não tiveram grande influência sobre seus discípulos e seguidores como tiveram suas obras precedentes.

Por fim, diga-se que a preocupação com a particularidade dos lugares tinha o sentido de se contrapor às idéias generalizadoras próprias da visão estritamente positivista. Não se pode, a nosso ver, cobrar de Vidal de La Blache a postura que ele tenta subverter.

A proposta de Vidal de La Blache colocou um ponto final nas regionalizações que eram feitas na França, que tinham como parâmetro o critério natural, como o das bacias fluviais, que havia sido elaborada por Buache no século XVIII, como indicamos no capítulo anterior, ou como as inspiradas em Antoine Passy, que, em 1858, havia proposto uma regionalização que inter-relacionava relevo e vegetação⁶⁰.

59. Halford J. Mackinder considerava a Geografia uma ponte entre as ciências naturais e humanas. Foi um dos pioneiros dos trabalhos de campo em Geografia na Inglaterra.

60. Pode parecer que o critério de definição regional fundado em bacias fluviais seja um procedimento mais fácil do que os demais. Isso, porém, não corresponde à verdade, haja vista as dificuldades que podem advir quando o relevo é cárstico ou endorreico; ou seja,

Vidal de La Blache formou uma escola geográfica, tanto pelo fato de ter tido seguidores quanto pelo modo de fazer Geografia. Na Sociedade de Geografia de Paris, concursos foram abertos incentivando o estudo regional, propondo como tema a descrição física de qualquer parte do território francês que formasse uma região natural. Dentre seus seguidores, vale destacar o já citado Lucien Gallois que, analisando antigos documentos cartográficos, mostrou que por meio destes se poderia compreender a formação das regiões. Havia ainda Camille Vallaux, que considerava que as regiões mais simples são aquelas onde ocorre um gênero de vida uniforme, sendo, portanto, relativas aos países menos desenvolvidos. Havia também Albert Demangeon, Emmanuel de Martonne, Raoul Blanchard, Jules Sion, Antoine Vacher, Jean Brunhes e Pierre Deffontaine que, por sua vez, influenciaram muitos outros geógrafos⁶¹.

Esses seguidores de Vidal de La Blache procuraram desenvolver sua proposta incorporando questões pouco presentes ou mesmo ausentes nos trabalhos do mestre, como os investimentos, os fluxos de bens e capitais ou a diversificação das classes sociais; buscando elementos explicativos, tanto na economia quanto na sociologia. Porém, outros seguidores esterilizaram sua proposta. Como consequência, os estudos regionais passaram a expressar uma mesmice. As monografias regionais passaram a se repetir como uma sinfonia monótona. Embora muitos geógrafos considerassem que o plano de estudo regional não devesse ser estereotipado, arriscava-se muito pouco na elaboração de novas concepções e encaminhamentos.

Paul Claval chama a atenção para questões alheias ao conhecimento, mas que, estando presentes no mundo acadêmico, acabam interferindo no desenvolvimento da ciência. Cita o caso do trabalho de

próprio de terrenos calcários ou daqueles em que a drenagem se dirige para o interior do continente. Portanto, aquilo que a primeira vista seria uma tarefa simples pode se revelar difícil.

61. Albert Demangeon, *La plaine picarde: Picardie, Artois, Cambrésis, Beauvaisis. Étude de géographie sur les plaines de craie du Nord de la France*, de 1905 e Emmanuel de Martonne, *Traité de géographie physique*, de 1909. E mais, Antoine Vacher, Jean Brunhes e Pierre Deffontaine, esse último discípulo de Jean Brunhes, que propôs uma regionalização para o Estado de São Paulo.

Marcel Mauss, "Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimos. Étude de morphologie social", publicado no *Année Sociologique*, tomo IX, 1904-1905. Houve uma rejeição a este trabalho de Mauss devido a problemas entre os geógrafos da chamada escola de Vidal de La Blache e o grupo do *Année Sociologique*. Isso fez com que o trabalho de Mauss fosse negado e, como decorrência, todos os trabalhos que discutiam a civilização dos esquimós como um exemplo típico de adaptação ao meio frio e inóspito não incorporaram as considerações de Mauss quanto à influência das variações sazonais na relação dos esquimós com a natureza⁶².

Na França, paralisaram-se as discordâncias e, como decorrência, o debate teórico-metodológico se enfraqueceu. Henri Davenson expressou a monotonia dos estudos regionais. Afirmando ironicamente:

[...] há homens, há ilhas; essas aqui colocam aqueles lá em condições às vezes bem diferentes daquelas... Nestas condições eles reagem e se adaptam de maneira diversa, freqüentemente original e curiosa. Você aprende de início que há ilhas de pescadores e outras onde se pastoreia o carneiro; ilhas de contrabandistas e outras onde se toma banhos; que os Guanches das Canárias se vestiam de pele de cabras, ignoravam o uso dos metais e não sabiam navegar; que na ilha de Ascensão, a menos que não se seja Tristão da Cunha, vivia uma vez um rei português que por remorso se transformou em um eremita... Eu não continuo: você pode perceber o que eu quero dizer. A Geografia Humana recolhe os fatos particulares, os analisa e quando ela o pode, os "explica" [...]; ela não pode ir mais além⁶³.

As monografias regionais acabaram construindo uma Geografia que destacava o caráter único de cada estudo regional, fazendo

62. Claval, *op. cit.*, p. 69.

63. Davenson, 1938, p. 506. Essa mesmice e os sucessivos trabalhos particulares sem qualquer esforço de generalização geraram no âmbito geográfico a seguinte piada: debaixo de uma árvore estava um físico e um geógrafo em descanso merecido; eis que uma maçã cai; enquanto o físico observa, o geógrafo a descreve em suas particularidades; em seguida cai uma outra maçã e o físico continua a observar enquanto o geógrafo a descreve e a compara com a primeira; posteriormente, cai uma outra maçã e mais outra e mais outra e eles continuam a se comportar como dantes; após a queda de várias maçãs, o geógrafo parece satisfeito e radiante diante de sua sabedoria frente ao físico mudo e calado; mas eis que, num lance inesperado, o físico se põe a falar, não sobre cada maçã em particular nem sobre maçãs, mas acerca da teoria da gravidade.

deste estudo um estudo do único e do singular; distanciando-se da idéia de uma Geografia como ciência, que buscasse estabelecer leis e princípios gerais no conhecimento da realidade. A Geografia seria uma ciência do único e do singular ou uma ciência com explicações gerais? Em outras palavras, afirmar-se-ia a Geografia como uma ciência de caráter idiográfico ou nomotético?⁶⁴ Tais questões revelaram e conduziram para um novo impasse teórico: a dicotomia entre Geografia Regional e Geografia Geral.

Essa dicotomia está bem expressa nos clássicos trabalhos dos discípulos diretos de Vidal de La Blache: Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon. O primeiro escreveu *Traité de géographie physique*, de 1909 e, o segundo, *Géographie humaine*, de 1910. Conforme De Martonne, a unidade da Geografia não estava num objeto definido, mas no método assentado na observação, na explicação, na localização e na representação cartográfica, considerando que a unidade da Geografia – física e humana – funda-se na cartografia. Isso não quer dizer que a região não estivesse nas preocupações de um ou de outro. Longe disso, em De Martonne, a região se configura numa síntese de relações, sobretudo entre geomorfologia, clima e vegetação; em Demangeon, realiza-se pelas características: agricultura, indústria e urbanização. Esses trabalhos denunciam o que havia se perdido: a relação entre fenômenos físicos e humanos na determinação de uma região.

Embora a influência de Vidal de La Blache no desenvolvimento da Geografia francesa seja inquestionável não era única e absoluta, apesar de ser a voz corrente oficial. À margem do reconhecimento social da época, vale lembrar a contribuição de Jean-Jacques Élisée Reclus (1830-1905), que conheceu uma forte influência do pensamento de Ritter – tendo, inclusive, assistido a suas aulas em Berlim, em 1849-1850, onde foi seguir os estudos que lhe dariam a formação para pastor – o que acabou não ocorrendo. Reclus procurou compatibilizar sua posição anarquista com uma visão teleológica do mundo. A posição política libertária de Reclus resultou em perseguições, por ter apoiado a Comuna de Paris e se oposto a Napoleão III, sendo obriga-

64. A palavra nomotético contém o radical *nomo* que tem o sentido de lei. O termo idiográfico contém o radical grego *idio* que significa próprio, pessoal, particular e privativo.

do, assim, a se exilar nos Estado Unidos, após ter passado pela Inglaterra e Irlanda. Nos Estados Unidos foi preceptor; na Colômbia, colono, tendo aí se casado. Viveu na Suíça, onde se ligou a um outro geógrafo anarquista, o príncipe russo Pyotr Kropotkin, e posteriormente morou na Bélgica.

Colocando-se como difusor da obra de Ritter, que, como ele, havia estudado numa escola seguidora dos parâmetros de Pestalozzi e era de família protestante, logo assimilou nos seus trabalhos a teoria darwinista. Comentando sua obra, Horacio Capel diz que: "A idéia de evolução e de transformação aparece claramente nela, cada vez que faz referência ao biólogo inglês"⁶⁵. Sua obra principal, em dezenove volumes, *La nouvelle géographie universelle*, editada entre os anos de 1875 e 1894, utiliza a idéia de individualidade geográfica e, também, a idéia de pólo positivo e negativo⁶⁶.

Assim, se em sua obra anterior *La Terre* (1868) ele havia procurado compreender os movimentos gerais da superfície da Terra, nesta ele estaria buscando identificar particularidades. Em *La nouvelle géographie universelle*, a França aparece como individualidade geográfica e a bacia parisiense, centro do país, como um pólo positivo em contraste com o maciço central, menos desenvolvido, como um pólo negativo. Essa formulação espelha sua preocupação em buscar distinguir partes da totalidade. Em nenhum momento, porém, procurou precisar o conceito de região, nem definir os critérios de sua delimitação. No entanto, utilizou-se de critérios geográficos para estabelecer divisões espaciais, como o critério natural – bacias fluviais – e o político – divisões administrativas⁶⁷.

Seu companheiro na Suíça, o russo Pyotr Kropotkin (1842-1921), que expõe o ideal da ação comunitária em sua obra principal, *Mutual Aid*, de 1902, dizia que, além da síntese, as idéias holísticas e a reforma social deveriam fazer parte da ciência. Para ele, não era possível se dedicar à ciência sem levar em consideração as condições

65. Cf. Capel, 1983, p. 302.

66. Pela contribuição desta obra à Geografia, Reclus recebeu, em 1894, a Medalha de Ouro da Royal Geography Society de Londres.

67. *Idem, ibidem*.

sociais⁶⁸. Juntos sempre chamavam a atenção para a necessidade de se fazer esforços para superar a cisão entre ciências humanas e ciências naturais. Imbuídos, portanto, de uma visão de síntese da Geografia, tinham uma preocupação crítica acerca da interação do homem com o ambiente, em que destacavam o papel da ação comunitária e procuravam se libertar dos discursos oficiais⁶⁹.

Yves Lacoste opina que a dificuldade para o reconhecimento das propostas de Reclus, na França, indica que o êxito oficial de Vidal de La Blache coincidia com a escassa valorização que Reclus teve da parte de Marx e Engels. José Estébanez, discutindo essa opinião, menciona artigo de Betriz Giblin, na revista *Hérodote*, n. 22, no qual aparecem num tom mais depreciativo e irônico as falas de Marx e Engels: "Eliseo é um vulgar compilador, e nada mais..."⁷⁰.

Dessa maneira, Reclus e Kropotkin representaram vozes isoladas, discordantes e radicais do rumo oficial que a institucionalização da Geografia, nas associações e universidades, havia repercutido nos vários países. Entre as alternativas críticas apresentadas por vários geógrafos ao discurso colonialista, emergiu, cada vez com mais força, no debate da Geografia, em grande parte motivado pela polêmica entre determinismo e possibilismo, a noção de região. Embora nesta emergência não houvesse qualquer concomitância, linearidade ou consenso em relação à noção de região, conforme esclarece Tim Unwin, "a interpretação do significado de geografia regional varia muito tanto de um país para outro, tanto quanto com a passagem do tempo"⁷¹.

Na Inglaterra, a construção de uma Geografia Regional apresentava a discussão da relação entre o homem e a natureza, praticamente na mesma perspectiva dos geógrafos franceses. Vale destacar a contribuição de Mackinder, uma das principais figuras da Geografia britânica, que, com seu trabalho *Britain and the British Seas*, de 1902, elaborou uma síntese regional, uma das mais admiradas de seu tempo.

68. Como Reclus, Kropotkin foi perseguido. Foi preso várias vezes na Rússia e na França, tendo voltado ao seu país somente por ocasião da Revolução de 1917.

69. Cf. Estébanez, *op. cit.*, p. 71.

70. *Idem*, p. 73.

71. Cf. Unwin, 1995. p. 143.

gêo-bacia
comun
guitos

Na época, na Royal Geographical Society, Mackinder era considerado uma das forças renovadoras do pensamento geográfico, trazendo para a discussão questões teóricas importantes para o desenvolvimento da Geografia, inclusive, levantando questões sociais e políticas. Os títulos de suas obras expressam tais preocupações: *On the Scope and Methods of Geography* (1904) e *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politic of Reconstruction* (1919). Ele considerava que a principal função da Geografia era traçar não só a interação do homem com o meio, mas, também, a dimensão política e a análise da interação entre as várias localidades. Daí a importância de seu trabalho no desenvolvimento do enfoque regional na Geografia⁷².

Correndo o risco de omitir outros nomes importantes da Geografia britânica, cabe lembrar Andrew J. Herbertson, um discípulo de Patrick Geddes (1854-1932), autor do artigo "The Major Natural Regions of the World", de 1905. Herbertson foi quem melhor procurou explicitar a questão de qual seria o critério para se delimitar uma região. Sua posição era que na delimitação de uma região natural as divisões políticas não deveriam ser levadas em consideração. Para ele, a Geografia, ao examinar a relação entre o homem e o meio, deveria se preocupar com o estudo da ordem e da hierarquia segundo as localidades, os distritos, as regiões, os grupos de regiões, os países; enfim, de acordo com uma ordem crescente de complexidade.

Na Itália, cabe mencionar a contribuição de Ricchieri para o desenvolvimento da Geografia Regional, até porque influenciou a primeira divisão regional aplicada ao Brasil, fundada em critérios naturais. Ricchieri, em 1920, procurou conciliar as diversas formas de delimitar uma região natural, partindo dos critérios geológicos, botânicos etc. Indicou que poderíamos falar de três tipos de regiões: a região elementar, fundamentada em apenas um fenômeno, tanto geológico quanto botânico etc.; a região geográfica complexa, compreendendo uma área de justaposição de regiões elementares e a região integral, produto de várias regiões complexas. Comentando a contribuição de Ricchieri, Manuel Correia de Andrade diz que ele dava "grande importância aos elementos físicos e quase desconhe-

72. Cf. Robic, 1991, p. 91; *op. cit.*, p. 145; Capel, *op. cit.*, p. 300.

cia a influência dos fatores humanos". Acrescentou: "Apesar de Ricchieri chamar as regiões de 'geográficas complexas' elas eram muito mais regiões naturais que regiões geográficas"⁷³.

Na Alemanha, em 1877, Marthe dizia ser a Geografia uma ciência da distribuição dos elementos na superfície terrestre, entendendo como ponto de partida do estudo geográfico o estudo de uma região determinada. Só então, a partir do estabelecimento das relações causais existentes nos lugares particulares, seria possível tecer relações em escala mais ampla e, por último, em relação ao mundo. Ferdinand Richtofen (1833-1905) defendeu a idéia de que, dada a natureza heterogênea dos fenômenos sobre a superfície da terra, eram fundamentais os estudos sistemáticos que buscassem definir leis gerais. Mas esses estudos seriam apenas estudos preliminares para se elaborar "a compreensão da relação causal nas regiões"⁷⁴. Ao relacionar os estudos sistemáticos às leis gerais, Richtofen procurava contribuir para elucidar a questão: Geografia sistemática ou regional?

Esse desafio influenciou o ambiente intelectual alemão, que procurou incentivar o estudo regional com o intuito de compreender como a natureza e as atividades do homem se revelavam na paisagem. Esse caminhar se fez num mundo historicamente envolto pela ascensão do fascismo e do nazismo, pela deflagração das duas guerras mundiais, pela luta pela descolonização e pelo nascimento e desenvolvimento do primeiro Estado socialista. Período de grandes mudanças, no qual o desenvolvimento do fordismo foi embalado pelo som de um novo ritmo, o jazz, pela difusão do rádio, pela agonia do cinema mudo e pelo desenvolvimento da pintura abstrata.

73. Andrade, 1987, p. 41.

74. A formação geológica de Richtofen o conduziu a fazer trabalhos de campo na China e, segundo Tim Unwin, a pregar a colonização alemã da China, dando apoio e desenvolvendo as teses expansionistas alemãs. Cf. Unwin, *op. cit.*, p. 119.

1560 1580 1600 1620 1640 1660 1680 1700 1720 1740 1760 1780 1800 1820 1840 1860 1880 1900 1920 1940

Francis Bacon (1561-1621)

Thomas Hobbes (1588-1679)

René Descartes (1596-1650)

Baruch de Spinoza (1632-1677)

Jonh Locke (1632-1704)

Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716)

George Berkeley (1685-1735)

David Hume (1711-1776)

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Johann Henrich Pestalozzi (1746-1827)

Friedrich Engels (1820-1895)

Johann Gottlieb Fichte (1762-1814)

Alexander von Humboldt (1769-1859)

Carl Ritter (1779-1859)

Emmanuel Kant (1724-1804)

Georg W. Friedrich Hegel (1770-1831)

Karl Marx (1818-1883)

Friedrich W. J. Schelling (1775-1854)

Augusto Comte (1789-1857)

Ludwig Feuerbach (1804-1872)

Charles Darwin (1809-1882)

Karl Marx (1818-1883)

Herbert Spencer (1820-1903)

Élisée Reclus (1830-1905)

Ferdinand Richtofen (1833-1905)

Pyotr Kropotkin (1842-1921)

Friedrich Ratzel (1844-1904)

P. V. La Blache (1845-1918)

Manuel Aires de Casal (Segunda metade

do séc. XVIII/Primeira metade do séc. XIX)

Partick Geddes (1854-1932)

Edmund Husserl (1859-1918)

Alfred Hettner (1859-1941)

Halford John Mackinder (1861-1947)

Max Scheller (1874-1928)

PRINCIPAIS OBRAS EM GEOGRAFIA E PRIMEIRAS SOCIEDADES GEORÁFICAS

1804
Europa
Ritter

1817
Erdkunde
Ritter

1821
Geografia Brasileira
Manuel Aires de Casal

1828
Sociedade Geográfica de Paris

Sociedade Geográfica de Berlim

1830
Sociedade Geográfica de Londres

1838
Instituto Histórico e Geográfico (Brasil)

1868
La Terre
Reclus

1877
Politische Geographie
Ratzel

1845
Kosmos
Humboldt

1875
La nouvelle géographie universelle
Reclus

1882
Anthropogeographie Atlas historique et géographique
La Blache

1902
Mutal Aid
Kropotkin

1902
Britain and the British Seas
Mackinder

1903
Tableau de la géographie de la France
La Blache

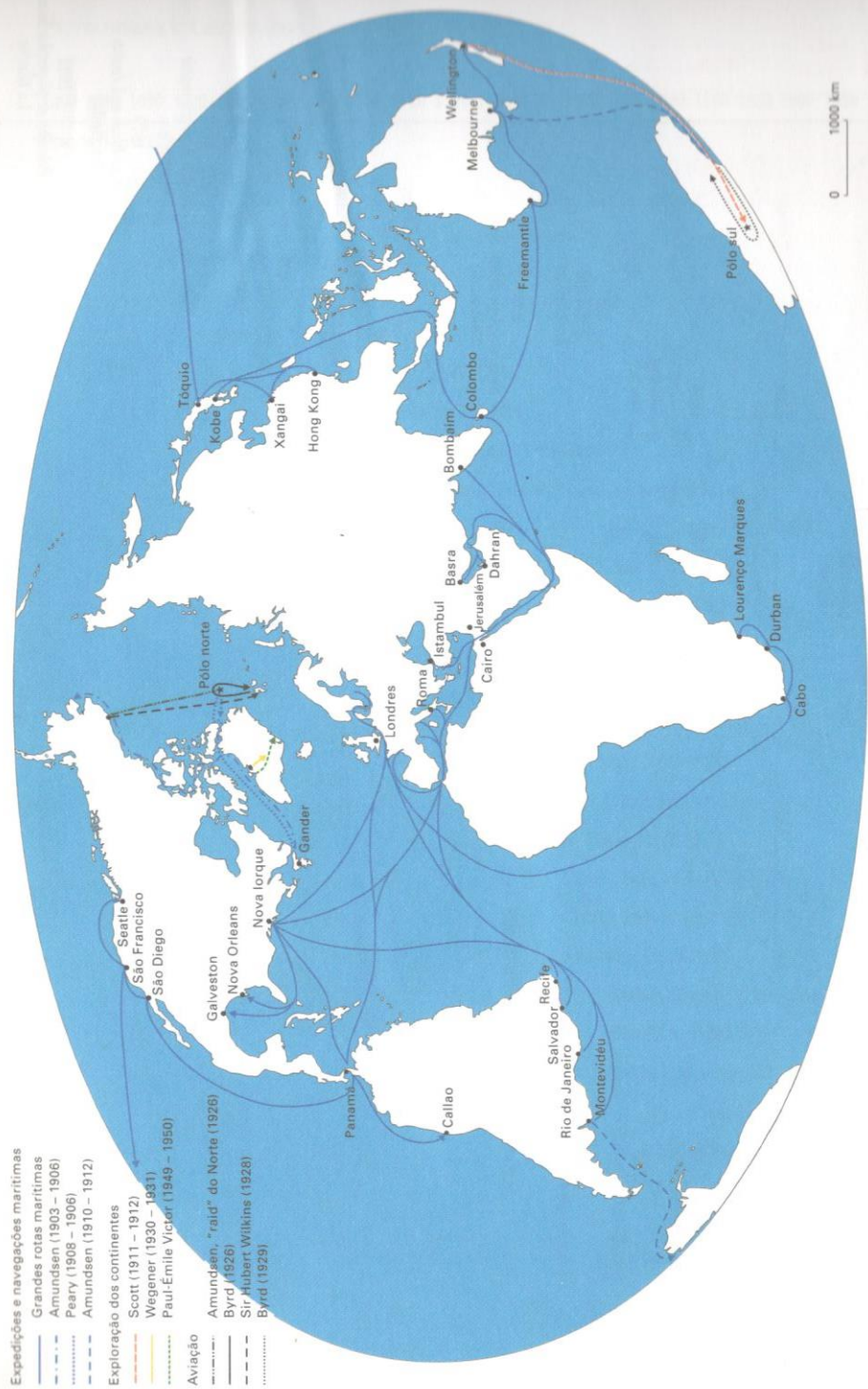
1904
On the Scope and Methods of Geography
La Blache

1905
The Major Natural Regions of the World
Hebertson

1913
Les caracteres distinctifs de la géographie
La Blache

1919
Democratic Ideals and Reality
Mackinder

1922
Principles of Geography
La Blache



A EXPLORAÇÃO DOS MARES E CONTINENTES (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Organização de Sandra Lencioni

A INFLUÊNCIA DO NEOKANTISMO E DO POSITIVISMO LÓGICO NO ESTUDO REGIONAL

A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra.

ALFRED HETTNER

À margem direita do Sena, em Paris, no ano de 1889, por ocasião da Exposição Universal, impôs-se uma obra de arte: uma torre de ferro de 300 metros de altura, ao mesmo tempo pesada e leve, concebida pelo engenheiro Gustave Eiffel como símbolo de um século fundado em princípios científicos.

Dezoito mil peças de ferro harmoniosamente dispostas, dilatando os limites da técnica, romperam com o privilégio dos edifícios religiosos em pedra de alcançarem os céus. A exposição era uma espécie de vitrine em que ficava exposto o avanço técnico, científico e artístico de cada país participante, servindo para exaltar as virtudes nacionais.

Destacavam-se na exposição os feitos industriais dos novos impérios coloniais: Inglaterra e França. Tratava-se da colonização da África e da Ásia, baseada em relações de poder, muitas vezes indire-

Agenciales

tas e sutis, que buscava a colaboração dos colonizados, enredando as elites locais.

A tensão era parte das relações de manutenção desses impérios, tanto como havia sido no início da era colonial. Exemplos podem ser citados: a guerra dos bôeres na África do Sul (1898-1902), a revolta nacionalista no Egito contra os ingleses (1919), e a do Marrocos contra os franceses (1926). Todavia, as tensões políticas não se davam apenas nesse âmbito, mas também no interior da própria Europa. Os países buscavam se fortalecer por meio de alianças. Na Europa, duas guerras de caráter mundial foram deflagradas: a primeira, compreendendo os anos de 1914 a 1918 e, a segunda, de 1939 a 1945. Durante a primeira, em 1917, a Revolução Russa iniciou a época das revoluções socialistas. No interregno entre as guerras ocorreu a grande depressão econômica, iniciada em 1929.

O mundo todo surgia como uma unidade devido às novas formas de integração do mercado mundial. O plástico, por exemplo, desenvolvido na Europa em 1910, incorporou-se ao cotidiano das pessoas em todos os continentes. As elites dos países dominados se espelhavam nos hábitos dos europeus. Os hábitos higiênicos e os avanços da medicina chegaram a esses países, ocasionando o decréscimo da mortalidade, ao mesmo tempo em que a expropriação das terras comprometia a economia tradicional.

Mas esse mundo não parecia ser mais um mundo harmônico. Era mais fragmentado e em tensão permanente, confundindo conforto com civilização e fazendo nascer a barbárie dos tempos modernos. A arte, se colocando à frente, denunciava tempos novos. A música rompia com a idéia de harmonia nos moldes clássicos, abandonando sem remorsos a tradicional estruturação. Os acordes dissonantes e um método de composição baseado em doze sons caracterizavam as mudanças. O fauvismo, com a simplificação das formas e a valorização das cores sem a preocupação com a fidelidade ao mundo real, e o cubismo, com a decomposição e geometrização das formas naturais, negando o realismo visual e as leis da perspectiva, revolucionaram a pintura.

Do ponto de vista territorial, encerrou-se o ciclo de conhecimento pioneiro da superfície terrestre quando Amundsen, em 1911, chegou ao pólo sul, derradeira porção do nosso planeta ainda não

alcançada pelo homem. Instalar estações permanentes de pesquisa na Antártida atestou as possibilidades infinitas dadas pela técnica de habitarmos áreas hostis à vida humana, comprometendo, assim, a distinção entre áreas ecumênicas e anecumênicas. Estabeleceu-se, nas latitudes baixas, a ligação entre o oceano Atlântico com o Pacífico através do canal do Panamá, inaugurado em 1914. Cinco anos após, em 1919, a primeira viagem aérea sobre o oceano Atlântico se realizou, aproximando ainda mais o velho continente do novo.

A idéia de uma natureza inviolável da qual o homem fazia parte foi se esfumando. Essa exterioridade traduziu-se na concepção da natureza como coisa, como objeto manipulável. Todo encantamento da natureza desapareceu ante o imperativo tecnológico. A inauguração de uma nova estética colocou em segundo plano os pontos de vista ético e existencial.

Pensar o mundo como um todo orgânico, como um organismo vivo, buscando-se apreender os processos espontâneos, cedeu lugar a pensá-lo, mais e mais, como uma estrutura inorgânica e, fundamentalmente, mecânica, com mecanismos naturais e artificiais, sendo esses últimos produtos da intervenção humana através de instrumentos técnicos.

A crítica aos descaminhos da sociedade industrial e da extrema coisificação da natureza e das relações sociais foi feita pelo socialismo científico – cujos fundamentos estão em Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) – ao questionar o idealismo alemão, ao se colocar em franca oposição à economia clássica e às primeiras concepções de socialismo, que foi adjetivado de utópico por Marx.

O desenvolvimento de uma corrente de pensamento que buscou elaborar um retorno a Kant foi denominada de neokantismo, que viria a se tornar a forma de filosofia dominante na Alemanha durante o período de 1880 a 1930. O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil.

Entre os filósofos neokantistas cabe destacar Wilhelm Windelband por ter elaborado uma distinção entre as ciências: de uma outra forma, a questão de ser a Geografia uma ciência voltada para os estudos gerais ou uma ciência dirigida a estudos particulares.

* Cus

tecnológico

Kant

Pötzsch

crítica de natureza

* neokantismo

dominados

1830-1900
-ativismo
sculpt. Dufay
Jean Metzger

Windelband distinguiu as ciências da natureza – que buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas – das ciências da cultura, denominadas idiográficas, voltadas para a pesquisa de fatos particulares¹. Porém, observou que um determinado fato pode ser objeto tanto de investigação nomotética como idiográfica.

As observações de Windelband se tornaram a problemática central na Geografia. Esta se constituiria numa ciência que busca construir leis e princípios gerais, ou numa ciência voltada para interpretações particulares? Em outros termos, seria a Geografia uma ciência nomotética ou idiográfica?

Essa indagação foi objeto de reflexão de Alfred Hettner (1859-1941). Esse alemão, após ter cursado Geografia Física e Filosofia em Estrasburgo, procedeu a investigações na América do Sul, precisamente na Colômbia, no Peru e no Chile, tendo, também, exercido o cargo de professor em Bogotá. Posteriormente, tornou-se professor em Leipzig, onde lançou uma revista de Geografia, *Geographische Zeitschrift* (Revista Geográfica); nela, o debate metodológico se fazia sempre presente e em tal revista publicou uma série de trabalhos. Em 1927 reuniu seus principais textos e os publicou no livro *Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methode* (Geografia, sua História, seu Caráter e seus Métodos).

Influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richtofen. Preocupado com a ameaça de dualidade na Geografia, claramente revelada pela questão posta por Windelband, Hettner argumentou que a Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, ela é nomotética.

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais

1. Como observamos no capítulo anterior, o radical *nomo* tem o sentido de lei e o radical *idio*, de particular.

diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia. Enunciou: "A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra"². Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre.

Afirmou, assim, o caráter corológico da disciplina geográfica, pois este é que permite analisar o caráter variável da superfície da Terra³. Embora tenha afirmado ser a Geografia tanto uma ciência nomotética quanto idiográfica, dizia que a essência mesmo da Geografia se encontrava na sua vertente corológica, ou seja, no estudo regional.

Em sua concepção, o estudo das diferenciações da superfície terrestre deveria conceber essa superfície como uma totalidade. Deveria, ainda, levar em consideração a totalidade dos aspectos da natureza e do homem num determinado espaço da superfície terrestre, cujas características possuísem uma coerência fisionômica e funcional que permitissem configurar uma individualidade espacial. Enfim, uma região geográfica⁴. A região, como individualidade espacial, se constituiria, portanto, parte da totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre.

Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogêneos, definindo campos do conhecimento como a geologia, a botânica e a física. Mas a realidade, também, pode ser dividida, levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conforman-

2. *Apud* Hartshorne, 1969, p. 26.

3. Corologia é um conceito que se refere à integração de fenômenos heterogêneos numa dada área e foi proposto por Richtofen.

4. Embora, na língua alemã, região e paisagem sejam referidas com uma mesma palavra, *Landschaft*, conceitualmente não se confundem. A paisagem está mais vinculada à fisionomia de um espaço que se domina pelos sentidos e foi proposta como objeto de estudo da Geografia por Otto Schlüter (1872-1952), conforme observação de Capel, 1983, p. 346.

do uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial referida no tempo e no espaço é considerada análise regional.

Tempo e espaço constituem uma unidade. Um simples exemplo pode ser elucidativo dessa unidade. Vejamos, ao mesmo tempo que a Terra executa uma volta completa em torno do sol. Nesse deslocamento espacial é transcorrido um tempo: 365 dias. Hettner, refletindo sobre a questão da relação espaço e tempo e inspirado pelas colocações de Kant – que distinguiu claramente a Geografia da História, argumentando que à Geografia cabe o estudo das relações dos fatos que se dão conjuntamente no espaço, enquanto que à História, o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo –, disse que, embora fosse fundamental procurar ver a gênese dos fenômenos, a Geografia não deveria se confundir com a História.

Em Hettner, a interpretação do caráter variável da superfície terrestre se fundamenta no estudo das relações entre os fenômenos de natureza física e humana. Nesse estudo, observa que se deve procurar ver como as relações estabelecidas entre esses fenômenos se dão em diferentes lugares e como os fenômenos estão espacialmente inter-relacionados. Assim, as particularidades da superfície terrestre, que seriam oriundas da associação de determinados fenômenos, podem ser reveladas.

Sua perspectiva coloca a questão a respeito de quais fenômenos devem ser levados em consideração. Para Hettner, a determinação de quais fenômenos devem ser selecionados decorre da observação e da seleção feitas pelo pesquisador. Nessa tarefa, o pesquisador deve levar em consideração a dinâmica dos processos (o tempo) e a do espaço. Reiterando, o pesquisador é quem define os fenômenos a serem analisados, no processo de observação e investigação, entre aqueles que parecem conformar uma individualidade referida no tempo e no espaço; ou seja, que conformam uma região.

Quanto à questão de qual escala seria adequada para o estudo regional, Hettner discordava daqueles que consideravam os continentes, ou mesmo países de grandes dimensões, como as unidades para um estudo regional. A seu ver, dadas essas dimensões, as diferenças e diversidades ficariam obscurecidas. Igualmente, num outro extremo, com uma divisão produzindo dimensões diminutas, resultaria em uma

atomização do estudo. Assim, a escala proposta por Hettner para o estudo regional não deve ser nem muito grande nem muito pequena. Apesar dessas observações, segundo Horacio Capel, Hettner não avança na discussão da escala dos recortes regionais, um dos principais problemas teóricos e metodológicos da Geografia⁵.

A influência do pensamento de Hettner foi grande na Alemanha. Na França, influenciou o pensamento de Bertrand Auerbach e Jean Brunhes; nos Estados Unidos, o de William Morris Davis e, na Inglaterra, o de Andrew J. de Herbertson. Acima de tudo, foi Richard Hartshorne quem desenvolveu o pensamento de Hettner.

Nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã, Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e meticulosa, o debate teórico-metodológico na Geografia. Ele foi o grande responsável pela divulgação das idéias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo traduzido do alemão para o inglês várias passagens dos trabalhos de Hettner, que foram objeto de ampla discussão no seu livro de 1939, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of Past*.

Além desse livro, dois outros trabalhos se destacam: *The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant, Humboldt and Hettner*, publicado em 1958 e *Perspectives on the Nature of Geography*, de 1959. Em português, essa última obra foi objeto de publicação por duas editoras, sendo que cada uma delas deu um título diferente à obra⁶.

Para Hartshorne, a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam numa área da superfície terrestre. Mas a que fenômenos ele está se referindo? A fenômenos especificamente geográficos? Não. Seguindo o pensamento de Hettner, Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia. Interessam à Geografia todos os fe-

5. Capel, *op. cit.*, p. 324.

6. O livro *Perspectives on the Nature of Geography*, foi publicado, em 1969, pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, sob o título *Questões sobre a Natureza da Geografia*. Também, foi traduzido como *Propósitos e Natureza da Geografia*, pelas editoras Hucitec e Edusp, de São Paulo, em 1978.

nômenos que têm uma dimensão espacial. Dimensão essa que não pode ser nem muito grande nem muito pequena. Nem englobando o mundo todo nem sendo diminuta; nesse caso, como a dimensão espacial típica do *design*.

Sua posição é que a geografia se constitui numa disciplina que procura "descrever e interpretar o caráter variável da terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem"⁷. É importante que se diga o sentido de descrever para Hartshorne. Trata-se do que ele chama de descrição científica, que inclui "tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos"⁸.

Para Hartshorne, não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe seja específico. Afirma que as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo. No seu trabalho, *Perspectives on the Nature of Geography*, discute longamente a questão da formulação de leis gerais, dizendo que essa não deve ser a preocupação principal do investigador, que deve ser acima de tudo a de procurar interpretar os fenômenos.

Perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, Hartshorne considera que para a compreensão do presente é necessária a perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e o desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Acima de tudo, diz que cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre.

Esse termo, diferenciação das áreas, significa diferenciação de parcelas da superfície terrestre. Em inglês, o termo utilizado é *areal differentiation*. Em português foi traduzido como diferenciação de área. *Areal* também foi traduzido como espaço. Nesse sentido, são equiva-

7. Hartshorne, 1969, p. 64.

8. *Idem*, p. 231.

lentes as expressões em português: diferenciação de áreas e diferenciação espacial, no texto *Perspectives on the Nature of Geography*⁹.

Examinemos mais de perto o que vem a ser área. Quando Hartshorne se refere à área está se referindo, numa outra linguagem, à região. Paulo Cesar Gomes da Costa interpreta a preferência pelo termo "diferenciação de áreas" como um "descompromisso, ou uma ruptura, com o sentido de região e às noções a ela agregadas"¹⁰. De fato, ao utilizar o termo "área", Hartshorne está reconhecendo que há uma grande arbitrariedade em relação ao conceito de região. Mas isso não significa dizer que ele não utiliza o termo região; ele o utiliza, sim, mas tendo ressalvas quanto ao seu emprego, preferindo utilizar o termo área, sobretudo nas passagens em que busca construir um arcabouço teórico-metodológico.

Hartshorne frequentemente utiliza o termo áreas-unidades. Considera que as áreas-unidades não são auto-evidentes. Em outros termos, as regiões não são auto-evidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual. A região, posta assim, é concordante com algumas posições neokantianas, nas quais a concepção subjetiva da realidade está presente¹¹.

Hartshorne, desenvolvendo o pensamento de Hettner de que os recortes que são feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, considera que as divisões regionais são produzidas pelo intelecto, segundo objetivos determinados pelo pesquisador. Mas, ao perseguir esses objetivos, adverte que o pesquisador não deve se limitar à apreensão dos fenômenos mais evidentes da realidade, pois outros, não tão aparentes, podem ser fundamentais para a análise.

9. Conforme observação dos tradutores da obra *Perspectives on the Natures of Geography* (nota de rodapé da página 16), com o título em português *Questões sobre a Natureza da Geografia*, já referida anteriormente.

10. Gomes, 1987, p. 35.

11. A respeito da concepção subjetiva da realidade é muito interessante o comentário que Tolstoi faz em seu livro *Memórias da Infância e da Adolescência*. Ele "conta que se tinha entusiasmado tanto com a concepção subjetiva da realidade que muitas vezes teve vertigens, porque se voltava de repente para trás, persuadido de poder colher o momento em que não veria nada porque o seu espírito não poderia ter tido o tempo de 'criar' a realidade". Gramsci, 1978, pp. 121-122.

Em outros termos, na análise regional, o pesquisador deve levar em conta até mesmo os fenômenos mais obscurecidos. O objetivo deve ser sempre o de buscar captar as inter-relações entre os fenômenos, pois é em decorrência de suas combinações que se produz uma integração. A partir das inter-relações dos fenômenos é que é produzida a diversidade na superfície terrestre. Hartshorne observa que integração não significa aglomeração. Não se trata de fenômenos aglomerados de uma forma qualquer, um agrupamento aleatório, mas de uma integração de fenômenos que seja significativa na área em exame. Essa significância pode ser apreendida com a observação das inter-relações entre os fenômenos, buscando captar as que são mais constantes e que apresentam graus elevados de interconexão entre os lugares. Necessariamente, determinar os fenômenos mais significativos deve passar pela formulação de hipóteses, dos quais, entre esses fenômenos, seriam os mais importantes. E, também, pela revisão constante da pertinência da escolha.

Na discussão da análise desses fenômenos, diferentemente de Hettner, Hartshorne não enfatiza a questão da gênese dos fenômenos e das relações causais entre eles, centrando-se mais na discussão dos processos e das funções.

Para Hartshorne, não só é importante a apreensão das combinações diversas dos fenômenos, quer fortemente integrados ou não, mas também é fundamental perceber se os fenômenos que ocorrem em um determinado lugar podem, ou não, se relacionar a outros fenômenos presentes em outros lugares.

Do ponto de vista do procedimento científico, Hartshorne desenvolve a afirmação de Hettner de que quanto maior for a complexidade dos fenômenos analisados, menor deverão ser as áreas em exame. Em outros termos, quanto mais complexo for o conjunto de fenômenos integrados, menor deve ser a área. Mas afirma que há um limite para as divisões das áreas. Por exemplo, um estudo que se proponha a analisar o conjunto total de fenômenos que dizem respeito à Geografia só seria possível numa área tão diminuta que essa acabaria se reduzindo a um ponto. Perderia o caráter de um estudo de área, para se colocar apenas como estudo de um ponto.

A divisão regional, portanto, contém em si uma questão de escala. No limite inferior, como indicamos, a região pode se reduzir a

um ponto. No limite superior, as particularidades podem ficar obscurecidas. Existe, assim, uma escala de divisão regional, que deve ser considerada na análise regional. Essa questão da escala pode ser muito bem apreciada no belíssimo extrato do conhecido texto de Jorge Luiz Borges, no qual procura demonstrar que o mapa, como representação da realidade, não se confunde com ela própria.

Naquele Império, a Arte da Cartografia logrou tal Perfeição que o Mapa de uma só Província ocupava toda uma Cidade e o Mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não satisfizeram e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitos ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às clemências do Sol e dos Invernos. Nos Desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa habitadas por Animais e por Mendigos; em todo País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas¹².

Um outro aspecto que Hartshorne destaca na sua discussão diz respeito à delimitação das divisões entre as áreas. Afirma que os marcos divisórios entre as áreas decorre das descontinuidades que são produzidas quando o grau de integração dos fenômenos é pequeno.

Hartshorne chama a atenção para o fato de que o raciocínio não deve estar limitado à idéia de contigüidade regional. Ao se proceder à divisão em áreas, considera que essas podem ser descontínuas. Por exemplo, pode se eleger como objeto de estudo um conjunto composto pela Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália e Canadá como constituindo uma região de língua inglesa do mundo. Portanto, constituindo uma área-unidade descontínua.

Além desse caráter de descontinuidade, Hartshorne observa que, em geral, as áreas são pensadas mais em termos da sua homogeneidade do que de sua heterogeneidade. Ou seja, segundo características mais uniformes, na maioria das vezes, a partir de um ou dois aspectos como, por exemplo, as regiões climáticas, definidas segundo a temperatura e umidade, interessando particularmente à climatologia. Essa perspectiva acaba, assim, por remeter mais ao estudo de um tópico da Geografia. Portanto, situando-se mais no âmbito de uma

12. Cf. Borges, *apud* Belluzzo, 1980, p. 6.

Geografia Geral ou Sistemática do que de uma Geografia Regional, que se fundamenta mais na busca da integração de fenômenos heterogêneos de uma determinada área.

Acrescenta, ainda, uma outra observação: a de que uma região pode ser definida segundo a conexão existente entre os lugares, a exemplo da definição de uma região metropolitana em função da conexão existente entre vários municípios. Essa formulação de Hartshorne tem inspiração no trabalho do inglês Charles Bungay Fawcett, que procedeu à divisão da Inglaterra em províncias segundo os centros metropolitanos¹³.

Hartshorne teve seguidores. Seu trabalho foi digno de discussões e controvérsias, contribuindo para o desenvolvimento teórico da Geografia. Colocamos em destaque a influência que teve no pensamento de Derwent Whittlesey e as severas críticas de Fred Schaefer.

Whittlesey conheceu Hartshorne num encontro de geógrafos na cidade de Ann Arbor, e ficou impressionado com a exposição de suas idéias. Como editor do periódico *The Annals of Association of American Geographer*, solicitou a Hartshorne que escrevesse artigos sobre suas idéias e que lhos enviasse. Das sessenta e uma páginas iniciais escritas em 1938, Hartshorne chegou às quinhentas páginas no ano seguinte, após calorosas discussões com Whittlesey¹⁴.

Whittlesey procurou desenvolver algumas questões postas por Hartshorne. Afirmou que a "face da terra, com suas complexas associações de fenômenos, poderia teoricamente produzir infinita variedade de padrões regionais, cada um deles demonstrado pela aplicação de critérios diferentes"¹⁵.

Preocupou-se em classificar as regiões em três grandes grupos: o primeiro dizendo respeito às regiões que apresentam características simples, denominadas de regiões simples. Essas regiões são definidas segundo um fenômeno individual que é examinado na sua relação com outros fenômenos. Exemplificando, a partir de um critério como a declividade do terreno é estabelecida a relação com outros fenômenos e é delimitada a região. O segundo grupo, relativo às regiões que

apresentam uma multiplicidade de características, Whittlesey denominou-as de regiões múltiplas. Essas regiões podem ser formadas a partir de uma reunião de regiões de características únicas, ou derivadas de associações de características distintas, mas coesas. O terceiro grupo, referente às regiões totais, diz respeito às regiões definidas segundo a "associação de características inter-relacionadas, naturais e sociais, escolhidas dentro de uma totalidade ainda mais complexa"¹⁶.

Com relação à Schaefer gostaríamos de destacar alguns aspectos da crítica que fez à Hartshorne. Crítica que, aliás, Hartshorne respondeu veementemente. Schaefer, alemão de nascimento, com formação acadêmica em ciência política, filosofia e estatística, migrou para os Estados Unidos por ocasião do nazismo, e, segundo alguns autores, estabeleceu a ponte entre o positivismo lógico e a Geografia. Suas referências teóricas têm raízes no Círculo de Viena, proeminente núcleo de debates filosóficos na Europa, formado em grande parte por filósofos, matemáticos e físicos¹⁷.

O princípio da crítica de Schaefer a Hartshorne situa-se na negativa da recuperação do pensamento kantiano feito por Hettner, que Hartshorne endossa. Fundamentado no positivismo lógico, Schaefer considera que a Geografia, tal como a História, é muito diferente das outras ciências. Para Schaefer a perspectiva historicista havia trazido para a Geografia o excepcionalismo próprio da História. Ou seja, a preocupação com o excepcional, com o único, com o particular. Este ponto de vista o levou a utilizar o termo excepcionalismo na formulação de suas críticas à Geografia; tal termo serviu de inspiração para o título de seu artigo, de 1953, "Exceptionalism in Geography. A Methodological Examination"¹⁸.

16. *Idem*, p. 15.

17. Essas raízes da influência do positivismo na Geografia poderiam indicar que o principal centro de seu desenvolvimento tenha sido a Áustria. Nada mais falso. Devido à ascensão do nazismo, houve um esvaziamento do Círculo de Viena e a migração de alguns pensadores que se dirigiram para a Inglaterra e, sobretudo, para os Estados Unidos, tendo aí influenciado diretamente o curso do pensamento filosófico e científico. Dentre os pensadores do Círculo de Viena que migraram podemos citar: Rudolf Carnap, Karl Popper, Otto Neurath e Gustav Bergmann. Esse último teve uma influência grande e direta no pensamento de Schaefer.

18. Esse artigo foi publicado nos *Annales of the Association American Geographers*, n. 45, pp. 226-249.

13. Fawcett, *apud* Freeman, 1961.

14. Em 1939, como indicamos, veio a público o livro *The Nature of Geography*.

15. Whittlesey, 1960, p. 13.

Discutindo os enfoques historicistas na Geografia, Schaefer asseverou que “[...] se torna difícil ver que tipo de compreensão pode-se ganhar simplesmente da contemplação das fases sucessivas de um processo em desenvolvimento”¹⁹. Afirmou ainda que “as leis estritamente geográficas não contêm referência ao tempo e às mudanças”²⁰.

Na sua opinião, a Geografia deveria romper com os particularismos e se voltar para a formulação de leis gerais sobre a distribuição de determinadas características na superfície da Terra. Observou que descrever e classificar os fenômenos é um procedimento muito distante de uma explicação de como esses fenômenos se distribuem no mundo. Para Schaefer, a Geografia deveria se colocar “como a ciência que se refere à formulação de leis que regem a distribuição espacial de certas características na superfície da Terra”²¹. Sua posição era a de que só a Geografia Geral era científica porque forneceria as leis e as teorias para o estudo regional. Depreende-se, portanto, que ele desconsidera a Geografia idiográfica e descritiva.

Schaefer criticou o modo com que os geógrafos historicistas pensam a região. Questionou o fato de que se para esses geógrafos a região se conforma segundo uma combinação particular de fenômenos, tanto físicos quanto humanos, como então ficaria a idéia de ciência se não há uma ciência do único e do particular? Como se sustentaria a formulação de Hartshorne de que a região é também uma combinação particular de fenômenos eleitos pelo pesquisador?

A preocupação com a formulação de leis gerais na Geografia resultou no desenvolvimento de um aporte teórico-metodológico totalmente novo, ocasionando o desenvolvimento de uma corrente de pensamento geográfico denominada de Nova Geografia (*New Geography*), também conhecida como Geografia Teorética. Essa renovação não significou, contudo, o banimento ou a estagnação das antigas propostas, muito embora essa nova forma de pensar a Geografia e a Geografia Regional tenha se imposto como um pensamento relativamente dominante a partir da segunda metade deste século, sobretudo nos países anglo-saxões, na Escandinávia e na Holanda, tendo sido efeti-

19. Schaefer, *apud* Capel, 1983, p. 394.

20. *Idem, ibidem*.

21. *Idem*, p. 381.

vamente consagrada em 1964, em Londres, por ocasião do Congresso da União Geográfica Internacional (UGI). Houve um esforço de se construir uma lógica e uma linguagem científica. Inspirados pelo positivismo lógico, os geógrafos influenciados por essa perspectiva consideravam que os enunciados científicos só seriam pertinentes se fossem passíveis de verificação.

A perspectiva do positivismo lógico entende que os resultados de qualquer investigação devam ser expressos de forma clara, sendo significativos se afirmarem a ocorrência de fatos empíricos, devendo, ainda, buscar uma linguagem comum a todas as ciências. Essa linguagem comum é considerada possível por meio da linguagem matemática, sendo a lógica a expressão máxima do rigor científico. Foi essa referência à matemática que acabou por conferir à Geografia a adjetivação de quantitativa. Inspirada por essa corrente de pensamento, a disciplina procurou desenvolver técnicas estatísticas de análise geográfica.

Entre os princípios do positivismo lógico, cabe destacar a preocupação com o estabelecimento dos enunciados, das normas científicas e o entendimento de que a descrição científica, a partir de uma análise lógica, deve apreender a estrutura do objeto. Além disso, o positivismo lógico considera que o conhecimento fundado na intuição deve ser vigiado pela razão.

Segundo Capel, para esta perspectiva, o conhecimento não se confunde com experiência. Assim, “as qualidades subjetivamente experimentadas, tal como o prazer ou o colorido, são tão somente experiências, não conhecimento; a física ótica só admite o que é, em princípio, compreensível também a um cego”²².

Outro ponto digno de nota é a posição anti-historicista do positivismo lógico. Isso significa dizer, em primeiro lugar, que toda idéia de processo, de gênese e de origem não é relevante na análise e, em segundo, que os marcos sociais, nos quais se desenvolvem os fenômenos, são desconsiderados. Além disso, essa perspectiva crê na neutralidade da ciência e considera pseudoproblemas as questões metafísicas.

A busca de rigor científico e de universalidade, de homogeneização de procedimentos e de unidade, não só em relação à lingua-

22. *Idem*, p. 370.

gem, mas também quanto ao método, acabaram por ser os principais parâmetros da ciência sob a perspectiva do positivismo lógico. Premissas claras, limitadas e precisas, tanto quanto objetividade nos procedimentos de investigação e o contínuo ajuste do modelo proposto à realidade figurada, eram preocupações fundamentais. Com a linguagem matemática, as ciências apareciam, assim, dotadas de uma unidade. Além disso, a apologia da linguagem matemática acabou por impulsionar o desenvolvimento de modelos matemáticos nos diversos ramos do conhecimento.

A Geografia, sob essa inspiração, procurou, como indicamos, desenvolver a linguagem matemática. Não que a matemática estivesse ausente, até então, da Geografia. Ela se colocava desde a gênese do conhecimento geográfico que se desenvolveu junto com a Astronomia e a Geometria; ou seja, com as preocupações em medir a superfície da Terra, em cartografar e em fazer projeções. Calcular e representar – quer graficamente ou cartograficamente – fazem parte da Geografia. Mas, nesse momento, a matemática se apresenta como linguagem, significando que tudo o que é geográfico deva encontrar uma linguagem matemática; por assim dizer, uma expressão matemática.

No momento em que o ponto de vista do positivismo lógico considera que há uma ordem subjacente na realidade, embora essa se apresente caótica, torna-se importante desvendar essa ordem subjacente. Para isso, o procedimento científico deve partir de teorias, formulando hipóteses e, em seguida, proceder à observação. E é com esse procedimento que os modelos matemáticos são aplicados e desenvolvidos na Geografia, buscando encontrar uma ordem no real, uma lógica na organização do espaço.

A idéia de que há uma ordem subjacente ao espaço possibilita o estabelecimento de projeções. Ou seja, à medida que a ordem se revela, torna-se possível pensar como o espaço tenderá a ser organizado. A possibilidade de estimar projeções e de fazer prognósticos torna-se, então, factível. Por isso é que desvendar a ordem subjacente do espaço e estimar projeções aproximaram a Geografia do planejamento. Em particular, desenvolveu-se uma íntima relação entre os estudos regionais e o planejamento regional. Como decorrência, a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço.

Com o planejamento regional, a face intervencionista do Estado e do capital se tornaram transparentes. O primeiro, como legitimador do segundo, procurou conter o desordenado padrão da produção capitalista, enquanto o segundo buscou ampliar sua base espacial de reprodução. Eficiência e desempenho regional, significando eficiência nas formas de reprodução do capital, tornaram-se objetivos a serem alcançados, confundindo interesses econômicos com interesses sociais. Na vida acadêmica, a louvação à racionalidade e à neutralidade científica dos planos de desenvolvimento regional, na verdade, traduziram-se na justificativa intelectual da legitimação do domínio e do controle espacial e político pelo capital.

Os estudos regionais se preocuparam com a demonstrabilidade das teorias, além do estabelecimento de previsões, elaborando projeções. Com o desenvolvimento e aplicação de modelos matemáticos, a análise regional procurou apreender a ordem espacial, começando pela teoria e pela construção de hipóteses e de deduções para depois chegar à observação. Assim, a observação passou a se situar no final, não no início do procedimento científico. Encaminhamento completamente diverso do que, até então, se fazia.

A tradicional descrição geográfica se revestiu de novo significado. Essa passou a ser relacionada à classificação entendida como agrupamento de objetos em classes segundo semelhanças. Como consequência, desenvolveu-se a relação entre região e classe, já que qualquer descrição remete à necessidade de uma determinada ordem para se efetivar.

Assim, classificar e regionalizar tornam-se, praticamente, sinônimos. Considerando a regionalização como um método de investigação análoga à classificação, David Grigg, geógrafo inglês, em seu clássico texto "Regions, Models and Classes", de 1967, diz que quando a classificação se baseia em indivíduos semelhantes, simplesmente agrupados em classes, está-se diante de uma região como modelo sintético²³. Quando a classificação decorre da divisão de uma área em regiões, a fim de criar uma tipologia do fenômeno selecionado, está-

23. Esse texto foi publicado, em português, com o título "Regiões, Modelos e Classes", em Cholley e Haggett, 1974, pp. 23-66.

se diante de uma região como modelo analítico. Portanto, a região, para ele, apresenta-se como um modelo fundado na classificação.

Para Grigg, as classificações, em primeiro lugar, devem ser elaboradas conforme um fim específico; por isso, uma dada classificação, com determinado objetivo, em geral não serve para outra finalidade. Em segundo lugar, observou que diferentes tipos de objetos em exame podem se adequar a uma mesma classificação. Exemplifica essa observação com o exemplo de Bunge, que diz que a terra e o mar são tão diferentes que não podem ser incluídos dentro de um mesmo sistema regional. Em terceiro lugar, indica que as classificações não são absolutas, sendo passíveis de alteração.

Grigg faz uma quarta observação dizendo que a classificação de qualquer grupo de objetos deve levar em conta as propriedades dos objetos. Afirma, em quinto lugar, que o procedimento de divisão deve ser exaustivo e excludente. Exaustivo quer dizer se debruçar sobre todo o universo em análise. Como uma sexta consideração, diz que o processo de divisão deve se utilizar do mesmo princípio até a finalização da divisão. Em sétimo lugar, que, para se proceder à divisão, o princípio norteador do fracionamento deve ser significativo para a divisão regional que se queira elaborar. Em oitavo, que as propriedades usadas para classificar e organizar as categorias mais altas devem ser mais importantes do que as utilizadas para as categorias mais baixas.

Na medida em que os geógrafos inspirados no positivismo lógico consideram que os critérios de divisão regional se encontram num corpo teórico, é, então, a partir da teoria que se torna possível chegar a uma classificação científica e à elaboração da descrição. Reiterando, a região se põe assim, como uma classe, sendo determinada teoricamente. Como consequência, regionalizar passou a significar classificar regiões. Métodos quantitativos foram utilizados para se elaborar as divisões regionais e, assim, as regionalizações se distanciaram dos tradicionais procedimentos da Geografia.

Imbuídos da idéia de que a matemática era uma linguagem comum a todas as ciências e de que havia uma unidade nas ciências, que tinha como referência a matemática, foi possível transferir teorias de uma ciência à outra e, assim, geógrafos procuraram incorporar à Geografia teorias alheias a ela. Esse foi o momento em que a discussão sobre espaço absoluto e espaço relativo se desenvolveu, ins-

pirada na teoria newtoniana do universo e na teoria da relatividade de Einstein. No estudo regional, por exemplo, foi emprestada da Física a teoria gravitacional para explicar as regiões de atração.

Stewart e Zipf transferiram métodos e princípios da Física para o campo social e, conseqüentemente, para a Geografia. No primeiro caso, Stewart objetivou relacionar o tamanho de uma cidade com a hierarquia urbana. No segundo, Zipf procurou aplicar os modelos gravitacionais para a análise da ação humana, demonstrando a existência de uma relação matemática entre o tamanho e a hierarquia das cidades²⁴.

Nesse contexto, a velha questão do determinismo geográfico ressurgiu reciclada. Não mais tendo como base a discussão da relação entre o homem e o meio, mas a da relação entre variáveis. Mais precisamente, um dos objetivos passou a ser o de determinar a magnitude da influência de uma dada variável independente em sua relação com "n" variáveis dependentes. O determinismo aparecia, assim, como determinismo de uma variável independente sobre as dependentes, ou seja, numa versão matemática. Por isso, esse procedimento acabou sendo reconhecido como a face científica do determinismo geográfico.

Além da aplicação de modelos teóricos e matemáticos, a Geografia incorporou a teoria geral dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy. Em particular, os estudos regionais utilizaram essa teoria tentando resolver várias questões, como a da delimitação funcional da região, a da definição da escala regional e a da coesão do conteúdo regional. Menos importante era reconhecer ou determinar as regiões historicamente definidas; mais relevante era classificar as regiões, hierarquizá-las e verificar suas relações funcionais. Na linguagem geográfica se vulgarizou a expressão "subespaço" para se referir à região. Um dos objetivos principais passou a ser o de precisar qual o papel que cada subespaço desempenha na formação de um espaço global, entendido como uma totalidade fechada, sistematicamente estruturada, resultado da soma de outras totalidades menores. Em outros termos, o importante passou a ser a apreensão de como cada subespaço se coloca dentro de uma mesma dinâmica entendida como sistêmica.

24. O trabalho de Stewart, "Empirical Mathematical Rules Concerning the Distribution and Equilibrium of Population", foi publicado, em 1947, na *Geographical Review*, n. 37; o livro de Zipf, *Human Behaviour and the Principle of Least Effort*, saiu em 1949.

As técnicas estatísticas e matemáticas foram amplamente utilizadas na análise regional, destacando-se a utilização da análise fatorial e as análises de correlação. Graças à utilização de computadores foi possível aumentar o número de variáveis a serem analisadas, armazenar uma grande quantidade de dados e elaborar procedimentos estatísticos mais sofisticados, bem como elaborar simulações. Tudo isso, de maneira rápida. Enquanto alguns trabalhos chegaram a bom termo, outros pouco contribuíram, em grande medida, não pelo uso dos modelos matemáticos em si, mas, sim, pelo mau uso deles. Muitos das discussões da Geografia acabaram se reduzindo às questões acerca dos modelos matemáticos. Isso ocorreu não só com a Geografia, tanto que, em 1973, Wassily Leontief, prêmio Nobel em Economia, criticou severamente as pretensões dos modelos matemáticos e as longas discussões acadêmicas sobre as propriedades de tais modelos. Chamou atenção para o fato das operações matemáticas poderem ser consideradas verdades absolutas e observou que as hipóteses nas quais são baseadas são facilmente esquecidas²⁵.

† O sueco Torsten Hägerstrand empregou modelos matemáticos para analisar o alcance das inovações em uma região agrícola no sul da Suécia. Seu trabalho, na edição em inglês de 1953, *Innovation Diffusion as a Social Process*, deixou transparecer o papel dos centros de inovação, evidenciando a possibilidade do homem ordenar o espaço. Por ter sido professor convidado da Universidade do Estado de Washington, Torsten Hägerstrand influenciou muitos geógrafos americanos.

Na Finlândia, o geógrafo Reino Ajo utilizou, pela primeira vez, a análise de regressão para estudar as relações espaciais, buscando estabelecer interações complexas, tendo publicado seus trabalhos em inglês na coleção denominada Estudos da Universidade de Lund, em 1953²⁶.

Em 1960, por ocasião do Congresso da UGI, em Estocolmo, os laços entre americanos e escandinavos se estreitaram. Na reunião daquele ano, foi criada uma Comissão de Métodos de Regionalização

25. Cf. Leontief, *apud* Miernyk, 1982, p. 115.

26. Entre seus trabalhos, cabe destacar "The Propagation of Innovation Waves", publicado em Lund, em 1952, na revista *Lund Studies in Geography*, série B, *Human Geography* 4.

que, no seu relatório final, considerou a existência de três tipos de regiões: a primeira, que se constitui como fundamento e instrumento de pesquisa; a segunda, como instrumento de ação; e a terceira, como resultados de pesquisas.

Nos Estados Unidos, os trabalhos da Escola Sociológica de Ecologia Humana de Chicago, que procuravam relacionar a organização social com a espacial, influenciaram os pesquisadores americanos. É o caso, por exemplo, da proposta elaborada por E. W. Burgess e Harris e Ullman. Burgess expõe em seu trabalho de 1925, *The Growth of the City. An Introduction to Research Project*, um modelo de crescimento urbano em zonas concêntricas. Harris e Ullman, em 1945, no trabalho *The Nature of Cities*, concebem um modelo policêntrico de crescimento das cidades.

Entre os geógrafos americanos, cabe ressaltar William Bunge e Bryan Berry. Bunge foi influenciado por Schaefer e, em 1962, publicou *Theoretical Geography*, dedicado a Christaller. Nesse trabalho Bunge procurou desenvolver uma metodologia científica para a Geografia. A Matemática, como não poderia deixar de ser, era a referência máxima, tanto que procurou demonstrar que a cartografia, ou melhor, as formas espaciais podiam ser demonstradas em expressões matemáticas.

Bryan Berry, utilizando-se da incorporação da teoria dos sistemas, apontou a possibilidade da unidade entre Geografia Física e Humana. Considerou fundamental à Geografia a construção de um novo paradigma científico que rompesse com o ambientalismo e o evolucionismo contidos na gênese da Geografia moderna. Afirmou também que a Geografia deveria voltar a atenção para as relações ente os lugares e as regiões.

Com a fundação, em 1954, nos Estados Unidos, da *Regional Science Association*, sob a liderança de Walter Isard, o desenvolvimento dos estudos regionais ganhou foro de um campo específico do conhecimento científico, inaugurando a chamada ciência regional²⁷.

Isard define a ciência regional como o estudo dos fenômenos sociais, econômicos e políticos, bem como de qualquer fenômeno que

27. A respeito do desenvolvimento da ciência regional, ver Miernyk, 1982. Especificamente o oitavo capítulo cujo título é "The Realism and Relevance of Regional Science", pp. 111-121.

3 tipos de regiões

zonas concêntricas
policêntricas

teoria dos sistemas

ciência regional

tem uma dimensão espacial²⁸. Tal ciência se constitui numa disciplina particular, na qual estão unificadas as diferentes perspectivas daqueles que lidam com a dimensão espacial. Constitui-se como uma ciência específica, não como um campo de estudo interdisciplinar. Nesse sentido, é campo de atuação de geógrafos, de economistas e de planejadores. Estabelece-se, assim, um outro caminho para o estudo regional divorciado da Geografia.

Na Inglaterra, os professores de Cambridge, Richard Chorlley e Peter Hagget, se destacam. Chorlley procurou desenvolver a teoria dos sistemas na Geografia Física e Haggett, na Geografia Humana. Ambos, editores de *Models in Geography*, de 1967, procuraram afirmar a Nova Geografia e romper com a tradição geográfica. Não era mais a Geografia Regional que unificava a Geografia Humana e Geografia Física, agora eram as leis espaciais, os modelos e os sistemas.

Os questionamentos teóricos da Geografia passaram, muitas vezes, a se situarem no nível dos modelos. A discussão passou a ser a dos modelos. Por assim dizer, os impasses e os problemas advindos dos procedimentos na análise geográfica e na análise regional eram creditados à imperfeição das técnicas e dos modelos de análise.

Como dissemos, o desenvolvimento da Nova Geografia se deu, sobretudo, nos países de língua inglesa. Na França, a escola lablachiana continuou seu predomínio até os anos 60 praticamente, tendo sido renovada pelo que ficou conhecido como a Geografia Ativa. Essa Geografia não entendia que havia uma ordem subjacente no espaço, nos moldes da Nova Geografia. Para a Geografia Ativa, através da ação do homem, por via institucional, poderia organizar-se o espaço. Essa denominação de "ativa" tem o sentido de uma Geografia de ação; no caso, de uma Geografia Regional de ação que entendia a região como objeto de intervenção.

Embora a Geografia Ativa se utilizasse muito do vocabulário presente na teoria geral dos sistemas, tratava-se, na verdade, de um modismo ou, como disse Horacio Capel, "de uma simples modernização da linguagem sem conseqüências metodológicas ou teóricas"²⁹.

28. *Idem*, p. 112.

29. Capel, 1990, p. 36.

A Geografia Ativa tinha como proposta a organização do espaço. Imbuída de uma ilusão tecnocrática, considerava que poderia ser possível, por meio de intervenções a partir do planejamento urbano e regional; ou seja, por meio de estratégias de organização do espaço, alcançar um certo crescimento harmonioso do espaço. Através das obras de Jean Labasse, Pierre George, Michel Rochefort, Etienne Juillard, Raymond Dugrand, Philippe Pinchemel, Bernard Kayser, entre outros, a região foi discutida pela perspectiva do desenvolvimento desigual e se colocou como objeto de intervenção da ação do homem. Os trabalhos desses autores expuseram claramente o quanto havia se destruído a base regional do território francês ante o desenvolvimento capitalista, como também demonstrou como o território francês estava voltado para Paris.

A análise da sociedade, cada vez mais urbana e metropolitana, traduziu-se na idéia do espaço como um campo de ação de fluxos. Entendiam que esses fluxos, ao confluírem para uma determinada cidade, acabavam transformando-a num pólo regional. Como conseqüência, os geógrafos, vinculados à perspectiva da Geografia Ativa, consideraram que a região se define pela dinâmica dos fluxos espaciais. Nesse sentido, a região se coloca como uma área sob o raio de ação de uma cidade. Segundo Pierre George, a "noção de região aparece então com o significado de território explorado pela economia urbana de uma 'metrópole regional'... A noção de região se confunde, nesse caso, com a de rede urbana"³⁰.

Urbanização, industrialização e centralização tornam-se, assim, as questões de relevo da Geografia na segunda metade do século XX. Impôs-se novas referências na análise regional: fluxos, rede urbana, área de influência de uma cidade e polarização. O desenvolvimento dessa perspectiva na Geografia significou o abandono da idéia de região como síntese dos aspectos naturais e humanos para se vincular à de organização do espaço. A análise das funções urbanas e regionais, da hierarquia dos lugares, da concentração espacial das atividades e da divisão do trabalho, passaram a compor o estudo regional. Esse estudo, cada vez mais, passou a ter fronteiras mais estreitas com a ciência social e a econômica.

30. George, 1968, pp. 148-149.

Planejamento urbano e regional
desenvolvimento desigual e
desenvolvimento
Fluxos
Polo regional
dinâmica dos fluxos
área de
rede urbana
organização do espaço
divisão do trabalho

Desenvolvendo a relação entre o urbano e regional, convém destacar o trabalho de Michel Rochefort, *L'organisation urbaine de l'Alsace*, de 1960, um clássico da Geografia Urbana e Regional. Nesse trabalho, Rochefort discute a cidade em sua relação com a região, considerando as cidades como centros que coordenam e dirigem as atividades produtivas. Rochefort procura responder à questão do porquê de a Alsácia ter uma rede de cidades de certo tipo e com uma certa hierarquia. A partir de uma análise dos fluxos econômicos entre as cidades constrói-se uma hierarquia urbana, chegando a determinar níveis de cidades e áreas de influência. Com esse trabalho, Michel Rochefort estabelece e desenvolve a relação entre cidade e região; mais precisamente, entre a dinâmica urbana e a regional.

A tese de Rochefort é a de que determinadas cidades se tornam centros que coordenam e dirigem as atividades de produção. Nesse papel de coordenação e direção, essas cidades asseguram uma série de funções às demais cidades de sua região. As cidades que desempenham esse papel de coordenação e direção são denominadas pólos e, segundo sua hierarquia – em relação à outras cidades que se constituem, também, em pólos de comando e direção – se classificam em pólos regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

Convém esclarecer que a relação entre cidade e região também havia sido desenvolvida por Pinchemel, que escreveu *Niveau optima des villes du Nord-Pas-de-Calais*. Até então, o binômio estabelecido pelos geógrafos franceses se situava na perspectiva da realidade rural e regional, a exemplo das análises de Max Sorre que concebia a região como extensão de uma paisagem definida em função da homogeneidade. Agora, reiterando, o binômio passava a ser o urbano e o regional.

Bernard Kayser e Pierre George, no texto "A Região como Objeto de Intervenção", de 1964, consideram que uma região se define segundo três parâmetros: deve haver laços entre seus habitantes, deve ser organizada em torno de um centro e deve fazer parte de um conjunto. Com relação aos laços entre os habitantes, indicam que devem ser de natureza econômica e social. O segundo aspecto, relativo à organização da região em torno de um centro, remete à idéia de pólo, já anteriormente desenvolvida na Geografia; ou seja, à idéia de um centro que dirige uma região. A terceira característica indica que a região é concebida como parte de um todo.

Entre os fatores da formação regional, Bernard Kayser e Pierre George chamam atenção para as análises dos fatores naturais e históricos para explicar a polarização de um centro, a rede de comunicações e a atuação da administração sobre o território. Consideram, acima de tudo, que uma região será mais madura, no sentido evolutivo do termo, quanto maior for a importância de seu centro e quanto maior for a influência que esse centro exerce sobre o território³¹.

Na França, o desenvolvimento da Geografia Ativa a par da influência preponderante da corrente lablachiana e, em grau muito menor da de Hettner, bem como a da Nova Geografia que chegou via Canadá francês, acabaram por produzir uma crise metodológica na Geografia, o que impôs a necessidade de se enfrentar questões de teoria e método. Nesse contexto, Pierre George reafirmou a Geografia Regional ao dizer que é pelo enfoque regional que se realiza a possibilidade da síntese geográfica. Pierre George elaborou o seguinte raciocínio: a Geografia por estudar a relação entre dados heterogêneos e diacrônicos tem que ser metodologicamente heterogênea. Portanto, a síntese geográfica não é alcançada através de uma metodologia única. A síntese é produto da utilização de vários métodos provenientes de outras ciências³².

No Brasil, a Geografia, tradicionalmente sob a influência da escola francesa, incorporou a perspectiva da Geografia Ativa e da Nova Geografia. Na Universidade do Brasil e no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –, localizados no Rio de Janeiro, a influência da Nova Geografia foi bem maior que em São Paulo.

No final dos anos de 1950 e na década de 1960, os Estados Unidos haviam completado, em todos os aspectos, inclusive o cultural, sua hegemonia no continente sul-americano. As relações entre geógrafos brasileiros e americanos tornaram-se mais estreitas e muitos foram aos Estados Unidos em busca de atualização. A revista do IBGE, intitulada *Revista Brasileira de Geografia*, no período compreendido entre o final dos anos de 1960 e o final dos anos de 1970, demonstra claramente a influência da Nova Geografia no pensamento geográfico.

31. Kayser e Geogre, "A Região como Objeto de Estudo da Geografia", em Kayser, 1968, pp. 281-323. A edição original data de 1964 e foi publicada em Paris pela PUF.

32. Cf. George, 1972.

co brasileiro. Analisando-se os artigos publicados nessa revista de 1969 a 1979, pode-se perceber que os estudos regionais utilizam-se de modelos, como o modelo gravitacional, a cadeia de Markof, a teoria dos mercados mínimos – derivada da teoria dos lugares centrais –, a teoria de Borsuk, a teoria dos grafos, o modelo potencial e o momento inércia. As relações sobre as quais se debruçam esses modelos são demonstradas por relações matemáticas, reduzindo o espaço às suas dimensões mais abstratas. Alguns estudos sobre divisão regional do Brasil estabelecem, pela técnica de agrupamento, como regionalização, uma classificação regional.

Igualmente, os artigos que tratam do regional no *Boletim Paulista de Geografia*, publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, da seção São Paulo, no período de 1968 a 1976, situam-se, em sua quase totalidade, na perspectiva da Nova Geografia. Seus autores são, em sua maioria, identificados como pertencentes à chamada Escola de Rio Claro, ou seja, vinculados ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro, onde se fundou, em 1971, a Associação de Geografia Teórica.

Embora a influência da Nova Geografia tivesse sido bem menor na Universidade de São Paulo, devido a sua história de vínculos muito estreitos com a Geografia francesa, não deixa de ser significativo ter sido em 1957, no contexto da influência da escola americana no pensamento geográfico brasileiro, que, na Universidade de São Paulo, os cursos de Geografia e História, que compunham um curso único, acabaram por se cindir em dois.

A Nova Geografia, embora tenha desconsiderado com ardorosa veemência a história e coisificado as relações em exame, desenvolveu temas novos e bastante pertinentes à realidade contemporânea; como os estudos urbanos e a análise do espaço industrial, dos fluxos e da circulação. Porém, os fenômenos não passíveis de serem mensuráveis, por assim dizer, não transformáveis em números, foram desprezados.

Acima de tudo, a Nova Geografia se definiu como ciência do espacial. O reinado do espacial se consagrou. O interesse pelas particularidades se colocou em último plano, interessando mais as regularidades espaciais. Mas o reino do espacial foi abalado pela crítica de que não há processos espaciais sem um conteúdo social e que não há

causas e processos puramente espaciais. Cada vez mais começou a se desenvolver e a se afirmar a idéia de que o espaço é uma construção social e que para se entender a realidade geográfica tem que se entender a sociedade. Sociedade que parecia, cada vez mais, encoberta em mistificações e, cada vez mais, fetichizada e alienante. Sociedade que havia conquistado o mundo e que se lançava, agora, para fora do planeta.



A TERRA VISTA DA LUA.

Fonte: Jean-Pierre Penot, *Les Mots Clés de L'espace*, Mouans-Sartoux, PEMF, 1996.

A INCORPORAÇÃO DA FENOMENOLOGIA E DO MARXISMO NO ESTUDO REGIONAL

Quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital. O resultado tem sido a produção da fragmentação, da insegurança e do desenvolvimento desigual efêmero ...

DAVID HARVEY

A *Terra é Azul!*, exclamou, em 1961, o russo Yuri Gagarin, primeiro homem a romper a atmosfera terrestre e a dar uma volta completa ao redor de nosso planeta. Cinco anos depois, outra frase tornar-se-ia igualmente famosa quando Neil Armstrong pisou a superfície lunar, no Mar da Tranquilidade, e disse: "Esse é um pequeno passo para um homem, um grande salto para Humanidade". Naquele 20 de julho de 1969, os homens puderam acompanhar, pela televisão, a conquista de um novo mundo, agora não mais apenas terrestre, mas astronômico. As fronteiras do planeta haviam sido rompidas, um mundo mais amplo estava sendo conquistado, o universo abria-se para novas aventuras. Uma aventura cuja novidade não se relacionava mais ao atracamento de navios e nem à aterrissagem de aviões. Tratava-se, agora, de uma alunissagem; algo inteiramente novo.

O mundo todo, interligado por satélites orbitais, revelava o avanço tecnológico a que os homens haviam chegado. O progresso era enaltecido; as possibilidades infinitas da obra humana eram, mais uma vez, reveladas. O sentimento de todos pertencerem a um único mundo veio acompanhado da crescente consciência da necessidade de se responsabilizar por ele. Os danos causados na natureza, decorrentes do processo de desenvolvimento e da produção da segunda natureza, passaram a ser incorporados à agenda de preocupações de vários governos.

O mundo artificial foi questionado e a natureza ameaçada passou a ser progressivamente reconsiderada. Tudo o que era natural e por muito tempo foi desprezado recuperou seu valor. A moda de vanguarda valorizou as fibras de algodão, os tecidos crus e o couro natural.

Os homens estavam intranquilos, a liberdade ameaçada. Em muitos países, na década de 1960, a liberdade foi seqüestrada por ditaduras e muitas idéias foram caladas e aprisionadas quando o mundo ainda comemorava a independência de muitas colônias e se surpreendia com a Revolução Cubana. A fome, particularmente no Terceiro Mundo, aprofundava a crise mundial e questionava o sentido do progresso.

O questionamento acerca da guerra do Vietnã e a revolta dos negros nos Estados Unidos revelavam críticas aos (des)caminhos estabelecidos. A contracultura americana, o movimento hippie – com seu mote “paz e amor” – e as barricadas de Maio de 68 na França se alastraram pelo mundo, pondo em xeque a ordem vigente. A luta armada proliferava, apoiada no antigo triunfo das Revoluções Russa, Chinesa e Coreana, bem como no entusiasmo proporcionado pelas mudanças em Cuba e no Vietnã.

Nesse turbilhão, buscavam-se respostas variadas, inclusive por meio da incorporação, pela vanguarda da filosofia oriental, inaugurando a moda dos esoterismos e das viagens ao Nepal e à Índia¹. Até mesmo o maior grupo de música *pop* de todos os tempos, os Beatles, tinha um guru indiano.

Com seu jogo de cores e formas, a arte contemporânea não se propunha a reproduzir a realidade, mas a veicular idéias. Ainda quan-

1. No regresso da Índia é que a atriz de cinema brasileiro, Leila Diniz, musa da revolução dos costumes, morreu em acidente aéreo.

to às idéias, aquelas correspondentes ao pensamento marxista, deixaram de ser exclusivas dos partidos políticos e passaram a fazer parte da discussão de vários centros intelectuais.

A reflexão sobre o progresso técnico e científico e a preocupação com o desenvolvimento econômico e social conduziram uma série de críticas à grande riqueza da sociedade em contraste com a pobreza das massas populares. Questionar dogmas estabelecidos colocou-se na ordem do dia. A idéia de que o saber não deveria se submeter ao *status quo*, não devendo, portanto, ser conservador, mas inaugurador de caminhos novos, transformou-se na bandeira das vanguardas intelectuais.

Por causa de a hegemonia do processo de acumulação capitalista internacional não ter apresentado propostas conseqüentes para o Terceiro Mundo e, em especial, para os problemas da América Latina, essa região tornou-se o centro do terceiro mundismo, buscando alternativas ao desenvolvimento que havia se fundamentado na ideologia da industrialização pela substituição de importações, cujo modelo se mostrava esgotado e revelava a crise do Estado Liberal.

Em meio a esse turbilhão de mudanças e de críticas, tudo parecia em crise. Do ponto de vista do conhecimento, as críticas ao positivismo se avolumaram e a busca de novos caminhos significou o desenvolvimento de outras correntes do pensamento geográfico. A Geografia radicalizou-se e procurou buscar novas fontes teóricas. De interesse particular à Geografia Regional, é preciso destacar a influência da fenomenologia e do marxismo que, de diferentes maneiras, acentuaram a preocupação com o caráter social da Geografia e conduziram a construção de novos parâmetros ao estudo regional. Uma nova Geografia Regional apresentava-se com novas preocupações.

A fenomenologia foi concebida por Edmund Husserl (1859-1918) e se constitui numa corrente filosófica que considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência². A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer idéia prévia que se tem sobre a natureza dos objetos deve ser abolida. Afirma que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica.

2. O termo fenomenologia foi criado por J. H. Lambert, em 1764.

A fenomenologia, é importante observar, tem recebido várias acepções que podem dar margem a leituras subjetivistas. Porém, da maneira que foi concebida por Husserl, não há espaço para essas leituras. O objetivo, perseguido por Husserl, foi fundar uma nova base racional para a ciência, buscando captar a essência das coisas por meio da compreensão que nega o subjetivismo e o relativismo, afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de simultaneamente poder pensá-la de forma racional.

Entre os fenomenológicos, cabe citar Max Scheller e Maurice Merleau-Ponty. Max Scheller (1874-1928) desenvolveu o pensamento fenomenológico nos campos da religião, da ética e da filosofia da cultura. Sua ética, mesmo sendo uma continuação da ética kantiana, procura superar o formalismo racionalista de Kant. Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) centrou-se na discussão da relação entre natureza e consciência, considerando que a relação do homem com o mundo se constitui pela percepção.

Acima de tudo, é preciso ressaltar que a fenomenologia consiste num método e numa forma de pensar, nos quais a "intencionalidade da consciência" é considerada chave. Essa intencionalidade se refere à relação entre os atos da consciência, os objetos e a como esses objetos aparecem na consciência. Por exemplo, a percepção de uma paisagem se constitui num ato da consciência, o qual se relaciona ao ato de ver que, por sua vez, relaciona-se à forma com que esse objeto é percebido e como esse aparece na consciência. Esta formulação, certamente, pode permitir o subjetivismo próprio da experiência interior, no entanto, deve ser superada pela consciência na construção de uma compreensão racional da experiência vivida.

Em virtude da consciência se constituir a partir das experiências vividas, a fenomenologia chama atenção para o fato de que é pelo vivido que o indivíduo se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores. Por isso, com a compreensão racional do vivido, com sua dimensão subjetiva, distante do mundo objetivo e abstrato da ciência, é que se alcança a essência dos objetos tal como eles se apresentam na consciência. Portanto, é através do percebido, e não do concebido; ou seja, não por idéias prévias, por idéias pré-concebidas ou por conceitos que o homem se põe em contato com os objetos exteriores. A consideração da percepção advinda das experiên-

cias vividas é, assim, considerada etapa metodológica importante e fundamental. ^{estudo filosófico da percepção de novo}

A fenomenologia influenciou primeiramente a psicologia desenvolvendo a Escola da Gestalt ou Escola Comportamental. Esta corrente da psicologia propôs a observação e a descrição do mundo dos fenômenos, a experiência direta e a consciência, colocando em segundo plano as idéias prévias ou preconcebidas. Na Geografia, a influência da fenomenologia se fez presente, em 1964, no trabalho de Julian Wolpert que, ao discutir a migração, incorporou, em sua análise, a dimensão subjetiva dos indivíduos estudados para compreender os motivos que os fizeram migrar³. Até então, na Geografia, a única interrogação em termos comportamentais dizia respeito a como o homem era condicionado pelo meio; por isso, a incorporação da subjetividade desses sujeitos na análise geográfica pode ser considerada inovadora. ^{psicologia}

Muitos trabalhos de Geografia passaram a discutir o comportamento do homem ante a natureza, a percepção da natureza e da paisagem urbana, assim como dos espaços do medo e do ódio, incorporando à análise geográfica a dimensão psicológica. Esta vertente da Geografia passou a ser referida como Geografia da percepção e do comportamento, desdobrando-se em Geografia humanista, voltada mais para a análise da literatura, dos significados e dos símbolos. Assim, sob a influência da fenomenologia, mais do que a do existencialismo e a do idealismo, a Geografia colocou em cena elementos negados pelo positivismo, criticando arduamente a depreciação do vivido em função do concebido. ^{o papel do homem}

Considerando que a realidade social contém uma dimensão estética, bem como outras, a Geografia afirmou a importância da estética e do imaginário, apontando que essas deveriam ser levadas em conta na análise da realidade. Além disso, questionou a ausência da dimensão pessoal e subjetiva presentes na Nova Geografia, assinalando que quando o pesquisador se debruça sobre a realidade o faz imbuído de seus valores, sentimentos e percepções. Em outros termos, a Geografia, sob influência da fenomenologia, afirmou que a consciência diante de qualquer objetivação científica é sempre uma consciência engajada, negação de qualquer imparcialidade.

3. Cf. Wolpert, 1964, pp. 337-358.

A Geografia da percepção e do comportamento, assim como a Geografia humanista, procurou elaborar um enfoque globalizador e subjetivo da realidade, no qual a intuição passou a ser um elemento constitutivo e importante do processo de conhecimento. A Geografia de inspiração fenomenológica apresentou, no cenário da disciplina, a discussão das representações que os homens fazem do mundo. Isso porque, ao mesmo tempo que o espaço é vivido e percebido de maneira diferente pelos indivíduos, uma das questões decisivas da análise geográfica que se coloca diz respeito às representações que os indivíduos fazem do espaço. Essa Geografia procurou demonstrar que para o estudo geográfico é importante conhecer a mente dos homens para saber o modo como se comportam em relação ao espaço.

A discussão das representações, do imaginário e das fantasias dos homens conduziram ao interesse pelo estudo dos mapas mentais, distintos dos mapas cartográficos que buscam elaborar uma representação objetiva do espaço. Os mapas mentais são subjetivos e construídos a partir da percepção do espaço; e no âmbito dessa percepção, os homens elaboram imagens acerca desse espaço.

Consideremos, para melhor ilustrar, a distância entre dois pontos determinados. Enquanto na cartografia essa distância é representada geometricamente e de forma absoluta, nos mapas mentais isso não ocorre. Exemplificando, a distância entre dois pontos num cartograma representa cinco quilômetros. Distância que não sofre variação seja quem for o observador. Esta mesma distância percebida por um grupo de indivíduos pode ser representada, num mapa mental, de formas distintas: próxima para alguns ou distante para outros, revelando o significado que o espaço tem para cada indivíduo. Os mapas mentais são, portanto, reveladores; ou seja, é possível, com o estudo dos mapas mentais, apreender as imagens que os indivíduos têm acerca dos lugares, procurando relacionar essas imagens às características socioculturais destes e entender uma das dimensões das relações que os indivíduos estabelecem com o espaço⁴.

4. Alguns estudos pioneiros sobre mapas mentais estão presentes no livro editado por R. M. Downs e D. Stea intitulado, *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behaviour*, 1973; e o de P. R. Gould e R. White, *Mental Maps*, 1974.

Essa perspectiva geográfica destaca os significados e valores que os homens atribuem ao espaço. Considera que o pesquisador deve se comprometer com o que analisa, fazendo parte da pesquisa, exercendo uma observação participante. Ou seja, acredita que a investigação à distância não possibilita a compreensão da realidade social e assim o pesquisador deve ser participante da realidade que estuda. Desse modo, esta corrente de pensamento rompe a oposição entre sujeito e objeto, tanto quanto entre ator e observador.

A influência da fenomenologia significou uma crítica persistente à Geografia concebida como uma ciência espacial voltada para a elaboração de técnicas de organização do espaço. Em resumo, uma contramão da Nova Geografia e do seu desdobramento no uso dos modelos matemáticos. Essa crítica se desenvolveu, sobretudo, onde essa Geografia não era proeminente, como na Austrália e no Canadá. Apenas posteriormente, a Geografia de inspiração fenomenológica chegou aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha, centros eminentes da Nova Geografia. Em 1974, Yi-Fu Tuan, com seu livro *Topophilia*, e E. Relph, com *Place and Placelessness*, de 1976, apontam para aspectos bastante negligenciados na investigação geográfica ao incorporarem os aspectos estéticos e simbólicos, bem como os valores e as intenções, na análise da construção social do lugar.

Firmou-se, com essa perspectiva fenomenológica, uma visão antropocêntrica do mundo e uma recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos. O homem contemporâneo, como no Renascimento, foi colocado no centro das preocupações intelectuais. Mais do que isso, essa Geografia incorporou e salientou a dimensão dos valores sociais e culturais, bem como a valorização da história e do mundo vivido, aspectos aos quais a Geografia do século XIX, sob a influência do romantismo, já havia chamado a atenção e que estavam sendo resgatados de um ponto de vista humanista.

Esse humanismo significou um novo trilhar da Geografia. O espaço, por causa da sua dimensão abstrata, deixou de ser a referência central. A referência passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas. Espaço vivido e, mais do que isso, interpretado pelos indivíduos. Igualmente, espaço vivido como revelador das práticas sociais.

*
Pesquisas participativas

MT
anotação de
Tavela

valores
sociais e
culturais

Essa preocupação com o espaço vivido colocou no centro da análise o lugar. Isso porque é o lugar, mais do que o espaço, que se relaciona à existência real e à experiência vivida. O lugar, porém, é visto pela Geografia sob influência da fenomenologia não como um lugar em si, um lugar objetivo, mas como algo que transcende sua materialidade, por ser repleto de significados. Por isso é que o lugar, concreto, único e que tem uma paisagem, não apenas natural, mas essencialmente cultural, torna-se o centro e o objetivo do conhecimento geográfico.

Reiterando, o lugar transcende sua realidade objetiva e é interpretado como um conjunto de significados. Nesse sentido, os monumentos, as obras de arte, assim como cidades são lugares porque são um conjunto de significados. Por outro lado, quando o lugar já não se coloca como um conjunto de significados, na maioria das vezes por causa da tecnologia que transforma todos os lugares em espaços homogêneos, em verdadeiros "clones paisagísticos", os lugares passam a ser não-lugares.

Considerando os objetos como fenômenos e como estes aparecem na consciência, o enfoque regional passou a desenvolver novos temas. A discussão sobre o modo do espaço ser percebido e sobre os significados e valores modelados pela cultura e estrutura social atribuídos a este espaço passaram a ser analisados com o objetivo de compreender o sentimento que os homens têm por pertencer a uma determinada região. Assim, procurou-se apreender os laços afetivos que criam uma identidade regional. A identidade dos homens com a região se tornou, então, um problema central na Geografia Regional de inspiração fenomenológica.

A partir dessa perspectiva, os estudos regionais passaram a conceber o homem com seus valores culturais e sociais, procurando superar o reducionismo de muitas análises que o consideram, acima de tudo, um ser econômico ou um dado de uma matriz. A Geografia passou então a se interessar por textos não diretamente relacionados à produção geográfica científica.

Recuperou-se a vertente historicista da Geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas procurou-se compreender como se processa o sentimento que os homens têm de pertencer a uma determinada região. Sentimento que emana do interior e do

íntimo das pessoas. A região, portanto, passou a ser vista não como constituindo uma realidade objetiva; ao contrário, ela foi concebida como uma construção mental, individual, mas, também, submetida à subjetividade coletiva de um grupo social, por assim dizer, inscrita na consciência coletiva.

Armand Frémont, em sua obra *La région, espace vécu*, de 1976 – um clássico canadense da proposta de um estudo geográfico da região sob a perspectiva humanista –, considera a região como um espaço vivido. Ele define a Geografia como a ciência que estuda as combinações de fenômenos num quadro espacial e distingue o espaço como objetivo, espaço da vida, espaço social e espaço vivido. O primeiro, relacionado à realidade objetiva. O segundo, espaço da vida, relativo aos lugares freqüentados pelo grupo do qual o indivíduo faz parte. O terceiro, espaço social, referente à relação estabelecida entre os lugares freqüentados pelas pessoas do grupo social. O quarto, espaço vivido, o mais completo, incorpora, além das dimensões dos outros espaços, a dimensão afetiva.

Em entrevista à revista *Espaces Temps*, Frémont ressalta a importância dos valores simbólicos e tradicionais para a compreensão da região⁵. Observa que a regionalização – no que se refere à divisão do espaço – contém uma dialética na qual existe uma divisão do espaço que é exterior às pessoas e uma outra divisão que diz respeito ao espaço vivido. Uma divisão por regiões administrativas, cujo fracionamento é realizado por pessoas que não vivem no lugar, elaborada pela administração pública, é diferente de uma divisão feita por pessoas que vivem nesse espaço. Essas pessoas podem construir recortes variados que talvez não correspondam à regionalização elaborada pela administração pública. Em suma, a divisão regional, dizendo respeito ao espaço vivido, relaciona-se à percepção que as pessoas têm do espaço e ao seu sentimento de pertencer a uma rede de lugares. Por isso é que o sentimento de pertencer a uma dada região persiste mesmo quando a dinâmica econômica modifica os vínculos entre os lugares.

A região, como espaço vivido, ultrapassa a idéia de espaço material, pois incorpora valores psicológicos que as pessoas têm em relação à região, não tendo, por isso, limites fixos. Mas não se confunde com os espaços sociais cotidianos, com os lugares pontuais nem com os grandes

5. Cf. Frémont, "A chacun sa définition", em *Espaces Temps*, n. 10-11, pp. 27-29.

espaços, situando-se numa escala intermediária, definida segundo a rede de relações que os indivíduos tecem de acordo com os lugares mais freqüentados por um determinado grupo social.

Portanto, a análise regional, na perspectiva fenomenológica, não se restringe à investigação geográfica da dinâmica econômica ou da estrutura social. O procedimento de investigação procura ultrapassar o nível socioeconômico, buscando compreender como o homem se coloca em relação à região e, a partir disso, procura analisar os aspectos estrutural, funcional e subjetivo da região. O primeiro, relativo ao modo da organização dos elementos que constituem a região; o segundo, diz respeito à dinâmica regional; e, o terceiro, discute a relação do aspecto estrutural e funcional com o aspecto subjetivo; como, por exemplo, a relação das imagens mentais que os homens constroem acerca do espaço vivido, da região.

Para Frémont, pode haver três tipos de regiões: aquelas em que os vínculos entre as pessoas com a região não são muito fortes, denominadas de regiões fluidas, como as regiões percorridas pelos nômades; aquelas com fortes vínculos com seus habitantes, referidas como regiões enraizadas; e, por último, aquelas relacionadas à dinâmica industrial, estandardizadas e funcionais, nomeadas de regiões explodidas.

Sénécal, em seu texto, *Aspects de l'imaginaire spatial: identité ou fin des territoires?*, de 1992, aponta para a presença de duas posições diferentes quanto à possibilidade de identidade territorial nos dias atuais. A primeira posição procura mostrar a capacidade que as sociedades têm de produzir suas representações e seus símbolos como uma maneira de compreender sua própria história e seu meio ambiente, resultando na construção de uma identidade territorial. A segunda posição considera que as forças de estandardização minam as identidades territoriais e anunciam o fim do território e a implosão dos espaços de referência, levando os indivíduos a construir seu próprio espaço referencial, que não diz respeito mais a seu bairro ou a sua região ou, até mesmo, a seu país. Este espaço de referência é outro, pois o indivíduo se coloca, cada vez mais, vinculado aos trajetos, às redes e aos deslocamentos⁶. A territorialidade, então, esvanece-se e, nesse processo, dá-se uma desterritorialização.

6. Cf. Sénécal, 1992, p. 29.

Sénécal chama atenção para o fato de que as representações, os símbolos, as imagens, e mesmo os mitos, que conformam o imaginário sobre o território, têm um sentido específico e se constituem em importantes sistemas de referência que unem os grupos sociais e se projetam no espaço⁷. Daí, a importância de se estudar as representações e o imaginário.

Henri Lefebvre, sociólogo e filósofo, sempre se preocupou com a espacialidade dos fenômenos sociais e por isso, gostaríamos de nos referir a algumas de suas observações. Em seu livro, *La présence et la absence*, de 1980, ao analisar o conceito de representação, adverte que no estudo da representação deve-se estar atento para não tomá-la como substitutiva da realidade, muito embora faça parte dela. Para melhor esclarecermos, reproduzimos um de seus exemplos: o relógio é um instrumento de medida, um objeto que permite “representar” o tempo, servindo para transformar o tempo cíclico dos dias e das horas em tempo linear e homogêneo. No entanto, o relógio não pode ser confundido com o tempo, muito embora seja por meio deste objeto que o tempo é representado⁸.

Lefebvre observa que a sociedade atual se constitui uma sociedade imersa num mundo de símbolos, representações e mistificações. Afirma que “as representações são falsas no que indicam e dizem, mas verdadeiras em relação ao que suportam”. Ou seja, “são verdadeiras como respostas a problemas reais, e falsas como dissimuladoras das finalidades reais”⁹. Chama a atenção para o fato de que as representações ampliam, deslocam e transpõem certas “realidades”, formando parte de uma estratégia “inconsciente”. As representações nascem como símbolos no imaginário e se fortalecem tornando-se correntes quase instituídas. Salienta que não se deve confundir as representações com as ideologias porque essas são elaboradas durante ações estratégicas muito mais conscientes¹⁰.

Essas observações têm o sentido de chamar atenção para a importância de se distinguir a realidade da representação da realidade.

7. *Idem*, p. 28.

8. Cf. Lefebvre, 1981, p. 33.

9. *Idem*, *ibidem*.

10. *Op. cit.*, p. 60.

Distinção fundamental para situar a análise geográfica além da aparência, além do que aparece representado.

Embora o estudo das representações, das imagens mentais, das mistificações e do imaginário social seja de suma importância para a compreensão do mundo contemporâneo, houve muitos obstáculos ao desenvolvimento desses aspectos revelados pela perspectiva fenomenológica na Geografia Regional. Isso decorreu de três fatores. O primeiro, devido à Geografia de inspiração fenomenológica ter de se confrontar com a Nova Geografia, que era acadêmica e socialmente reconhecida em face da sua proposta de explicação da realidade e de intervenção nesta. O segundo decorreu do fato de ela não ter desenvolvido uma metodologia consistente, o que acabou se constituindo a sua maior fraqueza. O terceiro, porque ao se centrar nos atores sociais, negligenciando os aspectos naturais, acentuou a divisão entre Geografia Humana e Geografia Física, chegando até mesmo a rejeitar os vínculos com as ciências naturais.

Embora a Geografia de influência fenomenológica tenha sido criticada por ser um pensamento idealista ao tratar dos lugares a partir dos seus significados e de sua representação, trouxe à luz aspectos importantes para a análise regional ao colocar em cena a discussão do percebido e do vivido. Por exemplo, essa dimensão do percebido e do vivido está, em grande parte, ausente da Geografia Regional de inspiração marxista, pois esta se desenvolveu ancorada na visão estruturalista do marxismo. Apenas recentemente, com a generalização da crítica ao marxismo estruturalista e com o estudo de autores com uma visão historicista, como Henri Lefebvre, é que as dimensões subjetivas do percebido e vivido têm sido objeto de reflexão na Geografia¹¹.

11. Por meio da influência do marxismo no desenvolvimento da Geografia Regional, convém, com objetivo de maior clareza, distinguir o que quase sempre aparece indistinto. Em geral, empregam-se os termos marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico como se fossem sinônimos. Mesmo que de maneira suscintamente didática, é importante perceber as distinções: o marxismo refere-se a uma corrente de pensamento, a uma filosofia; o materialismo dialético constitui-se numa visão marxista da concepção do mundo; e o materialismo histórico representa a incorporação do marxismo na compreensão dos fenômenos sociais e econômicos, mediante um estudo científico e racional; ou seja, significa metodologicamente uma interpretação dialética da História.

José de Souza Martins considera que houve um empobrecimento do pensamento marxista devido à

invasão do ambiente acadêmico por versões simplificadas e ideologizadas do pensamento de Marx [...] agravada pela popularidade fácil do marxismo estruturalista e mecanicista de origem althusseriana, de efeitos devastadores, particularmente responsável por uma versão nominalista do pensamento de Marx, apoiada em rotulações conceituais completamente esvaziadas da complexa e rica orientação dialética¹².

Esse empobrecimento comprometeu a idéia de que o “marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês”¹³.

O fundamento filosófico do marxismo está ancorado no idealismo alemão, em particular na dialética hegeliana e no materialismo de Ludwig Feuerbach¹⁴. A partir da filosofia alemã, o marxismo desenvolveu o materialismo dialético. Feuerbach representa um elo intermediário entre a concepção marxista e a filosofia hegeliana. Da lógica dialética hegeliana – que não nega a lógica formal, como comumente é deixado transparecer, mas que a incorpora e a desenvolve –, Karl Marx e Friedrich Engels conceberam o método materialista dialético, que contém os princípios da interação universal, do movimento universal, da unidade dos contraditórios, do desenvolvimento em espiral e da transformação da quantidade em qualidade.

O fundamento econômico do marxismo está assentado na crítica à economia política clássica, em particular em Adam Smith (1723-1790) e em David Ricardo (1772-1823), que discutiram os fatores da riqueza econômica e viram no maquinismo e na divisão do trabalho a causa da ampliação do enriquecimento social. A partir desta crítica, Marx superou os economistas da época que não examinavam a mais-valia em sua forma pura, limitando-se à análise das formas especiais de lucro e renda.

12. Martins, 1996, contracapa.

13. Lenin, 1979, p. 35.

14. Ludwig Feuerbach (1804-1872) elaborou uma crítica do idealismo operando uma inversão do pensamento hegeliano em direção ao materialismo.

O marxismo se inspirou, também, nos socialistas franceses, como Saint-Simon e Charles Fourier, que condenavam a sociedade capitalista e propunham encontrar, nela mesma, as forças sociais capazes de construir uma nova sociedade. Foi a análise marxista que, naquela época, indicou o proletariado industrial em formação como o agente histórico capaz dessa transformação social.

Antes de continuarmos, gostaríamos de observar que numa discussão tão geral como a que estamos procedendo a respeito da influência do marxismo na Geografia, em especial, no estudo regional, as distinções no interior do marxismo, relativas a tendências e escolas dentro do mesmo referencial teórico criado por Marx e Engels, no século passado, pouco influem nesta nossa discussão.

Enquanto o marxismo nega as explicações científicas fundadas nos parâmetros positivistas e na idéia de modelo, a Geografia sob influência do marxismo questiona veemente a Nova Geografia. Ancorada na perspectiva historicista, essa Geografia se preocupou em estudar o passado com o objetivo de entender o presente. Considerou que a perspectiva histórica se constitui parte integrante da investigação social, porque a relação do homem com a natureza e com os outros homens é intrinsecamente social e histórica. Essa perspectiva histórica não apenas se concretizou em pesquisas geográficas que buscavam desvendar a gênese dos processos, como também conduziu a uma série de estudos sobre a própria história da Geografia.

Por esse pensamento, acima de tudo crítico, propor mudanças profundas que fossem na raiz dos problemas sociais, derivando-se daí a adjetivação de crítica e radical para qualificar, particularmente, a Geografia de inspiração marxista.

A preocupação dos geógrafos de influência marxista com a totalidade, a teoria e a práxis trouxe para a Geografia a discussão desses temas e o desenvolvimento de reflexões voltadas para questões teóricas e de estudos que questionavam a prática da Geografia, até então considerada tradicional e conservadora. Entre os primeiros geógrafos a incorporar significativamente a contribuição do marxismo à Geografia estão William Bunge e David Harvey, que, anteriormente, haviam sido influenciados pelo positivismo lógico.

William Bunge procurou dar um caráter revolucionário ao estudo geográfico com a análise da deterioração urbana em bairros ocu-

pados por populações pobres em cidades como Detroit e Toronto. David Harvey, com seu livro *Social Justice and the City*, de 1973, iniciou uma trajetória intelectual marcada por uma constante reflexão teórica e metodológica acerca do marxismo¹⁵.

A influência do marxismo na Geografia significou um redimensionamento da prática política dos geógrafos. Em alguns casos, revelou-se no comprometimento de geógrafos com os movimentos sociais e partidários. Assim, a Geografia Radical inspirou geógrafos a se envolverem diretamente com as propostas de mudanças sociais. Alguns passaram a advogar, claramente, a dissolução do sistema capitalista, ou a minar a ordem estabelecida.

Com o desenvolvimento da Geografia de inspiração marxista e do estudo da lógica dialética, que buscam captar e destacar as contradições no movimento da sociedade e da natureza, a visão estática sofreu abalos. Movimento e processo foram revitalizados nas análises geográficas. Nesse momento, a emergência da abordagem dinâmica na Geografia Física também se renovou a exemplo do desenvolvimento da geomorfologia dinâmica.

Como propagadora de um pensamento crítico, a Geografia Radical procedeu a uma revisão interna do pensamento geográfico. Concebendo o espaço como um produto social, chamou atenção para o fato de que a Geografia havia procurado observar mais os padrões espaciais e menos, a pertinência de tais padrões. Questionou o fato da Geografia se preocupar em perguntar como os processos se dão, afirmando que, além dos esforços em desvendar o 'como' e o 'porquê' dos processos, deveria, também, investigar os interesses sociais envolvidos nos processos relacionados à produção do espaço. Tal perspectiva conduziu ao questionamento da neutralidade da localização, revelando a existência de vários pontos de vista que deveriam ser considerados na análise espacial; pois se uma dada localização é considerada melhor, ela o é para um determinado ponto de vista – o capital, por exemplo –, mas não, necessariamente, do ponto de vista social ou ambiental¹⁶.

15. David Harvey, *Social Justice and the City*, London, Arnold, 1973. A edição brasileira é de 1980 e foi publicada pela Hucitec sob o título *A Justiça Social e a Cidade*.

16. Quaini, 1974.

A Geografia Radical ou Crítica desenvolveu a crítica das desigualdades do capitalismo sob a influência da leitura de diferentes autores marxistas, como Althusser, Poulantzas, Manuel Castells, Emmanuel, Paul Sweezy, Gunther Frank, Paul Baran e Samir Amim.

Esforços foram feitos para procurar nas obras de Marx elementos para uma formulação marxista da Geografia. Entre esses, mencionamos o trabalho de Maximo Quaini, intitulado *Marxismo e Geografia*, de 1974, no qual o autor procurou demonstrar que, do mesmo modo que no marxismo há uma teoria da história e uma teoria da sociedade, há, também, uma Geografia. Essa Geografia estaria expressa nos conteúdos culturais e científicos relacionados às ciências da terra e do território¹⁷. Procurando demonstrar essa Geografia, Quaini analisou a discussão entre Marx e Engels a respeito da obra de Darwin e Malthus, relacionando-a à problemática do determinismo geográfico. No mesmo sentido, discutiu alguns trechos das obras desses autores referentes à colonização, à teoria da renda da terra e à natureza.

Apesar de esforços como o de Maximo Quaini, gostaríamos de ressaltar que a aproximação entre Geografia e marxismo nunca foi tranqüila. Enquanto pensamento crítico e divergente, nem sempre a Geografia Radical teve reconhecimento acadêmico. Até mesmo geógrafos de destaque, entre eles Paul Claval, inibiram esta aproximação. Apontavam para a não pertinência da proximidade entre Geografia e marxismo, observando que Marx teria eliminado a preocupação com o espaço em suas análises. Este debate, tanto para o marxismo como para a Geografia, acabou sendo positivo porque permitiu esclarecer pontos importantes da discussão referentes à noção de espaço. Fez também avançar a crítica ao empirismo e ao fetichismo do espaço que tradicionalmente se fazem presentes no discurso geográfico¹⁸.

Segundo Harvey, embora Marx admitisse a importância do espaço e do lugar, ele teria eliminado a variação geográfica por conside-

17. *Idem*, p. 51.

18. A respeito desse debate ver Paul Claval, "Le marxisme et l'espace", 1979, pp. 145-164; e o trabalho de Cor van Beuningen, "Le marxisme et l'espace chez Paul Claval: Quelques réflexions critiques pour une géographie marxiste", 1979, pp. 263-271.

rá-la uma "complicação desnecessária" para a sua análise¹⁹. Gostaríamos de lembrar que, longe de qualquer "complicação desnecessária", o verdadeiro motivo era que Marx estava mais preocupado com a análise das homogeneidades do processo de produção capitalista, e a consideração da variação geográfica remeteria, necessariamente, à discussão da diferença²⁰. Em outros termos, importava naquele momento, para o pensamento de Marx, compreender, sobretudo, a homogeneização proporcionada pelas novas relações entre o capital e o trabalho, que constituíam o proletariado industrial.

Na opinião de Edward Soja, a questão fundamental da incorporação do marxismo à Geografia foi a excessiva ênfase dada à história em detrimento do espaço. Observa que esta ênfase está mais presente nos seguidores do marxismo do que nos autores clássicos dessa corrente de pensamento. Para ele, a "grande sensibilidade para questões geográficas nos textos de Lenin, Luxemburgo, Bukharin, Trotski e Bauer, as principais figuras a liderar a modernização do marxismo no início do século XX", ficou diluída em face de um marxismo "engastado no historicismo"²¹. Na sua opinião, a incorporação de alguns elementos do marxismo à Geografia acabou significando uma "excepcional submissão teórica da geografia humana [...] (que) foi um resvaladouro para a involução disciplinar"²². Entretanto, observa, muito acertadamente, que essa involução não se deu por completo na Geografia, dado o contraponto dos trabalhos elaborados no âmbito da Geografia Física.

A incorporação do marxismo à Geografia verificou-se na valorização da análise urbana, revelando a perversão da cidade capitalista em face de uma acentuada segregação espacial nas cidades. Significou, também, o privilegio de temas que buscavam discutir o processo social por meio de uma escala mundial de análise e a eleição de algumas categorias de análise como prioritárias da abordagem geográfica. Em outros termos, o modo de produção capitalista, as relações sociais

19. Harvey *apud* Soja, 1993, p. 83.

20. A respeito da preocupação de Marx com o homogêneo, o artigo de Henri Lefebvre, "Marxisme éclaté" (1976, pp. 3-12).

21. Soja, *op. cit.*, 1993, p. 43.

22. *Idem*, p. 48.

de produção, o desenvolvimento das forças produtivas e a ênfase dada à história tornaram-se as referências centrais da análise geográfica. Félix Damette é um exemplo dessa postura. Ele afirmou explicitamente que o objeto da Geografia seria o de analisar a organização espacial dos modos de produção, o que implica a análise das forças produtivas e das relações sociais de produção. Chamou a atenção para a necessidade de uma visão histórica nas análises geográficas, dizendo que muitas vezes a explicação de uma dada organização espacial remonta a outros momentos históricos, daí a necessidade de se buscar entender o passado para se compreender o presente²³.

Muito interessante é a observação de Damette acerca dos processos de regionalização da economia capitalista. Interessante porque ele anuncia algumas discussões que se farão presentes cerca de vinte anos depois. Para Damette a região representa um espaço que tem uma certa coerência interna, que se dissolve por meio do que ele denomina de processo de regionalização-desregionalização. A seu ver, este processo é produto do desenvolvimento da concentração capitalista, quer nacional ou internacional, que conduz a uma tendência crescente de desregionalização das relações econômicas. Essa desregionalização apontada por Damette se transformará em tema privilegiado na década de noventa, sendo referida com o nome de globalização²⁴.

Também dando ênfase à análise dos modos de produção, gostaríamos de destacar o trabalho de Michael Dunford e Diane Perrons, denominado, *The Arena of Capital*, de 1983. Nesse trabalho, além das preocupações teóricas e metodológicas envolvendo a relação entre a Geografia e o marxismo, os autores procuram fazer uma leitura geográfica que busca relacionar os modos de produção feudal e capitalista às estruturas espaciais.

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade de lógica nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como

23. Damette, 1979, p. 22.

24. *Idem*, *ibidem*.

uma totalidade histórica. Estava visível que esta não representava uma totalidade harmônica: as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo eram evidentes e revelavam os limites da compreensão do mundo como um todo harmônico. Em outros termos, as análises acerca da produção capitalista e da dinâmica de valorização do capital revelaram os limites da concepção do mundo que o postulava como harmônico e em equilíbrio. O mundo deveria ser percebido como uma totalidade não-harmônica, como um conjunto ^{desigual} disjuncto, que fizesse surgir a noção de diferença, modelo que se fez central na condução das análises geográficas.

Por isso é que nas discussões da Geografia, o tema do desenvolvimento desigual e combinado e o do subdesenvolvimento foram temas privilegiados de investigação. Assim, tornaram-se clássicos da literatura geográfica, o livro de Yves Lacoste intitulado *Géographie du sous-développement* e o de Milton Santos, *L'espace partagé*, acerca dos dois circuitos econômicos próprios das economias subdesenvolvidas.

Discutindo o conceito de região, em entrevista à revista *Espace temps*, Lacoste indica que toda regionalização, com o significado de divisão de um território, envolve uma questão de escala e, quando se altera a problemática, altera-se a escala. Isso significa dizer que os recortes devem ser elaborados segundo uma determinada problemática. Assim, tanto podemos dividir o mundo em duas porções: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, quanto em 'n' partes²⁵.

Lacoste assinala que mais importante do que se tentar definir o objeto da Geografia é saber pensar o espaço; ou seja, considera ser menos importante a discussão acerca do objeto da Geografia e mais pertinente a reflexão sobre a função da Geografia. Sua preocupação é a de mostrar a relação entre a regionalização, como recorte espacial, e as práticas sociais. Essa relação indica que as primeiras regionalizações tinham um caráter administrativo e militar referido ao Estado, chamando a atenção para o fato de que a propriedade privada da terra não pode ser tomada como uma primeira regionalização porque aparece posterior ao surgimento do sub-produto Estado e é um de uma dada concepção do Estado.

25. Lacoste, 1979, p. 30.

Mediante essa observação de Lacoste, uma análise da regionalização como prática social permitiria-nos desenvolver a compreensão do porquê de diferentes divisões regionais elaboradas pelo Estado num território como, por exemplo, a divisão em comarcas e a divisão em Estados.

Crítico severo da Geografia Ativa e da idéia de região relacionada à de área de influência de uma cidade, Lacoste diz que essa forma de conceber a região não leva em conta as regiões sem polarização. Argumenta que o Saara seria desconsiderado nessa abordagem porque não há uma região do Saara em termos de polarização, embora a existência dessa região geográfica seja inequívoca enquanto paisagem física e humana.

Gostaríamos de lembrar um aspecto que consideramos fundamental na discussão da Geografia Radical. Trata-se do uso da noção de formação econômica e social. Esta noção foi incorporada à Geografia pela influência do pensamento marxista estruturalista que a aprisionou nas fronteiras de um Estado-nação, fazendo com que a realidade surgisse da combinação de estruturas econômicas, em certa medida, autônomas²⁶.

Esta interpretação da noção de formação econômica social diverge da interpretação de outros marxistas, notadamente daqueles que se colocam como críticos do marxismo estruturalista, como Henri Lefebvre. Analisando os textos de Marx, Lefebvre indica que o termo formação econômico-social aparece de diferentes modos; quer se referindo a uma forma específica de sociedade, quer dizendo respeito ao conjunto da história e do desenvolvimento da sociedade; em ambos os casos, referindo-se à totalidade concebida como uma totalidade aberta e não a uma totalidade referida a um Estado-nação. E além disso, concebida não como uma totalidade sistêmica. José de Souza Martins, em seu livro, *O Cativo da Terra*, de 1979, observa que a noção de formação econômico-social foi bastante desfigurada, tendo substituída a noção funcionalista de sistema social e sendo considerada como uma totalidade fechada, não dialética. Martins critica

26. A esse respeito ver Lefebvre, 1975.

a aplicação desse conceito a determinados espaços sociais, como a América Latina (Martha Harneck) ou o Brasil (como fazem vários autores). [Chama a atenção para o fato de que isso] é bem o oposto da utilização dessa noção em autores clássicos que a formularam e a desenvolveram, como Marx e Lenin, que a empregaram em relação à totalidade do processo social do capital e à totalidade do capitalismo, mas não em relação a uma região determinada ou a um país determinado. O núcleo da formação não é o espaço geográfico no qual se realiza, mas o seu desenvolvimento desigual, não o desenvolvimento "econômico" desigual das análises dualistas produzidas na perspectiva economicista e sim o desenvolvimento desigual das diferentes expressões sociais das contradições fundamentais da sociedade²⁷.

Além disso, devido às leituras positivistas das obras de Marx, em grande parte presente apenas no pensamento marxista estruturalista, a interpretação da história se deu de forma linear e, até mesmo, teleológica, fazendo a história aparecer como uma sucessão de modos de produção que evoluem linearmente, em que um modo de produção supera o outro até a forma final – o modo de produção comunista. Esta postura construiu um novo determinismo na Geografia, não mais um determinismo fundado nas condições naturais, mas tendo como parâmetro a evolução da história.

A Geografia sob a influência do marxismo conduziu a um desajuste da disciplina geográfica, na medida em que muitos geógrafos, ao se debruçarem em análises econômicas e sociológicas – muitas vezes de maneira superficial e dogmática –, esvaziavam o conteúdo espacial da realidade, comprometendo o "fazer Geografia". Em suma, os processos sociais analisados por esses geógrafos acabaram se desespacializando. Somou-se a isso o fato de que, ao se utilizar de parâmetros exclusivos das ciências sociais, a Geografia Radical acabou negligenciando a dimensão da natureza e desconsiderando a Geografia Física.

Além da temática do desenvolvimento desigual, outros temas, bastante inovadores, foram abordados na Geografia, como a segregação urbana, a favela, a renda da terra, a subnutrição, a violência etc. Temas até então característicos da sociologia e da antropologia e que, na Geografia, quando não perdiam o enfoque geográfico e incorporavam à análise a perspectiva espacial, fizeram avançar o conhecimento.

27. Martins, 1979, pp. 2 e 3 (grifo nosso).

Os temas da violência, da cultura, da indústria e dos serviços, bem como o da valorização dos aspectos estéticos, foram desenvolvidos, em grande parte, pela teoria crítica, como é conhecida a postura desenvolvida pela Escola de Frankfurt²⁸. Esta Escola, cujo núcleo originário foi o Instituto de Investigações Sociais, centro de estudos fechado pelo nazismo em 1933, afirmou a dimensão histórica das ciências humanas e apontou a necessidade de se incorporar a dimensão estética e a do imaginário às análises da sociedade, pois tais dimensões fazem parte da realidade social.

Contra a idéia de neutralidade da ciência, tal como na fenomenologia, a teoria crítica desenvolveu o argumento de que o pesquisador, ao se debruçar sobre a realidade, o faz imbuído de seus valores e, como esses fazem parte de sua interpretação da realidade, qualquer idéia de objetividade pura se torna, então, questionável. Em outros termos, chamou a atenção para o fato da percepção da realidade social estar mediatizada pelas categorias sociais e que a análise elaborada pelo pesquisador é influenciada pelos seus valores.

Um dos aspectos mais positivos da incorporação do marxismo em relação à temática regional foi a crítica à fetichização do espaço e aos estudos baseados na descrição e na análise das funções regionais. Um outro aspecto importante foi o de apontar o quanto a reconstituição histórica pode ser reveladora para a compreensão da região em estudo. Mas, por outro lado, a perspectiva marxista trouxe, de imediato, um problema teórico-metodológico de que a Geografia Regional não poderia se esquivar do fato de a região não se constituir numa categoria de análise marxista.

Em muitas análises, a região passou a ser analisada como produto de uma divisão territorial do trabalho, tendo como referência o processo geral de produção capitalista. Isso acabou repercutindo em análises regionais, nas quais as regiões apareciam como derivações de processos gerais e, em muitos casos, suas características internas e

28. A teoria crítica elaborou uma crítica severa ao positivismo, afirmando que as colocações apenas teóricas e abstratas pouco podem contribuir para o conhecimento da sociedade. Uma de suas grandes contribuições foi criticar a influência do positivismo no estudo das obras de Marx. Seus principais representantes são Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Adorno (1903-1969), Herbert Marcuse (1898-1979) e Jürgen Habermas (1929).

particulares foram colocadas em segundo plano. Assim, as desigualdades de desenvolvimento, enfim, as diferenças na produção do espaço apresentaram apenas a faceta derivada dos processos externos à região.

Um outro aspecto a destacar nesta discussão diz respeito ao estabelecimento da analogia entre região e classe social. Transferiu-se a idéia de exploração capitalista de uma dada classe social pela outra para a formulação de que haveria exploração de uma região por outra. Assim, mecanicamente transposta a noção de exploração para análise espacial, a região passou a ser considerada, equivocadamente, um sujeito social.

É importante chamar a atenção para o fato de que a perspectiva da Geografia Radical, quanto ao tratamento dado à região, é distinta das análises inspiradas nos aportes fenomenológicos. O cerne da questão é que o estudo regional sob a influência do marxismo não entende a região como espaço vivido. Como bem exprimiu Lacoste, o espaço vivido não se confunde com a região. Refere-se ao espaço que as pessoas têm conhecimento implícito e intuitivo; portanto, corresponde a um espaço que não passa pelo concebido. Além disso, o espaço vivido corresponde ao espaço de vida das pessoas, segundo o lugar que elas ocupam na sociedade e na divisão do trabalho²⁹. Diferentemente, a região é um conjunto espacial bem mais amplo que o espaço vivido. Para Lacoste, as regiões se constituem em conjuntos espaciais que se entrelaçam e se tornam objeto de investigação dos geógrafos.

No âmbito acadêmico, duas importantes publicações de abrangência internacional adotam uma linha marxista na Geografia: a revista *Herodote* e a *Antipode: A Radical Journal of Geography*. A *Herodote* foi lançada em 1976, em Paris, e ao reportar-se a Heródoto, expresso em seu título, procurou demonstrar a relação entre a Geografia e a tradição política e estratégica que remonta à gênese do conhecimento geográfico. Ao longo dos anos, este periódico que, inicialmente, procurava discutir a própria Geografia, acabou se caracterizando mais como uma revista de Geografia Política.

29. Lacoste, 1979, p. 32.

Sem a abrangência da *Herodote* e da *Antipode*, gostaríamos de mencionar o periódico francês *Espace Temps*, cujo primeiro número data de 1975, que se voltou para a discussão da relação entre a Geografia e a História. Tanto a discussão sobre a análise marxista e o espaço quanto sobre a ecologia e a política são temas sempre presentes nesta revista³⁰.

A revista *Antipode*, dirigida por Richard Peet, lançada em 1969, é sem dúvida nenhuma o periódico que mais tem contribuído para o desenvolvimento de uma Geografia marxista³¹. Isso porque, ao se propor elaborar uma Geografia crítica, não esqueceu de realizar a própria crítica desta Geografia. Com uma prática salutar de discutir os encaminhamentos teóricos da Geografia marxista, tem colocado recentemente como tema de discussão o essencialismo bastante presente na Geografia Regional de perspectiva marxista. O essencialismo corresponde a uma perspectiva de análise que procede à redução dos processos ao mais essencial; ou seja, diz respeito a uma abordagem que procura apreender a essência dos processos sociais, como a produção e acumulação capitalista. Esta discussão é importante para a Geografia porque muitos trabalhos acabaram reduzindo a riqueza dos processos sociais à sua essência econômica, o que significou o desenvolvimento do determinismo econômico em Geografia.

Acima de tudo, a revista *Antipode* tem procurado indicar perspectivas futuras para a Geografia. Em observação de Richard Peet, seu editor, dado que a crise ambiental é estruturalmente endêmica ao capitalismo, a Geografia marxista poderia se colocar a tarefa de investigar as relações críticas entre a sociedade global e o meio ambiente regional. Tal projeto passaria pela compreensão do espaço como meio ambiente e, nesse raciocínio, fonte do processo social, como também passaria pela compreensão das seguintes dimensões da natureza: necessidade, essencialidade e determinação.

30. O tema da relação Geografia e História, é bom frisar, não tem sido objeto de reflexão apenas de geógrafos. Os historiadores, Georges Duby, Pierre Goubert, Fernand Braudel, por exemplo, incorporam a dimensão espacial a suas análises.

31. Esta revista inicialmente se voltou para a crítica da Geografia positivista e da Geografia quantitativa quando, em 1974, passou a adotar uma linha marxista.

Richard Peet considera limitada a perspectiva de Geografia proposta por Edward Soja, que aponta como tarefa desta a reafirmação do espaço na teoria social porque, abstraído da natureza, é visto apenas como um elemento que interfere no processo social, enquanto que, como meio ambiente, coloca-se como fonte do processo social³².

É importante chamarmos a atenção para o fato de não podermos dizer que haja especificamente geógrafos influenciados, direta ou indiretamente, pelo marxismo, voltados exclusivamente para o estudo regional. O que ocorre é que alguns geógrafos, ao incorporarem discussões e elementos teóricos próprios da perspectiva marxista à discussão de vários temas, desenvolveram algumas questões pertinentes ao estudo regional. Entre eles, além dos já referidos, podemos citar, sob pena de grave exclusão, os de língua inglesa: Jates Anderson, Neil Smith, Derek Greg, Doreen Massey, Richard Peet, Phil O'Keef, Richard Morrill, Rod Burgess, J. S. Campbell, Steen Folke, Michel Stoper, Allen Scott, Michael Dunford e Diane Perrons. Entre os geógrafos de língua francesa: Yves Lacoste, Jean Tricart, Jean Dresh, Jacques Levy, P. Y. Villeneuve e J. L. Kleine. E, em certa medida, os geógrafos identificados com a Geografia Ativa: Michel Rochefort, Bernard Kayser, Pierre George e Raymond Guglielmo.

Do Brasil, gostaríamos de destacar o trabalho de Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, de 1977, que muito influenciou os estudos regionais, inclusive na Geografia³³. Para este sociólogo, a região se constitui um espaço em que a reprodução do capital se processa de uma forma particular, gerando uma luta de classe específica. A região se coloca, portanto, como uma dimensão particular do processo de valorização do capital. Em face do processo homogeneizador do capitalismo, que busca espaços livres de práticas monopolistas, com o objetivo de extrair, relativamente, maior riqueza social, Oliveira afirma que a mobilidade espacial do capital faz com que os espaços tendam a uma homogeneização. Discutindo a posição de Francisco de Oliveira, Aluísio Capdeville Duarte mostrou que as con-

32. Em referência a essa discussão são muito interessantes os textos de Graham, 1990, pp. 53-66; Wolf, 1992, pp. 113-130; e o de Resnick & Wolf, "Reply to Richard Peet", 1992, pp. 131-140.

33. Oliveira, 1978.

siderações desse sociólogo conduzem, no limite, à idéia de desaparecimento da região³⁴. Em outros termos, seu raciocínio conduz à idéia de perecimento da região ante o processo homogeneizador da produção capitalista.

Concordamos com Capedeville Duarte quando indica que na medida em que ocorre um processo de homogeneização nas formas de reprodução do capital, a posição de Francisco de Oliveira, no limite, conduz à idéia de desaparecimento da região. A nosso ver, a interpretação de Francisco de Oliveira decorre do entendimento da região apenas como um espaço socioeconômico. Posição que não só desnatura a região como pode conduzir à anulação de seu conteúdo cultural. Acreditamos que em razão das indicações que podem levar ao raciocínio de "perecimento" da região é que Francisco de Oliveira recebeu críticas de geógrafos brasileiros. Mas, por outro lado, seu trabalho trouxe uma perspectiva teórica de análise regional ao relacionar a discussão do processo de valorização do capital com sua mobilidade espacial, além de ter discutido com muita propriedade a dimensão política envolvida na questão regional³⁵.

Do Brasil, gostaríamos de destacar apenas os pioneiros da incorporação de algumas preocupações de cunho social que buscaram, às vezes, estar mais próximos do marxismo: Manuel Correia de Andrade, Milton Santos – sobretudo nos seus trabalhos da década de 70 –, Orlando Valverde e Josué de Castro. Destes, apenas é bacharel em Geografia Orlando Valverde. Manuel Correia de Andrade e Milton Santos diplomaram-se em Direito, e Josué de Castro era médico. A despeito de formações distintas, Manuel Correia de Andrade e Milton Santos dedicaram-se inteiramente à Geografia e produziram importantes trabalhos com preocupação social.

Com uma obra vastíssima, Manuel Correia de Andrade voltou-se para vários temas da Geografia, mas cabe destacar seu livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, de 1963, que se tornou um clássico do estudo regional. Milton Santos dedicou-se, inicialmente, aos estudos regionais e urbanos mas, posteriormente, passou a se dedicar a estudos

34. Cf. Duarte, 1980, p. 20.

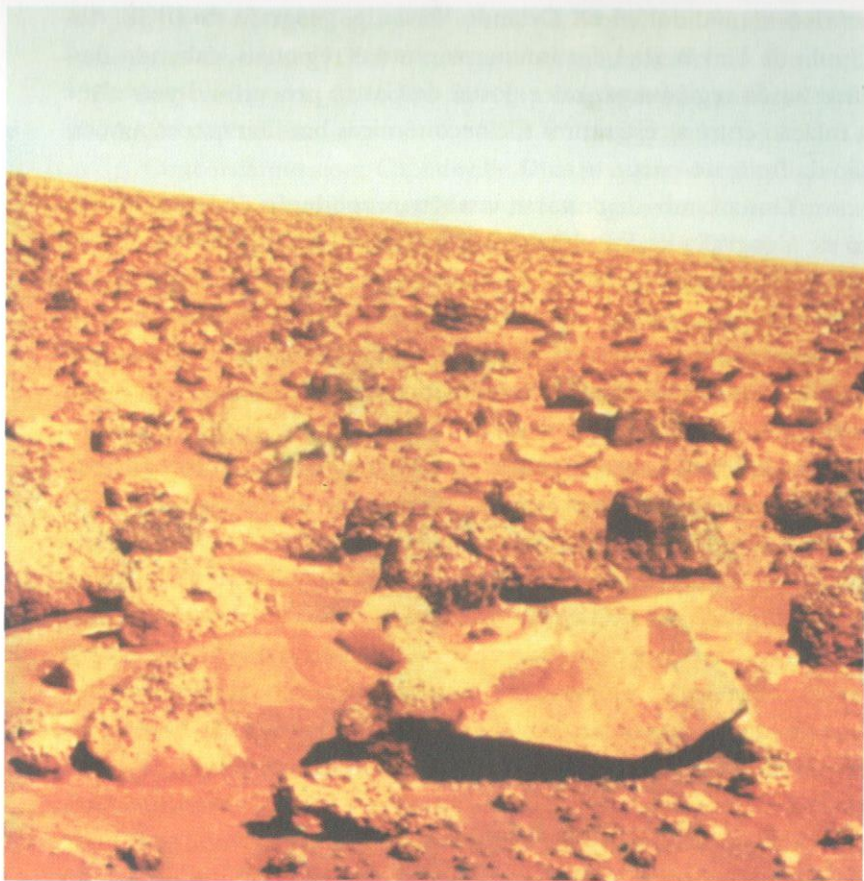
35. A esse respeito ver o interessante texto "A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada", 1993.

teóricos e metodológicos. Orlando Valverde, geógrafo do IBGE, discípulo de Leo Waibel, fez inúmeros estudos regionais, cabendo destacar os da região amazônica. Josué de Castro procurou desenvolver a relação entre as estruturas socioeconômicas brasileiras com a questão da fome no país.

Gostaríamos de destacar, também, a produção do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em que o caminho para a crítica radical se fez por meio de uma série de dissertações e teses que procuravam relacionar o marxismo à Geografia, bem como objetivaram elaborar uma crítica interna à disciplina geográfica, resultando numa série de trabalhos sobre o pensamento geográfico.

Essa crítica, que apontava para uma situação de crise da Geografia, acabou conduzindo a uma reformulação do currículo de ensino de Geografia nessa Universidade. Como desdobramento, a renovação intelectual da Geografia alcançou o currículo do ensino médio que, sobretudo no seu início, encontrou sérios problemas em face da defasagem existente entre a proposta de renovação do ensino da Geografia, em relação à formação dos professores, e o apoio necessário por meio de livros didáticos.

A Geografia Regional, sob a inspiração marxista, a despeito de todas as falácias de uma proposta renovadora, trouxe grandes contribuições à Geografia, tendo sepultado a idéia de neutralidade da ciência e introduzido novas categorias de análise para o estudo regional. Essa Geografia, que emergiu da crítica da sociedade moderna aos (des)caminhos do desenvolvimento capitalista, teve sérias dificuldades para se desenvolver nos centros acadêmicos. Dada a transparência de sua posição política, foi facilmente e, na maioria das vezes, gratuitamente criticada quando as críticas às experiências socialistas revelaram os (des)caminhos das revoluções socialistas. Isso porque, por oportunismo, as críticas a esses (des)caminhos fizeram confundir propositadamente as propostas políticas de um mundo socialista com a proposta de uma Geografia Radical. O mundo já não era o mesmo, muitas utopias estavam ainda muito distantes de se realizarem, num contexto em que a chegada do homem à Lua já parecia aventura de um passado distante.



SUPERFÍCIE DE MARTE

Fonte: Jean-Pierre Penot, *Les mots clés de l'espace*, Mouans-Sartoux, PEMF, 1996.

0 nota no

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA GEOGRAFIA REGIONAL

mund de aju dora
O pós-modernismo é um monstro com cabeça de hidra e um camaleão, impossível de caracterizar sem entrar em contradições ameaçadoras [...] Se ele é difícil de caracterizar, ele é ao mesmo tempo, fácil de reconhecer...

JULIE GRAHAM

A Lua, antigamente solitária em sua órbita ao redor da Terra, espreita junto com os satélites artificiais os novos projetos e sonhos dos homens de se aventurarem por novos astros do Cosmo. Cosmo, conforme já mencionamos, foi a denominação dada ao Universo por Pitágoras há mais de 500 anos a. C. e título de obra de Alexander von Humboldt, que se inspirou nesse pensador grego. Cosmo, que é o novo desafio dos próximos séculos, a aventura do futuro que apenas se insinua com os tímidos movimentos de "Sojourne" em Marte¹.

1. Sojourne é o nome dado ao pequeno robô de seis rodas encarregado de analisar as amostras do solo marciano. Este nome foi dado em homenagem à ativista americana Sojourne Truth.

Ancorado na informática e nas telecomunicações, esse mundo do futuro se anuncia por meio do novo, que não reside, tão somente, na produção de engenhos mecânicos sofisticados, como ocorria no passado, mas, sim, na capacidade aparentemente infinita da eletrônica, em que a máquina não procura mais imitar os movimentos do homem, mas o poder do seu cérebro. Nesse mundo, a realidade social é progressivamente invadida pelo uso de computadores, cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas.

O mundo sensível mais e mais passa a se apresentar codificado em termos numéricos. As imagens possibilitam novas representações numa interação ampliada dos sentidos com a inteligência artificial. Desenvolve-se uma nova forma de representação cartográfica que se soma às anteriores. Essa nova forma não diz respeito a um mapa plano nem a um globo terrestre. A nova representação cartográfica é fisicamente dinâmica. Numa tela de computador, a imagem do mundo pode girar e a escala se contrair ou se expandir em questão de segundos. O universo passa a ser visto em todas as escalas possíveis, não mais por aqueles que fazem o mapa, mas também pelos usuários. Pode-se passar de um tipo de representação a um outro em questão de segundos. Passar de uma carta geológica a uma carta de clima. Da projeção cilíndrica de Mercator, que conserva os ângulos, às projeções cônicas de Lambert. Pode-se passar de uma carta regional a uma nacional com muita rapidez, embora a duração da representação não seja permanente, salvo se for impressa em papel ou em uma camiseta.

Modificam-se, nessa nova ordem-desordem, a vida e a compressão progressiva e intensa da relação espaço-tempo através de uma extensa rede mundial interconectada. Rede material, no que diz respeito à infra-estrutura suporte das comunicações e das informações, a exemplo dos inúmeros satélites e da presença da rede de fibra ótica que viabilizam a rede de fluxos imateriais permanentemente em expansão.

Essa rede conecta, num instante, os lugares e os homens, redimensionando a percepção de distância. A aproximação virtual sobre põe-se à antiga sociabilidade e se constrói uma segunda natureza de relações que, mediatizada pela eletrônica, aproxima os lugares e os homens, quebrando o isolamento territorial entre eles. Porém, aprofunda-se uma dupla contraface: uma, relativa ao alijamento daqueles

que não participam diretamente dessas relações, fazendo-os, impiedosamente, crer no seu anacronismo. Outra, decorrente do fato de que essa mediação técnica pode conduzir a uma maior desumanização do homem, em decorrência de o ser humano estar perdendo sua preeminência.

O universo virtual se apresenta como segunda natureza e modifica não só a vida e a relação espaço-tempo, mas também a maneira de pensarmos o espaço ante um mundo em que as representações se expandem num ritmo alucinante e invadem o cotidiano das pessoas. Essas representações não são só visuais; sendo em geral captadas de uma forma descolada do seu significado, elas passam a ter autonomia e se sobrepõem ao que representam. Esse é o caso, por exemplo, da preferência por grifes, em que primeiro se consome o que as marcas representam, ou seja, mais do que o produto em si. Também é o caso dos *souvenirs de viagens*, em que as representações dos lugares passam a ser objeto de consumo.

Esse consumo de representações é uma característica dos dias atuais – “consumir as coisas é também consumir os signos”². Signos que se colocam como universais e que se fazem presentes na realidade cotidiana.

Retira-se desse cenário o espetáculo da “Revolução de Outubro”, deixando no ar a indagação de como “um ‘socialismo’ de caserna tão absurdo, com suas estruturas gastas, conseguiu sobreviver durante tantas décadas”³. Esse se retira num contexto de desenvolvimento global e de internacionalização de todas as esferas da vida humana. Retira-se quando a tensão entre a nacionalidade dos capitais e dos Estados-nações encontra, no que diz respeito ao processo de valorização do capital, a crescente intensificação da determinação do caráter internacional sobre o nacional.

Essa determinação se acentuou, tornando-se o primeiro item da agenda contemporânea desde a desagregação da URSS, a integração das duas Alemanhas e a recuperação econômica da Europa e do Japão. Uma das expressões mais significativas desta afirmação do caráter internacional foi a dissolução de fronteiras a partir do desen-

2. Cf. Lefebvre, 1970, p. 163.

3. Kurz, 1992, p. 129.

Revolução de Outubro
1917 - Revolução
Rússia
Revolução de
Outubro
1917-1922
Com URSS

de
Lambert
ótica

crat

volvimento, em novas bases, de blocos econômicos supranacionais, como o Mercado Comum Europeu, o Mercosul e o Nafta.

Neste cenário de globalização econômica e cultural, a concorrência entre os capitais é avassaladora, pois cada vez mais ela produz e reproduz internacionalmente a aceleração do seu movimento, fazendo expandir intensamente o mercado mundial. Neste mercado, em que novas formas de produção industrial entram em cena, desenvolvem-se novas técnicas e mudanças na organização industrial como garantia de lucratividade. O processo de valorização do capital faz surgir uma nova forma de reprodução, denominada de produção flexível, enquanto outras formas de produção se redimensionam, como a subcontratação, tomando ares de modernidade.

Não só a atividade industrial em si mesma é reestruturada, mas, sobretudo, a imagem que se tem dela é reconstruída, tornando-se fundamental na organização geral do processo industrial. A concorrência mundial entre os capitais passa a ser avassaladora, tendo como parâmetros a rápida elevação dos patamares técnicos da produção e a velocidade com que cada país responde aos novos desafios da compressão da relação espaço e tempo.

Numa inversão da produção social, o processo de reprodução do capital cada vez mais revela-se como fetiche para servir à auto-reposição tautológica do dinheiro como mais-dinheiro⁴. A desconcentração produtiva e a expansão do sistema financeiro, constituindo-se um único mercado mundial de valores e crédito, inscrevem a hegemonia dos fluxos imateriais em várias direções e sentidos, em que as sedes supranacionais das empresas se situam em algumas metrópoles, as chamadas cidades globais, e regionalizam o comando da acumulação mundial. A produção se desterritorializa para produzir e reproduzir tanto condições locais como condições globais de acumulação capitalista. Nesse sentido, reconstrói-se a referência espacial em que o *onde* tende a se tornar opaco.

4. "No sistema produtor de mercadorias da modernidade [...] a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza', cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da 'primeira natureza', apesar de sua origem puramente social." *Idem*, p. 25.

Nessa sociedade global, o trabalho, também, se desterritorializa. A migração internacional dos trabalhadores, notadamente dos países pobres para os ricos, recoloca as questões sobre o racismo e a segregação racial, étnica e cultural. Ao mesmo tempo, o crescimento do trabalho informal faz baixar os custos sociais das empresas e indiretamente, do Estado. As perdas salariais e o declínio do poder dos sindicatos – de excepcionalidade, nos momentos de crise – tornam-se a regra, a par do recuo do Estado quanto à manutenção do bem estar social, cujo reflexo passa a ser apresentado como uma virtude governamental.

Nesse mundo globalizado, mesclam-se, "confundem-se e rearticulam-se povos e culturas, signos e significados, realidades e imaginários. A própria localização evidente, indiscutível, pode tornar-se irrelevante. É como se um novo tecido, outra malha, recobrimo e impregnando o mundo, alterasse a geografia e a história"⁵. A relação espaço-tempo se transfigura e cria as condições onde o pensamento pós-moderno se afirma⁶.

O pensamento pós-moderno é basicamente antiestruturalista e, da mesma maneira que o marxismo, contém várias correntes. Como bem expressou Julie Graham, o "pós-modernismo é um monstro com cabeça de hidra e um camaleão impossível de caracterizar sem entrar em contradições 'ameaçadoras'... Se ele é difícil de caracterizar, ele é, ao mesmo tempo, fácil de reconhecer"⁷.

Compartilhando da posição de David Harvey, consideramos o movimento pós-moderno como uma crise da modernidade que "expressa um profundo ceticismo diante de toda prescrição particular sobre como conceber, representar ou exprimir o eterno e imutável"⁸. Acrescentemos, o movimento pós-moderno aparece como crise da modernidade e, também, crise do marxismo e, talvez por isso, apareça como um pensamento de direita.

O pensamento pós-moderno questiona o esforço intelectual dos modernistas que, assentados na razão, colocaram-se como tarefa o

5. Ianni, 1993, p. 100.

6. Harvey, 1992.

7. Graham, 1988, p. 61.

8. Harvey, *op. cit.*, 1992, p. 111.

desenvolvimento de uma ciência objetiva que buscava superar as irrationalidades do mito, da religião e da superstição. Modernistas que procuraram desenvolver o domínio científico da natureza e os projetos de organização racional da sociedade. Homens que acreditavam no progresso técnico e na possibilidade infinita da razão para a construção de um mundo melhor.

O questionamento ao modernismo fundou-se na crítica de que o saber racional não havia conseguido realizar a utopia de um mundo melhor. Os limites da razão foram, assim, freqüentemente invocados. Mas isso não significa dizer que o pensamento pós-moderno acreditava que havia um colapso da razão. Esse pensamento deixou bem claro que o que havia era uma transformação da razão, como bem observou Lyotard⁹.

Com a emergência do pensamento pós-moderno, a crença nas verdades absolutas foi minada, bem como a negação de qualquer explicação fundada na concepção de totalidade e em discursos universalistas. A ênfase dada foi no heterogêneo, na diferença e na descontinuidade. Incorporou-se a dimensão da subjetividade e valorizaram-se as ilusões, procurando reaver a tradição cultural comprometida pela homogeneização e universalização encontradas na modernidade. No dizer de David Harvey: "A retórica do pós-modernismo é perigosa, já que evita o enfrentamento das realidades da economia política e das circunstâncias do poder global"¹⁰.

Sobretudo, a vertente pós-moderna voltou-se para a crítica ao marxismo essencialista. Esse, como já dissemos, apreende os aspectos da vida social, como a produção, a acumulação capitalista e o ponto de vista de classe como essências do processo social. Por isso, esses aspectos merecem ênfase especial na análise e são considerados o núcleo a partir do qual a vida social se desenvolve¹¹.

Em sentido contrário, a perspectiva pós-moderna afirma que nenhum aspecto do mundo social e natural merece um status ontológico

9. Cf. Watson, 1984, p.10.

10. Harvey, *op.cit.*, 1992, p. 112.

11. O essencialismo não se relaciona apenas ao marxismo. O essencialismo humanista, buscando captar as características básicas humanas, buscando apreender a essência do processo social, analisa esse processo enfatizando a necessidade dos homens de viverem em comunidade e seu desejo de poder.

gico especial¹². Nesse sentido, o pensamento pós-moderno se coloca como um pensamento anti-essencialista. Interessante é a observação de Sayer, mesmo caricatural, a respeito da crítica dos pós-modernistas ao essencialismo. Sayer diz que considerar a queda de cabelo tão vital quanto o funcionamento do coração significa não ser essencialista, mas significa, também, um raciocínio pouco esclarecedor, visto que não se pode ser agnóstico em relação à determinação de quais das nossas necessidades vitais são as principais, porque nossa sobrevivência decorre da sabedoria em identificá-las¹³.

O pensamento pós-moderno rejeita o essencialismo confundindo-o com o economicismo que vê nas leis econômicas a determinação fundamental da dinâmica social. Também critica a ênfase dada pelo marxismo à análise das relações sociais de produção e das classes sociais, mostrando os limites das análises baseadas no pensamento moderno que, preocupadas com os processos homogeneizadores do capital, desprezaram aspectos importantes para se compreender a sociedade atual, como o racismo e o feminismo.

A crítica à perspectiva totalizante do marxismo é compartilhada por uma outra corrente de pensamento: o realismo. O realismo difere do pensamento pós-moderno porque, entre outros aspectos, considera a possibilidade de avaliação empírica, que é pouco considerada pelo pensamento pós-moderno. Gostaríamos, ainda, de destacar que o realismo se caracteriza pela afirmação de que o discurso tem uma verdade relativa¹⁴.

Importante nessa discussão é observar que o pensamento pós-moderno não rejeita a história, mas recupera a história como tradição cultural. Essa compreensão da história acabou conduzindo a análises que reduziram a história a uma representação das mentalidades e dos costumes. Muitas vezes, essa recuperação descritiva da tradição cultural acabou se dando mais como um pastiche do que como uma recuperação real da história. Por isso, pode-se considerar que essa recuperação do passado se traduziu, freqüentemente, em simulacros,

12. A esse respeito é interessante o texto de Julie Graham, "Anti-Essencialism and Overdetermination: A Response to Dick Peet", 1992, pp. 141-156.

13. Cf. Sayer, 1993, p. 334.

14. *Idem, ibidem*.

a exemplo do que aconteceu com a arquitetura pós-moderna, em que o criar se confundiu com a combinação de estilos do passado, num ecletismo que procurou harmonizar colunas gregas com frontais modernos. Segundo expressão de Harvey, a arquitetura pós-moderna "pega partes e pedaços de passado de maneira bem eclética e os combina à vontade"¹⁵.

O que os caminhos da pós-modernidade revelam é a busca de um sentido estético das formas; formas essas, esvaziadas de seu conteúdo, que facilmente podem conduzir à cumplicidade com o fetichismo. Nesse sentido, a valorização do aparente fez com que a estética se apresentasse como um novo e valorizado mito da sociedade. Tanto quanto no Iluminismo, quando o progresso aparecia como um mito; no momento atual, a estética se apresenta como mito e como tal para acima do bem e do mal. *bate palma*

A estética surge como o grande mito da sociedade atual porque aparece como capaz de reintegrar o espaço que se apresenta fragmentado. Segundo Lefebvre, na sociedade atual, que é ao mesmo tempo conjunta e disjunta, associada e dissociada, os fragmentos funcionais do espaço são unificados pelo estetismo, com sua doutrina baseada no estudo racional do belo, como sendo capaz de amalgamar os fragmentos espaciais¹⁶.

Devido à ênfase dada à estética, a perspectiva pós-moderna, como bem observou David Harvey, concentra-se em máscaras, não na própria atividade de mascaramento, enfatizando o ^{que não é, mas} significante, não o significado; os signos, e não as coisas; e a estética e não a ética¹⁷. Nesse sentido, a estética é mistificadora. Harvey destacou que a perspectiva pós-moderna concebe o espaço como "coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente"¹⁸. Como decorrência, a crítica à sociedade atual tornou-se mais estética que ética.

15. Harvey, *op. cit.*, 1992, p. 58.

16. Cf. Lefebvre, 1972, p. 176.

17. Harvey, *op. cit.*, 1992, p. 99.

18. *Idem*, p. 69.

O pós-modernismo revelou novas dimensões da realidade. Importante foi ter colocado em destaque o espaço, pela apresentação de uma nova forma de se apreender a relação espaço-tempo, na qual o espaço sobredetermina o tempo. Em outros termos, o pensamento pós-moderno, como crise do moderno, permitiu recompor a relação espaço-tempo numa outra dimensão na qual o espaço se coloca de maneira predominante, possibilitando a ênfase na espacialidade e não na historicidade¹⁹.

Tal redimensionamento da relação espaço-tempo, por ter suas raízes na crítica ao historicismo, passou a ser referido como pós-historicismo. Longe do que possa parecer, o pós-historicismo não nega a história. Toda idéia de pós, devemos lembrar, procura caracterizar um momento diferente do antecedente, sendo essa diferença, sobretudo, qualitativa. O pós-historicismo procura superar o historicismo, para superar a ênfase dada ao tempo, relevando o espaço, mas, que fique bem claro, superação não quer dizer antítese. Não propõe a negação da história tanto quanto o pensamento pós-moderno na sua crítica à razão não propõe a não-razão.

Em resumo, quando se fala em pós-historicismo deve-se ter claro o sentido do prefixo pós. Esse não pode ser pensado como sendo um segundo momento que se coloca como antítese do primeiro. Ou seja, que ao se distinguir do primeiro qualitativamente, não contenha características desse, nem que o primeiro, o historicismo, já não contenha germes do segundo momento. Daí, qualquer idéia excludente de precedência e conseqüência, bem como a de que um momento não possa ter características de outro, é profundamente equivocada, a menos que queiramos desenvolver um pensamento evolucionista bastante questionável, cujos limites já foram claramente demonstrados.

O pós-historicismo, como afirmamos, não nega a história. Como outras correntes do pensamento, nega o raciocínio que trata a história como seqüência temporal, como sucessão e exclusão. Nega a idéia

19. Em conferência no Instituto de Urbanismo de Paris, no ano de 1970, Lefebvre comentou que na década de sessenta estava praticamente entendido, ou subentendido que o objeto da ciência (social) era o espaço, não mais o tempo. Em sua opinião, isso teria conduzido a um engano: o de se tentar elaborar uma ciência do espaço. Cf. *op. cit.*, p. 185.

de continuidade histórica, como seqüência e com o significado de progresso linear. Reiterando, negar a idéia de uma seqüência temporal excludente significa a rejeição da idéia de que as características de cada momento são de natureza muito distintas das dos outros e que as características de um momento desaparecem diante de um outro momento que se sucede como se fosse produto de um movimento linear da história.

A compreensão do processo histórico, que rompe com a idéia de continuidade linear e excludente da História permite perceber, por exemplo, que algumas características apontadas como pós-modernas, como a velocidade das transformações, o desenvolvimento das heterogeneidades no seio do processo de homogeneização e a valorização estética já se colocavam presentes em momentos anteriores.

A perspectiva pós-historicista se coloca, portanto, como uma posição crítica à história evolucionista. Como foi mencionado anteriormente, outras correntes do pensamento também negam o evolucionismo histórico, a exemplo de algumas correntes internas ao marxismo. A crítica à perspectiva evolucionista da história há muito tempo vem sendo feita. Por isso, vale a pena nos determos na diferença entre a perspectiva historicista crítica do pensamento evolucionista e a perspectiva pós-historicista.

A perspectiva historicista, crítica do pensamento evolucionista, concebe o movimento da história com rupturas e discontinuidades temporais. No caso do pensamento pós-historicista, há total desprezo pela análise do movimento da história. Vale mais a apreensão dos impactos instantâneos e da aparência dos processos do que os processos históricos em si.

A importância do pós-historicismo, no que diz respeito à Geografia, deve-se ao fato desse pensamento ter invertido os termos da relação espaço-tempo, indicando que, na reestruturação atual do capitalismo, o espaço sobredetermina o tempo. Momento que parece fazer submergir a obsessão novecentista com a história e fazer emergir uma "era do espaço", segundo observação de Foucault²⁰.

20. "À medida que nos acercamos do fim do século XX, entretanto, as observações premonitórias de Foucault sobre a emergência de uma 'era do espaço' assumem uma feição mais razoável." Soja, 1993, p. 18.

Isso significa que, do ponto de vista do conhecimento, a ênfase dada ao espaço, ou seja, a análise que considera a determinação do espaço sobre o tempo é vista como uma possibilidade de interpretação importante para a compreensão dos dias atuais. O pós-historicismo procura, assim, revelar aspectos anteriormente muito obscurecidos, abrindo a possibilidade de se "criar modos mais criticamente reveladores de examinar a combinação de tempo e espaço, história e geografia, período e região, sucessão e simultaneidade"²¹.

Ao considerar, na análise da relação espaço-tempo, o espaço como primeiro termo dessa relação, para que se imponha sobre o segundo, o pós-historicismo renova o conhecimento e a própria Geografia²². Afirmando uma Geografia que pode ser mais reveladora do que a História, a proposta de uma Geografia pós-historicista tem em Edward Soja, vinculado ao pensamento marxista, seu representante mais combativo.

No livro deste autor, *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*, publicado em 1989, Soja chama a Geografia de inspiração pós-historicista de geografias pós-modernas²³. É importante chamar a atenção para o uso do plural, que decorre do fato de Soja relacionar o termo "pós-moderno" com "pós-historicismo". Nesse sentido, como há várias maneiras de reafirmar o espaço sobre o tempo, Soja utiliza o plural para indicar que existem diversas geografias pós-modernas, as quais têm em comum a busca pela superação da desespacialização contida no historicismo.

Discutindo estas geografias, com o intuito de as situar no pensamento pós-historicista, Soja arrola uma série de autores como sendo os pioneiros das chamadas geografias pós-modernas. Entre eles, destaca Lefebvre, cometendo um grave equívoco, pois esse filósofo e sociólogo embora ressalte que a interpretação dos dias atuais deva le-

21. *Idem*, p. 8.

22. Embora a Geografia sob a perspectiva do positivismo lógico tenha dado destaque ao espaço, momento em que a Geografia se apresentou como o reino do espacial, há uma distinção fundamental entre a perspectiva do positivismo lógico e a perspectiva pós-historicista, porque enquanto a primeira se volta para a busca de generalizações abolido a história, a segunda busca dar ênfase ao particular não descartando a história.

23. A edição brasileira é de 1993, leva o título: *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social*.

var em grande consideração o espaço, não estabelece uma relação de sobredeterminação do espaço sobre o tempo, nem do tempo sobre o espaço. Trabalha com a relação dinâmica que há entre espaço e tempo, como unidade, na qual ora a ênfase dada ao espaço é mais reveladora, ora ao tempo é mais esclarecedora. Além disso, o pensamento de Lefebvre é historicista e, mais do que isso, um pensamento claramente marxista historicista, que procura superar os limites do marxismo estruturalista.

É preciso atentar que a reafirmação da espacialização atingiu de diferentes maneiras várias disciplinas das ciências sociais que procederam críticas ao historicismo. Vários pesquisadores mostraram a importância do espaço na análise da sociedade moderna, como Henri Lefebvre, que já mencionamos, Michel Foucault, John Berger, Ernest Mandel, Frederic Jameson, Marshall Berman, Anthony Giddens e Nicos Poulantzas. Devido ao fato desses autores terem afirmado a importância do espaço e terem proposto novos parâmetros para a análise social, ressaltando a importância da espacialidade, Soja os considera pioneiros das geografias pós-modernas. Do ponto de vista do rigor teórico-metodológico que a ciência requer, a nomeação desses autores como pioneiros das geografias pós-modernas não passa de uma gratuidade que cria opacidade, quando se pretende esclarecedora.

Essa denominação de pioneiros das geografias pós-modernas não nos parece correta. Embora eles devam ser reconhecidos por terem inovado e por terem, no âmbito de suas análises, ressaltado a importância da espacialidade, a contribuição desses autores, que em nenhum momento se reconhecem como geógrafos, não se insere especificamente na problemática da Geografia. A espacialização da teoria social é, sem dúvida, importante, mas a sua afirmação não significa, em si, uma preocupação direta com a problemática central da Geografia. Da mesma maneira podemos dizer que tradicionalmente o trato de noções geográficas, como, por exemplo, a noção de região por pesquisadores de outras disciplinas, nem sempre resultam em uma contribuição direta à Geografia e nem transformam esses pesquisadores em geógrafos.

Entre os nomes citados por Edward Soja está presente o de David Harvey, que se reconhece e é conhecido como geógrafo. Harvey foi um dos primeiros geógrafos a desenvolver a preocupação teórica

com a espacialização numa perspectiva marxista na Geografia. Sua trajetória intelectual é sinuosa, com muitos movimentos e posições. De início esteve preocupado com a epistemologia e o método da Geografia na perspectiva do positivismo lógico; posteriormente, voltou-se para a análise da utilização das técnicas da economia liberal e, em seguida, procurou desenvolver a perspectiva marxista na Geografia. Foi um dos primeiros geógrafos a considerar o espaço como produto social e a apontar a importância da espacialidade dos processos sociais, sempre mantendo uma perspectiva historicista de análise.

Embora Edward Soja não discuta especificamente o que seria uma Geografia Regional pós-moderna, propõe-se a realizá-la em seu livro já mencionado. Segundo suas palavras, sua intenção é desenvolver uma Geografia Regional mais concreta “para exemplificar o advento de um novo regime de acumulação capitalista ‘flexível’, tensamente baseado num ‘arranjo’ espacial restaurador e instavelmente ligado ao tecido cultural pós-moderno”²⁴.

Isso não significa dizer que sua proposta de Geografia Regional pós-moderna seja possível de ser desenvolvida apenas nos países centrais, dada a relação que estabelece entre o momento de reestruturação capitalista que, sobretudo nesses países, tem conhecido o desenvolvimento de uma nova forma de produção, denominada flexível, e a perspectiva que coloca a sobredeterminação do espaço em relação ao tempo. Significa, apenas, que procura realizar essa Geografia Regional pós-moderna por meio da análise da atual reestruturação econômica nos Estados Unidos.

As geografias pós-modernas podem contemplar o estudo regional à medida que procuram dar ênfase ao heterogêneo, à diferença. Todavia, quando a análise incorpora a dimensão da subjetividade e a fuga às referências gerais, pode levar o estudo regional a cair facilmente numa ^{atomização} em que os vínculos com os processos gerais são pouco levados em consideração, produzindo-se uma espécie de monografia regional que se distancia dos modelos clássicos.

A perda dos vínculos com os processos gerais pode vir acompanhada da idéia de desconstrução, derivando uma mistura de procedimentos e de métodos com a finalidade de uma construção criati-

24. *Op. cit.*, p. 9.

va que, a nosso ver, mais encobre do que revela a realidade. Perseguindo a idéia de desconstrução, os textos podem se pretender não lineares, o que quer dizer não levar o leitor a pensar em termos históricos, mas segundo uma lógica espacial²⁵. Por isso, quando uma narrativa histórica tende a se desenvolver é provocada uma ruptura; ou seja, promove-se uma desconstrução da narrativa, com objetivo desta ser mais reveladora.

A obsessão pela desconstrução pós-moderna e a atomização dos estudos pode conduzir a uma perspectiva fragmentadora da realidade, na qual fica estabelecida uma autonomia, bastante diferente das idéias de diferenciação e de interdependência das partes de um todo. A idéia de fragmentação isolada da noção de homogeneização e hierarquização pode acabar comprometendo a compreensão da realidade de que, cada vez mais, se apresenta como um conjunto disjunto, desigual e não harmônico²⁶.

A busca por novos caminhos de análise na Geografia, expressa pelas geografias pós-modernas, surgiu no momento em que o local, o regional e o global se recompuseram ante a recente reestruturação do capitalismo. Atualmente, com o processo de globalização, essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e, também, o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global. Roberto Lobato Corrêa fala em "particularidade dinâmica" para captar o caráter da região e, em "fragmentação articulada", para dar conta do particular na globalização. "Com a globalização o particular da região, não mais dotada de autonomia, como talvez pudesse ser concebido em relação às velhas regiões-paisagens européias, fica claramente evidenciado. E as múltiplas possibilidades de recortar a superfície tornam a categoria da particularidade mais relevante"²⁷.

Esse autor diz que:

25. Conduzir o pensamento do leitor segundo uma lógica espacial, foi a intenção de Soja expressa no "Prefácio e Pós-escrito" de seu livro, *op. cit.*, 1993, pp. 7-16.

26. A respeito da importância da noção de homogeneização, fragmentação e hierarquização ver Lefebvre, 1980, pp. 135-178.

27. Corrêa, 1997, p. 193.

A diferenciação de áreas [...] constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferença de áreas não está, no nosso entender associada à noção de unicidade ^{em sentido - 1º de Soja} harstshoniana (*uniqueness*). Não se associa à idéia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de lugar, mas sim a idéia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal)²⁸.

É deste ponto de vista ontológico que o referido autor afirma que a particularidade é configurada, no plano espacial, na região que se apresenta como mediação entre o singular e o universal, entre o local e o global²⁹. Não é de hoje esta discussão. Considerando os Estados nacionais como sendo o global, Bernard Kayser questionava, em 1984, sobre a pertinência da escala regional, indicando que é o local e o nacional que se constituem os níveis decisivos de análise. Observava que:

[o] primeiro nível é caracterizado pela preponderância das ligações pessoais entre indivíduos, ou de indivíduos em grupos reduzidos: é um tecido de relações dominado por relações econômicas, ao mesmo tempo que um espaço vivido cuja prática cotidiana ritma a existência. A estrutura espacial local pode então ser percebida como uma realidade 'natural', obra de um agrupamento 'espontâneo', com a condição de que seja analisada na sua heterogeneidade: em suas contradições e conflitos internos³⁰.

Quanto aos espaços nacionais, Kayser considerava que esses "são conjuntos definidos por limites potentes, malgrado o desenvolvimento de instituições e de firmas multinacionais, malgrado o desenvolvimento das trocas e da mobilidade das pessoas. Se trata de áreas de homogeneização onde o sistema institucional desempenha um papel capital"³¹.

Para Kayser são mais decisivos para a análise o global e o local. Defendendo sua posição, apontou que na França há ausência de uma classe dirigente especificamente regional, porque não há um espaço

28. *Idem*, pp. 191-192.

29. *Idem*, *ibidem*.

30. Cf. Kayser, 1990, p. 136.

31. *Idem*, *ibidem*.

regional a gerir³². A partir dessa observação quanto à classe dirigente regional, Kayser deixa transparecer a importância da dimensão política na análise regional.

Bernard Kayser afirma o local e o global, como se o primeiro fosse o singular e o segundo o universal, referindo-se ao global como sendo o Estado nacional. Contudo, em face do processo de globalização, em que o papel do Estado-nação se recompõe, torna-se necessário redimensionar as colocações de Kayser; ou seja, repensar suas observações acerca da relação entre o local, o regional e o global. Mais precisamente, deslocando o universal, como aparece em Kayser ao referir-se ao Estado nacional, para o mundial.

De início, é interessante nos atermos à seguinte colocação de Otávio Ianni:

Tudo o que era principalmente regional, nacional e continental, agora é também, e principalmente, mundial. A sociedade global é o cenário histórico em que as condições de integração e antagonismo, alienação e emancipação, desenvolvem-se em escala ampla, acelerada, influenciando indivíduos, grupos, classes, etnias, minorias, sociedades e continentes³³.

Esse mundo globalizado, do ponto de vista da circulação, expressa-se na interpenetração de mercados em escala jamais vista e, do ponto de vista da produção, na incorporação de novas tecnologias e no desenvolvimento do processo produtivo das empresas numa escala cada vez mais planetária³⁴. Nessa dinâmica, a tensão entre o global, o regional e o local se recompõe e redimensiona o Estado nacional. As empresas de porte internacional buscam garantir espaços maiores para tornar viáveis suas operações. Como decorrência, há uma tensão entre as empresas que atuam numa escala mundial ou, numa escala regional supranacional, a exemplo do Mercosul e da União Européia, e aquelas que atuam numa escala menor, seja ele regional, no âmbito de um Estado-nação, ou local.

32. *Idem*, p. 137.

33. Ianni, *op. cit.*, 1993, p. 178.

34. É importante chamar aqui a atenção para a seguinte observação: mundo globalizado se relaciona à idéia de espaços da globalização e não à de espaço global, como indicou Milton Santos, em *A Natureza do Espaço*, 1996, p. 271.

Nesse processo, enquanto os lucros são privados, os custos sociais são socializados e delegados ao Estado. Em outros termos, enquanto a produção da riqueza é apropriada privadamente, rompendo o Estado-nação, os custos de sua produção são socializados internamente. Devido à socialização dos custos que se dá no âmbito do Estado-nação é que negamos qualquer idéia de sua implosão.³⁵

A idéia de implosão do Estado-nação susceptibiliza aqueles que não se colocam as questões de onde provém a riqueza social, de como se dá o processo de valorização do capital e de qual o custo social desse processo. Só susceptibiliza aqueles que não percebem o sentido político do Estado que torna suas fronteiras pertinentes, mesmo quando são rompidas as fronteiras econômicas. É importante lembrar que os Estados nacionais se constituem numa importante força política porque "são ainda um quadro potencial para a resistência ao poder das multinacionais"³⁵. Nesse sentido é que a idéia de implosão dos Estados-nações seduz, sobretudo, aqueles que assumem a posição de destruir as barreiras ao capital internacional, numa posição claramente liberal.

Mas isso não significa dizer que não possa haver sociedade sem Estado-nação. Há de se tirar exemplos da história, a Idade Média é um exemplo de que a idéia de nação está ausente, estando a representação do nacional expressa na figura do rei³⁶. Com o capital é que se consubstancia o Estado-nação. Como bem observou Anthony Giddens, nenhuma "das sociedades pré-modernas eram virtualmente e tão claramente limitada como os Estados-nações modernos"³⁷.

O que é importante reter é que a

[...] globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração

35. Henri Lefebvre, em Latour e Combes, 1991, p. 96.

36. Lefebvre, comentando que a idéia de nação é relativa à identidade cultural, adverte que a "nação emerge como uma realidade social [enquanto] o Estado emerge como forma política". 1977, p. 351.

37. Anthony Giddens. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 1991, p. 23.

alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal, regional, nacional, continental e global³⁸.

As diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las. Daí a análise regional que, voltada para as particularidades, pode revelar aspectos da realidade que seriam mais difíceis de serem percebidos e analisados se considerados apenas do ponto de vista global.

Por isso, a noção de região é fundamental na análise espacial. O que não mais se sustenta hoje em dia é a idéia de região nos moldes clássicos. Como expressou Milton Santos, nas “condições atuais da economia universal, a região já não é uma realidade viva, dotada de coerência interna... A ausência de uma ‘autonomia regional’ é paralela à falência da Geografia Regional considerada nos moldes clássicos”³⁹. Cerca de vinte anos após, Milton Santos reafirma sua interpretação tecendo novas considerações⁴⁰.

Primeiramente, Milton Santos critica aqueles que, na posição pós-moderna, advogam o fim do território e que discursam sobre o não-lugar e sobre o fim da região, devido ao processo de globalização. Ele procura mostrar que esse processo de globalização é também um processo de fragmentação, significando, assim, além de globalização, regionalização e individualização.

Por isso é que a região se recompõe como um nível decisivo de análise. Aqueles que vêem o fim da região argumentam que o seu desaparecimento deve-se à anulação das diferenciações regionais decorrentes da expansão do capital hegemônico em todo o planeta. Milton Santos observa que, com o espaço tornado mundial, as regiões “são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”⁴¹. Regiões com formas e conteúdos em constante mudança, diríamos ainda, mudanças bastante voláteis. O fato de as formas e os conteúdos terem movimentos acelerados não significa o desaparecimento da região. Atualmente, segundo expressão de Mil-

38. Ianni, *op. cit.*, 1993, p. 125.

39. Santos, 1987, p.10.

40. Santos, 1996, pp. 196-197.

41. *Idem, ibidem.*

ton Santos, as regiões têm uma menor duração de seu edifício regional, ao mesmo tempo que são mais complexas em comparação às construções regionais de antigamente.

Refletindo sobre o tema regional na Geografia e nas Ciências Sociais, Marcelo Escolar chama de regionalidade a diferenciação geográfica e histórica que é percebida, transmitida e representada por membros com uma certa identificação comunitária. Assim, entende a região como o âmbito “de pertencimento simbólico e de referência nominativa dos sujeitos constituídos no cotidiano das práticas e por intermédio dos conteúdos e meios informáticos disponíveis”. Exemplifica dizendo que sua região é seu bairro, sua cidade e, mais recentemente, também o mundo⁴².

Segundo observação de Pierre Bourdieu, o regionalismo procura com seu “discurso ‘performativo’ [...] impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a ‘região’ assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”⁴³.

A busca por uma nova definição de fronteiras e pelo reconhecimento político da região tende a se realizar pelo movimento social assentado num discurso regionalista que busca uma reivindicação de base territorial. Muitas vezes, essa reivindicação advém do fato da identidade regional ter sido minada no processo de desenvolvimento desigual. Como disse Bernard Poche, pelo movimento de reconstrução de uma autonomia cultural e econômica busca-se reconstruir a identidade regional subtraída pela dimensão política institucional⁴⁴.

É importante destacar que os movimentos regionalistas em ebulição nos dias atuais procuram afirmar a diferença frente à homogeneização imposta pelo processo de desenvolvimento econômico. Como bem observou Paulo Cesar Gomes da Costa, a afirmação dessa diferença pode ser analisada, também, como a incapacidade de conviver com a diferença, preferindo-se afirmar a exclusão⁴⁵.

42. Escolar, 1996, p. 136.

43. Bourdieu, 1989, p. 116.

44. Cf. Poche, 1985, p. 229.

45. Gomes, 1995, p. 71.

Reiterando a consideração que fizemos na introdução desse trabalho, o discurso em nome da identidade e dos interesses regionais pode servir para legitimar o poder numa determinada região. Por isso, a apologia ao diferente não necessariamente se reveste de uma postura progressista, servindo, muitas vezes, para a perpetuação do domínio de lideranças regionais.

Torna-se, assim, importante compreender que o regionalismo, como força política, emerge com força das entranhas da sociedade no momento em que o processo de globalização procura açambarcar e homogeneizar todo o espaço. Ele nega o nacional, podendo se fechar na sua particularidade. E se coloca num sentido totalmente inverso de outrora quando afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentimento de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista. Sinais de outros tempos: o regionalismo nega o nacional e a identidade nacional, enquanto o nacional, que se dilui no bojo do processo de globalização, nega o regional.

A negação do regional transparece na recusa ao debate acerca da região. É o global e o local que aparecem na cena de discussão, como se pudéssemos pensar segundo a formulação de Kayser. Além disso, o global relacionado ao processo de globalização aparece desfigurando o Estado e o local aparece fortemente atado à discussão do poder local. Nesse contexto, o Estado nacional, como critério do universal no pensamento da Geografia Regional clássica, anuncia sua perda de relevância.

Somos da opinião de que a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a especialidade particular dos processos sociais globais. Nesse sentido, o regional pode se reabilitar frente ao global, como particularidade da globalização e, assim, a própria noção de região também se reabilita. Muito embora não seja intenção de Paulo Cesar da Costa Gomes redefinir o conceito de região, ele aponta elementos a serem considerados, na reelaboração desse conceito, que gostaríamos de afirmar. Considera, em primeiro lugar, o fato de a região ser sempre uma reflexão política de base territorial; em segundo, o fato de ela colocar em jogo um conjunto de interesses identifi-

cados com determinadas áreas; e, em terceiro, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central⁴⁶.

A região, como especialidade diferencial dos processos sociais e naturais, é bom salientar, não é produto de processos particulares regidos por leis particulares. Longe disso, as leis do processo socioespacial, tanto quanto as leis da natureza, constituem-se leis gerais, não como leis específicas e particulares de uma parcela do espaço. Como leis gerais da ciência é que elas encontram suas particularidades regionais.

Segundo o filósofo I. Novick, entre os impasses atuais da ciência cabe destacar a redução da natureza ao plano ecológico e a aguda escassez das informações científicas a respeito da interpretação da tecnologia e da natureza⁴⁷. Nesse sentido, não existe uma Geografia Regional que se acrescente à Geografia como um adendo subsidiário e autônomo daquela. A Geografia Regional, é conveniente esclarecer, apresenta-se como *perspectiva de análise geográfica* e, assim, enfrenta os mesmos impasses da Geografia Geral, tanto quanto o impasse da ciência nos dias atuais.

46. *Idem*, p. 73.

47. Cf. Novick *apud* Lisio, 1994, p. 19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de reencontrar a articulação entre o social e o natural é indissociável da necessidade de reencontrar a articulação entre a História e a Geografia.

MICHEL SIVIGNON

Ao nos propormos a discutir a constituição e o desenvolvimento da noção de região em Geografia procuramos mostrar que esse enfoque permite revelar aspectos particulares da disciplina geográfica. Acreditamos que mais importante que a apresentação de aspectos que julgamos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento e dos impasses da Geografia Regional, foi a tentativa de demonstrar o quanto pode ser positiva a análise retrospectiva que procura examinar a história do pensamento geográfico a partir de uma perspectiva particular, no caso, a partir do exame da noção de região.

Por meio desse trabalho introdutório, nossa intenção foi a de indicar que a discussão sobre a noção de região em Geografia remete, necessariamente, à questão da relação entre Geografia Geral e Geografia Regional, mas tal discussão conduz, acima de tudo, à questão fundamental da disciplina geográfica: a da unidade entre Geografia

Física e Humana. Isso é fundamental não só porque em alguns momentos a Geografia Regional se colocou como a possibilidade de realização dessa unidade, mas também porque permite repensar os elementos conceituais que servem ao conhecimento em Geografia.

De início, procuramos indicar que a própria palavra “região” torna os geógrafos prisioneiros de um problema complexo, pois, se de início ela pode ser considerada mera representação, a noção contém sentidos variados. É uma palavra de uso corrente e, como às vezes ocorre com o discurso geográfico, se exprime por metáforas. Por isso, são comuns expressões: região que trabalha, região adormecida, terra que geme, vento que assopra, vulcão que vomita, rio que corre etc¹.

Como procuramos demonstrar, a palavra “região” assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra “região” tem, ainda, um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas de pertencerem a um determinado lugar.

* A idéia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e local. Pensando nesse movimento mediador, procuramos demonstrar que a idéia de região, como parte de uma totalidade, tanto quanto o conhecimento geográfico, estão presentes em todas as sociedades. Isso porque, como já dissemos, viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências. Significa perceber o espaço circundante como ordem próxima e produzir interpretações sobre o mundo como ordem distante.

Imbuídos dessa compreensão dialética é que procuramos compreender esforços para analisar a noção de região como parte de uma totalidade. Procuramos mostrar que a totalidade tem dimensões variadas de acordo com as sociedades e os momentos históricos deter-

1. A respeito da linguagem dos geógrafos, ver o interessante trabalho de Vincent Berdoulay. “La métaphore organisciste. Contribution à l'étude du langage des géographes”, in *Annales de Géographie*. Paris, 1982, n° 507, p. 573-586. Berdoulay considera que as metáforas se fazem presentes no discurso geográfico devido ao fato da linguagem geográfica repousar, em grande parte, sobre a linguagem corrente. Por isso, considera que seria um esforço inútil tentar abolir as metáforas, devendo-se mais retirar delas os sentidos que expressam.

minados. Por isso, tornou-se indispensável procurar compreender para cada momento, segundo as culturas ou civilizações, o que era entendido como mundo, que exprimimos como sendo o horizonte geográfico. Nesses termos, a idéia de mundo, o horizonte geográfico, acabou tomando um sentido relativo de acordo com a história. Significou, de início, apenas uma região, a Região Mediterrânea e, no final, esta idéia rompeu os limites da Terra, buscando atingir o Cosmo.

A questão da dimensão, presente na idéia de horizonte geográfico, coloca-se, também, em relação à região, na medida em que essa é vista como parte da totalidade. Por isso é que idéia de região remete, imediatamente, à questão da escala. Todavia, falar em região como escala de análise, como entendemos hoje a escala, com o significado de uma escala graduada, só é correto quando nos referimos a contextos posteriores ao século XVII, porque a escala graduada só foi concebida nessa época. Por isso, não podemos interpretar os recortes espaciais elaborados anteriormente ao século XVII como sendo produtos de uma escala de análise preconcebida nos moldes atuais. Isso significa dizer que os referenciais de análise também são históricos e que é necessário atentarmos para esse fato com o intuito de não cometermos graves enganos. Reiterando, dizer que a região era pensada como escala de análise só é válido para os contextos posteriores ao século XVII, porém, falar em região como parte de uma totalidade não tem essa limitação histórica.

À medida que a concepção de mundo, como de região, altera-se ao longo do tempo, modifica-se também, segundo as sociedades, a percepção da totalidade e das partes que a compõe, assim como a forma de perceber a relação espaço e tempo e o modo de perceber a natureza. Acima de tudo, alteram-se a percepção das relações e a forma de pensar dos homens. Não foi por acaso que os gregos conceberam as zonas e os romanos discutiram as áreas. No primeiro caso, a concepção de zonas decorre da preocupação dos gregos com a relação entre o homem e a natureza e da concepção que tinham da Terra – esférica. No segundo, os romanos voltaram-se para o desenvolvimento da idéia de área por conceberem a Terra como plana.

Com essas preocupações é que procuramos situar nossa discussão acerca do desenvolvimento da ciência geográfica que não se reduz a uma reflexão situada no século XIX, momento de sua insti-

tucionalização. Procuramos nos alçar a um ponto de observação adequado que nos permitisse “não queimar as asas e nem afogar no mar”, como Ícaro.

Ícaro era filho de Dédalo e ambos buscavam escapar da ilha de Creta. O pai teve a idéia de confeccionar asas para que pudessem voar e sair da ilha. Enquanto as penas maiores foram costuradas, as menores foram coladas com cera. Dédalo advertiu seu filho para que não voasse nem muito alto nem muito baixo. No primeiro caso, a cera poderia derreter; no segundo, poderiam se molhar no mar. No entanto, Ícaro se lança às alturas e cai ao mar².

Tomamos como parâmetro o horizonte geográfico, analisando de um ponto de vista histórico como a idéia de região e a possibilidade de uma Geografia Regional se desenvolvem no interior das principais correntes do pensamento geográfico. Do conhecimento geográfico, caracterizado pelos inventários e pela intimidade entre o sagrado, o mítico e o real, a Geografia se conformou como ciência. Uma Geografia que contém o estudo regional que nos gregos aparece como um estudo corográfico voltado para as descrições das diferenças e contrastes da superfície da Terra. Uma Geografia que segue a tradição filosófica, afirmada por Estrabão, que considerava o conhecimento geográfico como um conhecimento que permite desvendar o mundo, criando maiores possibilidades de responder às necessidades humanas e de se colocar como um saber estratégico do homem.

Uma Geografia que se desenvolveu sob inspiração da razão iluminista, cuja visão de mundo se assentava na razão e na experimentação como fundamentos que conduzem ao conhecimento. Posteriormente, quando se questionou a razão infinita, demonstrando seus limites por meio do idealismo alemão, que desenvolveu a valorização do particular, desenvolveu-se a Geografia Regional. Mais tarde, a Geografia recuperou a preocupação com as leis gerais por influência do positivismo lógico e desenvolveu a perspectiva fenomenológica e marxista, tendo, ainda, salientado a importância da referência ao espaço para se entender a sociedade atual.

De uma maneira geral, podemos dizer que no desenvolvimento do pensamento geográfico há dois grandes marcos de interpreta-

ção acerca do objeto da Geografia. O primeiro, que entende que a Geografia estuda a relação entre o homem e o meio e, o segundo, que a concebe como um campo de conhecimento particular voltado para o estudo das diferenciações das áreas. Essas duas orientações gerais implicam em concepções diferentes de região. Na primeira perspectiva, referida muitas vezes como ambientalista, a região existe em si mesma; ou seja, ela é auto-evidente e cabe ao pesquisador reconhecer a região por meio de análises. A região, portanto, coloca-se como objeto de estudo *a priori*. No segundo caso, a região não existe em si mesma, ela não é objeto de estudo no significado restrito do termo, pois ela se conforma no final do processo de investigação, processo esse que com a elaboração de critérios definidos no processo de investigação constrói o recorte espacial.

O interessante é que nesses dois grandes marcos teóricos, o enfoque regional se apresenta como a possibilidade de realizar a unidade da Geografia decorrente do fosso crescente entre Geografia Física e Humana. Na perspectiva ambientalista, tanto os aspectos ligados à natureza como os ligados à sociedade são reunidos no estudo regional, e é por meio dele que a Geografia se coloca como uma ciência de síntese. Na perspectiva corológica, as diferenciações das áreas são vistas pela inter-relação de fenômenos, físicos e humanos, e a Geografia ganha forma e mantém sua unidade.

No primeiro caso, em que a região é auto-evidente e considerada um objeto *a priori*, os recortes espaciais; ou seja, as regionalizações são também auto-evidentes e a pesquisa é que as deve revelar. Nesse caso, o espaço é concebido como um mosaico de regiões determinadas. No segundo caso, as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação.

Analisando de um outro ângulo essa questão da regionalização, independente da questão da região se colocar como auto-evidente ou como produto final da investigação, podemos perceber que o procedimento de regionalizar teve referências variadas. Primeiramente, as regionalizações se identificaram com a administração territorial e política. Em seguida, foi o critério natural o mais relevante para a elaboração de regionalizações; buscava-se, assim, um critério considerado mais científico de regionalização. Com a percepção de que a nature-

2. Esse é o mito de “Dédalo e Talos”. Cf. Graves, 1967, pp. 332-340.

za não seria a única determinante na conformação regional, foram concebidas propostas baseadas no critério econômico e em outros critérios. A título de lembrança e de exemplo, podemos mencionar a identidade proposta entre região e espaço vivido e a compreensão da regionalização como produto da divisão territorial do trabalho.

É importante deixar bem claro que todas as perspectivas acerca da noção de região não são nem falsas nem verdadeiras. Apenas imbuídos de uma perspectiva metafísica é que poderíamos estar procurando verdades absolutas, eternas e definitivas, aprovando e reprovando, de forma absoluta, determinadas correntes de pensamento. Como se as verdades fossem excludentes de erros, e a beleza fosse excludente da feiúra e o perfeito, do imperfeito. Reiterando, tão-somente da perspectiva abstrata é que se poderia aprovar ou reprimir, em absoluto, as correntes de pensamento presentes no desenvolvimento da Geografia Regional, como se cada uma dessas correntes fosse inteiramente falsa ou verdadeira. Dificilmente, em ciência, faz sentido falar de uma teoria inteiramente falsa e em verdades absolutas.

Diante da demonstração da pertinência da discussão que procuramos desenvolver, ou seja, diante da percepção de quanto pode ser reveladora a análise regional, torna-se quase um mistério o porquê do tema região estar tão obscurecido. Enfim, por que a Geografia Regional estaria fora de moda? Acreditamos que essa situação decorre de quatro fatores fundamentais.

O primeiro é que, nos dias atuais, a realidade aparece, cada vez mais, como sendo homogênea e indistinta, fazendo com que as diferenças pareçam anuladas. Dada essa aparência, a região parece se diluir imersa no homogêneo. Contudo, trata-se apenas de uma aparência, pois nas fissuras dessa homogeneidade emergem as diferenças cujo exemplo mais agudo são os regionalismos que surgem como força política.

Um outro aspecto é que a noção de região, até recentemente, estava bastante vinculada à de planejamento regional, e como houve uma desmontagem dos planos de desenvolvimento regional, associou-se um descrédito à noção de região. Nesse caso, houve confusão entre a instrumentalização da noção de região com a noção em si mesma. Ao se colocar a região – categoria de análise geográfica – como instrumento para a elaboração desses planos e ao mes-

mo tempo que eles se tornaram desacreditados, o conceito de região também acabou sendo desconsiderado. Em outras palavras, o descrédito decorrente da instrumentalização da noção de região se transferiu para a própria noção de região, fruto de uma impropriedade teórica e metodológica.

Em terceiro lugar, devido à multiplicidade de estudos regionais que se tornaram, salvo pelo objeto de investigação, numa enfadonha repetição de formulações teóricas e metodológicas banalizadas, chegando a se transformar em estudos sem criatividade, muito embora tenham algum mérito científico.

Por último, e o que nos parece mais relevante, porque a discussão a respeito da noção de região coloca claramente a questão da unidade da disciplina geográfica. Já não se trata mais de perguntar se a Geografia é uma ciência, mas de como se determina a sua unidade. Convém lembrar que, em grande parte, as questões da crise e da unidade da Geografia ressurgiram no momento em que a Geografia foi considerada uma ciência social. Esqueceu-se de que a Geografia, embora se situe no âmbito da ciência social, difere da teoria social à medida que considera os aspectos da natureza para a compreensão da realidade.

Nesse contexto, embora a Geografia Humana tenha sido relativamente superestimada, a Geografia Física continuou a sua trajetória de reconhecido desenvolvimento, cada vez mais valorizada socialmente devido aos desastres ambientais e ecológicos. De outro, a Geografia Regional ante o entendimento da Geografia como ciência social, sem atentar para sua especificidade, que incorpora a dimensão da natureza, acabou sendo negada, até porque, repetindo, a consideração da Geografia Regional não poderia se esquivar do problema da unidade da Geografia. Em outros termos, a especificidade da Geografia precisava ser esquecida, para que se firmasse como ciência social, o que acabou conduzindo ao enfraquecimento da noção de região. Substituiu-se “região” por território. A referência privilegiada passou a ser o território, com sua dimensão francamente política que não resvalava na difícil questão da disciplina.

A nosso ver, a grande dificuldade dos geógrafos em enfrentar a questão da unidade de sua disciplina encontra, também, razões práticas. Tradicionalmente, como se sentissem frágeis diante da questão,

sempre têm buscado atribuir um pai à Geografia, em vez de assumirem a responsabilidade da renovação. Talvez, por isso, correndo o risco de uma rápida atribuição de ordem psicológica, foi atribuída a paternidade da Geografia a vários personagens: Heródoto, Estrabão – especificamente o pai da Geografia Regional –, Humboldt, Sebastian Münster, Aires de Casal... como se a fragilidade da Geografia pudesse ser superada e restabelecida no encontro com o pai.

Na nossa opinião, a questão da unidade, é bom frisar, não diz respeito à Geografia Regional, ela se constitui numa questão central da própria disciplina geográfica. Na medida em que a Geografia deixou de ser considerada uma ciência de síntese, a perspectiva regional não pode mais se colocar como uma solução para os impasses teóricos da disciplina. A emancipação da Geografia, prisioneira da palavra 'região', significou o abandono e a desconsideração de importantes questões teóricas da ciência geográfica.

Apesar dessas dificuldades, ou melhor dizendo, da perda de importância da Geografia Regional, o estudo regional se constitui num dos campos mais importantes para o avanço do conhecimento, que, apesar de ter sido disputado pelas mais diversas disciplinas, encontrou reconhecimento ao ser inserido nos estudos geográficos. Tanto que não há lugar, escola ou universidade, em que haja uma preocupação geográfica, em que não exista disciplinas voltadas para o estudo regional, mesmo como um complemento interdisciplinar. Defendemos aqui a posição de que, embora a temática da região possa ser interdisciplinar, a Geografia Regional é um campo disciplinar particular da Geografia.

Imbuídos dessas preocupações é que nos motivamos a analisar a relação entre região e geografia, tecendo algumas considerações que contribuam para uma compreensão do desenvolvimento da Geografia Regional. Em nossa opinião, é no desenvolvimento histórico de uma disciplina que se constrói sua teoria. Por isso encaminhamos a discussão sobre região do ponto de vista histórico da constituição do conhecimento geográfico. Esse ponto de vista nos permitiu revelar como, desde a Antiguidade, podem ser encontradas continuidades na formação de métodos e sistematizações do conhecimento geográfico. Num sentido estrito, procuramos construir este trabalho como um capítulo da história do pensamento geográfico. Porém, devido à par-

ticularidade do seu enfoque, difere de uma história da Geografia *lato senso* e de outros sentidos em que essa história pode ser contada ou construída.

Além disso, esperamos ter deixado transparecer a dificuldade de perecimento da Geografia Regional devido ao fato de sua noção central, que é a região, persistir como categoria de análise própria da Geografia; noção constituinte e persistente na história do pensamento geográfico. Com esse trabalho, procuramos mostrar o quanto pode ser revelador um ângulo particular de análise e, também, que a noção de região, como outras noções próprias da Geografia, contém a possibilidade de revitalizar e renovar o pensamento geográfico.

Nosso objetivo foi de contribuir para o conhecimento da relação entre região e geografia, a partir de uma reflexão sobre a constituição e o desenvolvimento da noção de região na história do pensamento geográfico. Como procuramos demonstrar, a Geografia Regional já teve seu auge e também o seu ostracismo. Não buscamos discutir o significado desse reconhecimento social ou da falta dele, mas apenas demonstrar a importância de se compreender criticamente a história dessa relação.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J. "Realism as Method". *Antipode*. Worcester, 19(2): 231-239, 1987.
- ALMEIDA, C. M. de (org.) *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- . *Espaço, Polarização e Desenvolvimento*. São Paulo, Atlas, 1987.
- ARGAN, G. C. *Arte Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- AZEVEDO, A. de. *O Mundo Antigo: Expansão Geográfica e Evolução Histórica*. São Paulo, Buriti, 1965.
- BAILLY, A. S. "Géographie régionale et representation". In: BAILLY, A. S. *et alli. Géographie régionale et représentations*. Paris, Anthropos, 1995.
- BAILLY, A. S. "La Géographie des représentations: espaces perçus et espaces vécus". In: *Les concepts de la géographie humaine*. Paris, Mason, 1984.
- BAILLY, A. S. "Percevoir la Région: territorialité et images mentales". *Espace et Société*, Paris, Édition L'Harmattan, (42): 173-177, 1983.
- BELLUZZO, L. G. de M. *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BERDOULAY, V. "La métaphore organiciste. Contribution à l'étude du langage des géographes". *Annales de Géographie*, Paris, (507): 573-586, set./out. 1982.
- BEUNINGEN, C. VAN. "Le marxisme et l'espace chez Paul Claval: Quelques réflexions critiques pour une géographie marxiste". *L' Espace Géographique*, Paris, (4): 263-271, 1979.
- BÍBLIA SAGRADA. *Antigo e Novo Testamento*. Rio de Janeiro, Sociedade Bíblica do Brasil, 1968.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- BRAY, S. C. "Considerações sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Geografia". *Boletim da Geografia Teorética*, Rio Claro, 10(20): 33-43, 1980.

- BRETON, R. *Geografia das Civilizações*. São Paulo, Ática, 1990.
- BROC, N. "En l'honneur de Carl Ritter". *Annales de Géographie*, Paris, (514): 705-706, nov./dec. 1983.
- . *La géographie de la Renaissance*. Paris, Ed. CTHS, 1986.
- BULLON ELOY, F. *Miguel Servet y la Geografía del Renacimiento*. 3. ed. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Juan Sebastian Elcano, 1945.
- BURNET, J. *O Despertar da Filosofia Grega*. São Paulo, Siciliano, 1994.
- CALMON, P. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, vol. I.
- CAMÕES, L. de. *Os Lusíadas*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
- CAPEL, H. "La continuité et le changement". In: ———. *Géographie: entre espace et développement*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1990, pp. 17-36.
- . *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea: Una Introducción a la Geografía*. 2. ed. Barcelona, Barcanova, 1983.
- CAPEL, H & URTEAGA, L. *Las Nuevas Geografías*. 3. ed. Madrid, Salvat Editores, 1984.
- CASTRO, I. E. "Visibilidade da Região e do Regionalismo: A Escala Brasileira em Questão." Trabalho apresentado no Seminário: Integração, Região e Regionalismo. São José do Barreiro, ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1992. (mimeo)
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante, 1953.
- CHALINE, C. "Pour une nouvelle géographie régionale". *Annales de Géographie*, Paris, (560): 474-475, 1991.
- CLAVAL, P. *Histoire de la géographie*, Paris, PUF, 1995.
- . "Notre monde et les autres mondes: la pensée normative et l'espace". *Revue des Sciences Morales et Politiques*, Paris, Gauthier-Villars, 1988, pp. 7-18.
- . "La région: concept géographique économique et culturel". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, Unesco, (112): 179-192, 1987.
- . "Le thème régional dans la littérature française". *L'Espace Géographique*, Paris, (1): 60-73, 1987.
- . "Les langages de la géographie et le rôle du discours dans son évolution". *Annales de Géographie*, Paris, (518): 409-422, jui./août 1984.
- . "Le marxisme et l'espace". *L'espace géographique*, Paris, 1979, pp. 145-164.
- . *La pensée géographique: introduction à son histoire*. Paris, Sedes, 1972.
- CLOIZIER, R. *As Etapas da Geografia*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1950.
- . *Les étapes de la géographie*. Paris, PUF, 1942.
- COELHO, L. *A Ciência na Idade Média*. Lisboa, Guimarães, 1988.
- CONTENEAU, G. *La civilisation phénicienne*. Paris, Payot, 1926.
- CORRÊA, R. L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo, Ática, 1986.
- . *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- CRONE, G. R. *Background to Geography*. London, Museum Press Limited, 1964.
- DAINVILLE, F. de. *La géographie des humanistes*. Genève, Slatkine Reprints, 1969.
- DAMETTE, F. "Un concept à repenser". *Espaces Temps*. Paris, 10-11: 22-26, 1979.
- DAUS, F. A. *Que és la Geografia*. Buenos Aires, Editorial Columbia, 1961.
- DAVENSON, H. "Géographie humaine". *Esprit Revue Internationale*, Paris, (64): 500-511, 1938.
- DERRY, T. K. & WILLIAMS, T. I. *Historia de la Tecnología*. 10 ed. México/Espanha/Argentina/Colombia, Siglo Vintiuno Editores, 1987, vol. II.
- DI MEIO, G. "La genèse du territoire local: complexité dialectique et espace-temps". *Annales de Géographie*. Paris, (559): 273-294, 1991.
- . "Objectivation et représentation des formations socio-spatiales: de l'acteur au territoire". *Annales de Géographie*, Paris, 537: 564-594, 1987.
- DICKINSON, R. E. *Regional Concept: The Anglo-American Leaders*. London/Heley/Boston, Routledge & Kegan Paul, 1976.
- DICKINSON, R. E. & HOWARTH, O. J. R. *The Making of Geography*. Oxford, Clarendon Press, 1933.
- DOMINGUES, H. M. B. "As Ciências Naturais e a Construção da Nação Brasileira". *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, (135): 41-59, 1996.
- DOMINGUES, Á. A. G. "A Geografia Regional 'Vidaliana'". *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, Porto, 1985, T, vol. I, 1ª série, pp. 113-134.
- DOWNS R. M. & STEA, D. *Image and Environment: Cognitive Mapping and Spatial Behaviour*. Chicago, Aldine, 1973.
- DUARTE, Al. C. "Regionalização: Considerações Metodológicas". *Boletim de Geografia Teórica*, Rio Claro: Associação de Geografia Teórica, 10(20): 5-31, 1980.
- ESCOLAR, M. *Crítica do Discurso Geográfico*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- . "La Harmonia Ideal de un Territorio Ficticio". *Boletim da Geografia Teórica*, Rio Claro, 22(43-44): 339-348, 1992.
- ESTÉBANEZ, J. *Tendencias y Problemática Actual de la Geografía*. 1. ed. Madrid, Editorial Cincel, 1983.
- ESTRABÃO. *Geographie de Strabon*. Tradução de Amédée Tardieu. 3. ed., Paris, Hachette, 1909, 4 vols., t. I.
- FERRIER, J.-P. "Les fondements de l'espace régional". In: ———. *La géographie, ça sert d'abord à parler du territoire, ou le métier des géographes*. La Calade, Edisud, pp. 134-176.
- FITZSMONS, M. The "Matter of Nature". *Antipode*. Worcester, 21(2): 106-120, 1989.
- FOUCHER, M. "Du désert, paysage de western". *Hérodote*, Paris, (44): 67-79, 1987.
- FREEMAN, T. W. *A Hundred Years of Geography*. London, Gerald Duckworth & Co. Ltd., 1961.
- FRÉMONT, A. "A chacun sa définition". *Espaces Temps*, Paris, (10-11): 27-29, 1979.
- . *La région, espace vécu*. Paris, PUF, 1976.
- GEORGE, P. "Géographie et Marxisme". *Annales de Géographie*, Paris, (537): 607-608, set./out. 1987.
- . *Os Métodos da Geografia*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- . *A Ação do Homem*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Ed. Unesp, 1991.
- GOLD, M. "A History of Nature". In: MASSEY, D. & ALLEN, J. (orgs.). *Geography Matters*. Cambridge, Cambridge University Press, Open University, 1984.
- GOLDLEWSKA, A. "L'influence d'un homme sur la géographie française: Conrad Malte-Brun (1775-1826)". *Annales de Géographie*, Paris, (558): 190-206, 1991.
- GOMES, P. C. da C. *As Razões da Região*, Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987 (Dissertação).
- . "O Conceito de Região e sua Discussão". In: CASTRO, E. de; GOMES, P. C. da C. & CORRÊA, R. (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, pp. 49-76.
- GOULD, P. R. & WHITE, R. *Mental Maps*. Harmondsworth, Penguin, 1974.
- GOULD, P. R. "Les mathématiques en géographie: révolution théorique ou apparition d'un nouvel outil?". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, Paris, Unesco, XXVII (2): 319-347, 1975.

- GRAHAM, J. "Anti-Essencialism and Overdetermination: a response to Dick Peet". *Antipode*, Worcester, 24(2): 141-156, 1992.
- . "Post Modernism and Marxism". *Antipode*, Worcester, 20(1): 60-66, 1988.
- . "Theory and Essentialism in Marxist Geography". *Antipode*, Worcester, 22(1): 53-66, 1990.
- GRAMSCI, A. "A Chamada Realidade do Mundo Exterior". In: ———. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978, pp. 120-126.
- GRAVES, R. *Les mythes grecs*. Paris, Fayard, 1967, vols. I e II.
- GRIGG, D. "Regiões, Modelos e Classes". In: CHOLLEY, R. & HAGGETT, P. (eds.). *Modelos Integrados em Geografia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1974, pp. 23-66.
- HAESBAERT, R. "O Mito da Desterritorialização e as Regiões-rede". *Anais do 5º Encontro Brasileiro de Geógrafos*, Curitiba, Associação dos Geógrafos Brasileiros, jul., 1994, pp. 209-214.
- HARDEN, D. *The Phoenicians*. London, Thames and Hudson, 1962.
- HARTSHORNE, R. *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1978.
- . *Questões sobre a Natureza da Geografia*. Rio de Janeiro, Instituto Panamericano de Geografia e História/Comissão de Geografia, 1969.
- HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo, Loyola, 1992.
- . *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- HESS, R. *La valse*. Paris, Éditions A. M. Métailié, 1989.
- IANNI, O. *A Sociedade Global* 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- ISNARD, H. "La géographie à la recherche de son unité". *Annales de Géographie*, Paris, (522): 145-151, 1985.
- JUILLARD, E. "A Região: Tentativa de Definição". *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, (185): 224-230, 1965.
- KANT, E. "Physische Geographie", *apud* Unwin, T. *El Lugar de la Geografia*. Madri, Cátedra, 1995.
- KAYSER, B. "A Região como Objeto de Estudo da Geografia". In: GEORGE, P. et alli. *Geografia Ativa* 2. ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, pp. 281-323.
- . "La région, revue et corrigée". In: KAYSER, B. et alli. *Géographie entre Espace et Développement*. Toulouse, Press Universitaire du Mirail, 1990, pp. 133-138.
- . "Rapport des commissions histoire et géographie de autres, géographie et sciences humaines". pp.151-155.
- KIMBLE, G. H. Y. *Geography in the Middle Age*. London, Methuen & Co. Ltd., 1938.
- KLEIN, J. L. "Du materialisme historique au inégalités regionales: le cas de la région de Québec". *Cahier de Géographie du Québec*, Québec, 22(56): 173-187.
- KONINCK, R. de. "La géographie critique". In: BAILLY, A. et alli. *Le concepts de la géographie humaine*. Paris, Masson, 1984, pp. 121-131.
- KOSIK, K. *A Dialética do Concreto* 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
- KOSTROWICKI, J. *Un concept fondamental: l'organisation de l'espace*. *Revue Internationale des Sciences*. Paris, Unesco, vol. XXVM, 2, 1975.
- KRETSCHMER, K. *Historia de la Geografía* 2. ed. Barcelona/ Buenos Aires, Editorial Labor, 1930.
- KURZ, R. *O Colapso da Modernização: Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- KUZMANN, P.; BURKARD, F.-P. & WIEDMANN, F. *Atlas de la philosophie*. Paris, La Pochotèque, 1983.
- LACOSTE, Y. "Enquête sur un concept au-dessus de tout soupçon". *Espace Temps*. Paris, (10-11): 30-33.
- . *A Geografia Serve, Antes de Mais Nada, para Fazer a Guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.
- . *Geographie du sous-développement, géopolitique d'une crise*. Paris, PUF, 1976.
- LATOUR, P. & COMBES, F. *Conversation avec Henri Lefebvre*. Paris, Messidor, 1991.
- LEFEBVRE, H. *Presencia e Ausencia*. Mexico, Fondo de Cultura, 1981.
- . *Une pensée devenue monde... Faut-il abandonner Marx?* Paris, Fayard, 1980.
- . *Lógica Formal, Lógica Dialética* 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- . "De l'état." In: ———. *Le mode de production étatique*. Paris, Union Générale d'Éditions, 1977, col. 10-18, t. I.
- . "Marxisme éclaté". *L'homme et la société*, Paris, 41-42: 3-12, 1976.
- . *O Pensamento de Lenin* 2. ed. Lisboa. Moraes, 1975.
- . "L'espace". In: ———. *Le droit à la ville (suivre de Espace et Politique)*. Paris, Anthropos, 1972, pp.166-183.
- . "Réflexions sur la politique de l'espace". In: ———. *Le droit à la ville (suivre de Espace et Politique)*. Paris, Anthropos, 1972, pp.184-200.
- . *Le manifeste différentialiste*. Paris, Gallimard, 1970.
- . *Critique de la vie quotidienne*. Paris, Éditions L'Arche, 1958.
- . "La notion de totalité dans les sciences sociales". *Cahier Internationaux de Sociologie*, Paris, UF, jan./juí. 1955, vol. XVIII, pp. 55-77.
- LEFEBVRE, H. & GUTERMAN, N. "Préface". In: ———. *Morceaux choisis, Karl Marx*. Paris, Gallimard, 1934.
- LENIN, V. I. U. "As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo". In: ———. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979, vol. 1.
- LÉVY, J. *Géographies du politique*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.
- LIPIETZ, A. *O Capital e seu Espaço*. São Paulo, Nobel, 1988.
- LISIO, A. de. "Consideraciones sobre las Viejas Limitations y las Nuevas Possibilidades de una Ciencia Geografica". *Revista Geografia Venezolana*, Merida, 35(1): 9-23, 1994.
- . "Repercusiones Epistemologicas del Estudio Integrado de las Relaciones Sociedad Humana-Natureza". *Revista Geografia Venezolana*, Merida, Universidad de los Andes, 34(2): 241-253, 1992.
- LUMBIER, M. M. *Cronologia de las Ciencias Geograficas y Geografia del Mundo Antiguo*. Mexico, Nueva Epoca, 1955.
- MARTIN, G. J. *The Natures of Geography*. Washington, Occasional Publications of the Association of American Geographers, 1987, pp. 89-120.
- MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- . *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MASON, S. F. *História da Ciência: As Principais Correntes do Pensamento Científico* 2. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo, Fundo de Cultura Geral, 1964.
- MATOS, G. de. *Seleção de Textos. Notas, Estudos Biográficos, Histórico e Crítica por Antonio Dimas*. São Paulo, Abril, 1981.
- MEDRADO, D. S. F. *Breve Descripción Del Mundo ó Guia Geografico: El General de Batallia, Don Sebastian Fernandez Medrado, Diretor de la Academia Real y Militar. Exer-*

- cito de los Payses Baixos. Amberes, Henrico y Cornelio Verdussen Mercadores de Livros, 1703.
- MERCIER, G. "La région et l'état selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache". *Annales de Géographie*, Paris, (583): 211-235, 1995.
- MERRIFIELD, A. "Lefebvre Anti-logos and Nietzsche: An Alternative Reading of the Production of Space". *Antipode*, Worcester, 27(3): 294-303, 1995.
- MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique en France (1872-1969)*. Paris, PUF, 1969.
- MIERNYK, W. H. *Regional Analysis and Regional Policy*. Cambridge/Massachusetts, Oelgeschlager, Gunn and Hair, Publishers, 1982.
- MORAES, A. C. R. de. *Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico: Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. São Paulo, departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1983, (Dissertação).
- _____. *Geografia: Pequena História Crítica*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- MÜLLER, N. L. "Carl Ritter: O Homem e o Geógrafo". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, 33: 78-88, 1959.
- NICHOLAS, E. & BRUNN, S. D. "Reflections of Richard Hartshorne" In: _____. *The Nature of Geography*. Washington, Occasional Publications of the Association of American Geographers, 1987.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. 2. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1978.
- _____. "A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada". *Estudos Avançados*, São Paulo, 1993, vol. 17.
- OLSEN, Ö. *La Conquête de la Terre: histoire des découverts et des explorations des origines a nos jours*. Paris, Payot, 1933.
- PEET, R. "Some Critical Questions for Anti-Essentialism". *Antipode*. Worcester, 24(2): 113-130, 1992.
- PIVETEAU, J.-I. "La région entre le regard nomothétique et le regard idiographique". *Espace et Société*. Paris, Édition L'Harmattan, (42): 179-181, 1983.
- POCHE, Bernard. "Une définition sociologique de la région". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, PUF, jul./dec. 1985, vol. LXXIX, pp. 225-238.
- _____. "De l'écrit local au local comme langage: la représentation sociale". *Espace et Société*. Paris, Édition L'Harmattan, (42): 71-97, 1983.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. "A Evolução da Geografia e a Posição de Aires de Casal". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, AGB, (19): 52-66, 1955.
- PRAATT, A. "Reflections on Critical Realism and Geography". *Antipode*. (Edição revisada). Worcester, 23(2): 248-255, 1991.
- PRESTON, J. E. *All Possible Worlds: A History of Geographical Ideas*. Indianapolis, The Odyssey Press, 1977.
- QUAINI, M. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- RACINE, J. B. "La nature du progrès dans l'évolution de la pensée géographique". *Annales de Géographie*, Paris, 1982, pp. 751-756.
- RAFFESTIN, C. & TURCO, A. "Epistemologie de la géographie humaine". In: BAILLY, A. et alii. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris, Masson, 1984, pp.15-21.
- _____. "Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité". *Espace et Société*. Paris, Édition L'Harmattan, 41, 1982.
- RANDLES, W. G. L. *Da Terra Plana ao Globo Terrestre*. Campinas, Papyrus, 1994.
- RESNICK, S. & WOLF, R. "Reply to Richard Peet". *Antipode*. Worcester, 24(2): 131-140, 1992.
- ROBIC, M. C. "Mackinder: nouvelle géographie, formes et politique". *Annales de Géographie*. Paris, 557: 90-91, jan./fev. 1991.
- ROSTOVITZ, M. *História da Grécia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan S. A., 1986.
- SAINTE-HILAIRE, A. de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1974.
- SANGUIN, A.-L. "Redécouvrir la pensée géographique de Kant". *Annales de Géographie*, Paris, (576): 134-151, 1984.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- _____. *O Espaço Dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1978.
- _____. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- _____. *L'espace partagé*. Paris, Genin-Libraires Techniques, 1975.
- SAYER, A. "Postmodernist Thought in Geography: A Realist View". *Antipode*, Worcester, 25(4): 320-344, 1993.
- SCHIEBLING, J. *Qu'est-ce que la géographie?* Paris, Hachette, 1994.
- SÉNÉCAL, G. "Aspects de l'imaginaires spatial. Identité ou fin des territoires?". *Annales de Géographie*, Paris, (563): 28-42, 1992.
- SMITH, N. "Geography as Museum: Private History and Conservative Idealism". In: _____. *The Nature of Geography*. Washington, Occasional Publications of the Association of American Geographers, 1987, pp. 89-120.
- _____. "What's left? a lot's left". *Antipode*, Worcester, 23(4): 406-418, 1991.
- SODDART, D. R. "Epilogue: Homage to Richard Hartshorne". In: _____. *The Nature of Geography*. Washington, Occasional Publications of the Association of American Geographers, 1987, pp. 163-166.
- SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- STANDEN, H. *Duas Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1974.
- TATHAM, G. "A Geografia no Século XIX". *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 157, 1959.
- TAVARES, A. C. "As Perspectivas Ideográficas e Nomotética em Geografia". *Boletim da Geografia Teorética*, Rio Claro, 5(9-10): 5-15, 1975.
- TAYLOR, P. J. "Géographie politique et système-monde". *Espaces Temps*, 43-44: 103-111, 1990.
- THOMPSON, J. O. *History of Ancient Geography*. Cambridge, Cambridge University Press, 1948.
- TRAPIER, B. *Les voyages arabes au Moyen Age*. 19. ed. Paris, Gallimard, 1937.
- UNWIN, T. *El lugar de la Geografía*. Madri, Catedra, 1995.
- VADÉE, M. *Marx: penseur du possible*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1992.
- VARENIUS, B. In: CAPEL, H. (ed.), *Geografia General: En la que se Explican las Propiedades Generales de la Tierra*. Barcelona, Ed. de la Universidad de Barcelona, 1974.
- VELLOSO, A. V. *História da Filosofia*. 6. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1964.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa, Edições Cosmos, 1954.
- VILLENEUVE, P. Y. "Classes sociales, régions et accumulation du capital". *Cahiers de Géographie du Québec*. Québec, v. 22, 56.

- WATSON, S. "Jürgen Habermas and Jean-François Lyotard: Post-modernism and the Crisis of Rationality". *Philosophy & Social Criticism*, n. 2, 1984.
- WHITTLESEY, D. "O Conceito Regional e o Método Regional". *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, 154: 5-36, jan./fev. 1960.
- WILSON, E. *Rumo à Estação Finlândia: Escritores e Autores da História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- WOLF, R. "Some Critical Questions for Anti-Essentialism". *Antipode*, Worcester, 24(2): 113-130, 1992.
- WOLPERT, J. "The Decision Process in Spatial Context". *Annals*, Association of American Geographers, 54, 1964.

SOBRE A AUTORA

Sandra Lencioni é docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde fez graduação, mestrado e doutorado. Sua rica experiência didática resulta de sua trajetória iniciada como professora do antigo curso primário, passando pelo ensino médio e, atualmente, dedicada à graduação e pós-graduação. Com estágio de pós-doutorado na Université Paris I, é professora livre-docente pela USP, e sua tese inspirou a publicação deste livro. Com participação expressiva em pesquisas, tem vários trabalhos publicados em revistas especializadas nacionais e estrangeiras.

Atualmente é presidente da Comissão de Cultura e Extensão da FFLCH/USP e vice-presidente da Câmara de Extensão, vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo.